



Creusa Barbosa dos Santos Trindade
Ilma Pastana Ferreira
Marco Antônio da Costa Camelo
Maria de Fátima Pinheiro Carrera

Org.

NARRATIVAS BIOGRÁFICAS DE MULHERES NEGRAS

NARRATIVAS
BIOGRÁFICAS DE
MULHERES NEGRAS



Universidade do Estado do Pará

Reitor

Clay Anderson Nunes Chagas

Vice-Reitora

Ilma Pastana Ferreira

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Luanna de Melo Pereira Fernandes

Pró-Reitora de Graduação

Acylena Coelho Costa

Pró-Reitor de Extensão

Higson Rodrigues Coelho

Pró-Reitor de Gestão e Planejamento

Carlos José Capela Bispo



Editora da Universidade do Estado do Pará

Coordenador e Editor-Chefe

Nilson Bezerra Neto

Revisão

Marco Antônio da Costa Camelo

Design

Flávio Araujo

Web-Page e Portal de Periódicos

Bruna Toscana Gibson

Livraria

Arlene Sales

Bibliotecária

Rosilene Rocha

Estagiários

João Lucas Ferreira Lima

Natália Vinagre de Souza Souza

Conselho Editorial

Francisca Regina Oliveira Carneiro

Hebe Morganne Campos Ribeiro

Luanna Melo Pereira Fernandes (Presidente)

Joelma Cristina Parente Monteiro Alencar

Josebel Akel Fares

José Alberto Silva de Sá

Juarez Antônio Simões Quaresma

Lia Braga Vieira

Maria das Graças da Silva

Marília Brasil Xavier

Núbia Sueley Silva Santos

Robson José de Souza Domingues

Pedro Franco de Sá

Tânia Regina Lobato dos Santos

Valéria Marques Ferreira Normando

Creusa Barbosa dos Santos Trindade
Ilma Pastana Ferreira
Marco Antônio da Costa Camelo
Maria de Fátima Pinheiro Carrera

Org.

NARRATIVAS
BIOGRÁFICAS DE
MULHERES NEGRAS

Realização

Universidade do Estado do Pará - UEPA
Centro de Ciências Sociais e Educação - CCSE/UEPA
Editora da Universidade do Estado do Pará - EDUEPA

Normalização e Revisão

Marco Antônio da Costa Camelo

Designer Gráfico

Flávio Araujo

Composição da capa

Flávio Araujo

Imagen de capa

“Vendedora de cheiro”, de Antonieta Santos Feio, Óleo sobre tela, 105,6cm x 74,3cm, Museu de Arte de Belém - MABE

Diagramação

Odivaldo Teixeira Lopes

Apoio Técnico

Bruna Toscano Gibson

Arlene Sales Duarte Caldeira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade do Estado do Pará

N234 Narrativas biográficas de mulheres negras / Maria de Fátima Pinheiro Carrera; Ilma Pastana Ferreira; Marco Antônio da Costa Camelo (Orgs.). — Belém: EDUEPA, 2025.
232 p. : il.

Inclui bibliografias

ISBN (e-book): 978-85-8458-069-9

1. Negras - Biografia. 2. Negras - Amazônia. 3. Negras – Identidade étnica - Brasil. 4. Mulheres – Condições sociais. 5. Mulheres - Educação. I. Carrera, Maria de Fátima Pinheiro. II. Ferreira, Ilma Pastana. III. Camelo, Marco Antônio da Costa.

CDD 22.ed. 305.4098115

Ficha Catalográfica: Rosilene Rocha CRB-2/1134.

Editora filiada

 **ABEU** Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

 **ABEC**
BRASIL
Associação Brasileira de Editores Científicos

Editora da Universidade do Estado do Pará - EDUEPA

Travessa D. Pedro I, 519 - CEP: 66050-100

E-mail: eduepa@uepa.br/livrariadauepa@gmail.com

Telefone: (91) 3222-5624



@eduepaoficial

SUMÁRIO

ENTRE ESCRITOS, INQUIETUDES, MEMÓRIAS DOS CAMINHOS EM MOVIMENTO: NARRATIVAS DE UMA EDUCADORA/ PROFESSORA NEGRA NA AMAZÔNIA PARAENSE.....	12
Alcione Santos de Souza	
CAMINHOS ENTRELAÇADOS ENTRE SENZALAS, FLORESTAS, COZINHAS E ACADEMIA: PROTAGONISMO DE MULHERES PRETAS E INDÍGENAS QUE UNE O PASSADO, O PRESENTE E O FUTURO	36
Claudia do Socorro Carvalho Miranda	
ENTRELUGARES, RUPTURAS E TRAVESSIAS DE DOCENTE NEGRA NA AMAZÔNIA: TRAJETÓRIAS DE VIDA E DE FORMAÇÃO	62
Creusa Barbosa dos Santos Trindade	
UMA MULHER NEGRA EM ELEIÇÕES UNIVERSITÁRIAS	82
Ilma Pastana Ferreira	
AS ÁGUAS BANHADAS PELA EDUCAÇÃO LIBERTADORA E ANTIRRACISTA	91
Márcia da Silva Carvalho	
FIOS QUE BORDAM VIDAS	110
Maria de Fátima Pinheiro Carrera	

MEMÓRIAS DE UMA PROFESSORA PRETA	132
Terezinha Sirley Ribeiro Sousa	
ESCREVIVÊCIAS DE UMA MEMÓRIA QUE NÃO SE APAGA: ECOAR DE VIDA E POÉTICA DE UMA DOCENTE PRETA NA AMAZÔNIA PARAENSE	162
Milene Vasconcelos Leal Costa	
LEITURA DE MUNDO E DA PALAVRA: AFLUENTES DA MEMÓRIA RIO	177
Neilce do Socorro Coelho dos Santos	
ENTRE RAÍZES E ASAS: A JORNADA DE UMA PROFESSORA NEGRA PELA EDUCAÇÃO EM DIFERENTES CONTEXTOS	201
Rosilene Ferreira Gonçalves Silva	
SOBRE OS ORGANIZADORES (AS) E AUTORAS.....	227

APRESENTAÇÃO

A Expressão da Beleza Contida em Escritos Autobiográficos de Mulheres Negras

Esse livro nasce de conversas entabuladas com duas pessoas muito especiais. Pessoas as quais eu tenho uma profunda admiração e respeito. Essa admiração é fruto de contemplar o que elas fizeram e fazem com o rumo de suas vidas. Rumos que foram traçados com a terra e o suor de suas almas resilientes. Almas de mulheres que precisaram escavar com afinco e determinação o curso de suas histórias sem nunca perder a sofisticação da delicadeza, como perfumadas flores do campo que brotam na aridez das estradas. Assim nasceu o embrião desta obra tão forte e ao mesmo tempo tão terna. Professoras Ilma e Fátima muito obrigado pela amizade e oportunidade de apresentar esse livro.

*Conversas, diálogos e pensamentos regados a muitas lembranças dolorosas e outras tantas felizes, constituíram a trama e o urdume centrais desse tear que hoje se chama **Narrativas Biográficas de Mulheres Negras**. Sim, esse foi o resultado de pensamentos nascidos no turbilhão das vidas dessas amazonas que em seus alazões encantados construíram a história de suas vidas. Pensamos que deveríamos convidar outras mulheres negras que também foram atingidas, muito fortemente, pelo azorrague do preconceito étnico que até hoje infecta esta nação. Com toda certeza, se ouvidas com atenção e cuidado, teriam muita coisa para contar. E assim o fizemos. Convidamos, convidamos e convidamos. E para nossa surpresa muitas mulheres apareceram.*

Para este volume selecionamos dez lindas narrativas de vida. A pretensão do livro é ser um discurso poético que mergulhe fundo no coração e na alma de cada uma delas. E que o coração e o mergulho fossem delas e por elas escrito. Precisávamos da tradução da alma dessas pessoas com bordados tão difusos

da existência. A mim coube tão somente o prazer de ler, chorar e organizar essas páginas. Minha admiração só cresceu ao conhecer a história desse grande jardim de flores do campo. Regá-las? Cuidá-las? Nem me atrevo, posto que são preciosas demais. E já são cuidadas por Deus, o arquiteto supremo do universo... Essas flores agora são feitas para contemplação. São raras. São gemas preciosas de uma coroa forjada no mais delicado ônix. Suas narrativas hoje são do cantor e compositor literário.

Professoras Ilma e Fátima muito obrigado por essa oportunidade. Professoras Alcione, Creuza, Cláudia, Márcia, Milene, Neilce, Terezinha e Rosilene, minhas reverências aos seus escritos de vida. A literatura autobiográfica produzida por mulheres negras no Brasil tem sido fundamental para a valorização de novas perspectivas sobre identidade, resistência e, principalmente, sobre a beleza. Esses escritos revelam não apenas histórias pessoais, mas também trajetórias coletivas marcadas por desafios, superações e pela busca constante de reconhecimento social e estético.

A expressão da beleza nos escritos autobiográficos de mulheres negras está intrinsecamente ligada à resistência. Ao reivindicar a própria estética, essas autoras desafiam padrões impostos, rompem com estereótipos e inspiram outras mulheres a se reconhecerem belas. A literatura torna-se, assim, instrumento de empoderamento coletivo, promovendo autoestima, orgulho e pertencimento.

Além disso, ao compartilhar suas histórias, as autoras criam redes de apoio e identificação, fortalecendo a luta contra o racismo e o sexism. A beleza, nesse contexto, é ato político; é a afirmação da vida, da existência e da dignidade. Celebrar essas mulheres é celebrar a diversidade, a resistência e a força, que, por meio da literatura, continuam inspirando e empoderando gerações.

Marco Antônio da Costa Camelo

PRÓLOGO

Gratidão e Responsabilidade no Compartilhar

Saúdo com imensa gratidão a ancestralidade negra, especialmente como mulher negra, diante do convite para compartilhar energia e entusiasmo com os organizadores desta obra grandiosa, construída por mulheres negras que ocupam espaços acadêmicos, muitas vezes desafiadores. Sinto-me tomada por uma onda de arrepios ao assumir tamanha responsabilidade e, por meio deste trabalho, homenageio todas as escritoras negras que até aqui influenciaram o Brasil com sua produção literária, em um país cuja história frequentemente apagou aquelas que simbolizam nossa cultura negra.

Além de celebrar as escritoras, é necessário registrar a luta do movimento abolicionista, reconhecido como a primeira grande revolução social e política brasileira. Esse movimento materializou, no campo jurídico, a libertação das pessoas escravizadas e a ruptura com a ordem escravista. No entanto, mesmo após a abolição legal, a luta por libertação do povo negro continua exigindo reparação histórica através de políticas sociais e econômicas. Apesar da abolição, nossos ancestrais tiveram negados todos os direitos de convívio social, o que reforça a importância de reconhecer e valorizar os movimentos abolicionistas que nos representam.

A obra apresentada é fruto do trabalho literário das escritoras negras professoras da Universidade do Estado do Pará, que compartilham conosco a riqueza de suas “escrevivências”, conceito fundamentado por Conceição Evaristo. Ler essas escritoras é reconhecer e celebrar uma produção de grande valor, por muito tempo apagada, silenciada e marginalizada. A “escrevivência” representa resistência e empoderamento, dando voz às experiências e perspectivas das mulheres negras, desafiando estereótipos e o racismo estrutural.

Ao homenagear as escritoras, percebemos que seus textos servem como instrumentos de aprendizado, e mudança cultural, política e social. Esta obra convida o público a compreender o valor das produções dessas autoras, enfatizando a importância de suas narrativas e convidando todas as pessoas a embarcarem em uma jornada de saber e reconhecimento.

Finalizo, e exalto a coragem de nossas escritoras que, através da literatura, combatem o racismo e o machismo, reivindicando paz, reparação, acesso à educação e liberdade. Desejo aqui uma leitura prazerosa e ancestral.

Jane Monteiro Neves

ENTRE ESCRITOS, INQUIETUDES, MEMÓRIAS DOS CAMINHOS EM MOVIMENTO: NARRATIVAS DE UMA EDUCADORA/PROFESSORA NEGRA NA AMAZÔNIA PARAENSE

Alcione Santos de Souza

Apesar de a invisibilidade social ter escondido meu rosto e as estatísticas terem tentado apagar meu nome, mesmo sem uma identidade visível, tenho uma história para compartilhar. A invisibilidade tem voz e, no silêncio, ela ressoa. Exageros à parte eu não só tenho como vou contar minha história nesse escrito, como quero elucidar fatos e emoções, particularidades e subjetividades da minha trajetória de vida e construção, reconstrução da minha identidade enquanto ser negro e contribuições para manter vivo a existência principalmente das mulheres negras educadoras e professoras que fazem a diferença no nosso País, trazendo para a contemporaneidade o legado da historicidade afrobrasileira e africana.

A minha identidade enquanto mulher negra foi construída a partir de uma trajetória histórica de resistência e luta contra o racismo e o machismo. Minhas histórias são marcadas pela resiliência e pela superação, mas também pelo apagamento e pela invisibilidade, que me faz ser protagonista de uma narrativa de empoderamento e reconstrução. Assim como as histórias de outras mulheres, a minha A identidade da mulher negra não se resume à cor da pele, mas à sua herança africana, que foi transmitida e ressignificada ao longo dos séculos.

Na construção da minha narrativa de vida, delineiam-se trajetórias de resistência, protagonismo e valorização de saberes locais, que questionam padrões tradicionais de poder na educação. O meu objetivo e mostram como as mulheres enfrentam e superam a invisibilidade, a violência e a exclusão sistemática que ainda marcam a sociedade brasileira. As narrativas destacam

a importância de resistir e ocupar esses espaços de poder, que historicamente lhes foram negados. E um processo de reparação e bem viver, que estamos transcendendo nesse escrito.

A ideia central desse escrito é confrontar a narrativa hegemônica ao reconstruir outras histórias numa perspectiva decolonial e interseccional de raça, gênero e classe e no entendimento do papel da educadora/professora em sua negritude na Amazônia.

Quem eu sou hoje em 2025 Alcione Souza, uma mulher negra, e me reconheço negra, com muito orgulho formados em uma instituição pública, hoje professora na Universidade do Estado do Pará, atuante no magistério desde 2003. Mas até chegar na fase que hoje eu me encontro, vou contar minha trajetória de vida, trazendo memórias e fatos que marcaram minha vida desde a infância até hoje como professora de uma Universidade pública e atuação e projetos que desenvolvo hoje. Sou uma mulher de 48 anos nascida no interior do estado do Pará, município de Castanhal, onde vive toda minha infância até os 12 anos de idade junto com minha família quatro irmãos e minha mãe e pai.

As minhas histórias e um convite a minha constituição identitária e a escrita como combate à invisibilidade, são permeadas por uma forte conexão com a ancestralidade e a resistência. O escrito que construí quero trazer à tona minha vivência e formação de uma mulher negra em um lugar na Amazônia Paraense, carrega um emaranhado de emoções, lembranças com gosto da infância, o amargo nas recordações das dificuldades que enfrentei durante todo o meu processo de existência e busca por formação profissional, que para muitos poderia ser fácil, mas para quem vem de uma família pobre do interior estudar em Belém, e se destacar com o único instrumento que acreditávamos que era o caminho da educação, como um diferencial e o instrumento para conseguir autonomia financeira e de vida.

Toda essa minha trajetória de vida e formação, significa a trajetória de resiliência, a luta contra o racismo estrutural e a importância da minha atuação para a educação local. Ser educadora significa não apenas formar gerações, mas também resistir e construir um legado em um espaço historicamente marcado por desafios, preconceitos e apagamento da população negra.

Falar em educar cinco filhos na década de 1990 para alguns dos nossos parentes maternos ressoava como loucura, escutei muito isso, quando que teus filhos vão conseguir ser alguém na vida, vocês são pobres. E graças à força, determinação e persistência da única que acreditava no nosso potencial, minha rainha minha mãe, sonhou conosco filhos nesse sonho que um dia se tornava possível. E faço questão deixar isso aqui registrado nesse escrito, e ela e a pessoa responsável por tudo que sou hoje, e vai versar sobre a minha identidade enquanto pessoa que sou.

Esse escrito do qual utilizo para contar sobre a minha existência está organizado da seguinte maneira: meu primeiro ciclo: A minha existência inicia com o meu nascimento e histórias da infância. O segundo ciclo minha juventude- Primavera da vida: Esta é uma das metáforas mais clássicas, pois a primavera é a estação de recomeço e florescimento, tal como a juventude eu considero como um período de desenvolvimento intenso. Também conhecido como Terra firme: Em contraste com a incerteza e os «mares desconhecidos» da juventude, a chegada à “terra firme” representou o momento em que o indivíduo encontra o seu lugar ou começo a construir uma base estável para o futuro. A juventude é vista como um período fundamental para a formação do caráter e da identidade, que serão levados para o resto da vida. O terceiro conquistas pessoais e profissionais, formação e assunção social como professora/educadora e mulher negra.

Meu primeiro ciclo: Meu nascimento e infância

Vou utilizar o espaço desse livro para narrar a construção da minha história de vida e da formação da minha própria identidade enquanto mulher negra na Amazonia. Iniciarei falando do lugar onde nasci, município de Castanhal na década de 70 em uma família pobre, sou a quarta filha. Nessa cidade vive até os 12 anos de idade, onde tive uma infância regada de um tempo grande para brincar pouco acesso a televisão, mas acesso a brincadeiras que a geração de hoje não faz ideia.

Para iniciar contando sobre minha história de vida vou falar do meu nascimento, momento que Alcione surge no mundo. Nasci em 28 de julho de 1977, maternidade do povo, parto normal, as 8 horas da manhã, em Castanhal

município distante da capital Belém, quase 50 minutos de carro. Nasci com a cor da pele parda hoje me denomino negra, uma criança linda segundo minha mãe. Minha mãe conta como que esperava um bebê do sexo masculino, então meu enxoval era todo azul, naquela época pobre não tinha acesso a ultrassom, então não sabia o sexo. Em casa todos me aguardavam com expectativas, meus três irmãos mais velhos ansiosos pois a diferença de idade entre mim e minha terceira irmã são de três anos. Minha irmã mais velha que eu seis anos e meu irmão subiram na casa pois uma vizinha do lado de casa de nome Francisca contou que eu chegaria de avião, e sabem como e criança acreditavam realmente.

Meu nome foi escolhido pela minha mãe, era fá da cantora Alcione na época estava nas paradas de sucesso. Primeiro álbum de sucesso (1975): O álbum de estreia, *A Voz do Samba*, foi lançado em 1975 pela gravadora Philips, com a ajuda de Roberto Menescal, diretor artístico da gravadora. Esse álbum a consagrou no gênero e lhe rendeu o primeiro disco de ouro. Acho que fica claro e evidente porque me chamo Alcione, como a marrom.

Olhem outra relação que acabei descobrindo no levantar das memórias e minha identidade, a relação entre o samba e a negritude é intrínseca, pois o samba é uma manifestação cultural de origem africana que surgiu no Brasil como forma de resistência e afirmação da cultura negra face à marginalização e ao racismo. Originado nos terreiros e nas reuniões de pessoas escravizadas, o samba funcionou como espaço de sociabilidade, preservação da identidade e luta pela liberdade, transformando-se em um símbolo da cultura afro-brasileira e da resistência contra a opressão.

Não tem como não associar aquele momento do meu nascimento com o que estava acontecendo no Brasil e no mundo:

Em 1977, no Brasil, o regime militar continuava, mas havia uma abertura política e a regulamentação do divórcio. No mundo, destacaram-se a fundação da Academia Chinesa de Ciências Sociais, os lançamentos dos filmes *Star Wars* e *Os Embalos de Sábado à Noite*, e o lançamento das sondas espaciais *Voyager 1* e *2*. Culturalmente, o Brasil viu a estreia de programas como *Os Trapalhões*, a eleição de Raquel de Queiroz para a Academia Brasileira de Letras, e o lançamento de *Tieta do Agreste*, enquanto o mundo se despedia de Elvis Presley e Charles Chaplin.

No Brasil: Política: O país vivia sob o regime militar, mas com o presidente Ernesto Geisel, um período de «abertura lenta e gradual» avançava. Geisel fechou o Congresso Nacional por 15 dias em abril, mas a lei do divórcio foi sancionada ao final do ano. O estado do Mato Grosso do Sul foi criado. A repressão policial contra estudantes em protestos na PUC-SP foi um evento notório.

Em termos de Cultura: A música brasileira estava em alta, com grandes artistas e a chegada de programas como Os Trapalhões e Sítio do Pica-Pau Amarelo à televisão. Na literatura, Jorge Amado lançou Tieta do Agreste, e Raquel de Queiroz foi a primeira mulher eleita para a Academia Brasileira de Letras. Clarice Lispector faleceu em 1977.

Na Música: O ano foi marcado pelo movimento punk, com bandas como Sex Pistols e Ramones ganhando destaque. A morte de Elvis Presley, o Rei do Rock, em agosto, causou grande comoção mundial.

A infância e as férias

Os momentos de férias escolares eram sempre indo para os interiores de São Francisco do Para, onde meu pai mantinha um sítio de herança, as nossas férias eram sempre com tarefas ligadas a agricultura, sem espaço ou tempo para o lazer. Eu tenho lembranças das tarefas que tínhamos que realizar de casa, ou seja, domésticas e ajudar nas tarefas de plantio de mandioca, milho e produção de farinha.

Sempre em alguns finais de tarde íamos do nosso sítio até a vila de moradores, conhecida como Vila do Carmo 4 km andando do nosso sítio até lá, nessa vila além de moradores tinham alguns parentes nossos, como uma tia Maria Julia, uma tia trabalhadora da roca, com filhos e netos que até hoje vivem na vila, além dela tínhamos um outro tio paterno, conhecido como casca grossa, seu apelido por seu um homem rude, mas com coração bom. Nessa vila em outros dias íamos para tomar banho no rio conhecido como rio grande, um afluente do rio Marapanim, esse rio e um local para lazer e encontro entre as pessoas, principalmente nas tardes quentes do nosso período de sol intenso.

Ainda falando de algumas lembranças desse lugar e do meu tio casca grossa, era de costume quando ia para Castanhal e passava na nossa casa nos

trazia em carro de carroceria que usava para transportar sua mercadoria farinha, peixe que trazia de vigia, sempre que podia junto com a minha outra tia irmã dele tia Raimunda nos levava para esse interior em São Francisco do Para.

Nossa casa em Castanhal era uma casa de muitos cômodos e quintal como muitas arvores, tínhamos vizinhos apenas ao lado direito. Na casa desses nossos vizinhos era um de passávamos a maior parte do tempo quando não estávamos na escola era brincado, sempre envolviam gastos de energia física.

Quando íamos para Igarapé Açu, onde meus avós maternos moravam, lugar de sítios com igarapés. Uma das lembras que guardo apesar de muito afeto, era o fato da minha avó materna por ser uma mulher branca, a prioridade pelos netos de cor clara, isso foi um fato que marcou bastante. Os netos negros como eu não eram bem quistos. Esse fato me deixava triste. Eram um racismo claro, mas para aquela época eu não entendia muito bem.

Nossa primeira casa

Nessa primeira casa vivemos até os meus 5 anos, casa pequena e quintal grande com arvores frutíferas, praticamente a casa que a minha passou a sua gestação minha e onde vim viver quando nasci, tenho lembranças dos meus vizinhos, uma senhora idosa ao lado direito da nossa casa que tínhamos ela como uma segunda vovó pela sua idade e pelo afeto que ela tinha conosco, seu nome era Helena uma senhora de cabelos brancos que sempre que fazia alguma comida diferente mandava para gente comer. A relação afetiva era bem evidente o seu trato conosco.

Nas minhas memórias uma coisa quero destacar a ausência de bonecas negras para aquele momento que eu vivia. Lembro das bonecas brancas e loiras.

A infância nos anos 80 é representada pela liberdade e criatividade, com crianças que brincavam desprotegidas na rua, criavam brinquedos com objetos simples e passavam muito tempo ao ar livre. Contrastava com a infância moderna pela ausência de tecnologia (sem celulares ou internet), menos supervisão dos pais, e uma educação infantil mais precária, mas também se caracterizava pela exposição a conteúdos televisivos e publicidade sem as atuais restrições de classificação indicativa.

Nesse período, as crianças passavam horas fora de casa, praticando atividades como descer ladeiras de carrinho de rolimã, jogar bola e explorar a natureza, com pouca ou nenhuma supervisão dos adultos, éramos muitos criativos. Também tínhamos menos tecnologia: Sem celulares, aplicativos de rastreamento ou internet, a interação era face a face, e os pais não tinham como se comunicar com os filhos durante o dia. A criatividade, a dificuldade de acesso a brinquedos incentivavam a criatividade, com crianças transformando objetos comuns como pedras e barbantes em brinquedos.

Nossa segunda casa ainda em castanhal

Agora já com seis anos de idade, mudamos de casa, mas o mesmo bairro, a nossa casa era grande com um quintal grande e muitas arvores frutíferas como açaí, manga, cupuaçuzeiro, tínhamos criação de aves e porco que comíamos sempre em alguma comemoração de aniversário. Passávamos uma grande parte do dia no quintal quando não estávamos na escola. Tínhamos uma amizade com as nossas vizinhas, e sempre estávamos brincando, era o nosso passatempo maior.

Nessa fase da minha vida iniciei já estava na escola, pré-escolar em escola pública, onde eu fiz parte do meu ensino fundamental até a 5 série. Mesmo criança recordei de como sofria racismo disfarçado na escola. A escola apresenta um ambiente bastante desafiador para as meninas negras devido à questão da estética. Estar constantemente em uma posição de inferioridade e subalternidade. Todas as meninas passam por essa etapa.

Além do racismo sofrido na infância eu era chamada de nega, preta pela minha família, e sempre com aquele ar de inferioridade, isso foi um dos gatilhos que eu acabei trazendo para minha vida adulta. Minha irmã mais velha que eu três anos, criou uma história por conta da minha cor, dizia que eu era filha de uma senhora negra que morava na rua de casa, lembro bem que essa senhora se chama pau preto, apelido atribuído a sua cor, ela andava pelas ruas de Castanhal.

Foi nessa casa que tenho algumas lembranças de quando despertou o desejo de ser professora, e minha irmã mais nova que nós brincávamos de dar aula usando o giz da minha mãe, utilizávamos de quadro a lateral do nosso

guarda-roupa, lá colocávamos todo o conteúdo era uma naquele momento era apenas uma brincadeira. Mas acredito que a origem de tudo pode estar aqui nesse ato de duas crianças.

Algumas lembranças que tenho da infância e do período que vivemos nessa casa foram os aperreios que passávamos pelo atraso no salário do meu, que mantinha nossa casa, e uma inflação nas alturas, lembro do episódio na televisão da remarcação dos preços dos alimentos nos supermercados. Das manobras e da escassez de comida em casa, mas isso acredito que funcionava como o combustível para, por meio dos estudos, mudar nossa realidade social.

Durante a morada nessa casa estive na escola no ensino fundamental, em uma escola pública as proximidades de casa, durante os anos que estivemos estudando nessa escola construímos laços de amizades.

As amizades construídas no ensino fundamental representaram um marco crucial no meu desenvolvimento infantil e na formação da identidade. Elas vão muito além de simples brincadeiras, moldando a personalidade, fortalecendo a autoestima e ensinando habilidades sociais e emocionais que terão impacto por toda a vida.

Mudança para Belém

Aos 12 anos de idade tivemos que mudar de Castanhal para Belém, no ano de 1991 no mesmo de junho, com a minha irmã mais velha tinha passado na Universidade Federal do Para, e precisávamos ir morar em Belém. Eu e minha irmã mais nova fomos as que mais sofreram com essa mudança de cidade, escola e amizades. Para a idade que tínhamos não conseguia compreender muito bem. A mudança foi como um divisor de águas, aquela vida tranquila em uma cidade do interior tinha ganhado espaço para uma vida na cidade bem maior e como grande movimento de pessoas.

Fomos morar em casa de cômodos pequenos, em uma vila no bairro do Guamá, bairro populoso, eu e a minha irmã mais nova fomos estudar em escola pública, chamada Zacarias de Assunção, a parte mais complicada foi fazer novas amizades, além da diferença nas cobranças dos estudos, no sentido mais exigente, estudamos nessa escola durante dois anos fazendo a

5 e a 6 series. Essa cisão no meio do ano trouxe um gosto amargo nas nossas vidas, mudança de uma rotina grande. Agora tomadas pelas cobranças da escola e de uma vida na cidade grande.

Nesse período e minha irmã mais nova que eu brincava de ser professora das nossas bonecas, eu era a professora da boneca da minha irmã, usávamos um pequeno espaço no saguão de casa para servir de escola para as nossas bonecas.

Em 1991 tive a experiência de ser tia aos 14 anos de idade, minha irmã mais velha estava grávida, em outubro do mesmo ano precisávamos nos dividir entre os estudos e ajudar da minha sobrinha que veio ao mundo, um momento singular pode ajudar e cuidar de uma criança.

Mudança de casa e escola e município

A gente não tinha sossego em 1992 fomos morar na cidade nova 8 em Ananindeua, chega de morar de aluguel, vendemos um terreno em Castanhal e compramos uma casa ainda pequena para a nossa família. Eu e minha irmã mais nova fomos estudar em outra escola pública, onde iríamos concluir o ensino fundamental, era o momento de fazer novas amizades tanto na escola e também novos vizinhos.

Os grupos de amigos se tornam uma referência social importante, especialmente na transição para a adolescência. A partir dessas interações, crianças e pré-adolescentes descobrem mais sobre seus próprios interesses, o que gostam e se seus pensamentos são aceitos por pessoas fora do círculo familiar.

Ter amigos proporciona um senso de pertencimento e segurança, ajudando a lidar com situações difíceis e a reduzir o estresse e a ansiedade. Os amigos são companheiros com quem se pode compartilhar alegrias, inseguranças e preocupações. Antes da massificação das redes sociais, a socialização acontecia principalmente cara a cara. Lembro da minha juventude conversávamos na rua, fortalecendo laços de amizade e vivenciando a paquera de forma mais pessoal.

Segundo Ciclo de vida a juventude

Agora já no ensino médio era o momento de estudar em uma escola em Belém Pedro Amazonas pedroso onde fizemos nosso ensino médio, concluído em final de 1996.

Acreditávamos que na perspectiva dos estudos a mudança a melhora na qualidade de vida, enquanto alguns não acreditavam que a minha mãe pobre conseguiria dar instrução para cinco filhos. Meu pai apesar de ser funcionário público federal não dava conta e não gostava de investir nos nossos estudos. Sempre que podia nos humilhava tentando tirar nossas forças, dizendo que estudar não dava futuro para nenhum dos filhos. Isso surtia um outro efeito que nos encorajava ainda mais em buscar conhecimento pela educação.

Agora a hora de decidir que rumos eu daria para a minha vida no futuro: A escolha do curso superior. A quarta filha de cinco filhos a entrar para mais uma universidade pública.

A escolha do curso de geografia na Universidade Federal do Para teve influência de um professor querido de geografia, durante o último ano do ensino médio. Além do meu desejo também para além da influência. O ano de 1996 foi um ano de muita dedicação e estudos e foi determinante. Foi um ano de muitas renúncias. A alegria e a felicidades veio no ano seguinte com a minha aprovação no curso de geografia, momento de muita alegria que envolveu familiares e amigos que estavam na torcida pela minha aprovação. Uma coisa curiosa que aconteceu antecedendo a noite da aprovação, foi um sonho revelador que tive com quase todos os meus professores de geografia, na minha intuição aquilo foi um sinal de que eu passaria.

Esse momento da minha vida guardo até o hoje o jornal com a minha aprovação e quando escuto aquela música do Pinduca (cantor paraense), conhecida como marchinha do vestibular, e não tem como não se emocionar e como reviver aquele momento que eu consegui passar no vestibular de uma universidade pública, foi um ano de muita dedicação, passava o dia estudando depois que chegava da escola, estudava até as 23 horas todas os dias era um rito ou uma rotina que se estendia aos finais de semana, como eu não tive acesso ao cursinho particular, nesse período disputávamos um alunos de cursinhos e das escolas particulares não tinha sistema de cota escola pública e nem ações afirmativas.

O acesso e permanência ao curso superior foi um divisor de águas na minha opinião, agora com a responsabilidade de ter concluído o ensino médio em uma escola pública, ser universitária representava muito, eu sabia que pelo viés da educação mais tarde viria minha autonomia e libertação financeira.

Uma outra razão e mais forte e determinante na escolha do meu curso de licenciatura foi a forte influência da minha mãe, fez o magistério, e trabalhou inclusive na multisserie e chegou a ser professora da minha irmã mais nova. A docência estava no sangue. A minha mãe conseguiu influenciar minha irmã três anos mais velha que eu, ela também escolheu a docência hoje professora da mesma universidade que eu. Minha mãe foi professora em comunidades rurais do interior do Pará durante alguns anos.

Provavelmente, eu optei por um curso de licenciatura, significou uma alternativa à situação de pobreza e de discriminação racial. Assim, considero que a educação foi uma estratégia inconsciente de superação das desigualdades raciais e econômicas.

Em volta a duração do curso superior foram de 5 anos de vivência, amizades e também de construção do que eu hoje desenvolvo na universidade. O período do curso construí alguns elementos da minha formação profissional, do que eu realmente queria seguir. Durante esse período foram muitas dificuldades financeiras, agora éramos três filhos estudando em uma universidade pública, meu pai não dava valor nos nossos estudos então o dinheiro era só para as passagens de ônibus. Mal sobra para comprar os textos que os professores passavam nas disciplinas.

No curso de graduação foi o período de fazer amizades que perduram até hoje, laços construídos nos trabalhos de equipe, têm um significado especial, pois são construídas em um contexto de desafios, expectativas e crescimento compartilhado. Elas vão além do convívio social, oferecendo apoio emocional, impulsionando o desenvolvimento acadêmico e até mesmo influenciando a futura carreira profissional.

A universidade foi um período desafiador, com cobranças acadêmicas e pressões emocionais. As amizades fornecem um refúgio contra a solidão e o estresse, oferecendo apoio e solidariedade para superar as dificuldades.

O crescimento acadêmico e profissional, ao compartilhar a mesma jornada e os mesmos interesses, os amigos se incentivam mutuamente, colaboram em estudos e projetos, e trocam perspectivas que enriquecem o aprendizado. Essas conexões podem até resultar em parcerias profissionais duradouras no futuro.

A Identidade e propósito compartilhados: As amizades na graduação se fortalecem com base em propósitos e expectativas semelhantes em relação à carreira e ao futuro. Esse senso de identidade compartilhada fortalece os laços e o sentimento de pertencimento.

Novas perspectivas, a universidade é um ambiente com pessoas de diferentes realidades e experiências, o que desafia os estudantes a saírem da zona de conforto. Essas amizades podem trazer novas perspectivas e influenciar positivamente o crescimento pessoal.

O significado dos amigos da graduação, uma segunda família, os amigos da universidade se tornam uma «segunda família», fornecendo suporte e companhia no dia a dia.

A juventude do final dos anos 90 foi marcada por uma transição do mundo analógico para o digital, convivendo com a euforia do avanço tecnológico e o despertar para um novo milênio. Essa geração nos vivenciamos a popularização da internet discada e a efervescência da cultura pop, criando uma identidade única entre a tradição e a modernidade.

A juventude dos anos 2000 representa uma transição para o mundo digital, marcada pelo início da internet e celulares, a cultura pop globalizada, e um apelo nostálgico de uma época anterior à onipresença das redes sociais. Nos vivenciamos a revolução digital em seus estágios iniciais, com o desenvolvimento da tecnologia moldando a música, moda e o entretenimento de maneira inédita. A geração vivenciou o começo da internet discada, o uso de computadores em casa, quem tinha poder aquisitivo para comprar, lembro que tive que adquirir para digital meu trabalho de conclusão de curso e o advento dos primeiros celulares, só conseguir comprar aqueles aparelhos nada modernos um contraste com a realidade atual.

O curso de graduação avançava, já quase finalizando eu percebi que só os estágios obrigatórios não eram suficientes na minha forma, que eu precisava dar um salto maior, resolvi fazer um estágio na escola de aplicação da Universidade Federal do Para, estive a primeira vez em sala de aula como estagiaria do professor em escola de aplicação da Universidade, Núcleo pedagógico Integrado (NPI) isso em 2001, isso representou a minha primeira experiência em sala de aula, mesmo que fosse como estagiaria, passei ali um

ano contribuindo e as vezes assumindo a turma quando professor precisava se ausentar.

Aqui no curso de graduação tive experiências de ser bolsista de um projeto de pesquisa por dois anos, meus primeiros passos como pesquisadora iniciante, em projeto que trabalhava com comunidades na cidade impactadas por obras de desenvolvimento urbano, ali começava a minha paixão pela pesquisa.

Durante todo meu curso de graduação percebi pouca disposição dos professores para discutir temas relacionadas a temática étnico racial, acho que isso ficou uma lacuna na minha formação.

Umas das coisas que lembro foram as várias viagens de campo que realizávamos pelo interior do estado do para, contemplando a formação do bachelado.

O terceiro ciclo de conquistas pessoais e profissionais, formação e ascensão social como professora/educadora

Em 2001 fui trabalhar no Instituto Brasileiro de geografia e estatística como agente de pesquisa, tinha passado em um processo seletivo, esse foi meu primeiro emprego e apesar de ganhar pouco, conseguia me manter na universidade até a finalização do meu curso, entre despesas de passagens, xerox de textos e agora consegui comprar meu primeiro livro, guardo de lembrança até hoje.

Em 2002 prestei concurso para Secretaria Estadual de Educação do para (SEEDUC) antes mesmo de ter concluído o curso de graduação, a expectativa era que quando eu terminasse o curso já ter uma possibilidade ser funcionária pública, olha que deu certo.

Em 2003 finalizei e curso de licenciatura e bacharelado em Geografia e não tem como esquecer meu primeiro emprego na docência em escola particular com duas turmas no fundamental pela parte da manhã, foi quando eu realmente tive certeza da profissão que eu tinha feito a escolha certa, que o ensaio durante a infância agora se tornado realidade. Não tive uma festa de formatura, minha situação economia não me permitia e mesmo assim, o que mais interessava era finalizar o curso e conseguir trabalhar em uma escola para dar conta dos meus gastos mensais.

Primeiro concurso para professora da educação básica ser professora na escola do ensino médio onde concluí meus estudos

No ano de 2004 iniciei minhas atividades no curso de pós-graduação em agronomia, como aluna ouvinte, me preparava para ser aprovada no mestrado no ano seguinte ano seguinte. Em 2005 tive duas boas notícias passei no mestrado em agronomia na Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e fui chamada já em junho para assumir o concurso que tinha feito ainda na graduação da SEDUC, e vocês não acreditam com as fui trabalhar na minha antiga escola do ensino médio Pedro Amazonas pedroso

Durante o tempo que trabalhei nessa escola que foi de 2005 a 2008 construí amizades com as colegas de língua portuguesa, amizades duradouras que até hoje nos encontramos mesmo com pouca frequência para bater papo gostoso.

O significado dessas amizades entre professores representou uma fonte rica de troca de ideias e estratégias pedagógicas. O compartilhamento de boas práticas, materiais didáticos e desafios cotidianos ajuda a aprimorar o trabalho em sala de aula. A profissão de professor é muitas vezes desafiadora e estressante. Ter colegas que entendem as dificuldades do dia a dia, desde a pressão por resultados até o manejo de turmas difíceis, é fundamental para aliviar a carga emocional.

Uma rede de suporte, em um ambiente muitas vezes solitário, o grupo de amigas professoras serviu como um porto seguro. A escuta e o apoio emocional de quem vive as mesmas vivências são essenciais para manter a saúde mental e a resiliência.

Foi durante a realização do mestrado que conheci meu futuro marido, isso significou a união de interesses intelectuais e projetos de vida alinhados, além de uma parceria que se constrói em meio ao crescimento pessoal e profissional.

O ambiente acadêmico é desafiador e exigente. Encontrar um parceiro ali significou ter alguém que comprehende as pressões, os desafios e as celebrações da vida acadêmica. A parceria se desenvolve com base no apoio mútuo para a realização dos objetivos, tanto pessoais quanto profissionais.

Outras impressões que tive, é que a nossa história foi construída em um período intenso de aprendizado e desenvolvimento. Isso pode significar uma base sólida para um relacionamento que perdura, pois foi forjado na resiliência e no compartilhamento de sonhos e dificuldades. Embora a vida acadêmica exija foco e dedicação, o encontro inesperado de um parceiro nesse contexto pode ser visto como uma chance do destino, uma evidência de que o amor pode surgir nos momentos e lugares mais improváveis.

Esse momento da minha vida, como eu já tinha uma certa maturidade e resolvemos ficar noivos, em 2006 nos casamos apenas no civil, e dali delineamos alguns sonhos e metas para o futuro de duas pessoas que tinham algo em comum, a dedicação nos estudos. O casamento representou um vínculo estabelecido entre duas pessoas, mediante o reconhecimento governamental, cultural, religioso ou social e que pressupõe uma relação interpessoal de intimidade, cuja representação arquetípica é a coabitAÇÃO, embora possa ser visto por muitos como um contrato.

O mestrado é uma jornada acadêmica intensa voltada para a pesquisa, que requer um aprofundamento dos conhecimentos, desenvolvimento do pensamento crítico e elaboração de uma dissertação para a obtenção do título. Trata-se de uma etapa desafiadora, porém gratificante, capaz de modificar a relação do aluno com a pesquisa e sua área de atuação, fomentando a capacidade de discutir e argumentar fundamentadamente.

O mestrado, por si só, é um desafio intelectual que exige disciplina, autonomia e pensamento crítico. É um período de intensa imersão em um tema de pesquisa, o que pode levar a um grande crescimento profissional e pessoal. Entre os benefícios, destacam-se:

Auxílio na formação de um pesquisador, o objetivo principal é transformar o estudante em um pesquisador capaz de investigar e produzir conhecimento original.

Desenvolvi novas habilidades, o pensamento crítico, a escrita científica e a capacidade de trabalhar em equipe. E ampla rede de contatos, permite o contato com outros acadêmicos e pesquisadores, ampliando a rede de relacionamentos e oportunidades.

O grande ganho que tive além da dissertação no meu mestrado foi a oportunidade de ter sido orientada pelo meu orientador um grande pesquisador na área de solos, se chamava doutor Tarcísio, não era apenas um orientador e sim um verdadeiro pai em outra vida, sua preocupação com o nosso bem-estar era notório, além do seu auxílio para nossas necessidades econômicas, aquele ser realmente era fora do sério, o aprendizado e legado deixado por ele de ajudar as pessoas em suas necessidades, estimular a estudar, era uma pessoa muito querida por todos no ambiente onde trabalhava, de uma sensibilidade fora do comum, era um dos grandes pesquisadores da EM-BRAPA aqui na Amazônia.

Ele me proporcionou fazer a dissertação e pesquisa de campo em área de terra preta do índio, junto com uma outra pesquisadora no Museu Emilio Goeldi um outro ambiente singular e extraordinário de pesquisa.

Em 2007 conclui o mestrado em agronomia e iniciei o curso de doutorado como aluna especial, no início de 2008 logo no primeiro dia do mês de janeiro descobri que estava grávida, já estava intuído isso logo após o natal de 2007, a veio a confirmação com o teste de farmácia e depois de laboratório, um dos dias mais felizes da minha vida saber que estava carregando no meu ventre uma vida, outra boa e maravilhosa notícia pra o início do ano em 2008 passei no processo seletivo para o doutorado em Ciências agrárias na UFRA seriam quatros anos de dedicação entre as atividades de docência e atividades do doutorado.

O doutorado representa o nível mais elevado de titulação acadêmica em um campo de estudo específico. Mais do que um diploma, ele simboliza a capacidade do indivíduo de produzir pesquisa original e avançar o conhecimento humano em sua área.

A produção de conhecimento original, o principal objetivo do doutorado é a realização de uma pesquisa aprofundada, que resulte em uma contribuição inédita para a área. Essa pesquisa culmina na defesa de uma tese diante de uma banca de especialistas.

O doutorando se dedica a estudar um tema específico de maneira exaustiva, tornando-se um especialista na área. Isso vai além do conhecimento amplo adquirido na graduação e na pós-graduação lato sensu (especialização).

O que o doutorado representou na minha vida confere um alto grau de reconhecimento e qualificação no meio profissional e acadêmico, abrindo portas para oportunidades de emprego mais qualificadas. A preparação para um concurso público para professor de uma universidade pública era uma das metas a serem cumpridas com a obtenção desse título, isso era uma questão de tempo para realmente vir a ser realidade na minha vida, não que eu não gostasse de estar em sala de aula do ensino médio, mas eu tinha outros planos e desde a minha graduação eu tinha esse sonho de me tornar professora de uma universidade pública.

A experiência da maternidade, o nascimento do meu filho em 2008 representou um patamar que atingia de responsabilidade e que eu queria exercer com tamanha maestria, afinal eu idealizei esse momento, eu planejei. Eu acreditava está pronta para ser mãe de um menino, que eu pedia a deus que viesse com saúde e com as minhas características físicas, e deu certo. O Nascimento do meu filho, dei o nome de Tiago, um nome escolhido já a muito tempo e tinha um significado forte.

A experiência da maternidade é intensamente pessoal e transformadora, caracterizada por uma mescla de desafios, aprendizados e um amor incondicional, que pode resultar em uma imensa felicidade, porém demanda paciência e comprometimento. Trata-se de uma experiência singular, com nuances e ritmos distintos para cada indivíduo, que abrange não apenas o cuidado com a criança, mas também um profundo processo de autoconhecimento e reflexão sobre o mundo e o papel feminino. A maternidade contemporânea também é influenciada por elementos como a relevância de uma rede de suporte, isso eu tive da minha mãe e irmã mais nova do que eu, elas eram o suporte familiar que precisava para os momentos de necessidades, o efeito da carreira profissional e os desafios particulares de cada etapa do desenvolvimento da criança.

Ser mãe envolve um papel de guia e protetora, que exige estar sempre atenta e dedicada ao desenvolvimento do filho. Com a maternidade aflou em mim alguns sentimentos, até então ausentes, como fortalece os laços afetivos e aprofunda o amor incondicional, um sentimento que pode proporcionar uma felicidade imensurável. Também percebi que havia algo diferente, como o

aprendizado constante: A maternidade ensina novos valores, fortalece afetos e exige abertura para aprender com os filhos, tornando cada conquista um marco valioso.

Em 2011 resolvi fazer uma especialização na área de sensoriamento remoto e geoprocessamento, seria o que faltava na minha formação e garantiria a entrada em uma Universidade como professora, essa foi a única experiência realizada em uma instituição privada, esse curso de especialização representou uma via de aprofundamento e atualização profissional focada nas demandas do mercado de trabalho. Adicionar uma especialização ao currículo demonstrou buscar por qualificação contínua, o que aumentou a valorização profissional e foi possível abrir portas para novas oportunidades. Essas amizades construídas durante a especialização significaram a formação de uma rede de contatos sólida, focada em interesses e objetivos profissionais compartilhados, que vai além do aspecto puramente acadêmico. Elas representaram uma extensão do ambiente de aprendizado para o mercado de trabalho, gerando benefícios profissionais e pessoais. Aqui outro espaço e momento de construir amizades que perduram até hoje, foi um convívio de dois anos até a finalização.

Agora professora em uma universidade pública

O caminho para as professoras negras na Amazônia, especialmente no ensino superior, é repleto de obstáculos impostos por uma sociedade ainda marcada pelo racismo e pelo patriarcado. A história da população negra na Amazônia foi, por muito tempo, invisibilizada. Nesse contexto, a atuação das professoras negras é crucial para resgatar e valorizar essa narrativa, lutando por uma educação antirracista.

Minha intenção nesse ciclo da minha vida é trazer e abordar a trajetória como professora negra no ensino superior, revelando como e resistir e construir legados em ambientes marcados pela violência simbólica e estrutural.

Os meus escritos visam contribuir para que a educação possa ser uma ferramenta de transformação e de luta pela equidade racial e de gênero.

Na Universidade do Estado do Pará, onde fui aprovada por concurso em 2013 e convocada no mesmo ano, crio, em 2014, um projeto de extensão

para Comunidade Nossa Senhora do livramento, além do grupo de pesquisa geografia e cartografia na Amazônia (GEOCARTA), com uma linha de pesquisa sobre a educação étnica racial. Também pela UEPA, desenvolvi o projeto com os Quilombos Paraenses: Território, Memória, Identidade e Educação Patrimonial Em Comunidades Remanescentes Quilombolas Na Amazônia Oriental, de 2017 a 2018.

Quero aqui abrir uma lacuna para falar da minha experiência e convívio com a comunidade quilombola nossa senhora do Livramento em Igarapé Açu ao longo desses anos de pesquisa e vivência. A relação de uma pesquisadora negra com a comunidade quilombola em que atua é marcada por uma profunda e complexa interseção entre identidade, epistemologia e ética da pesquisa. Diferente do modelo acadêmico tradicional, que muitas vezes é extrativista e hierárquico, a presença de uma pesquisadora negra em um quilombo propicia uma abordagem decolonial, baseada na reciprocidade, no respeito e no reconhecimento mútuo.

O compartilhamento da identidade racial negra facilita o estabelecimento de laços de confiança e empatia. A pesquisadora é percebida como parte do mesmo grupo racial e historicamente oprimido, o que pode derrubar as barreiras de desconfiança que muitas comunidades tradicionais têm em relação a pesquisadores externos.

Valorização do conhecimento ancestral: A pesquisadora negra tem a oportunidade de reconhecer e valorizar o conhecimento ancestral e a sabedoria das mulheres e homens quilombolas não como “objetos” de estudo, mas como fontes legítimas de conhecimento. Isso subverte a hierarquia que historicamente desvalorizou saberes não-ocidentais.

Pesquisa engajada e decolonial: Muitas pesquisadoras negras adotam uma postura de pesquisa militante e engajada, onde a produção de conhecimento não é um fim em si, mas uma ferramenta para a luta por direitos e pelo fortalecimento da comunidade. A metodologia frequentemente inclui a participação ativa dos moradores na definição dos rumos da pesquisa.

Foco no protagonismo feminino: A presença de uma pesquisadora negra pode destacar o protagonismo das mulheres quilombolas, que historicamente desempenham um papel central na organização social, econômica e na

preservação cultural dos quilombos. Suas narrativas e cosmologias emergem com mais força.

A comunidade representou e representa um espaço de empoderamento mútuo, o que significa dizer que o processo de pesquisa não é de mão única. Como pesquisadora aprendi e aprendo com a comunidade, que por sua vez se apropria dos resultados da pesquisa para fortalecer suas próprias lutas. É uma relação de troca que contribui para o empoderamento de ambos os lados.

Desenvolvi com essa experiência a sensibilidade às questões raciais, ou seja, enquanto pesquisadora negra, acabei por vivenciar o racismo estrutural, tem uma sensibilidade aguçada para perceber e contextualizar as questões raciais que atravessam a vida na comunidade quilombola. Isso enriquece a análise e permite uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais.

Um outro elemento observado nessa experiência e trajetória de pesquisa foi o rompimento com o extrativismo acadêmico, ao contrário de pesquisadores que chegam, coletam dados e vão embora, eu me comportei conectada à comunidade, construindo um relacionamento de longo prazo. Acredito que enquanto pesquisadora me tornei uma que desenvolve uma colaboração contínua, onde os resultados são devolvidos e utilizados pela comunidade.

No sentido de construir e lutar por uma educação antirracista, aprovei alguns projetos intitulados em 2018 - educação e relações étnico raciais na escola quilombola: propondo oficinas lúdicas de bonecas Abayomi; em 2021 -Desatando Preconceitos E Amarrando Tecidos Bonecas Abayomi Como Estratégia De Ensino-Aprendizagem Da Geografia E Cultura Africana, em 2023 Africanidades: Articulando Saberes, construindo

Práticas” a partir de Oficinas de Produção das Bonecas Aboyomi, todos projetos coordenados por mim Alcione Santos de Souza. Em 2024 “Educação Escolar Quilombola: dialogando com os saberes e construindo materiais didáticos”. Também em 2024 em parceria com a professora Claudia Silva de São Miguel do Guamá criamos e submetemos Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) –Educação escolar Quilombola uma perspectiva interdisciplinar na Amazônia (2025/2026) desenvolvido na escola no Quilombo Nossa senhora do Livramento e em São Miguel do Guamá na comunidade Menino Jesus.

Em 2019 iniciei um outro doutorado em geografia na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em Natal mais uma imersão que tem forte influência com as comunidades quilombolas, trato dos conflitos entre as empresas de mineração e camponeses na Amazônia paraense, a parte empírica vai me proporcionar a aproximação e relação com as comunidades quilombolas, ribeirinhas, pescadores que são impactados pelos projetos de mineração no estado do Pará.

O tempo que realizei estudei as comunidades camponesas e sua vulnerabilidade social e econômica e ambiental, foi um laboratório de vida, e trouxe algumas reflexões de vida e revoltas pessoais. Saber e ver em lócus as pessoas morando sem a mínima condição, sem saneamento, seus rios e igarapés sendo contaminados pelos dejetos das empresas de mineração, observando a sua luta pelo acesso e permanência em suas terras, tomadas por esses empreendimentos minerários. Quando eu disse de indignação e revolta, e de encher os olhos de lagrima ver tanto descaso e omissão do Estado, que não exerceu seu papel com maestria porque tem seus interesses imbricados com os interesses das grandes mineradoras que tem atuação no nosso estado.

Ale da tese um outro instrumento de evidenciar e denunciar o que acontece com as comunidades camponesas realizei já no ano de 2022 o estágio de pós-doutorado, e como produto final desenvolvi um artigo apenas nas comunidades de Vila do conde, agora uma cartografia social na escola que tem alunos de várias comunidades que sofrem com o impacto do avanço da mineração em Barcarena.

Sobre a temática quilombola realizei a orientação de dois trabalhos de conclusão de curso na comunidade nossa senhora do livramento, um sobre a questão territorial e outro sobre a questão ambiental. Estou em 2025 também com a orientação de um trabalho de duas alunas do curso de pedagogia em Belém sobre a temática de cartilhas antirracistas para educação infantil. A minha imersão nessa temática a cada ano se estende ainda mais irei desenvolver um projeto de ações afirmativas a cartografia das mulheres negras nos dois quilombos: menino jesus e nossa senhora do livramento.

Desde 2024 sou também integrante do grupo de pesquisa de Pesquisa e Estudos Amazônia Antirracista (GEAMAR), participei de algumas reuniões,

e eventos e estou com grandes expectativas em participar da II marchas das mulheres negras que será realizada em dezembro de 2025 em Brasília.

A escrita desse texto me levou a momentos reflexivos e saudosistas, com lembranças positivas do caminho percorrido e com a certeza de que muitos voos e enxames ainda estão por vir. Minha trajetória, transformadas em narrativas, promovem um protagonismo que contribui para desconstruir padrões de poder e confrontar as ausências históricas que invisibilizaram a atuação da mulher negra.

Meus escritos ou narrativas utilizam a escrita e a pesquisa como ferramentas para evocar memórias e construir uma pedagogia social que critica a desigualdade. Procurei evidenciar a importância de uma perspectiva que une feminismo negro e educação antirracista.

Quero expressar que falei aqui e descrevi alguns fatos e acontecimentos importantes na minha história de vida e formação, e o combate pela pesquisa ao racismo estrutural, as desigualdades de gênero, classe social, a diferença de cor etc. As minhas histórias de vida evidenciaram a resistência e as lutas pela sobrevivência em uma região de desafios, como as das mulheres que saem do interior do estado, para estudar na cidade grande e que enfrentam o trabalho e a opressão para se manterem.

A importância desses escritos serve para marcar que o empoderamento feminino negro é um instrumento de luta que visa conscientizar a mulher negra sobre seu papel na sociedade, combatendo a subalternidade imposta e buscando justiça social. Ele abrange aspectos estéticos, culturais e a busca por equidade em diversas áreas. Além disso, a Interseccionalidade, a compreensão da minha identidade é atravessada pela interseção de gênero, raça e classe social. Essas opressões múltiplas historicamente me colocaram a em posições de desvantagem, mas também a tornaram uma potente agente de transformação.

A narrativa de mulher negra na Amazônia significa a ruptura com o silenciamento histórico imposto a esses grupos, dando visibilidade às suas lutas, resiliência e profundas conexões com o território. Ela representa a complexidade de uma identidade múltipla, marcada pela interseccionalidade de gênero, raça e regionalidade.

Meu objetivo foi contar nas minhas histórias, que assim como outras mulheres, de resgatar a ancestralidade africana na Amazônia e questionar o apagamento racial e o branqueamento de intelectuais negras na história. Ao darmos voz em nossas histórias, as mulheres negras da Amazônia influenciam o movimento negro e as pautas feministas, contribuindo para a luta contra o racismo e pela cidadania.

Essa minha narrativa de mulheres negras amazônicas não as define como uma categoria única, mas revela minhas vivências plurais e diversas. E expõem as duplas e triplas violências que sofremos, incluindo racismo, sexismo e as opressões decorrentes da pobreza e da marginalização na região. As minhas e outras histórias servem como instrumento de denúncia a violência estrutural e as relações de poder com base patriarcal que afetam as mulheres negras, como a violência doméstica e a acusação de promiscuidade.

O meu escrito que desenvolvi aqui e apenas uma parte das minhas memórias e narrativas, mas que ainda não finalizo aqui nesse espaço, procurei eleger apenas alguns momentos da minha trajetória e outros ainda estão por vir. O significado e o que esse escrito representou um revisitá em alguns lugares e momentos da minha vida pessoal e profissional, as vezes com gostinho de saudade, recordação e de olhar para um tempo passado, com a convicção que faria tudo novamente, que o percurso trilhado não foi fácil e simples, mais singular para deixar marcado na minha construção de identidade e personalidade de uma mulher negra na Amazônia. Esse escrito é um instrumento de reconhecimento do valor do protagonismo ao escrever nossas histórias, como estratégias para contribuir com o movimento de mulheres negras no Brasil, coaduna com um processo de mobilização promovendo uma rede de solidariedade racial como elemento de fortalecimento da autoestima e do processo organizativo das mulheres negras.

Em suma, preservar a memória da ancestralidade é um desafio, pois garante a continuidade dos saberes tradicionais dessas mulheres no futuro. Atualmente, essa memória está em risco devido ao modelo de desenvolvimento imposto à Amazônia, como os grandes projetos. O conhecimento tradicional é desvalorizado e considerado um atraso sob a perspectiva eurocêntrica, que o vê como um atraso no desenvolvimento do Brasil. Nossas antepassadas

nos motivaram a trilhar seu caminho e a persistir em nossa identidade como mulheres negras amazônicas. Estamos avançando para nos fortalecermos coletivamente enquanto mulheres negras amazônicas.

Portanto, a luta pela equidade e pelo reconhecimento da identidade da mulher negra é um processo constante. Para que as mulheres negras ocupem todos os espaços e tenham seus direitos reconhecidos, é preciso que a sociedade avance na superação das desigualdades de gênero e raça. A batalha é por um país mais equitativo, em que a cor não seja um obstáculo para a igualdade de direitos.

CAMINHOS ENTRELAÇADOS ENTRE SENZALAS, FLORESTAS, COZINHAS E ACADEMIA: PROTAGONISMO DE MULHERES PRETAS E INDÍGENAS QUE UNE O PASSADO, O PRESENTE E O FUTURO

Claudia do Socorro Carvalho Miranda

São tantos momentos que sedimentam a minha memória afetiva, muitos vivenciados intensamente, outros que foram transmitidos por meio de relatos de meus antepassados pretos e indígenas, influenciando a minha visão de mundo e a noção de pertencimento. Entretanto, todos significativos, pois estão incorporados na minha herança genética, cultural, psicológica e social, inclusive nos meus traços físicos e em algumas predisposições comportamentais. Diante da complexidade da temática escolhida é necessário iniciar essa narrativa adentrando pela minha história familiar, pois considero ser importante entender a resistência das mulheres que me antecederam, tornando-as protagonistas e peças fundamentais para desenhar minha trajetória de vida e a construção da identidade étnica, objeto deste relato.

Sou oriunda da cidade de Belém do estado do Pará, descendente de pretos e indígenas, filha de trabalhadores das camadas populares, que criaram e educaram, além de mim, mais cinco filhos. Desde muito pequena frequento ambientes escolares, mas foi em casa com minhas ancestrais que aprendi que o melhor percurso para viver em liberdade, passava pelos trilhos da educação, e nunca me afastei desse caminho. A primeira lembrança do contato com a minha negritude foi através dos cabelos de minha bisavó, Raimunda Melo, uma preta retinta que nasceu na época da Lei do Ventre Livre (1871). Ao pentear seu cabelo crespo e longo, semelhante ao meu, e ouvindo sua história de filha de mulher escravizada senti um misto de emoções, uma junção de medo do sofrimento da escravidão, e de admiração em saber como essa mulher tinha sobrevivido a tanta brutalidade e desrespeito humano.

Em sua voz fraca em decorrência da idade, falava sobre a transmissão de saberes culinários repassados por sua mãe, bem como da tutela dos senhores até a maioridade, no ambiente da senzala de um casarão no distrito de Cafetal em Barcarena, localizada às margens do rio Cafetal (Figura 1). Esse casarão foi construído no século XVII, e fazia parte da fazenda, na qual funcionava um engenho onde vários pretos eram forçados a trabalhar. Em seus relatos sobre as condições de vida, mencionava o porão onde havia um misterioso fosso no qual os proprietários da casa lançavam os escravos considerados rebeldes. Falava na desumanização e no sofrimento que nossos parentes (antepassados) sofriam em seus trabalhos, bem como dos encontros e desencontros de familiares, amigos e amores vivenciados no passado.

Nesse contexto, o(a) negro(a), ao ser escravizado(a), era tornado(a) como mercadoria e propriedade do senhor branco. Portanto, destituído(a), espoliado(a) de sua humanidade, tornando-se uma coisa (Moura, 1988). A situação da mulher era ainda pior, pois, “transformada em objeto de trabalho era, também, objeto de uso sexual do senhor”, numa tripla condição: mulher, negra e escravizada. Para Florestan Fernandes (1976), o sistema escravista brasileiro tratava os negros como mercadoria, negando-lhes a condição de sujeitos plenos e reduzindo-os a objetos de propriedade. Ele afirma que a escravidão no Brasil não foi apenas uma exploração econômica, mas também um processo de desumanização que objetificava os corpos negros, negando-lhes direitos e identidade.

Sem ter noção de sua importância, minha bisa foi testemunha ocular de iniquidades sociais que refletem a brutalidade e as injustiças da escravidão, as quais a sociedade humana deve se envergonhar. Seus relatos foram e são importantes para reconstrução de uma história institucionalizada que a sociedade frequentemente tenta apagar. Suas histórias transmitidas de forma oral sempre associadas a grandes momentos emotivos traziam a maldade, a perversidade e o horror vivenciado por famílias de pretos escravizados sem direitos à liberdade e à vida. Na época, com 08 anos de idade, não reconheci nessa experiência a conexão identitária com a história dela, todavia a admiração por sua resistência permaneceu na memória afetiva de minha vida.

Figura 1 – Casarão Cafezal, município de Barcarena no estado do Pará.



Fig. 18: Engenho Cafezal, Barcarena.

Acervo: IPHAN.



Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2022; Marena Salles, 2020.

O aprendizado culinário dos ancestrais de minha bisavó foi repassado para suas duas filhas, Bibiana Melo e Joana Raposo Melo, sendo a mais velha a minha avó paterna, outra preta retinta, mãe de seis filhos (Figura 2). Esse conhecimento desenvolvido com maestria possibilitou a sua sobrevivência, permitindo o sustento de sua família, pois conhecida como uma grande cozinheira e “banqueteira” era chamada para trabalhar na cozinha das autoridades da época, em que pese o contexto de desvalorização e sobrecarga de trabalho. Com o domínio das técnicas e receitas ancestrais trabalhou preparando os banquetes dos governadores do estado do Pará, entre os quais Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, eleito três vezes para governar o território paraense e como cozinheira de Zacarias de Assunção, interventor federal nomeado pelo Presidente da República como governador do estado.

Figura 2 – Minha avó, Joana Raposo Melo, e seus descendentes.



Fonte: Arquivo pessoal.

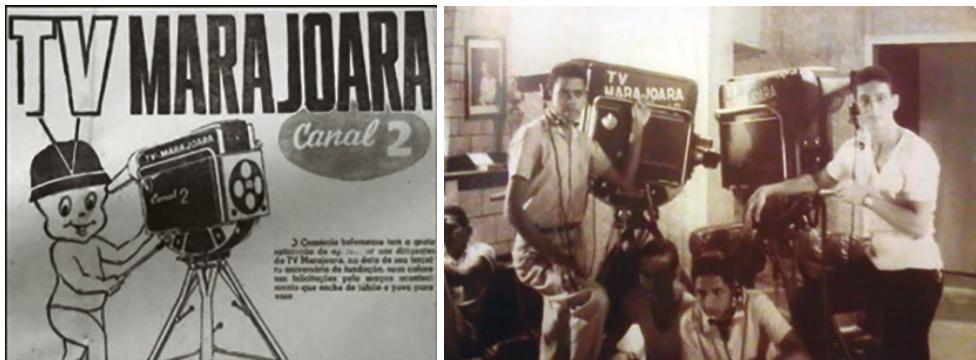
Como mãe solteira em situação de vulnerabilidade complementava a renda familiar com a venda de pupunhas e amendoins realizada por seus filhos mais velhos (meu tio e meu pai) nas ruas de Belém. A situação de humi-

lhação e desrespeito continuava e se perpetuava em nossa família na imagem desses meninos. Durante anos essas crianças atravessaram os bairros de Belém na busca de sua sobrevivência. Com todas as dificuldades financeiras, o dinheiro economizado com o trabalho das ruas e da cozinha possibilitou a compra da primeira casa de nossa família, na travessa Humaitá, no bairro da Pedreira, palco de muitas histórias que me transportam de volta à infância.

Ao passar dos anos, minha avó na cozinha de uma das casas onde trabalhava, conheceu o fotógrafo e diretor Fernando Melo, conseguindo um emprego de serviços gerais para seu filho mais velho, que finalmente saiu das ruas. Vale ressaltar que esse profissional marcou a história do cinema do Pará, trabalhou como fotógrafo em produções dirigidas por Líbero Luxardo, como no filme *Brutos Inocentes*, de 1974 e dirigiu curtas-metragens e documentários, sobre a inauguração de obras em Belém, em 1954.

No decorrer do tempo, ao trabalhar com Fernando Melo, meu tio ao observar, pedindo informações e ajudando quando solicitado foi aprendendo o ofício de fotógrafo e a arte de cinematografia. Posteriormente, conseguiu ser contratado pela TV Marajoara, instalada no mesmo terreno que abrigava a rádio, localizada na avenida São Jerônimo (hoje, Governador José Malcher) (Figura 3). Ensinou o ofício da produção de imagem para seu irmão e levou este companheiro de venda de rua para trabalhar na mesma empresa.

Figura 3 – Equipe de cinegrafistas e operadores da TV Marajoara em Belém do Pará.



Fonte: Memória da televisão paraense, 2002.

Começaram como ajudantes de iluminação e em decorrência de suas competências e habilidades tornaram-se referências na imprensa do estado do

Pará, meu tio José Raposo de Miranda, como fotógrafo do jornal A Província do Pará; e meu pai, Luís Haroldo Raposo de Miranda, como cinegrafista da TV Cultura. Este último profissional ganhou as duas edições do prêmio Edgar Proença, como melhor cinegrafista do estado do Pará e concomitantemente arrumou emprego para seu filho mais velho José Luís Carvalho Miranda na imprensa, que posteriormente veio a se formar em jornalismo pela Universidade Federal do Pará.

Essa situação vivenciada por meus ancestrais é um reflexo da falta de oportunidade que afetou inúmeras famílias descendentes de escravizados que saíram das senzalas sem medidas de reparação ou políticas públicas que garantissem seus direitos civis. Essa negação de direitos impactou de forma direta na vida dessas pessoas, pela falta da cidadania plena e a inclusão social. Em uma situação de exclusão e vulnerabilidade, sem acesso à educação, saúde, moradia e ao mercado de trabalho ficaram sem condições dignas para sobreviver. Foram humilhados, criados sem nenhuma proteção do estado, apenas com a presença de Deus em suas vidas.

Minha avó ao preparar seus pratos transmitia uma herança cultural rica e complexa que marcou a memória afetiva de seus descendentes. Lembro com frequência do aroma de sua maniçoba que ultrapassava o interior de sua casa e penetrava na rua, invadindo, sem pedir licença as casas dos vizinhos, bem como do sabor de sua feijoada e dos doces servidos nas ladeiras, cantadas em latim. Adorava ver a movimentação da família nos dias de festa, a casa reunia mais de 30 pessoas, entre filhos, netos e bisnetos, para a preparação do evento.

A maniçoba na lenha no quintal (Figura 4), os doces de maracujá, o bolo de abacaxi, a torta de frutas com recheio de cupuaçu com pedaços de fruta e a disputa entre as crianças para quem comeria antes da hora. Enfim, todos esses elementos criavam rituais que marcavam a vida da família. A comida se entrelaçava com a fé e a tradição, tornando-se uma parte especial das celebrações, sendo o catalisador da alegria que fortalecia os laços afetivos que conectava as gerações presentes.

Figura 4 - Figura ilustrativa de minhas lembranças na casa de minha avó durante os eventos festivos.



Fonte: Acervo da autora.

Outra lembrança que remete a minha infância e traz à tona a importância de meus ancestrais na construção de meu empoderamento enquanto preta, é a manifestação cultural que minha avó apresentava quando solicitada pelos vizinhos e autoridades da época, denominada “As Pastorinhas”. Essa manifestação representada por um conjunto de tradições, expressões dramáticas, carregadas de significado, relatava a trajetória do pastor em busca de uma ovelha perdida, uma adaptação popular da parábola que apresenta um forte significado religioso e cultural, utilizada para ensinar valores sobre perdão e cuidado.

Essas representações teatrais da cultura popular, apresentadas ao ar livre eram adaptadas e dirigidas por essas mulheres pretas, tendo como atores seus filhos, sobrinhos e pessoas ligadas a família, sendo aprendida por transmissão oral através de gerações. Não tive oportunidade de assistir esses eventos culturais, visto que compõe a história de vida da minha família anterior ao meu nascimento. Porém, minha avó sempre que tinha oportunidade apresentava as histórias cantadas para os netos, um canto triste cheio de dor, revolta e luta.

Não posso deixar de ressaltar a importância da minha prima Isabel Melo das manifestações culturais da época, ela foi uma das precursoras dos “Pássaros do bairro da Pedreira”, muito conhecido em Belém e do Carnaval deste bairro.

A herança dessas mulheres impactou não apenas a vida dos meus antepassados, mas também a da minha geração, mantendo viva a memória e a força dessas protagonistas pretas. Não posso deixar de externar o turbilhão de emoções que sinto ao relembrar esses momentos carregados de afeto e protagonismo feminino que me remetem aos 300 anos de escravidão e aos 137 anos de “liberdade”, preconizado pela Lei Áurea refletida em diversos dispositivos legais e normativos. Como a quinta geração descendente de pessoas escravizadas e indígenas, considerando as minhas bisavós como referências, esses eventos estão muito próximos de minha existência, enquanto pessoas humanas me fazem pensar o quanto ainda temos que lutar pela nossa garantia de direitos basilares como representante da população preta.

Essas histórias marcadas pelo racismo e pelo sexism simultâneos, envolvendo interseccionalidades, cujas implicações atravessam o acesso a direitos, oportunidades e reconhecimento social, são fatores determinantes para que as descendentes da falsa liberdade que mascara as iniquidades sociais, criando a ilusão de estabilidade e justiça, transformem o levantar de cada amanhecer em um renascer de resistência na busca de se reinventar para o enfrentamento dos desafios decorrentes das desigualdades estruturais veladas sob a forma da manutenção da ordem e da harmonia social, configurando barreiras concretas e simbólicas ao acesso à cidadania plena.

Nessa complexa tapeçaria que forma minha identidade, não tenho momentos de convivência com minha bisavó materna biológica conhecida como “Dada”, uma indígena descendente da etnia Camutá, do tronco Tupinambá, nascida na vila do Carmo, no município de Cametá. Embora este município seja originário da nação Tupinambá (Camutás, Pacajás e Parijós) (Figura 5), o apagamento histórico dessas etnias na formação desse recorte territorial e na minha relação familiar é resultado de uma grande engrenagem social dos colonizadores e opressores de diferentes épocas, que reflete a iniquidade social, enraizada no etnocentrismo e no racismo estrutural vivenciada por esse grupamento populacional, no território brasileiro.

Figura 5 – Indígenas originários das etnias Camutá, Pacajá e Parijó, do trono Tupinambá, município de Cametá.



Fonte: Tupinambá, 2025.

Para Ribeiro (2005) a exclusão social e econômica dos indígenas é acompanhada pela exclusão cultural e simbólica. A imagem social dessa categoria social ao longo da nossa história transita do cruel e desumano canibal ao selvagem infantil e ingênuo. Ainda na atualidade, estudos mostram que muitos dos povos indígenas ainda são vistos como bárbaros ou primitivos, percebidos sem nenhum tipo de refinamento ou “civilidade”, e suas características são associadas às de animais ou de crianças. É uma violência que esconde o preconceito de um país que não assume sua pluriétnicidade e não aceita que as pessoas possam viver com costumes e culturas diferenciados dentro do mesmo país.

Nesse sentido, Neves, Athayde e Baniwa (2023) destacam que o apagamento cultural dos povos indígenas na Amazônia não é apenas histórico, mas

um processo contínuo, sustentado pela falta de políticas públicas, pela marginalização e pela exploração territorial. Esse silenciamento impede a transmissão de saberes, línguas e práticas tradicionais. Na minha família, a vergonha associada à ancestralidade indígena causou uma ruptura geracional e a perda de conhecimento sobre essas pessoas. Apesar de minha bisavó e avó indígenas continuarem frequentando a casa de minha avó adotiva, o silêncio sobre sua origem perdurou até 14 anos de idade, era vergonha ser filho de “índio”. Sempre que errava algo, ou falavam de sua aparência, ouvia de terceiros que conheciam sua origem: - “Tu não negas ser filha de índio”.

No entanto, o peso desse segredo a acompanhou por toda a vida, manifestando-se em um profundo mal-estar e numa rejeição inconsciente de suas próprias raízes, que só viria a compreender muitos anos depois. As insinuações maldosas de terceiros funcionavam como chicotes, reforçando a ideia de que a sua origem era uma mancha que precisava ser escondida a todo custo. No fundo, essa vergonha imposta não era da minha mãe, quando jovem, mas sim da sociedade que a oprimia. Era a manifestação de um racismo estrutural que, por meio de comentários sutis e violentos, tentava destruir a autoestima e a conexão dos povos indígenas com sua cultura. Esse mecanismo colonial de apagamento é um processo contínuo que continua e se perpetua nos dias de hoje, na negação dos direitos ao reconhecimento das terras indígenas.

Embora essa lacuna de conhecimento da origem indígena tenha nos deixado órfãos de uma parte fundamental de nossa identidade, posso afirmar com toda certeza de que essa conexão identitária está presente em dimensões que vão além da genética quantitativa, ela também envolve a dimensão espiritual. Ela se manifesta em práticas e valores do cotidiano, no gostar de manejar a terra, nos estudos sobre a produção social e ambiental de doenças, na defesa da Saúde Única, no reconhecimento da importância desse povo para continuidade à vida na terra, bem como no olhar sobre a conexão entre os seres e seu ambiente, no entendimento da vida existente além dos olhares humanos, entrelaçados abaixo do solo, nas raízes das árvores e ao mesmo tempo no ar através da vapores de água, na formação dos rios voadores.

Ao migrar para Belém, minha bisa indígena enfrentou a pobreza, o preconceito, a violência, o racismo e a falta de acesso a serviços básicos, sendo

suas contribuições e histórias invisibilizadas ao longo do tempo. Como grande conchedora dos efeitos das ervas medicinais para as “dores da alma e do físico” e dos segredos das florestas, sobreviveu como fornecedora desses recursos naturais para moradores da cidade. Essa sabedoria tradicional foi um elo que levou ao encontro com a Senhora Sofia de Souza Carvalho, moradora do bairro Umarizal, muito conhecida em Belém por sua profissão de parteira e benzedeira. A relação estabelecida por essas mulheres por meio do saber ancestral, simboliza o rico entrelaçamento dos saberes tradicionais na Amazônia, bem como retrata os laços alternativos de cuidado para o enfrentamento de suas realidades que não é contado pela história escrita.

Devido à grande complexidade e entrelaçamento da história, cabe destacar que a casa da Dona Sofia funcionava como uma rede de apoio informal, um refúgio para mulheres que, por diversos motivos, precisavam de suporte durante a gravidez e o pós-parto, visto que a assistência médica e social era precária ou inacessível para as camadas mais pobres da população. Essa senhora exercia uma função que ia além do parto, oferecendo não apenas cuidados de saúde, mas também acolhimento emocional e social. Nesta casa, por meio das mãos desta parteira, minha avó indígena Erotilde Batista deu à luz a minha mãe Jacitara Sofia de Souza Carvalho. Cabe destacar, que nesse local nasceram duas gerações da família, minha mãe, que foi adotada como filha por essa parteira e a autora deste relato.

A casa da minha avó adotiva, se tornou um símbolo de vida, afeto e continuidade para mulheres que tiveram filhos pelas mãos dessa profissional, e que por muitas vezes por não ter para onde voltar ficavam ajudando nos serviços domésticos que sempre se apresentavam em grande demanda. Cabe destacar que esse ofício foi reconhecido como Patrimônio Cultural do Brasil em 2024, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), e com muito orgulho tenho a minha história entrelaçada nessas raízes fincadas pelo protagonismo feminino.

Os movimentos festivos sempre estiveram presentes na minha família. O terreiro junino da minha avó Sofia adotiva era um grande dia na rua João Balbi, com comidas típicas e música ao vivo, mas a atração principal era a quadrilha “Chave de Ouro”. organizada por minha avó e dançada

pelos moradores do bairro. Embora não haja registros públicos sobre essa quadrilha, seus momentos vivenciados no coletivo estão vivos na memória afetiva de quem participou. Por algumas vezes, encontramos pessoas que ao saber de nossa origem, afirmam que dançaram e foram felizes no terreiro da dona Sofia, inclusive foi onde minha mãe conheceu meu pai.

A experiência de ouvir essas vivências ricas e cheias de emoção em um contexto histórico, no qual o protagonismo de mulheres era apagado, demonstra como a arte é uma forma de empoderamento que transcende o palco e atinge a vida real. Minhas ancestrais não apenas preservaram a cultura, mas a moldaram e a transmitiram com liderança e criatividade ensinamentos significativos em um país onde a história escrita oficial marginalizava e marginaliza a experiência feminina.

Percorrer as trilhas da minha trajetória de vida que levam à construção dessa narrativa não é uma tarefa fácil, apresenta certa complexidade, pois além das exigências do ritual acadêmico-científico, existe substancialmente a necessidade da objetividade imposta pela fidelidade e cronologia dos fatos, na qual a sincronia do passado, presente e futuro são essenciais para a compreensão dos diferentes contextos envolvidos. Assim, os anos passaram, a senzala, a cozinha, as ruas deram lugar para outros ambientes e outros personagens, que continuaram a vivenciar com outra roupagem, a persistência da desigualdade racial e o preconceito que afeta os descendentes de grupos étnicos que foram escravizados, ou seja, a mudança da forma física dos espaços (da senzala para outros ambientes) não significou o fim das injustiças vivenciada por meu povo.

Neste momento, vale lembrar Santos (1987), para perguntar quantos habitantes no Brasil são cidadãos? Quantos nem sequer sabem que não são. Para este autor o simples nascer investe o indivíduo de uma soma inalienável de direitos, apenas pelo fato de ingressar na sociedade humana viva, tornar-se um ser no mundo, é assumir com as demais, uma herança moral, que fez de cada um portador de prerrogativas sociais. Direito a um teto, à comida, à educação, à saúde, ao trabalho, à justiça, à liberdade e a uma existência digna.

Contudo, as afirmações supracitadas nos remetem afirmar que há uma grande contradição entre o ideário da lei e a realidade apresentada no território brasileiro. De um lado a lei, preconizando que a educação é um direito fundamental a ser assegurado com prioridade absoluta às crianças e aos adolescentes, bem como a proteção de sua vida. De outro lado, a realidade que conduz à lógica da exclusão e suas consequências, ou seja, crianças fora da escola tendo que lutar por sua inclusão social e sobrevivência. Desta forma, ainda que a educação básica seja uma determinação constitucional, conforme estabelece a Constituição de 1988, afiançado pelo Estado, o que se verifica é a prática contínua de falta de oportunidades.

Assim, como muitos de minha classe social, eu e meus 5 irmãos tivemos uma infância difícil, cercada por dificuldades socioeconômicas, racismo ambiental, insegurança alimentar e segregação residencial que impactaram diretamente na nossa qualidade de vida. Para exemplificar a luta constante de minha geração pelo processo de transformação social, tenho em minha memória o esforço de meus irmãos e primos que apesar de todas as dificuldades se debruçaram nos estudos para alcançar dias melhores, e por motivos de enfrentamento às desigualdades sociais amadureceram de forma precoce.

Eu e meus irmãos (Nazaré do Socorro Carvalho Miranda, José Luís Carvalho Miranda, Haroldo Rivelino Carvalho Miranda, Frederico José Carvalho Miranda e Débora do Socorro Carvalho Miranda e nosso irmão de alma Renato Ferreira) assumimos essa responsabilidade e de forma inconsciente ou consciente fizemos uma grande “corrente de superação”, negando nosso destino, fortalecendo uns aos outros e buscando um futuro melhor para superar as adversidades e alcançar objetivos maiores, na qual cada um era um elo que deveria se alinhar, puxar o outro. Assim, em uma casa de chão batido, de madeira, sem cadeiras, com muitas goteiras e nenhum tipo de conforto básico, nossa geração começou sua jornada de “mudança de vida”. Estudávamos de forma contínua na esperança de um futuro melhor. Lembro que toda noite/madrugada nos sentávamos (eu e minha irmã mais velha) em um banquinho de tijolo próximo ao chão e em um botijão de gás vazio, para rever o conteúdo ministrado em aula, visto que tínhamos algumas lacunas de conhecimento e o vestibular exigia um aprendizado conteudista.

Morávamos na rua Três de Maio, na época uma considerada periférica, sem pavimentação, a qual sofreu alagamentos frequentes. Éramos vizinhos de muitas pessoas trabalhadoras honestas, de grandes traficantes e de pessoas que por diversos motivos tinham entrado no mundo das drogas. Minha mãe, administradora da família, com medo de que seus filhos homens tomassem caminhos duvidosos, colocou meus irmãos mais novos na Federação Educacional InfantoJuvenil (FEIJ), localizada na Avenida Governador Magalhães Barata, instituição de ensino conhecida por seu trabalho com jovens e crianças. Essa instituição e os conselhos do conhecido Chefe Camillo Martins Vianna, um médico ambientalista paraense, que fazia parte dessa organização, influenciaram de forma positiva na criação das crianças da Três de Maio, inclusive meus irmãos.

As crianças faziam esportes, acampamentos, tinham aulas de liderança e de como ser uma pessoa digna por meio da educação. Lembro dos torneios de natação, futebol e tênis de mesa que a família participava. Minha mãe sempre relata o quanto todos esses eventos ajudaram na criação de seus filhos, ensinando valores de dignidade e tirando-as das brincadeiras da rua, um grande fator de risco para os filhos da classe trabalhadora em ambientes periféricos. Lembro que os meninos da FEIJ sempre eram chamados para fazer atividades na rua. Desta forma, alguns deles participavam das atividades do Centro Espírita ensacando leite (“leite peidão”), torradas, e outros alimentos, para enviar a Colônia de Marituba (Pará), um hospital-colônia para tratamento de hanseníase, fundado em 1942 e desativado em 1986.

O dia da convocação para o ensacamento dos produtos era uma festa, me divertia vendo os menores trabalhando e comendo os lanches servidos como gratificação. Todos esses momentos coletivos nos fizeram crescer e respeitar os moradores da rua e até os dias atuais, participamos de eventos religiosos e profanos coletivos que nos faz mais forte quanto pessoas, a exemplo, o Círio da Travessa Três de Maio, a quadrilha do terreiro da Tia Tata, e o bloco crítico carnavalesco “Remando Contramaré”, puxado pelo cantor Eloy Iglesias, tendo como idealizador e compositor o professor Iorque Garcia Filgueiras. Cabe destacar que todos esses eventos são organizados por seus antigos moradores (Figura 6).

Figura 6 – Registro do Círio da Travessa Três de Maio e do bloco “Remando Contramaré”.



Fonte: arquivo pessoal.

Ao fechar os olhos, lembro de cada passo do processo de construção dessa jornada, marcado por interações complexas entre as alegrias dos encontros e as dificuldades dos desencontros. Era uma jornada difícil, gradual e contínua na busca por um propósito comum de contribuir com a vida de todos, garantindo que ninguém desistisse ou ficasse para trás. Cabe destacar o menino Frederico José Carvalho Miranda que se tornou homem muito cedo e liderou muitas batalhas nessa trajetória. Nesse esforço coletivo e individual, utilizamos como estratégia de enfrentamento à educação e a responsabilidade compartilhada, sustentada por fortes laços interpessoais entre os irmãos. Hoje, todos os irmãos e primos dessa geração são formados nas mais diversas áreas de conhecimentos (professores, advogados, médicos, odontólogos, bio-

médicos, biólogos, enfermeiros, jornalistas e administradores etc.) e lutam ainda hoje por dias melhores para seus descendentes.

Ressalto a esperança da pedagogia Freireana (1988) para afirmar que: o homem faz a história, o homem pode mudar o mundo. É limitado, contingenciado pelas condições concretas da realidade, mas não é determinado por elas. Pode e deve mudar o mundo com sua inteligência e com sua ação. Por sua vez, a educação é, ou deve ser instrumento dessa ação, na medida em que possibilita tomar consciência da realidade em que vive e, em consequência, agir para transformar esta realidade. Apesar dos conflitos pessoais e coletivos, conseguimos ir muito além do esperado, juntos construímos as casas de nossas famílias. Esse evento não foi apenas uma conquista material, simbolizou a materialização da superação das dificuldades e a transformação da realidade por meio do trabalho e da união.

Assim, como exemplo da dedicação de minha geração ao processo de transformação social, faço uma síntese da minha vida escolar/acadêmica. Fui alfabetizada em casa por uma professora aposentada, minha tia Dolores Paes de Andrade, minha mãe de alma, da qual carrego grandes lembranças de minha infância, pois me deu carinho, amor, dedicação e ajudou com muita paciência a adentrar pelo mundo da leitura, enquanto minha mãe biológica lutava diariamente para contribuir com o sustento familiar. Posteriormente, estudei nas escolas públicas, onde concluí meu ensino fundamental. Faço questão de destacar a importância da escola pública na minha vida profissional e manifesto gratidão a cada professor e professora que participou dessa jornada.

Meu ensino médio foi realizado no Colégio Marista Nossa Senhora de Nazaré, no qual eu minha irmã mais velha ingressamos por meio de um processo seletivo para aquisição de bolsas de estudo. Nesse momento, tivemos a oportunidade de vencer nosso primeiro grande desafio, fomos aprovadas com boas colocações. A estrutura da escola e a qualidade dos profissionais envolvidos na formação dos alunos foram fundamentais para suprir lacunas não contempladas em meu ensino fundamental, apesar do preconceito sofrido por colegas durante minha formação. Terminei muito cedo a educação básica, antes de completar 16 anos, e, por ser considerada uma pessoa muito

estudiosa por todos que viviam ao meu entorno, era convidada para ministrar aulas de reforço como professora particular de disciplinas básicas para filhos de moradores da minha rua, o que me permitiu o acesso à renda.

No ano seguinte à conclusão de meu ensino médio, tive a oportunidade de participar de outro processo seletivo para preenchimento de vagas em um projeto social do Colégio Ideal, no qual fui aprovada e tive a possibilidade de fazer um curso preparatório para o vestibular, sem ônus financeiro para minha família. Apesar da grande vontade de estudar, a dinâmica da vida mostrou que, muitas vezes, as histórias individuais não ocorrem de forma linear. No segundo semestre de 1982, tive que me afastar de meus objetivos devido a um acidente automobilístico.

Acredito que não preciso detalhar as dificuldades que o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) apresentava para atendimentos nas décadas passadas, tampouco ressaltar as situações vivenciadas pelo intercorrido. No entanto, destaco a força que me fez superar as cicatrizes e acreditar no empoderamento humano. Tinha que buscar novos horizontes para minha família. Sim, a força dos escravos e indígenas na busca da liberdade, com uma outra perspectiva, mas com semelhante significado, a quebra das correntes, dos elos que nos prendem a falta de acesso a direitos basilares.

Essa força me impulsionou a seguir obstinada em direção às minhas metas de vida. Assim, entre diversas cirurgias e o grande receio de perpetuar a miséria socioeconômica da família, retornoi aos estudos e prestei vestibular no mesmo ano. Infelizmente não fui aprovada. Continuei estudando, tendo como exemplo minha irmã Nazaré do Socorro Carvalho Miranda e nosso primo Paulo Sérgio Miranda que já tinham entrado na Universidade Federal do Pará- UFPA. Teria que dar continuidade ao legado, exemplo para todos que viriam posteriormente, nossa única referência de academia era o filho caçula da nossa avó Joana, Paulo Fernando Raposo Miranda, que formou em Licenciatura em biologia pela UFPA. No ano de 1984, fui aprovada no curso de Bacharelado em Ciências Biológicas - Modalidade Médica na UFPA.

Essa conquista foi muito gratificante e teve um grande impacto na minha história pessoal e profissional. Esse ingresso representa um feito significativo

para os filhos oriundos da classe trabalhadora, uma vez que as oportunidades de ascensão social são bastante desproporcionais entre as diferentes camadas da sociedade, tornando necessário superar as barreiras que se intercalaram no caminho para alcançar seus objetivos. Como a necessidade continuava, eu e minha irmã chegávamos cedo na UFPA, para vender Monteiro Lopes em toda a instituição. Saímos oferecendo para os estudantes sentados à margem do rio Guamá e em toda a instituição. Ficávamos muito felizes quando conseguíamos vender tudo, poderíamos ajudar com as despesas da casa.

Quando ingressei na UFPA, o curso de Bacharelado em Ciências Biológicas – Modalidade Médica ainda estava em fase de consolidação. Considerando um curso novo, apresentava grandes demandas em sua matriz curricular e no mercado de trabalho. No seu contexto histórico, a instituição havia formado a primeira turma em 1974, e a profissão foi regulamentada apenas em 1979. Nossa turma iniciou uma luta coletiva local e nacional para a organização do curso. No decorrer da graduação, encantada com a explicação biológica da área médica e com a possibilidade de ter mais um curso que ampliasse o meu mercado de trabalho e contribuísse financeiramente com as minhas demandas individuais e familiares, ingressei no curso de Licenciatura Plena em Biologia, na mesma Instituição de Ensino Superior. Prossegui com minhas graduações concomitantemente, tendo concluído em anos subsequentes.

Devo ressaltar que, no decorrer dos cursos, tive o prazer e a honra de desenvolver relacionamentos afetivos com estudantes das diferentes áreas do conhecimento, com os quais ainda mantenho uma relação próxima e respeitável, entre os quais o Dr. Nelson Veiga Gonçalves e a Dra. Ana Cecilia Cruz, hoje meus colegas da UEPA. No decorrer do tempo compartilhamos muitas coisas em comum que nos aproximaram e nos identificaram por sentimentos, ações e práticas. O convívio com essas pessoas influenciou meu engajamento na militância do movimento estudantil e no credo do processo de transformação social.

Éramos jovens vivenciando o período pós ditadura, em sua fase de transição para o processo democrático. Lutamos pela meia passagem, restaurantes universitários, respeitos às minorias (mulheres, indígenas, pretos e homossexuais) e principalmente por um país de direitos e oportunidade

para todos, independentemente de sua classe social, etnia ou identidade de gênero. Lembro de cada momento como se fosse único, os olhos brilhantes de jovens imbuídos pela sede de mudanças, cheios de emoção e de coragem diante de cavalarias e das armas do opressor.

Diretas já!! Direitos já!! Oportunidades já!! Essa era a luta, e ainda é nosso grande desafio no presente e para o futuro. No movimento estudantil, aprendi a acreditar que a luta coletiva seria imprescindível para conquistar a liberdade e concretizar projetos de vida. Atualmente, parte do que faço é reflexo dessa vivência compartilhada. Busco, de diferentes formas, seja nos meus escritos ou na minha profissão, expressar a necessidade premente e plural de diminuir as iniquidades sociais por meio do engajamento de sujeitos sociais.

O anseio pela pós-graduação era uma necessidade “visceral”. Contudo, as demandas familiares e individuais não me permitiam visualizar o ingresso em um mestrado, pois não havia opções de programas direcionados à área biomédica no estado do Pará. Na época, os alunos interessados em dar prosseguimento aos seus estudos deveriam ingressar em programas de outras unidades da federação. Sem condições de dar continuidade a minha vida acadêmica adentrei no mercado de trabalho como docente da disciplina biologia e como biomédica.

Ressalto que no primeiro ano do curso de licenciatura em biologia, comecei a atuar como professora nos cursos preparatórios de vestibulares que me possibilitou contribuir com meus irmãos mais novos e vizinhos, que tiveram a oportunidade de estudar em curso específico, considerado de elite, da área de ciências biológicas, do professor Sérgio Marinho. Essa inserção em curso com grande estrutura logística contribuiu de forma significante para a quebra dos elos que nos ligavam à falta de oportunidades, pois possibilitou a entrada de meus irmãos e vizinhos nas universidades públicas em diferentes cursos da área da saúde.

Meu ingresso no magistério público do Estado levou-me a experienciar durante uma década um projeto de inclusão educacional do Estado do Pará, intitulado “Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME)”. Esse projeto me oportunizou uma grande experiência profissional, pois sua dinâmica estruturada em itinerâncias, a cada dois meses, por diferentes municípios, das mesor-

regiões do Estado do Pará, me proporcionou um aprendizado imensurável, a partir da convivência com as populações tradicionais, quilombolas, ribeirinhas, assentadas e indígenas. Apoiar-se nessa diversidade cultural no fazer Educação, foi verdadeiramente a maior âncora de crescimento pessoal e profissional de fortalecimento de meus aportes adquiridos na graduação acadêmica.

No SOME, tive oportunidade de aprender muito com os sujeitos nativos de diferentes contextos. Entender suas percepções, suas particularidades e respeitar seus costumes, através do exercício da audiência atenta, do entrelaçamento de afetos, da convivência harmoniosa e das intervenções práticas no cotidiano dessas comunidades, foi um desafio gigante. Incluo nesta narrativa, o comprometimento de professores, como Iorque Garcia Filgueiras, Marina de Sousa Costa e Ana Celia do Nascimento Moraes que atuavam em diferentes comunidades, e das coordenadoras Ana Conceição Oliveira e Ester Góes Oliveira, práticas que dificilmente ficaria transparente em um currículo.

A grandiosidade dessas experiências é tão significativa que existe uma diversidade de pesquisas acadêmicas e vários livros publicados, que reúnem histórias dos professores do SOME, dos quais, tomo como exemplo a obra intitulada “Educação na Amazônia em repertório de saberes: O Sistema de Organização Modular de Ensino”, publicada pela editora Paka-Tatu, na qual publiquei um artigo intitulado “O SOME e a educação serpenteada entre ilhas e rios no município de Abaetetuba: vivências e práticas educativas”, que objetivava explicar a trajetória da implantação do projeto nas ilhas do município de Abaetetuba, no qual trabalhei por muitos anos.

A experiência vivenciada nas ilhas de Abaetetuba apresentou um grande significado na minha vida profissional. Observar diariamente os alunos saindo de suas atividades diárias e remando por mais de uma hora, independentemente do tempo ou das forças da água, para chegarem à escola; os alunos menores carregando seus cascos nos ombros quando seus caminhos ficavam impossibilitados de remar, e ainda ver esses alunos chegarem com os olhos vermelhos devido aos mergulhos em busca de barro, ao mesmo tempo em que saíam da escola deixando seus sonhos, na esperança de melhorar sua qualidade de vida no presente e seguindo exemplos de traficantes da área, faz qualquer profissional urbano levantar vários questionamentos sobre seu papel social.

Contudo, não bastava contribuir de forma técnica no desenvolvimento das populações em vulnerabilidade social, o interesse que sempre tive em fazer pesquisa e enveredar pela produção científica no campo da saúde e meio ambiente, dando a voz aos protagonistas das histórias me fez lutar por uma vaga como docente em uma universidade pública. Ao entrar na Universidade do Estado do Pará, ingressei no laboratório de Epidemiologia e Geoprocessamento da Amazônia, coordenado pelo Prof. Dr. Nelson Veiga, meu companheiro de movimento na década de 80, que me deu uma oportunidade de mostrar o meu trabalho.

O Prof. Dr. Nelson Veiga me auxiliou na germinação das ideias e junto com outros pesquisadores, a Profa. Dra. Leonilde Rosa e Prof. Dr. Francisco de Assis participou das etapas da minha evolução acadêmica (mestrado, doutorado e estágio pós-doutoral). Não teria palavras para descrever sua forma interessada e pertinente de fazer pesquisa, suas críticas construtivas, as discussões e reflexões que foram fundamentais ao longo deste percurso, me ajudou a compreender a relevância de pensar em doenças para além de suas causas biológicas, mas compreendendo a base teórica, social, econômica, ambiental e política que envolvia a dinâmica das inter-relações dos seres vivos, ou seja, me possibilitou compreender de forma contextual os condicionantes e determinantes que envolvem a saúde dos humanos, não humanos e de todos os ecossistemas.

Hoje encontro-me em estado da arte, exerço à docência, a pesquisa e extensão, tenho desenvolvido com a equipe do Laboratório de Epidemiologia e Geoprocessamento da Amazônia (EPIGEO) estudos sobre saúde humana, saúde ambiental, saúde única, vigilância em saúde e problemas ambientais. Nessas pesquisas, discorremos sobre os diferentes cenários epidemiológicos de doenças crônicas e infecciosas que afetam populações socialmente vulneráveis, ou seja, incluindo meu grupamento populacional. Atualmente busco revelar as iniquidades sociais, como o trabalho análogo à escravidão nas carvoarias e olarias. Engajei-me na pesquisa com profissionais de diversas áreas de conhecimento na tentativa de elucidar as necessidades de diferentes grupos sociais, como ribeirinhos, quilombolas, assentados e moradores de áreas periféricas urbanas. Em minhas publicações, compartilhei minha experiência e dei voz a esses sujeitos sociais de direito (Figura 7)

Figura 7: Registros de projetos de pesquisa desenvolvidos por uma pesquisadora descendente de pretos e indígenas.





Fonte: arquivo pessoal.

Enfim, foram anos de muita luta para me constituir enquanto pessoa de direitos, em busca de um lugar ao sol de forma honesta e honrada, partici-

pando de projetos de ensino, pesquisas e extensão. Afirmo que nunca foi sorte e sim muita luta. Hoje casada com um professor e mãe de dois filhos, estou na academia, representando a minha família, meus ancestrais, as pessoas escravizadas que foram abandonadas, sem-terra, moradia, educação ou oportunidades no decorrer de uma falsa libertação. E principalmente desafiando as estruturas racistas e elitistas, provando que a nossa presença não é uma concessão, mas uma conquista histórica e um direito.

De acordo com Sueli Carneiro (2023), a escassa presença de pessoas negras na academia e na produção científica não pode ser compreendida apenas como resultado de escolhas individuais, mas deve ser analisada à luz das estruturas históricas de exclusão e desvalorização do saber negro. Ainda para essa autora, o conceito de epistemicídio evidencia como os saberes produzidos por grupos historicamente marginalizados são sistematicamente deslegitimados ou invisibilizados frente às epistemologias dominantes, eurocêntricas e patriarcais. Para a autora, essa marginalização epistemológica cria barreiras simbólicas e institucionais, desestimulando a participação de sujeitos negros em espaços acadêmicos e científicos e, ao mesmo tempo, reforçando a ideia de que a produção de conhecimento de valor universal seria majoritariamente branca. Assim, a ausência de negros na academia não é natural nem incidental; ela decorre de um processo histórico de exclusão epistemológica, que impede o reconhecimento, a valorização e a circulação de saberes negros nos ambientes acadêmicos.

Seguindo a temática, finalizo essa narrativa com o sentimento de dever cumprido, pois desafiando as histórias hegemônicas busco resgatar o protagonismo de pessoas que foram marginalizadas ou ofuscadas pela história oficial, que tradicionalmente exalta colonizadores, ditadores e opressores ignorando as contribuições dos oprimidos e dos que não pertencem à elite. Tive o cuidado de registrar os nomes, os fatos, os locais e principalmente a verdade dos acontecimentos, alinhada a uma visão historiográfica crítica e inclusiva. Nessa perspectiva, sinto a necessidade de socializar um registro que reflete o resultado do esforço coletivo, ou seja, as gerações que entrelaçam o passado, o presente e futuro de nossa família (Figura 8), hoje com a inserção de outros membros de diferentes etnias, uma mistura de genótipos e fenótipos que formam as características do ser amazônico.

Figura 8: Cinco gerações que entrelaçam o passado, o presente e o futuro de nossa família.



Fonte: arquivo pessoal.

Para Gruzinski (2001) não é o silêncio dos arquivos que explica, até data recente, as lacunas ou falhas das pesquisas, mas uma tendência a esquecer a história de certas regiões do globo, ou a lhe conferir apenas uma parcela desprezível no destino dessas regiões. Ocultando a história, somos privados de uma profundidade essencial e ignoramos os efeitos da colonização ocidental em todas essas paragens e, por conseguinte, as relações que aí se desenca-dearam.

Diante do exposto, empresto as palavras do poeta Tomaz Miranda para clamar, Brasil, meu nego deixa te contar/A história que a história não conta/O avesso do mesmo lugar/ Na luta é que a gente se encontra/ Brasil, chegou a vez de ouvir as Marias, Mahins, Marielles e Malês. Assim, considerando

a vulnerabilidade histórica dessas populações e a necessidade de preencher as lacunas de conhecimento sobre a diferentes realidades vivenciadas de um povo que foi subjugado pelo poder dominante, esse projeto me possibilitou realizar um tributo àqueles que estiveram presentes nos bastidores da história do Pará, garantindo o reconhecimento de suas existências, bem como contribuir para que a história da escravidão seja lembrada em toda a sua complexidade e dor, me contrapondo ao seu esquecimento e servindo de referência para outras e outros descendentes de pessoas escravizadas e indígenas.

REFERÊNCIAS

- CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de Racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023. 432 p.
- CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: Intersectionality, Identity politics, and Violence against Women of Color. *Stanford Law Review*, v. 43, n. 6, p. 1241–1299, 1991. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1229039?origin=crossref>. Acesso em: 21 set. 2025.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1976.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 18a ed, 1988, 218p.
- GRUZINSKI, S. *O pensamento mestiço*, São Paulo: Companhia das Letras, 2001,398 pp.
- MELO, Milena Petters; LOBO, Saskia Assumpção Lima. O processo de apagamento da cultura indígena à luz do mito da modernidade e a sua valorização como instrumento de garantia do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, v. 16, n. 9, p. 17761-17783, 2023.
- RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a Civilização: A Integração das Populações Indígenas no Brasil Moderno*. 7. ed. São Paulo: Global Editora, 2017. 464 p.
- SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

ENTRELUGARES, RUPTURAS E TRAVESSIAS DE DOCENTE NEGRA NA AMAZÔNIA: Trajetórias de vida e de Formação

Creusa Barbosa dos Santos Trindade

Primeiras Passagens: Vozes e Saberes de Trajetórias de Vida

Estas escrevivências tem como objetivo explicitar as trilhas, fios e teias da minha trajetória ancestral por meio das quais apresento as práticas e os saberes pedagógicos circunscritos nas tradições diáspóricas, expressas na circularidade da minha experiência de vida de pertencimento étnico e estudantil da educação básica ao doutorado, da prática profissional e professoral da educação escolar quilombola como pesquisadora, líder de grupos de pesquisa, percursos gestionários em políticas estadual e de cursos de graduação, além de imersões autorais de livros científicos, didáticos e paradidáticos sobre os temas da educação para as relações étnicorraciais.

Retrato ainda, percursos de minha formação e de meus encontros com o saber fazer científico e sobretudo àqueles relacionados aos saberes ancestrais e quilombolas sob os quais debruço-me em constante devir, além de percursos ocorridos na trajetória estudantil do ensino ao fundamental ao doutoramento, e em travessias evolutivas de minha trajetória pessoal e profissional, das quais extraio significativas passagens que contribuíram para a elaboração/construção desta narrativa.

No intuito de coadunar experiência stricto sensu intenciono estabelecer tessituras entre ciência, etnociência, educação, educação quilombola, quilombo e ensino de ciências na perspectiva de aguçar, ainda mais, o meu espírito científico aprendente a partir dos princípios paradigmáticos que envolvem a trilha do saber e do saber fazer na formação dos professores que atuam em escolas quilombolas, situadas em comunidades da Amazônia paraense a partir das construções, significados e sentidos da minha trajetória doutoral.

Na perspectiva de dar sentido e sequência a este manuscrito dividi o texto em três sessões que denomino de atos. O primeiro ato versa sobre os Entrelaces e Travessias de Aprendiz: Imagens e Memórias da Minha Trajetória Estudantil. Este ato diz respeito às histórias contadas sobre a minha trajetória de vida, na perspectiva de deixar escritos sobre minha infância e lutas pelo direito de ser etnicamente igual. No segundo ato expresso os Saberes e Experiências Professorais: Paragens de uma Professora Preta da Amazônia e Ensino de Ciências -2º ATO. E no terceiro e último ato explicito as (In)Transições de Minhas Imagens Professorais e o ensino de ciências. Imagens estas advindas de percursos de formação que revelam os entrelaçamentos, linhas, fios trilhas e laços que tecem e dão robustez aos nós e elos circunscritos no conhecimento científico e na formação da professora formadora.

Entrelaces e Travessias de Aprendiz: Imagens e Memórias da Minha Trajetória Estudantil – 1º ATO

Minha origem de formação básica advém de contextos distintos. Nascida na década de 60 logo após o golpe militar de 1964, às margens do Rio Bauri no Município de Abaetetuba no Estado do Pará, pertenço a uma família de ancestrais escravizados nos engenhos de cana-de-açúcar, cujas sucessivas gerações foram obrigadas a desenvolver tarefas sem remuneração e com cargas horárias exaustivas na perspectiva do enriquecimento dos senhores do engenho.

Este “entrelugar” demarca a minha história de vida, destaca os meus primeiros encontros ainda que inconscientes com minha ancestralidade nagô, contornam a infância de menina ribeirinha crescida às margens do Rio do qual eram retirados os sustentos das famílias que coabitavam aquele lugar desprovido de assistência à educação, saúde, emprego e dignidade humana, mas, totalmente provido de resistência ancestral daquelas e daqueles que nos antecederam na luta por direitos.

Recordo-me do rádio de pilha de meu pai por meio do qual tínhamos acesso às notícias do governo ditatorial, escutávamos as canções daquela época, as novelas faladas e as aulas do programa MOBRAL. Porém, na década de 80, com o declínio dos engenhos, minha família mudou-se para trabalhar na

fazenda dos mesmos senhores. Desta feita, na localidade rural de Abaetetuba denominada de Colônia Velha. Com uma família de nove irmãos recordo-me das dificuldades extremas que minha mãe e meu pai enfrentavam para garantir o sustento da casa e colocar as filhas e os filhos na escola.

Logo, foi nesse ambiente rural que iniciei a minha formação na Escola de Ensino Fundamental de 1^a a 4^a séries Dr. João Miranda localizada na Zona Rural início da década de 80, período do qual recordo de um ensino centrado na professora, naquela época referenciada como segunda mãe, à qual devíamos respeito e reverência. Embora esse modelo de escola tivesse as suas metodologias baseadas na opressão foi a professora Senhorinha que aguçou em mim a curiosidade docente.

Naquela época as relações entre o ato de ensinar e os conteúdos eram permeadas pelo conhecimento factual da História, Organização Social Política do Brasil, Língua Portuguesa, Matemática e Ciências. Esses conhecimentos não faziam nenhuma relação com as contribuições dos africanos, afrobrasileiros e indígenas para a formação da nossa sociedade, sobretudo porque os conhecimentos dos livros didáticos sobre escravizados eram para colocar a população negra na condição minoritária, sem participação social tampouco de construção da sociedade brasileira.

A ausência desses conteúdos demonstrava que a escola não incluía os temas da diversidade étnico-racial, nem mesmo nos materiais didáticos continham imagens, expressões, textos, charges, gráficos e legendas que configurassem as contribuições dos africanos e afro-brasileiros para a formação da nossa sociedade como normatiza a lei 10.639/2003. Recordo-me de práticas de ensino centradas exclusivamente nas professoras e vivenciei o preconceito racial por meio da exclusão de apelidos, xingamentos e até castigos físicos comuns naquela época advindos de metodologias de ensino centrada sob a orientação do regime da ditadura militar.

Após este período, fui doada para a Casa Grande e Senzala. Esse êxodo era comum e natural daquela época, posto que meninas sobretudo pretas e do interior eram trazidas pelas senhoras brancas para “estudar” em Belém, mas na verdade eram submetidas ao trabalho análogo à escravização, pois não havia remuneração, tampouco, acolhimento. Por não haver no Estado Brasi-

leiro políticas públicas guardiãs da infância, éramos submetidas ao trabalho doméstico, serviços de rua como comprar e entregar roupas. Acordávamos às 5:00h da manhã e só podíamos deitar às 23:00h, após finalizarmos todo o serviço da casa, o que configurava uma rotina de exaustão para meninas pretas adolescentes.

Entretanto, mesmo diante destas adversidades concluí o Ensino Fundamental (5^a a 8^a séries) em classes de Ensino Supletivo - oferecido com o objetivo de atender discentes que necessitavam trabalhar durante o dia e só disponibilizam tempo para estudar a noite. Minha condição se adequava ao meu perfil de estudante trabalhadora tal qual da personagem Jéssica do Filme Que Hora Ela Volta que mostra as desigualdades sociais e de oportunidade que oprime os pobres, negros, mulheres. Por muitas vezes fui despertada pela manhã dormindo sob os livros nos porões da casa grande.

Ao finalizar o Ensino Fundamental, ingresssei por meio do processo seletivo simplificado no curso de Magistério das Disciplinas Pedagógicas 2º Grau. Elegi o *Magistério* considerado naquela época curso técnico, por perceber que haveria maiores chances de conseguir emprego em escolas. Recordo-me de um currículo pragmático, referenciado pela didática instrucional. Isto porque ao estudar as Didáticas da Matemática, da Língua Portuguesa, das Ciências Naturais e dos Estudos Sociais, nós, aprendizes de docentes, éramos submetidos às repetições de elaboração de planos de aulas, aplicações de aulas por meio de microensino, bem como ao preenchimento de fichas com critérios avaliativos das aulas ministradas.

Ainda assim, e mesmo diante de um ensino repetitivo a formação de *professora normalista* possibilitou minha inserção em classes de alfabetização nas quais iniciei meu trabalho docente, período marcado pelas primeiras organizações do meu ser docente aprendente, procurando nos livros didáticos e planos de ensino a mim confiados, elaborados pela escola, ancoragem para os conteúdos que ministrava. Fui estagiária no Ensino Infantil e Fundamental. Esta inserção de aprendiz de docente contribuiu sobremaneira para a minha decisão de ingressar no Curso de Licenciatura de Pedagogia na Universidade Federal do Pará. Recordo-me do resultado do vestibular no qual concorri com centenas de pessoas por vaga, quando saiu o resultado nem eu mesma acreditava que aquilo era realidade.

Minha expressão era de espanto!! e perplexidade e o choro tomou conta de mim. Naquele momento ouvi uma voz sussurrando dizendo: *Essa vaga era da minha filha!!* Era a patroa lamentando minha aprovação. Uma mulher preta venceu!! Ingressar na Universidade era privilégio de brancos, então eu subverti a ordem social e por isso fui criticada. Mas não me intimidei. Festejei sim!! Fiz minha matrícula e olhem só o que aconteceu...

Nesse entrelugar deparei-me **com o descortinar do mundo**. Ao adentrar os espaços acadêmicos um universo intrigante abriu-se sob meus pés e vi-me então envolvida numa cortina de estranhamentos de tudo que aprendera até então. Assim, como na minha primeira paixão fui me envolvendo com a filosofia e pasmem!! Deparei-me com Parmênides –Filósofo pré-socrático. Com ele, os dogmas raciais e religiosos que outrora permeavam a minha mente caíram por terra. Acendeu-se em mim uma aurora boreal que de tão reluzente abriu caminho para a contemplação de gotas de orvalho carregados por outras ciências que juntas me empreenharam de uma nova identidade racial. **Nasce aí a Mulher Preta que sou hoje!!**

A minha autopercepção de quem sou eu tornou-se ainda mais latente quando conheci o Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA). Ali vivenciei minha primeira experiência como professora preta na escolinha **ori de rê** (que significa cabeça de criança no alfabeto banto). Posso afirmar que para nós pretas, o movimento negro tem um papel fundamental e libertador na autocompreensão de quem somos e porque lutamos por igualdade. Essa imersão, fortaleceu a mulher negra circunscrita em mim e aguçou ainda mais a professora preta que despontara a partir desse envolvimento político, social, cultural e pedagógico.

Na sequência de minha qualificação profissional tornei-me mestra em Gestão e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté/UNITAU. Escrevi a Dissertação de Mestrado sobre o tema: Saberes Culturais das Mulheres Quilombolas de Macapazinho no Município de Santa Izabel do Pará foi um divisor de águas na construção do meu saber fazer ciência. Essas interações corporais, estética e culinária afro-brasileira desenvolvida por mulheres quilombolas de Macapazinho localizado na PA - 140 no Município de Santa Izabel no Pará, contribuíram sobremaneira para o elastecer do meu olhar acerca do pertencimento em territórios quilombolas.

Na continuidade de estudos ingressei no Curso de Doutorado em Educação em Ciências e Matemática. Minha imersão neste processo de qualificação profissional enseja novos olhares e aprendizados que potencializaram minha prática pedagógica como formadora de professores, e me inspiraram a empreender diferentes visões de mundo e de educação, na perspectiva dos saberes pedagógicos e tradicionais circundantes das práticas pedagógicas em comunidades quilombolas do Estado do Pará.

Essas escrivivências autobiográficas assinalam os impactos na formação de professores em rede na Amazônia, e revelam em nossas trajetórias e experiências de vida e docente em tempos e espaços diferenciados regidos pelo habitus de uma escola tradicional baseada em repetições e memorizações de conteúdos desconectados da realidade na formação inicial e ressignificados com a formação continuada, circunscrevendo em nós novas possibilidades interventivas, científicas e pedagógicas aprendentes que contribuíram sobremaneira para descortinar de práticas docentes inovadoras.

Os percursos de formação foram marcados por processos de transformação paradigmáticas e pessoais no que tange aos impactos e mudanças que ocorreram no ensino desde as séries iniciais, graduação até os estágios em nível stricto sensu. Logo, os conhecimentos, experiências de mim, alinhadas aos saberes docentes, pedagógicos circundantes ensejam concepções teóricas e múltiplos horizontes fortalecedores da prática pedagógica como formadora de professores e professoras e sobretudo do ensino de ciências que desenvolvemos junto aos alunos dos cursos de licenciatura, mestrados e doutorados em contextos amazônicos, ribeirinhos, quilombolas, no campo, na região urbana, na floresta e ou nas águas.

Saberes e Experiências Professorais: Paragens de uma Docente Negra em Contextos da Amazônia e Ensino de Ciências -2º ATO

Minhas imersões autobiográficas demonstram passagens sobre mim e em minhas perspectivas histórias de vida docente, e manifestam as expressivas contribuições para a formação em nível stricto sensu, formação inicial, pesquisa e extensão. Os relatos de experiências e os apontamentos dialogam com diferentes paradigmas teóricos na intencionalidade de descortinar os

meus primeiros lugares de fala e de formação, e apontar as metamorfoses que ora circunscrevem novas concepções de ensino e aprendizagens em contextos educativos na Amazônia.

O acúmulo de experiências formativas e formadoras no ensino e na gestão da educação pública e privada tornaram-se ainda mais latente quando estive à frente da Coordenadora Estadual de Educação para a Promoção da Igualdade Racial - SEDUC/COPIR/PA de 2015 a 2018, na liderança do Grupo de Pesquisa: Educação Quilombola: Saberes e Práticas Educativas de Populações Quilombolas EDUQ/UEPA, e do Grupo de Estudos e Pesquisa Amazônia Antirracista (GEAMAR/UEPA), do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro NEAB/UEPA. Minha participação nesse movimento acadêmico e científico contribuíram para a minha formação em educação geral, formação de professores, educação escolar quilombola e ensino de ciências.

Os contextos em destaque circunscrevem em mim múltiplos olhares vindos de processos formativos multirreferenciados no paradigma interdisciplinar de ensino. Isto permitiu-me assinalar com eloquência que os estágios de formação em nível stricto sensu e sobretudo doutoral, constituíram-se de divisor de águas ao possibilitar aprendizagens de caráter teórico prático e reflexivo.

Os diferentes modelos de ensino de ciências contribuíram sobremaneira para o despertar das luzes que espraiam em mim sabedorias aprendentes, sob a ótica de revisitação de quem fomos e quem somos após a imersão no processo de doutoramento oferecido, tomando como referência o trabalho docente, os encontros formativos, a replicabilidade na formação dos professores da educação básica e as inovações metodológicas que possibilitam interações com o modo real do que é ser, viver e aprender na Amazônia.

Os espaços temporais vividos entre a formação e os desafios impostos pela necessidade de formação continuada em nível stricto sensu possibilitaram várias corridas por caminhos diversos eivados de espelhos d'água que ao serem desnudados representavam intrigantes percursos de indagações educativas sobre o ato de ensinar a aprender ciências. Esses atos professorais foram impulsionados pela necessidade de crescimento acadêmico, profissional e pessoal.

Essa intencionalidade formadora possibilitou-me um rito de passagem. Sim, de passagem para a maior idade apreendente. O impulsionamento fora

tão intenso que manifestou em mim desejos e interações com outras áreas de conhecimento, descortinou possibilidades de trabalho pedagógico interdisciplinares e transcedentes com ênfase no ensino de ciências nos níveis de *graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão* que impactaram a minha atuação professoral.

Minha trajetória docente é marcada por essas mudanças ocorridas nos diversos formatos curriculares de formação de professores no Brasil. Experiências estas, advindas da trajetória de vida em cursos de licenciatura em décadas de pesquisa e ensino e extensão. A promoção destes entrelaçamentos entre o vivido e o apreendido, sobretudo em espaços sóciobiodiversos como a Amazônia contribuiu sobremaneira para a (re)invenção da percepção de quem sou eu enquanto sujeito aprendente a partir da retroalimentação de saberes da experiência, da formação, de vida, em distintos contextos educativos, históricos, sociais e biológicos e de pertencimento racial.

A imersão na *pós-graduação* em stricto sensu possibilitou, ainda, minha participação como docente permanente do Programa de Mestrado em Gestão e Saúde na Amazônia (PPGGSA) da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará. Nas aulas desenvolvidas utilizei novos paradigmas de aprendizagem e tomo como referência os conhecimentos experienciados no contexto da formação doutoral. Destarte, é mister destacar que o codinome de professora-formadora se constituiu de engrenagens multi, inter e transdisciplinar, possibilitando a mim aprendizados por meio das trocas de experiências que alavancaram as potencialidades de formadora de professores que ensinam ciências na Amazônia.

No percurso de continuidades desenvolvi projetos de *extensão* em territórios quilombolas de Caeté e São José de Icatu. Nesta perspectiva, o projeto Práticas Educativas Antirracistas em Escolas Quilombolas propiciou um encontro de caráter interdisciplinar, integrador entre os (as) profissionais da educação, discentes e a comunidade de África Laranjituba.

As atividades de caráter pedagógico-científico desenvolvidas possibilitaram reflexões, discussões, partilhas e construções de conhecimentos relativos às questões dos conteúdos formativos para o ensino de ciências e suas conexões sócio biodiversas com os saberes ancestrais do espaço de vida dos

participantes, destacando as práticas pedagógicas e os componentes curriculares, tendo em vista atividades, posturas, sugestões de abordagens e características que os gestores, técnicos, docentes e discentes e comunidade podem assumir junto ao contexto escolar, por ser dotado de processos educativos produzidos nas experiências e no pensar sobre o vivido, nas relações com a família, a vida em comunidade e a prática docente.

No campo da *pesquisa científica* destaco que a minha formação doutoral pela Rede Amazônia de Educação em Ciências e Matemática contribuiu para a disseminação de artigos científicos, publicações de livros paradidáticos e impulsionou a criação do Grupo de Pesquisa Amazônia Antirracista que tem dentre os objetivos investigar metodologias de ensino que contribuam para que professoras (es) que ensinam ciências estabeleçam conexões entre os conhecimentos curriculares e os modos etnicoracial de ser e existir das diferentes matizes fenotípicas que coexistem em sala de aula em todos os níveis de ensino e assim partindo dos conteúdos das ciências naturais promovam e igualdade na diversidade.

Ainda, estas aproximações entre passado, presente e futuro buscam, por meio da observação e da participação, conhecer para compreender as múltiplas vozes existentes em minhas trajetórias de professora formadora. Considerando, assim, as memórias de formação em relação ao ensino de ciências como um descortinar de minha prática educativa, com destaque para conteúdos que se aproximam e entrelaçam os saberes docentes, as histórias vividas e os intrigantes conhecimentos advindos da natureza em espaços florestais e de terra firme como as comunidades quilombolas da Amazônia.

(In) Transições de Minhas Imagens Professorais: Percursos Etnocientíficos e Diaspóricos – 3º ATO

Iniciei meu trabalho docente no Ensino Superior ministrando disciplinas de Psicologia da Educação na Universidade Federal do Pará. Nesta trajetória, fiz o meu primeiro contato com estudantes das Licenciaturas em Física, Química, Biologia, Estatística e Matemática. Nessas classes, convivi com o desafio de a cada aula reinventar a metodologia de ensino nas inúmeras tentativas de chamar a atenção dos discentes para as bases epistemológicas do

ensino e da aprendizagem à luz das concepções de Rogers, Piaget, Vygotsky, Freud, Gagner, Ausubel, Skinner, dentre outros, que orientavam por meio de suas teorias as ementas dos cursos de licenciatura.

A resistência dos estudantes era enorme, pois mesmo reinventando percursos e procedimentos metodológicos, os níveis de interesse eram baixos demais, tanto que eles indagavam entre si sobre as razões de estudar “aqueles conteúdos” se eles seriam professores de biologia, estatística, matemática e química. Minha experiência nessas turmas foi marcada, tanto pela dificuldade dos estudantes compreenderem o ‘que é ser professor’, quanto pelas concepções de ensino “como verdades absolutas” expressas em suas resistências aos saberes pedagógicos.

Impregnados da vertente positivista das ciências, manifestavam aversão aos processos didáticos e metodológicos de aprendizagem da formação docente, se ocupavam tão somente com os ditos “conteúdos específicos”. Por isso, “pediam para faltar às aulas das disciplinas ditas de conteúdos pedagógicos”, pois precisavam estudar para provas das “áreas específicas”. Tais eventos e atitudes demonstram a permanência de um paradigma linear de conhecimento, ainda vigente, que prioriza a teoria em detrimento da prática.

Estas lembranças, de minha primeira imersão docente no ensino superior impulsionaram a busca por outros conhecimentos que corroboraram para o meu crescimento profissional.

Assim, no percurso de continuidade da carreira docente, ingressei na Universidade do Estado do Pará no final da década de 90, ocupando uma vaga no cargo de professora da disciplina Didática. A partir daí, participei de inúmeras atividades que envolviam percursos de gestão universitária, coordenação de projetos, participação em grupos de pesquisa, em grupos de estudos e em comissões, dentre outros. Ao longo desta trajetória, sempre indagava sobre a formação de professores, seus diversos contextos, saberes, significados. Como formadora, aproximo-me da realidade dos formandos e extraio dessas experiências saberes que - coadunados com a teoria - resultem na formação crítica reflexiva desejada.

Logo após o ingresso coordenei o Curso de Formação de Professores de 1^a a 4^a série do Ensino Fundamental no Município de Marabá. Fui chefe do

Departamento de Educação Geral. Coordenei o Curso de Pedagogia da Universidade do Estado Pará no período de 2010 a 2014. Ministro aulas no Curso de Pedagogia em turmas regulares e do Plano Nacional de Formação de Professores (PARFOR) e em Cursos de Pós- Graduação *Lato Sensu*. No Instituto de Desenvolvimento Educacional do Pará exerci a função de Coordenadora de Estágio e Trabalho de Conclusão de Curso. Experimentei à docência nos Cursos de Licenciatura em Pedagogia, História, Biologia e Matemática.

Fui eleita Coordenadora do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Pará. Após a eleição, me vi diante de um enorme desafio de coordenar 68 turmas de graduação, distribuídas em dezenove municípios de Estado, com situações geográficas e estruturais adversas. No percurso de quatro anos elaborei projetos de ação, colaborei no processo de adequação metodológica do Projeto Pedagógico de Curso, coordenei reuniões de planejamento com grupos docentes de todas as áreas de conhecimento afetas à matriz curricular, e acompanhei as turmas em andamento, além de propor a oferta de dez novas turmas.

Estas experiências contribuíram para compreender as contribuições dos professores formadores e suas influências na prática pedagógica dos professores em formação que atuam em escolas quilombolas, localizadas nas regiões do Rio Guamá e Marajó, no que se refere aos *saberes da etnociência*, pois ao coordenar o trabalho de docentes que ensinam química, física e biologia no Curso de Pedagogia, pude definir meu projeto de pesquisa de doutorado o que demonstra que o trabalho investigativo e o meu olhar atento às vozes dos professores e professoras se transformaram em pesquisa e isto foi de extrema significância no meu percurso de formação e formadora de professores na Amazônia.

Essas condições favoreceram ainda, minha inserção no grupo de professores e possibilitam-me narrar trajetórias acadêmicas no curso investigado, de maneira a identificar traços iniciais de suas formações como de professores de química, física e biologia. Meu encontro com esse grupo de professores ocorreu quando participei das disciplinas Prática Docente e Estágio Supervisionado da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, ambas ministradas por um grupo de professores dentre eles os docentes das disciplinas específicas de Ciências.

Estabelecer conexões entre os conhecimentos acadêmicos, modos de vida de populações quilombolas e os marcos civilizatórios da história da África tais como: religiosidade, corporeidade, musicalidade, oralidade, ancestralidade, circularidade de conhecimentos, no cooperativismo comunitário, na territorialidade e, sobretudo, na energia vital que emerge das teias socioculturais e influenciam o modo de vida em populações tradicionais foi de suma importância para elastecer o meu olhar de pesquisadora preta e sobretudo ampliar a minha concepção de educação que transforma vidas sob múltiplas lentes e conexões entre o vivido e o sentido.

A compreensão desses valores civilizatórios afro-brasileiros e a disponibilidade para aprendê-los vão requerer o desprendimento dos modelos verticalizadores do ensino de ciências naturais, mudanças de concepções de ensino aprendizagem na perspectiva de alcançar os saberes tradicionais da diáspora africana representada nos distintos contextos na Amazônia paraense. Tais saberes são reveladores do fluxo evolutivo do conhecimento empírico, e dos conhecimentos científicos categorizados a partir destas experiências que influenciam novas concepções de ciência.

A ausência desses saberes, contudo, no curso da formação de professores me inquietava a ponto de influenciar minha trajetória de vida docente enquanto formadora de professores para a Região Amazônica, tanto no gerenciamento dos Projetos Pedagógicos de Cursos – PPC - quanto na sala de aula, com diferentes currículos da formação de professores de cursos tais como os de pedagogia, matemática, biologia, química e física. Sendo assim, tenho indagado se os conteúdos das disciplinas atinentes à metodologia do ensino de química, física e biologia, trabalhadas no Curso de Pedagogia, se relacionam com os conhecimentos prévios dos alunos do Ensino Fundamental de escolas quilombolas.

Deixar para a humanidade esse conhecimento marca a minha passagem no mundo. Transcende o meu ser apreendente e colabora para efetivação de políticas públicas em territórios quilombolas e na educação brasileira como um todo. Sinto muito feliz por esta contribuição e por saber que contribui para o rompimento do silêncio do racismo, da segregação, da exclusão que tanto assola a população negra brasileira.

Navegar nesse processo formativo e formador foi um ato libertador pois no contexto amazônico, os saberes tradicionais são manifestações da diversidade biológica, ambiental, social e cultural que emergem dos inter contextos estruturais de organização social que utilizam elementos da fauna e da flora em seus percursos vitais, como componentes de continuidade de vida, repassados de geração em geração, quando alterados pela necessidade de sobrevivência de cada tribo, etnia e comunidade.

Compreendo ‘saberes tradicionais’ como originários e advindos da trajetória histórica dos diferentes povos que compõem a humanidade ao longo do tempo por isso acredito que o elastecer do meu olhar em contextos educativos remete-me a concepções diversificadas de saberes que advêm da experiência docente e reflete **no** e **sob** o fazer pedagógico, em instantes de aprendizado que significam e orientam a minha prática como formadora de professoras e professores.

Na perspectiva de elastecer para refinar o olhar sobre ‘saberes tradicionais’, compreendo que os conhecimentos relacionados à etnociência são diversificados e surgiram da necessidade de enxergar - ***de longe e de perto assim como sinaliza*** LÉVI-STRAUSS - as estruturas sociais, políticas, culturais e cognitivas do pensamento educacional, biológico e cultural abordado no século passado que influenciaram a formação de professores. No meu modo de ver essas estruturas revelam diferentes concepções paradigmáticas sobre os contextos da biodiversidade ancestral que nortearam a minha trajetória desde a beira do rio e emergem das mais diversas formas pelas quais interpretou a natureza humana, a fauna e flora cenários constituintes do processo de organização social em situações tradicionais.

Para compreender-me nesses inter contextos ***de perto***, tomo como referência as transformações dialéticas que repousaram sobre a minha formação docente e o meu espírito aprendiz sobretudo alinhando-me às experiências advindas de populações tradicionais que habitam ambientes mobilizados pela ação intrínseca da natureza sob suas múltiplas formas de ser, existir e agir. Essas transformações são interligadas por um elo entre o natural e o social numa relação intrínseca e interdependente, que expressa bases valorativas e compreensão diferentes, mas que, ao mesmo tempo, compõe um todo figurativo da realidade circundante.

Portanto, acredito que o meu posicionamento epistemológico-antropológico frente ao mundo influenciou a minha forma propositiva e interventiva contribuiu sobremaneira para o meu olhar político, social e cultural sobre os modos de ser e existir de povos tradicionais. Disto emana o meu olhar atento e etnográfico como forma intermediadora de compreender as relações etno-científicas originadas das vozes da minha tradição ancestral.

Nesta perspectiva, significantes e significados compõem teias de conhecimentos, saberes e concepções engendrados pela ancestralidade que advém da tríade que expressa as relações natureza-sociedade-humanidade. Esta configuração movimenta e explicita o processo de imbricação entre conhecimento natural e social.

Estas inserções me trazem lembranças, imagens, recordações, contextos de minha infância em território quilombola do Rio Bacuri – momentos em que enxergava o trabalho de meu pai no engenho de cana de açúcar como um ofício – instantes nos quais eu nem sequer percebia a ausência de relações entre as práticas de ensino de ciências e suas relações com a realidade daquela comunidade, cujo ambiente localizado ora à beira dos igarapés ora em terra firme era repleto de arbustos florestais e não era citado nas aulas de ciências.

Essas experiências que acúmulo acerca de práticas pedagógicas em ambientes tradicionais quilombolas ocorreram pela necessidade da Secretaria de Educação incluir no currículo oficial - a partir das orientações legais do Ministério de Educação - conteúdos relacionados à História da África. Tais experiências possibilitaram reflexões teóricas e contribuíram para que eu pudesse estabelecer relações entre ciência, formação de professores e etnociência como fundamentos a serem considerados para a realização de uma pesquisa na qual verifiquei, em práticas formativas, a interligação entre saberes científicos e saberes produzidos culturalmente no currículo oficial da educação básica.

Esses conteúdos expressam a Histórias de minha trajetória no e com o mundo na intenção de deixar para meus filhos relatos de minhas experiências de estudante, mulher negra, professora e mãe de Thiago, Evaldo Júnior e Dandara. Escritos sobre histórias de minha participação em programas da Secretaria de Estado de Educação do Pará para publicar em um livro do Centro de Estudos e Defesa dos Negros do Pará – CEDENPA, alusivos aos 30 anos de

luta por inclusão da história da África e dos africanos, suas contribuições para a formação do povo brasileiro em várias áreas de conhecimento no ensino infantil, fundamental e médio no currículo das escolas das Escolas Públicas e Privadas do Estado do Pará.

As idas-e-vindas das comunidades em situações adversas me fizeram refletir sobre metodologias de ensino que, de alguma forma, contribuíssem para aproximar a formação inicial dos docentes com os conteúdos propostos. Eu percebia que, mesmo imersos no lugar de reminiscências da cultura africana, os professores apresentavam dificuldades de inter relacionar os conteúdos. Porém, nos momentos em que instiga a possibilidade de olhar os conteúdos de maneira intensa, começaram a tecer aproximações com suas aulas, de forma tal que quanto mais problematiza o grupo melhor eram as respostas didáticas e metodológicas de inclusão dos conteúdos em realidades locais e de vida dos alunos.

As experiências acadêmicas concorreram para a ampliação de minha visão docente acerca da dimensão prática da pesquisa, que me permite dizer que fiz o percurso inverso, posto que comecei *da prática para a teoria*. Em meio às angústias de como *escrever comigo, sobre mim e com os outros e sobre o que os outros falaram*, procurei responder para meu espírito científico em construção que bases epistemológicas embasaram os saberes da experiência e os conhecimentos científicos.

Percebi, ainda, que os fios que tecem as diferentes manifestações culturais em comunidades tradicionais estão alicerçados, dentre outras vertentes teóricas, no movimento dialético da ciência e constituem-se de fluxos feno-menológicos. Denomino esta descoberta como *primeira imagem teórica da pesquisa*. A segunda imagem flui do meu ***modus apreendentis*** de olhar a realidade pelas lentes interativas que aproximam e distanciam os fenômenos raciais e educativos.

Neste complexo ato intuitivo, coletivo e subjetivo de produzir ciência, tomei como referência minha própria trajetória docente no ensino superior, no sentido de demarcar um dado tempo-espacço de pesquisa que constitui a ação professoral que desenvolvo hoje. Sinto-me menos tradicionalista e mais progressista. Sim!! Mas esperançosa e amorosa com aqueles e aquelas com os quais compartilho experiências do meu lugar de fala: Mulher Preta da Amazônia.

Compreendo que, escrever sobre formação de professores de ciências nas manifestações pessoais, alinhadas aos saberes pedagógicos e tradicionais, implica conhecimentos de distintas trajetórias docentes como pesquisadora. Essas formas diversificadas de compreender a aprendizagem por meio de diferentes olhares teóricos influenciaram minha forma de ser professora.

Os encontros com as teorias do desenvolvimento humano - com destaque para a aprendizagem significativa impulsionaram minha prática docente, na perspectiva de compreender alunos e professores em processos de interação e aprendizado permanentes. Isto imprime concepções inter-relacionais sobre o ato de ensinar, no sentido de aprender a olhar os alunos como coparticipantes do processo educativo que se origina em dado lugar, cultura, tempo, valores e compreensões de si e do entorno vital que os rodeiam, em função dos quais, ao chegar à escola, expressam seus conhecimentos prévios sobre o ensino de ciências, advindos da sua própria maneira de enxergar a realidade.

Estas marcas da minha trajetória histórica de formadora/estudante anunciam saberes pedagógicos e tradicionais advindos do passado, memorizados no presente e projetados no futuro sob o enfoque tridimensional do meu ser, viver e sentir o percurso histórico de minha prática profissional. Ainda, essas aproximações entre passado, presente e futuro buscaram, a meu ver, por meio da observação e da participação, conhecer para compreender as múltiplas vozes circunscritas em mim e por mim.

Logo, colocar-se no campo de pesquisa, e ainda olhar de fora os saberes tradicionais de uma comunidade, possibilitou-me o entrelaçamento entre os elementos constituintes do enredo e dos cenários dos quais emergiram os múltiplos saberes pelos quais perpassam a formação pessoal e profissional o que me permitiu tecer sob diferentes interpretações as conexões pelas quais ocorrem as interfaces dos saberes tradicionais e pedagógicos da etnociência em escolas quilombolas, a formação de professores de ciências e sobretudo a minha própria formação, o meu lugar de aprendiz e o olhar atento daquele que ao mesmo tempo de ensina aprende.

Por meio dessas imersões práticas pude experienciar o que o outro vivencia. Sentir o que o outro sente - ver o mundo de um jeito que antes não

via. Os contatos com os outros de uma forma tão magnífica, tão grandiosa, tão criadora, tão cheia de ciência-experiência me permitiram enxergar transformações que ocorrem no mundo de um jeito singular e particularizado advindos da coletividade. Estes saberes são tão significativos quanto aqueles conhecimentos sistêmicos ensinados na escola.

Neste sentido, digo que em toda a minha trajetória de pesquisadora preta da Amazônia que a prática docente do ensino de ciências no nível fundamental, na perspectiva de atribuição de significados étnico-científicos conteúdos didáticos do ensino de química, física e biologia, e à formação de formadores de professores para estas áreas de conhecimento podem e devem conectar os saberes ancestrais ao conhecimento da sala de aula e assim circunscrever uma nova era para a educação brasileira.

No meu modo de ver isto pode ser feito por meio das indagações, aguçando assim a imaginação e a inquietação no sentido de (i) compreender a formação dos professores de ciências (ii) estabelecer relações entre conteúdos expressos no currículo e a formação acadêmica de professores, bem como (iii) ensinamentos ministrados nos anos iniciais do ensino fundamental, e (iv) explicitar a relação do que é ensinado com saberes da etnociência produzidos no cotidiano de escola quilombolas e da educação para as relações étnicorraciais.

Na minha experiência como pesquisadora, propus-me a explicitar significados entre conteúdos expressos no ensino de ciências, suas relações com a formação acadêmica de professores formadores e destes com os ensinamentos de ciências naturais ministrados nos anos iniciais do ensino fundamental em escolas públicas situadas em comunidades quilombolas. Isso se torna imprescindível para identificar de que forma os saberes tradicionais e pedagógicos orientam os conteúdos de ciências naturais, e suas relações com os saberes da etnociência produzidos pelos sujeitos históricos situados no tempo e espaço de suas vidas das quais subtraem diversos modos de aprender.

Para mim, expressar essas experiências, saberes, trajetórias por meio da pesquisa narrativa foi um privilégio. Eternizar essas experiências, e contribuir para que outros docentes formadores possam dialogar sobre trilhas e percursos significativos de aprendizagens docente, foi de suma importância para a continuidade ideológica, gnosiológica da formação de professores na medida em

que gera concepções paradigmáticas e transformacional no que concerne às intervenções, memórias, histórias de vida de professora formadora na Amazônia.

Nossa intencionalidade narrativa aprendente, é que os dizeres e saberes da experiência vividos e revelados por mim e sobre mim é que ensejamos que o estudo contribua para a continuidade de novas posturas professorais e propostação de práticas de ensino comprometidas com a transformação social, pois, acredito na abordagem interdisciplinar do saber fazer ciência de forma inclusiva, propositiva, dinâmica, integrada, integradora e colaborativa, o que confere a esse movimento dialético educativo abordagens paradigmáticas de rupturas na formação de professores e sobretudo aqueles e aquelas que ensinam ciências.

Nesta perspectiva, minha experiência como formadora de professores e professoras está para além das matrizes curriculares e conecta-se à vida na Amazônia. Reconheço que essas interligações são de extrema importância para o elastecer de práticas de ensino entrelaçadas ao mundo, à natureza, à realidade e, sobretudo, ao compromisso de educar para as permanências de vidas no planeta. Esse último deve ser um compromisso da educação em todos os tempos. E o caminho para assegurar novas posturas é a formação continuada, o descortinar de novas abordagens metodológicas, teóricas, questionadoras, autobiográficas e transcendentais.

Assim, enquanto formadora-pesquisadora, sinto-me privilegiada de oferecer-lhes estes relatos de experiências autobiográficas, no sentido de incentivar novas atitudes investigativas e contribuir para a permanência de processos educativos na Amazônia.

Fios, Teias e Entranças: Correntezas de Aprendizagens e Sentidos

Minhas autobiografias de trajetórias pessoais, profissionais, acadêmicas docentes, falam por si das contribuições extraordinárias das experiências pessoais, profissionais e de formação na educação básica, graduação e stricto sensu (mestrado e doutorado) trajetórias estas que circunscreveram em mim, as imersões no ensino de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão na região Amazônica, bem como expressam as contribuições para a formação de professoras e professores que correlacionam os conhecimentos étnicorraciais e quilombolas com o ato de ensinar ciências naturais na educação básica.

Minhas experiências advindas do engenho de cana de açúcar abraçam e entrelaçam nestes manuscritos, contornos de minha vida. Histórias vividas por um ser pulsante e pujante, que imerso em minhas entranhas e transcendente em minha cognição, luta incessantemente por reparação, dignidade, cidadania e igualdade. Estes princípios atravessam a minha existência ao mesmo tempo em que tornam o meu caminhar eivado de lembranças que contribuíram em todos os instantes para o meu crescimento como pessoa, aprendiz, intelectual e política sem perder a minha essência e sobretudo a ternura que habita em mim.

Eu não tenho dúvidas que essas travessias me prepararam para o enfrentamento político, cultural e de pertencimento racial, tanto para elastecer o meu olhar quanto para entender que pessoas autodeclaradas pretas precisam estar atentas aos movimentos estruturais da sociedade e o conhecimento, sem dúvida, é o instrumento por meio do qual esse empoderamento acontece.

Sinto-me honrada em externar minha trajetória, posto que, por meio do conhecimento e das formações acadêmicas pude dar aos amores da minha vida o amparo e o apoio necessário para o envelhecimento tranquilo ao seu Orlando (in memorian) e Dona Dulcinea, e aos meus filhos Thiago, Evaldo Junior e Dandara, uma educação pautada em princípios e valores éticos, étnicos e duradouros juntamente com o meu companheiro de vida Evaldo. Vocês são os raios de sol que iluminam a minha trajetória e me impulsionam a caminhar ao longo da minha existência todos os dias por uma sociedade antirracista. Juntos formamos um batalhão por dias melhores. Amo vocês, e sei que são sementes e semeadores de amor, justiça social, paz, harmonia. Mas também, somos guerreiros e guerreiras na luta por bem viver para todas e todos. Este texto é para eternizar essa batalha diária que travamos contra o racismo.

Nessa intencionalidade narrativa apreendente, é que os dizeres e saberes da experiência vividos e revelados por mim e sobre mim, nos encontros com os outros é que ensejo que este ato experencial contribua para a continuidade de formação de outras mulheres pratas da Amazônia. Favoreça e incentive sobremaneira, novas imersões científicas e pessoais. Contribua para a expansão de redes educativas inclusiva, propositiva, dinâmica, integrada, integradora, interdisciplinar e colaborativa por meio do movimento dialéti-

co e de abordagens paradigmáticas que provoquem rupturas na formação de professores e nos modus de formar professores e professoras.

Nesta intencionalidade contributiva é que desenvolvi estes relatos de vida eivados de paragens e passagens resultantes de meu silêncio intuitivo, subjetivo e coletivo organizado a muitas mãos, olhares e pensamentos de seres que estão em pleno processo evolutivo com e no mundo da diversidade étnica, científica, apreendente e transformadora contribuíram para o meu aprendizado e me impulsionaram a chegar aos muitos lugares que extraio dessa constante busca que é VIVER. Narro para deixar um testemunho de minha existência. Comunico para expressar os saberes que carrego, imagino, interpreto, evidencio e explícito.

Meu desejo é que minhas experiências alcancem e encorajem outras mulheres pretas para além do contexto formativo formal, e conecte os conhecimentos de vida com as práticas sociais e com o mundo, a realidade e, sobretudo, com o compromisso de educar para as permanências da humanidade no nosso planeta. Esse último deve ser um compromisso da educação em todos os tempos. E o caminho para assegurar novas posturas é a formação continuada, o descortinar de novas abordagens metodológicas, teóricas, questionadoras, autobiográficas e transcendentes. Nesta perspectiva, eu enquanto formadora-pesquisadora, sinto-me privilegiadas de oferecer-lhes estes relatos de experiências, no sentido de incentivar novas atitudes investigativas e contribuir para a permanência de processos educativos na Amazônia.

UMA MULHER NEGRA EM ELEIÇÕES UNIVERSITÁRIAS

Ilma Pastana Ferreira

Caminhando e cantando e seguindo a canção
Somos todos iguais, braços dados ou não
Nas escolas, nas ruas, campos, construções
Caminhando e cantando e seguindo a canção

- Geraldo Vandré.

As eleições universitárias na Universidade do Estado do Pará (UEPA) no ano de 2025 são uma resposta ao meu servir, como São Francisco de Assis sussurra em meus ouvidos: “Senhor, fazei-me instrumento de vossa paz..”

A UEPA, fundada em 18 de maio de 1993, teve em 2025 uma mulher negra na sua liderança, até então dominada por homens brancos. Tomei posse como vice-reitora da Universidade do Estado do Pará no dia 08/06/2021, mas minha história nesse cenário começou muito antes, muito antes de mim. A primeira mulher negra para o cargo de reitora em uma universidade pública no Brasil foi a Professora Joana Angélica Guimarães da Luz, em 2018, eleita pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB).

Nos anos 60, cresci ao redor do Hospital Barros Barreto no bairro do Guamá em Belém do Pará, onde meu pai, Pedro Ferreira trabalhava como artífice de máquinas, e minha mãe, Iracema Pastana, mulher negra e costureira, trabalhava no Hospital Juliano Moreira. Lembro-me de brincar e admirar o hospital com sua grandiosidade, de deitar olhando para o céu e contemplar o mundo ao meu redor, era apenas uma menina.

Naquela época, minha mãe, cuidava de 6 filhos, meus irmãos: Carmen, Wilson, Isaac, Isaías, Ilza e eu. Vivíamos em uma casa com amor, apesar de situações de dificuldade, por sermos uma família pobre na periferia de Belém, com um pai presente, porém que enfrentava o vício no álcool, presenciei

várias vezes momentos de agressão dentro de casa por conta disso, guardo comigo traumas vindos dessa violência, mas hoje consigo entender melhor a dinâmica social vivida naquele contexto, infelizmente. Então, eu ajudava minha mãe, que era a nossa liderança, entregando todo o meu salário a ela para que com o salário dela, nos cuidava da melhor maneira possível.

Ao redor da minha casa tem a Igreja Santa Isabel da Hungria, lugar que me acolheu, me deu esteio e sustenta minha fé. Fé para mim, é a coisa mais importante que tenho, sou feliz ao servir e participar das atividades na Igreja Católica; tento trazer para minha vida os ensinamentos de Jesus e Maria, amar ao próximo sem julgamentos. Faço todos os dias minhas conversas com Deus, conversamos por horas durante o dia todo, me sinto próxima dele todo tempo, como se Ele me cuidasse e protegesse, me sinto amparada e guardada por Ele. Sendo assim, sou corajosa, entrego meus planos à Maria e confio.

Desde muito criança estava presente nas atividades da Igreja, atuei cuidando do grupo das crianças, depois fui catequista, atuei em movimentos artísticos, trabalhei em movimentos Eclesiais de Base, sempre me dedicando a minha comunidade que residia ao redor da Igreja, Napoleão Laureano no Guamá. E hoje eu entendo que tudo isso foi uma preparação, aprendi a trabalhar em equipe, aprendi a ser líder e a pensar em conjunto, ferramentas que uso até hoje em meu trabalho.

Até o ano de 1989, minha vida era assim, ia para escola/faculdade e trabalho em uma ótica, a Ótica Belém, aonde foi meu primeiro emprego formal de carteia assinada (desde 16 anos atuava em escritório de venda de imóveis), como vendedora de óculos, até que meu patrão percebeu que eu era muito tímida para as vendas e muito boa nas contas e cálculos, me promovendo para o crediário da loja, e após 8 meses fui para o setor financeiro, fazendo relatórios e prestação de contas. Porém, lembro de momentos de desespero, já que eu ficava até mais tarde na loja para poder finalizar as operações do caixa.

Existia ali, um outro funcionário, que era o gerente da loja, um homem branco, alto, que exercia ali uma posição de poder. Até que em uma noite qualquer, esse homem me assediou, tentou violar o meu corpo da pior forma possível, lembro que sai correndo antes que ele pudesse fazer alguma coisa contra mim, corri pelas ruas estreitas do comércio de Belém em meio a chuva e choro,

desesperada, só queria voltar pra casa, pros braços da minha mãe. Sabemos que as mulheres negras são hipersexualizadas, Djamila Ribeiro (2017) nos conta que as “mulheres negras passam por isso desde o período colonial, a sociedade nos retrata como “fáceis” e “naturalmente sensuais”, como uma forma de justificar os abusos sofridos, nós somos as maiores vítimas de violência sexual no Brasil”

Naquele momento, eu ainda não sabia de nada disso, mas no momento do desespero, fui socorrida pela mulher que me botou no mundo, a minha referência de mulher negra, a minha mãe que me socorreu, me amparou, porque eu ia ser exonerada e ela foi comigo e me ajudou a denunciar o caso, e conseguimos reverter a injustiça que ia ser feita.

O estudo foi meu melhor amigo, com quem passava a maior parte do meu tempo, digo para todos que conheço que ascendi profissionalmente e financeiramente devido à ele, Djamila Ribeiro (2017) destaca que “Historicamente, a branquitude desenvolveu métodos de manutenção do que seria politicamente correto em relação à pauta racial e a reserva de espaço para o negro único, o que é certamente uma das suas estratégias mais clássicas”, me sinto parte dessa metologia, até hoje sou a única negra em vários espaços acadêmicos, e geralmente a única pessoa com Doutorado, e também sou a única a não ser chamada de doutora, mesmo isso não me incomodando, acho o título de “Professora” mais importante na minha vida, mas sei que ser chamada de Doutora é um símbolo importante socialmente, felizmente não me faz falta ser dirigida assim, mas é um ponto curioso que percebo.

Na época, dividia o tempo entre estudar e trabalhar. Trabalhei como datilógrafa em um escritório de advocacia do Dr. Francisco Fidélis, que foi um lugar mais familiar, mesmo sendo um grande escritório da época, lembro que ao receber meus primeiros salários, ia tomar um sorvete ou comer algo gostoso em alguma padaria ali por perto, usava desse momentinho para ser só meu antes de chegar em casa e entregar o meu salário para minha mãe, que administrava o dinheiro na casa. Deliciava-me com aquele sorvete, como se ele fosse prova viva de que eu merecia ser feliz, fruto do meu trabalho, acordava as 5 horas, esperava o ônibus passar ou ia andando da minha casa até o meu trabalho, o que davam muitos quarteirões. Com o dinheiro que recebia como datilógrafa, conseguia ir para os estágios da faculdade e me alimentar.

Sobre a graduação, fui aprovada para o curso de Enfermagem, na até então Fundação Educacional do Estado do Pará, que viria futuramente ser a UEPA, onde me formei em 1989; consegui aprovação no concurso da Universidade Federal do Pará (UFPA), para atuação profissional no Hospital Universitário João de Barros Barreto, como enfermeira de Centro Cirúrgico, que era o meu sonho durante a graduação. Ser enfermeira no Barros Barreto, onde meu pai trabalhou e faleceu trabalhando como artífice de máquinas, e naque-la noite ele teve um infarto fulminante.

Trabalhava no Hospital Barros Barreto e como docente na Escola de Enfermagem Magalhães Barata, tive aprovação nesses dois concursos, no mesmo ano, em 1993, e costumo dizer que foi o ano de marca forte da minha vida, pois foi no mesmo ano em que me casei com o Márcio, Meu Lindo.

Enquanto trabalhei na UEPA como docente, sempre me vi detentora de saberes para gestão, gostava de trabalhar em equipe e comecei a ser reconhe-cida por meus colegas de trabalho, então fui chamada para participar da mi-nha primeira eleição, como Vice- diretora do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da UEPA, o CCBS, nesse período conheci minha amiga e irmã de vida, que foi a Diretora durante esses anos, Dra. Cléia Bichara, uma mulher ímpar, médica, mãe e determinada a mudar os paradigmas da época, a quem sou muito grata e muito feliz de poder contar com sua amizade até os dias de hoje. Logos após esse mandato, passei para o cargo de Diretora do CCBS, e fui a primeira pessoa não médica a exercer essa função, e como vocês de-vem imaginar, a primeira pessoa negra. Juntamente veio os casos de racismo e preconceito de classes, Enfermeiro-Médico, e nesse período encontrei um amigo, o Dr. Emanuel de Jesus, que aceitou pleitear o cargo como meu vice, enfrentando discriminações por ser médico e negro, e ter se “submetido” a ser vice de uma enfermeira, como diziam na época.

Já dizia Djamila Ribeiro (2017), “*Eu podia ter o conhecimento e não ter a coragem. Quando você é mulher negra, é preciso ter os dois.*” Inclusive, não tive-mos nenhuma chapa concorrente, pois éramos muito apoiados por nossos co-legas e trabalhadores do Centro, tanto que em nossa despedida do mandato, organizaram uma festa no Ginásio da UEPA, lugar amplo, feito para disputar esportes, carregado de memórias para todos ali.

Após esse período, fiquei 5 anos fora da gestão, e continuei a fazer meu trabalho como professora e pesquisadora, finalizando meu doutorado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, até o meu retorno a Belém, onde fui convidada para assumir a coordenação da Comissão de Residência Multiprofissional (COREMU), rendendo aprovações de mais programas de residência na UEPA. Levando a residência multiprofissional para fora da capital e ampliando para os interiores do estado do Pará.

No ano de 2020, na pandemia do Covid, fui convidada para ser vice-reitora da Universidade, com o até então Vice-reitor Clay Chagas. Período que sofri muitos ataques, de até então amigas, que ficaram indignadas com a situação, **“como uma neguinha vai ser reitora???”**

Lembro desse momento como um divisor de águas, via nessa amiga uma mulher forte e parceira, que poderia contar e dividir histórias, mas é importante entender os papéis, mesmo sendo uma pessoa gente boa, da igreja, de bom caráter, médica, ela não estava isenta de cometer racismo, e eu por ser sua amiga, achava que não receberia esse tipo de comentário. Lélia Gonzalez (2020) esclarece: *“o atraso político dos movimentos feministas brasileiros é flagrante na medida em que são liderados por mulheres brancas de classe média. A libertação da mulher branca tem sido feita às custas de exploração da mulher negra”*.

E assim fomos enxugando as lágrimas e traições, realizando reuniões online com os trabalhadores, fazendo debates intensos a procura de melhorias. Nossa trabalho árduo foi recompensado e vencemos a eleição. Tornei-me então, a primeira mulher negra ocupando a cadeira de Vice-Reitora da Universidade do Estado do Pará. Recordo-me que outra chapa recorreu para que mudassem a data da eleição, sendo a data escolhida 13 de maio, dia de Nossa Senhora de Fátima, respirei aliviada, como se naquele momento pudesse sentir as benções dela.

Faço parte das Equipes de Nossa Senhora, um grupo que reúne casais em encontros quinzenais para orações e estudos bíblicos, e nesse grupo, existe a tradição de sortear uma imagem de Nossa Senhora de Fátima para acompanhar as equipes, e nesse mês a imagem tinha sido sorteada para estar no nosso grupo, e posteriormente sorteada novamente entre os membros da equipe para ficar na casa do casal, adivinhem em que casa ela estava no dia 13 de

maio? Sim, na minha casa, exatamente no dia da eleição, como não poderia acreditar na certeza da vitória? Sinais do amor e presença de Deus para essa minha função.

Creio que para além de desavenças profissionais, existe ali um campo de negação pelo que represento, está claro que ser primeiramente negra, depois mulher, depois pobre, incomodava. Digo esses itens nessa ordem, vejo e sinto que primeiro as pessoas enxergam a cor da pele, depois o gênero e depois a classe social, Lélia Gonzalez (2020) diz que, *a mulher negra sofre essa intersecção de racismo e sexism no Brasil.*

Após esse período, fui procurada por trabalhadores para que pudesse ser participar nas próximas eleições, porém sinto muita falta das minhas atividades como pesquisadora e professora, cargos que ainda cumpro em carga horaria reduzida, pois são parte fundamental de mim. Por isso, e por avaliar que os desafios da luta nos espaços de poder, majoritariamente masculino e branco, precisam de amadurecimento político, preferi continuar como candidata a vice.

Então depois de muito avaliar para discernir, me recolhi no silencio, foram 7 dias de oração até chegar na minha decisão de embarcar para disputar eleições novamente, faltando 2 meses para apresentar a chapa; decidi concorrer novamente como vice-reitora da UEPA. Até então, todas as eleições que participei foram de forma leve, havendo os embates de ideias, claro, mas nunca foram agressivas ou violentas, até essa última eleição de 2025.

Pude participar de uma eleição com uma chapa contrária, e não mais de forma online e branda. Sinto que não estava preparada, para o que já estava armado, nessa grande disputa, com todos os requintes de uma eleição política partidária, com a participação de vários partidos, justificando a grande campanha difamatória que foi feita contra nós, e principalmente para mim, considerei lamentável num ambiente acadêmico.

No dia do primeiro debate, dia de São José, 19 de março, fui à missa no Santuário de Aparecida, pedi força e leveza para que Deus conferisse sabedoria a mim e a minha equipe, e mais uma vez, Nossa Senhora se fez presente; senti seu abraço forte e, ao abrir os olhos procurando quem tinha o feito, não havia ninguém, apenas uma imagem de Santa Rita de Cássia e, então, tive a certeza de que esse debate seria o ponto crucial, decisivo e vitorioso.

Lembro de ter estudado o dia inteiro para o debate, já sei de cor e salteando as normas e regras da instituição, passei a maior parte da minha vida nesse espaço, mas mesmo assim, gosto de estar sempre revendo e estudando, então tirei o dia para me dedicar a isso. Fui ao debate com roupas brancas, para que eu não esqueça do Espírito Santo, nem um segundo.

Ao chegar no debate, me deparei com alunos, trabalhadores, professores e todo o corpo que forma a Universidade. Ao me dirigir ao palco, reconheci na primeira fileira alguns ex-reitores, os quais conheço de longa data, e fui os cumprimentar por educação, e lembro que ao chegar nele e estender a mão, escutei a frase: “você é uma decepção”, nesse momento soltei a mão e me virei em direção ao palco, respirei fundo e sentei, e assim deu início ao debate. Todas as vezes em que ia falar, olhava para o rosto das pessoas, as vezes esbarrava no olhar deles, e eles falavam bem baixo e gesticulando bem a boca, dizendo repetidas vezes “você é uma decepção, você não vai ganhar”.

Parei de olhar. Respirei fundo, continuei. Após eles perceberem que eu não olhava mais para eles, meu celular começou a receber mensagens de texto, com os mesmos dizeres, e isso foi me desconcertando, me senti menor, como se eu não pudesse estar ali, não merecesse aquilo. Me senti sem saída, não tinha para onde fugir, não tinha como sair daquele espaço e essas pessoas também não iriam sair da minha frente, então me voltei a um pedaço de papel e comecei a escrever, palavras e orações, pedindo a Deus para que tirasse aqueles dois da minha frente, que me desse sabedoria, que Jesus estivesse comigo, até eu lembrar de quem eu era, das coisas que tinha passado para chegar até ali, das pessoas que contavam comigo para exercer meu trabalho da melhor forma, do que eu represento nesse momento.

Até que chegou o final do debate, e eu fui a última pessoa a falar, e nesse momento, todos eles que estavam na minha frente, se levantaram e ficaram em pé, me olharam, e viraram de costa, e nesse momento tive coragem e força para denunciar o silenciamento e desrespeito para comigo. Eu disse: “*Escutaram a todos, estavam de ouvidos atentos à todas as falas e propostas, e na minha vez vocês vão sair? Na minha vez não importava? A minha fala não era merecedora dos ouvidos daqueles senhores?*” Pois foram vaiados, receberam vaias do público, e eu voltei para casa arrasada, com o coração na mão e ace-

lerado, tendo que viajar na mesma madrugada para outros municípios para continuar a campanha.

Ao chegar no carro, já em prantos, me desmontei junto do meu marido, completamente magoada e machucada, sem tempo de poder me refazer, e processar o que havia acontecido, e fui conseguindo processar durante a viagem para outras cidades. As pessoas curam e machucam, na mesma proporção, e assim que chegamos no Campus de Tucuruí, eu pude sentir isso, pude sentir o acolhimento de pessoas queridas, abraçada por pessoas que nem conhecia até então e que puderam me salvar naquele momento, em meio a chuva torrencial, que lavou minha alma, que a chuva se misturou com minhas lágrimas, me senti limpa depois disso, fui abraçada pela chuva. Em Tucuruí, ganhamos com 100% das urnas.

Eu sempre gostei de artes, seja música, exposições, óperas, cultura de rua ou qualquer tipo que seja. Lembro de acordar cedo e ir para a frente do majestoso Teatro da Paz, esperar a fila que davam ingressos de graça para os espetáculos do dia, levava minha filha, Márcia, ainda um bebê de colo, para presenciar aqueles momentos de arte, que eu tanto amo. Hoje em dia, participo do Batalhão da Estrela, do Arraial do Pavulagem, movimento cultural de Boi e carimbó de Belém. Com isso, sempre gostei de cantar, declamar, e expor afeto e amorosidade, seja na minha vida pessoal seja na gestão e nos meus trabalhos como pesquisadora. Fatos que foram usados para caçoar de mim, me rebaixar como ser humano, e ser feita de chacota durante a campanha eleitoral, isso é outra resposta do racismo, uma pessoa branca fazendo isso seria atribuída de culta, não é? Lélia Gonzalez (2020) destaca:

nos consideram emocional, e que no momento que denunciamos esse fato, somos chamados de infantilizados, “O que não se percebe é que, no momento em que denunciamos as múltiplas formas de exploração do povo negro em geral e da mulher negra em particular, a emoção, por razões óbvias, está muito mais em quem nos ouve. Na medida em que o racismo enquanto discurso, se situa entre os discursos de exclusão, o grupo por ele excluído é tratado como objeto, e não como sujeito. Consequentemente, é infantilizado, não tem direito à voz própria, é falado por ele. E ele diz o que quer, caracteriza o excluído de acordo com seus interesses e seus valores. No momento em que o excluído assume a própria fala e se põe como sujeito a reação de quem ouve, só pode se dar os meus níveis acima caracterizados.

Fui chamada de “animadora de palco”, me invisibilizaram pelo meu protagonismo de gestão, que faço com amor, mas com trabalho estratégico com muito planejamento. Essas foram situações que me magoaram profundamente, feridas abertas que seguem em meu peito. Sueli Carneiro (2011) diz que: *um dispositivo de racialidade é a construção do outro como não ser como fundamento do ser.*

Hoje sou uma mulher, negra, de 1m65cm, cabelos cacheados, gosto de usar roupas branca, por sentir que transmite paz e por representar tão bem a minha área de estudo, minha companheira, a área da saúde. Tenho uma família amada, juntamente com meu esposo Márcio Silva, que é conhecido por ser o “meu lindo”, que assim o chamo, há 32 anos. Dessa união, tenho três filhos, Márcia, Márcio Filho e João Victor Carvalho, e um neto, João Bento. Gosto de ressaltar minha família, pois é quem me sustenta nessa batalha de todos os dias, a eles o meu muito obrigada.

Referências

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIBEIRO, Djamila. *Pequeno manual antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

VANDRÉ, Geraldo. *Pra não dizer que não falei das flores*. Intérprete: Geraldo Vandré. In: Festival Internacional da Canção, 1968.

CAYMMI, Nana. *O tempo*. Composição de Nana Caymmi e Gilson Peranzetta. In: Nana Caymmi – Resposta ao tempo. Rio de Janeiro: Universal Music, 1998.

AS ÁGUAS BANHADAS PELA EDUCAÇÃO LIBERTADORA E ANTIRRACISTA

Márcia da Silva Carvalho

Foto 1 - Entrando nas águas do Igarapé do Jamaci/PA



Fonte: acervo da autora / 2022

Sempre remeto à minha mãe, Sra. Miracy, ter conhecido as águas do Marajó, onde ela nasceu, Vila de Camará em Cachoeira do Arari. E a partir daí as águas, campos e florestas tem inundado o meu caminho, imagens que me cercam, as emoções que povoam meu coração, inspirações também do encantamento de meu pai, Sr. Belo, por aquele lugar e seu empenho em nos levar todo os anos de minha infância nos períodos de férias ao Camará. As águas era dela,

o encantamento foi dele ao pisar lá e a alegria inundou nossa infância desde que conhecemos a Vila de Camará

Meus pais me levaram a vivenciar experiências tais, que encharcavam meus dias com memória e alegrias de infância que se transformam agora na vida adulta em desejo de pesquisa. Adentrar nessas águas é um ato amoroso, amor de filha, amor pelas memórias de infância, amor pelo encantamento, pela simplicidade e profundidade em que aprendo a cultura, o vivido das crianças, dos senhores e senhoras, povo das águas, matas e florestas. Das águas de minha mãe no Camará.

Me sentia uma criança alegre com “pouca coisa”, como diziam meus tios “no mundão do Belém”, O que no urbano é pouco, no Camará é um cotidiano que amplia a manhã, alarga a tarde, inunda as noites. Minha alegria começava com muitas conversas logo cedo, pois os tios iam pescar e meu pai ia junto, na casa de barro, iluminada com lamparinas não tinha cama, eram só redes ao lado de redes e por cima de redes, acordávamos e ficávamos vendo a preparação deles.

O café feito no carvão, o pão caseiro que era feito na mercearia de seu Vino, a costura da rede de pesca furada, e a escolha do remo, pois se a mare estivesse muito baixa tinha que ser mais curto ou se fossem para mais longe tinha que ser mais pesado, ou ainda se a maré estivesse cheia precisaria de remos com as duas qualidades, ou alguma coisa parecida com estas referências.

Meu pai, só escutava e balançava a cabeça e os acompanhava. Era um homem da cidade, não tinha esses ensinamentos do campo. Assim que saiam, por volta das 4:30 da madrugada ficamos quietas na rede até o sol raiar e nos trazer a vontade ferrenha de ir pro trapiche, mas minha mãe tinha sempre a casa de um parente pra visitar ou de uma velha amiga e nós tínhamos que acompanhá-la. E no caminho íamos conhecendo cada pedacinho do Camará e pra nossa alegria muitas casas visitadas tinha um igarapé ou o rio passava em seus quintais. E as visitas tornavam-se momentos de reencontro para minha mãe e de molecagens para mim, minhas irmãs e as crianças da casa.

Algumas manhãs não começavam com a pescaria, começavam (sempre cedo) com a plantação ou colheita de frutas, legumes, verduras num roçado que media, como dizia meu tio, que tinha o apelido de “prende onça” (porque

era muito brabo) “pra mais de trinta braçada de terra e chegava até o fim da vista”, criança não conseguia ter a dimensão, até hoje acho que não tenho, mas dá para ter a dimensão de que era bastante extensa.

Nesta atividade podíamos ir ajudar na plantação ou na colheita, como conto em outros contos, de plantar e colher emoções no vivido. Estes me trouxeram grandes letramentos matemáticos, de quantos paneiros de tal fruta, quantas mãos de terra na plantação de tal legume e de quanto de água nesta plantação seria preciso. Além de que um quarto de cada paneiro ia de doação para igreja, e esta não era uma prática só da família de minha mãe e sim de todas da vila do Camará. Solidariedade sem igual! E nisso lá se ia toda a manhã.

As tardes e noites já eram momentos de troca com as histórias do lugar e estava reservada às contações de Vovó Béia, que até hoje, após tantos anos do seu falecimento não sei seu nome verdadeiro. Ela, mesmo não tendo nenhum parentesco conosco, era chamada de vó, todos/as a chamávamos assim e tínhamos por ela o sentimento de netos/as, sua chegada nos dava uma alegria de festa no coração, de sol no olhar e uma vibração intensa na cabeça. Vó Béia agitava nossa imaginação.

Ela chegava por volta das 16h, quando já estávamos exaustos das brincadeiras matutinas e nos sentávamos no chão, colocados literalmente a seus pés e só ia por volta das 19hs depois de longas histórias e nos deixava a sensação de estarmos a quase mil e uma noites marajoaras ouvindo-a. Suas histórias eram ora de visagem, encantados, ora de lendas amazônicas, ora da formação inicial da vila de Camará, ora pura imaginação de sua cabeça, e nos deixavam completamente envolvidos até o sono chegar. 19h parece cedo? No Camará sem luz, só com lamparina e fogueira, dava uma sensação de que o sono estava chegando, impressão de que já era tarde.

Talvez minha vó Beia não tenha clareza de como foi ela que me ritualizou e fez acontecer meus ritos de passagem para gostar de ensinar, de aprender, contando histórias, de poetizar o vivido seja lá onde eu estiver ou queira estar. Também tal vivencia fez muito sentido quando, como pesquisadora refencio o letramento social a partir de Freire (1987) e Street (2003) quanto as práticas de letramento fazerem a relação destes eventos vivenciados pelos sujeitos e seu aspecto cultural desta prática, onde e como particularmente tais pessoas, como vó Beia, lerá tais sinais com maior ou menor dificuldade, e a re-

ferência de que o processo de ensino e aprendizagem precisam estar integrados aos saberes e experiências dos/as educandos/as, com as realidades sociais.

Então, já na árida maturidade adulta, percebo que meus pais me apresentaram às águas, eles me deram a oportunidade de tocar na fluidez do cotidiano daquelas águas e me fizeram sentir o gosto, o cheiro, o calor e os ventos daquele lugar. Meus pais me levaram a vivenciar experiências tais, onde toda a cultura vivida daqueles senhores, senhoras e crianças encharcava meus dias de novos aprendizados. Ondulações que trouxe de minha infância para as águas da Educação como professora.

Inicio com uma história de infância está escrevivência, pois foi lá que algumas inquietações começaram a surgir e me fazer pensar nos processos de ensino e aprendizagem. Porque somente um Grupo Escolar (como chamavam na época) para tantas crianças? Porque eu não aprendia matemática na sala de aula de uma forma tão simples e concreta como meus tios me ensinavam, fração, peso, medida na hora do plantio e colheita nas suas roças? Porque não podíamos ouvir estórias e falar de nossos lugares na sala de aula interdisciplinarmente e com isso estudar ciências, geografia, história, como fazia Vovó Béia com tanto saber dessas ciências vindas em suas contações de história?

Minha tia Milca quando trazia pão e café de casa para dar às crianças logo que chegavam na escola e frutas para a merenda, sabia que elas estavam sem se alimentar, como professora do Grupo Escolar e moradora da Vila do Camará conhecia as realidades de vulnerabilidades. O letramento escolar e o letramento social que pesquisei agora me inquietava deste então, eu só não sabia, com diz o dito popular “não estou ligando o nome à pessoa”. Aqui no caso, aos fatos vividos. Pensamentos e vivencias infantis que somente depois foram fazendo sentido...ou ainda procuram sentido.

São as águas ancestrais da Educação que foram me mostrando que a realidade, o contexto precisa estar nas salas de aula, porque elas não estão nos currículos e livros didáticos. Lembro que Minha trajetória como educadora se inicia, no Centro Comunitário São Francisco de Assis, de 1984 a 1992, no bairro da Pedreira em Belém, como professora “leiga”, como chamavam na época, pois não tinha magistério e ainda não havia feito minha graduação. Estávamos então nos finais da década de 80.

Assim começo também minha militância social no Centro Comunitário São Francisco de Assis e na Comissão dos Bairros de Belém – CBB que encampou com os Centros Comunitários filiados a ela e tinham as chamadas “Escolas Comunitárias” uma luta na década de 80 por uma educação de qualidade “Educação para todos”, onde se reivindicava acesso às escolas, escolas na periferia, a incorporação destas como anexos de escolas da Rede Municipal de Educação. Este foi um movimento que resultou na incorporação das escolas comunitárias como anexos das escolas polos da Secretaria Municipal de Educação de alguns bairros de Belém. Neste processo foram vivenciadas inúmeras formações para tais “professoras leigas” em parcerias com a instituições não governamentais, e universidades.

Tais formações foram valorosas, pois foi onde me encontro com conceitos de Jean Piaget e Emilia Ferreiro e a Psicogênese, os conceitos de Vigotsky de interação social nos processos de ensino e aprendizagem e com muita alegria com Paulo Freire e sua Pedagogia do Oprimido, do diálogo, do Esperançar, que mais a frente me fez afirmar a luta por uma educação que liberta. Esas foram águas que naveguei por toda a minha construção como professora.

Foto 2 e 3 - Cartilha da comissão dos Bairros de Belém

<p>A CAMPANHA ESCOLA PARA TODOS É UMA GRANDE LUTA DO Povo DE BELÉM.</p> <p>A partir dessa declaração do Secretário de Educação, a CBB empenhou-se numa pesquisa séria, realizando o levantamento de quantas crianças, na faixa de 7 a 14 anos, encontravam-se sem escolas. 50 mil crianças foi o número constatado pela pesquisa da CBB nos bairros do Jardim, Póvoa, São José, São Domingos, São João, Terra Firme, Março, Atalaia e Bequim. A Comissão dos Bairros, ao perceber que a divulgação da data de pré-matriculicá, apenas nos jornais, era uma mancha da Semec para livrar-se da grande contingente de crianças, passou a divulgar essa data através de panfletos em todos os bairros. O prazo para a pré-matriculicá foi prorrogado pela Semec, para cito dias, e não de cinco.</p> <p>As tapeações, segundo a CBB, continuaram por parte da Semec. Os alunos eram pré-matriculados em número de quatro mil em apenas uma só ôtcha. Ao serem constatadas, apenas um aluno era regularizado, apesar de ser feita de forma. Além disso, os alunos eram pré-matriculados propositalmente com nomes trocados e quando chegava o dia de se matricularem, seus nomes constantes nas escolas não correspondiam com as certidões de nascimento. Em vista dessas irregularidades, uma segunda reunião com o Secretário de Educação foi marcada. Este, entretanto, se</p>	<p>empenhada não se restringia à cidade, mas estendia-se à região, aos problemas do campo, pois, segundo ele, um dos integrantes da entidade, “o lavrador que sebra no campo é mantido pelo mesmo regime que o sebra aquela cidade. No campo o problema é igual. Aqui enfrentamos os patrões, lá, enfrentamos os latifundiários”. Em função desses pontos que estavam em comum, independentemente do campo e da cidade, a CBB, assim, desenvolveu-se com os lavradores, promovendo encontros e seminários onde debatiam seus problemas comuns. A CBB tem vínculo com entidades democráticas de todo o Brasil, informam seus membros.</p> <p>Para mostrar a dimensão que o estudo da CBB tem, internacionalmente, revelam que a CBB enfrete para o exterior filmes detalhados sobre a condição das famílias de quintal, sendo obtido trânsito eletrônico e Cacauado grande rejeitado na Holanda e França.</p> <p>O trabalho da CBB tem sido divulgado através de cartilhas, que, durante a recente a visita do Papa João Paulo II a Belém, a CBB entregou-lhe um documento de denúncias sobre a situação deplorável dos bairros de Belém. Com a chegada do presidente Figueiredo, foi entregue à Imprensa internacional, um dossier completo sobre as deficiências e desatenções do Governo do Estado em solucionar os problemas locais.</p>	<p>A NOSSA FORÇA É</p> <p>Esta cartilha elaborada pela Comissão dos Bairros de Belém - CBB, tem por objetivo mostrar aos moradores dos bairros desta cidade, nossas lutas e nossas vitórias, conquistadas com a mobilização e organização dos moradores.</p> <p>Estas lutas têm nos ensinado muitas</p>
--	---	---

Fonte:<http://www.cpvsp.org.br/upload/periodicos/pdf/PICBBPA011979000.pdf>

Nesse período então observava que o contexto social vivido pelos alunos entrava na sala de aula atravessando todo o processo de ensino-apren-

dizagem, pois em um bairro de periferia, a exclusão, desemprego e a fome não deixavam os alunos terem uma boa aprendizagem o que exigia de mim outras estratégias que não somente os conteúdos curriculares exigidos. Meus deslocamentos pelo universo da educação foram vivenciados a partir das formações como catequista das comunidades de base, das formações políticas no Centro Comunitário realizadas na CBB e como em tais espaços formativos a realidade vivenciada pelas pessoas era a referência isso ficou inerente na minha construção como professora/educadora.

Eu era professora e moradora da área deste centro comunitário e nas assembleias mensais com os moradores, os problemas e reivindicações apontados, serviam para elencar os temas geradores com os alunos, pois conhecia a realidade de seus pais, suas casas, e esta contextualização me permitia não depositar conteúdos aos alunos, mas dialogar com eles a partir de sua/nossa realidade. Estava na minha práxis de ação e reflexão, na minha vivencia, pois eu também era moradora, pobre, daquele bairro de periferia e queria lutar para a transformação daquela realidade, e a tomada de consciência era uma premissa, como anuncia Freire (1987). Este foi um dos autores de maior referência de minha formação pessoal, acadêmica, profissional, de militância social, ele despertou em mim a conscientização que o que me inquietava tinha um nome, uma teoria, uma opção política, uma concepção de educação. Descobrir Freire foi descobrir minha essência.

Depois de passar 6 anos como professora “leiga” sigo para uma experiência ímpar em minha vida, como educadora social na República do Pequeno Vendedor-EMAÚS gerenciada pelo padre Bruno Secchi, grande atuante nas causas das crianças e adolescente com uma brilhante história, precursor da criação do Estatuto da criança e do adolescente- ECA. E foi neste local onde a formação dos educadores é toda pautada nestes enfoques, que me reencontro e reafirmo o laço com a Educação Popular e com a Pedagogia da Libertação, a Pedagogia da Autonomia, a Pedagogia da Esperança de Freire, não só em teorias, mas em práticas constantes no encontro com crianças e adolescentes trabalhadoras nas ruas, feiras e comércios de Belém e com crianças e adolescentes em situação de rua que nesta época, 1993, se concentravam em São Braz, hoje estão por toda a cidade.

Era a educação na sua função social, em seu viés mais político que se apresentava nesta experiência. Onde o ambiente não era a escola, não eram os currículos e livros escolares, onde o Sistema de Ensino não chegava e nem as Políticas Públicas, sociais. Porém eram as histórias de cada menino e menina que faziam os temas de suas aprendizagens, uma educação não formal que precisava ser estimulante, criativa, contextualizada para podermos despertar interesse, encantamento e permanência destes meninos e meninas nas nossas atividades senão perderíamos cada um/uma para as drogas, para o tráfico, para as violências da polícia, e infelizmente perdemos muitos.

Vou olhar a educação pelo viés da gestão educacional, para além da sala de aula, assessora educacional de 1997 até 2004, na coordenação e planejamento das ações do Programa Bolsa Escola, na então *Escola Cabana*, onde este programa co-gestado pela Secretaria Municipal de Educação/SEMEC, pela Fundação Papa João XXIII- FUNPAPA e a Secretaria de Economia/SECON, tinha como objetivo principal garantir o acesso, permanência e sucesso das crianças na escola através de uma bolsa de um salário mínimo para suas famílias, além de garantir formação profissional para os adultos destas famílias. Coordenar tal Programa tinha a perspectiva de contribuir com o protagonismo para as famílias em situação de vulnerabilidade social que muitas vezes causava evasão escolar levando crianças e adolescentes para o trabalho infantojuvenil.

Era a Educação se deslocando para o social com o intuito de quebrar as barreiras de um sistema capitalista que calava vozes, tolhia liberdades e alienava consciências. Acredito que desde então os letramentos social e escolar, foco de minhas pesquisas, já ondulavam minha trajetória de educadora reflexiva e que buscava, sempre no diálogo, a criticidade e reflexão com consciência crítica que não se constrói este caminho sem mobilização, sensibilização, interdisciplinarmente e tal construção foi feita nesta gestão de 1997 a 2004 com as Unidades Escolares tendo a possibilidade de aderirem ou não a esse novo projeto de educação e não, como comumente tem sido feito de imposição.

Me inundo aqui com a educação por dentro da gestão do seu Sistema Municipal de Ensino e sua relação com as escolas, contribuindo com uma gestão que tinha como princípios: A Inclusão Social e a Construção da Cida-

dania, a partir das diretrizes de: Democratização do acesso e permanência, Gestão Democrática, Valorização Profissional e Qualidade Social da Educação construída de forma coletiva, democrática e dialógica implantando eleições direta para gestores, fortalecendo de hora pedagógica de professores/as, garantindo formação continuada de qualidade, estimulando o controle social com a regularização dos Conselhos escolares, estimulando parcerias institucionais com Universidades, Movimentos Sociais, Ongs para realização de projetos nas escolas. Era Belém vivendo uma experiência inovadora com a *Escola Cabana* como diretriz político-pedagógica onde a educação fazia parte do que se tinha de principal caminho para as mudanças sociais invertendo a lógica dominante de exclusão em nossa sociedade.

Faço um recorte aqui, pois não tenho como deixar de colocar minha condição de mulher-mãe e entre 1987 e 1992 me torno mãe de 2 meninos, hoje adultos e um desafio me toma desde então, criar meninos numa sociedade machista, sexista. Desafio de mostrar sempre da forma mais amorosa e dialógica possível que na luta pela transformação de uma sociedade patriarcal não podemos subjuguar, desigualar as identidades de gêneros. Hoje tenho 2 grandes companheiros, Nil e Lucas, que me colocam no colo todas as vezes que me sinto fraca, frágil, insegura, cheia de dúvidas. E olhem que esses não são momentos raros, mesmo pra uma filha de Yansã, Orixá das tempestades. E esta é uma outra história para ser contata, águas ancestrais.

Minha religiosidade de matriz africana, sim, sou do Axé!

Foto - 4: Yansã



Fonte: <https://br.pinterest.com/pin>

Foto - 5: D. Tereza Légua de Bogi Boá



Fonte: acervo da autora 2018

Com uma vivência desde a infância na religião católica nunca questionei o eurocentrismo de tal religião e sempre tive total respeito pela Umbanda, pois uma outra vó que adotamos na infância, Vovó Júlia, acolheu minha mãe como filha quando ela veio para Belém, em busca dos estudos, pois no Camará era somente até a quarta série. Na casa da vó Julia havia um terreiro no quintal e ela era mãe de santo. Quando eu e minas irmãs íamos na casa dela, não deixavam a gente entrar no terreiro, só meus pais entravam e eu ficava ouvindo o som dos tambores que ecoavam no meu corpo todo. Quando não estava tendo gira (momento religioso) no terreiro eu ia até a janela e via aqueles vultos (imagens de geso) dos índios, encantados, preto velho, e eles pareciam de carne e osso.

Após muitos anos, já adulta, reencontro uma grande amiga que chamo de mainha Sílvia e ela me diz que se tornou filha de santo, é quando sinto uma enorme vontade de conhecer o terreiro que ela fazia parte e foi possível entrar em uma casa sagrada do Axé. Momento único onde pude sentir a minha fé viva, onde me conectei de forma muito visceral com minha ancestralidade indígena, africana e neste dia eu soube que tinha como guias de frente Santa Barbará e São Sebastião que no sincretismo religioso são Yansã e Oxossi, senhora/o dos ventos e das matas, respectivamente.

Ao longo dessa vivência que reconstruiu minha vida percorro caminhos de envolvimento, conhecimento, pertencimento e definições. Era pelos caminhos do Axé que seguiria com minha religiosidade, não com momentos pontuais de culto a essa religião, mas como missão, sigo a partir de 2015 como filha de santo no Terreiro de Ogum e Oxossi, local onde se manifesta a Umbanda na linha do Tambor de Mina tendo como nosso Zelador (pai de Santo) Luiz e como mãe da casa a encantada do Codó do Maranhão Tereza Légua que se encontra registrada na foto 4. Mãe que cuida, com riso, ensinamentos ancestrais, mãe de colo, de rede e de AXE!

Esse momento de minha vida se junta ao início de minha entrada na Universidade do estado do Pará em 2018 sou aprovada como técnica da Universidade do Estado do Pará- UEPA, tendo atuação inicial na Diretoria de Acesso e Avaliação onde são organizados os processos de seletivos ingressos desde o vestibular, mobilidade interna até o Programa de Cotas e ações afir-

mativas, além de conduzir a avaliação institucional que aprimora a qualidade do ensino, pesquisa e extensão da universidade.

Inicialmente meu foco de atuação foi na gestão do edital do Programa de Mobilidade Interna o chamado “vestibulinho” onde a experiência me trouxe atuação de articulação e mobilização com os cursos de todos os Centros e Campus da Universidade e seus respectivos cursos, o Centro de Ciências Biológicas e da Saúde- CCBS, Centro de Ciências Sociais e Educação- CCSE e o Centro de ciências Naturais e Tecnologia- CCNT. Corroborando com Vasconcelos (2000) mostrando como a gestão e planejamento de tal processos necessitam estar com os dados de discentes atualizados, objetivos muito bem definidos traçando suas ações e estratégias para um bom resultado e sobretudo estar atento as realidades de discentes com situações de extrema vulnerabilidade, onde a partir do acesso a tal modalidade pode ajudar a evitar possíveis desistências.

Ainda na condição de técnica na UEPA sou indicada pela Pró-Reitoria de Graduação- PROGRAD, para o assessoramento da implantação e implementação do Programa Residência Pedagógica/CAPES que integra a Política Nacional de Formação de Professores e se deu no CCSE nas licenciaturas. Acompanhar as etapas do edital, como a seleção dos projetos de extensão, seleção de discentes bolsistas, foi um aprimoramento na minha prática onde o trabalho integrado, planejado e articulado trouxe muito êxito para a primeira versão do programa na UEPA.

Por conseguinte, em 2019 sou aprovada e contratada como professora substituta na Universidade do Estado do Pará, para a disciplina de Estágio onde atuo até então no Departamento de Educação Geral- DEDG. Este é o departamento que ministra a disciplina de Didática para todas as licenciaturas e para o curso de Pedagogia as disciplinas de Tecnologia educacional, Educação Infantil no Contexto Brasileiro, Estágio Supervisionado em Gestão Escolar, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação em Instituições não escolares e ambientes populares, e mais recentemente a disciplina de Educação para as relações Étnico- Raciais.

Foi com muita alegria e sentimento de vitória que vivencio a partir da organização e luta dos grupos de pesquisa, docentes engajados/

as e comprometidos/as com a inclusão da disciplina de Educação para as relações étnico-raciais- ERER incluída no PPC/2022, passando a ser ofertada em 2023 no curso de Pedagogia, no Departamento de Educação Geral. E mesmo já tendo ministrado tal disciplina pela Universidade Aberta do Brasil – UAB de forma online na pandemia, estar tendo a oportunidade de ministrá-la de forma presencial é uma experiência que nos transforma.

Tal disciplina não é vivenciada somente com aulas teóricas, elaboro o planejamento da mesma com um momento de pesquisa nas escolas locais, onde este ato investigativo tem trazido resultados alarmantes de falta de conhecimento dos professores das leis que exigem a inclusão da cultura africana, afro-brasileira e indígena para o currículo e para nossos planejamentos. O que resulta como culminância uma Mostra Cultural Afrobrasileira e Indígena nas escolas e/ou na própria universidade.

Estar desmascarando e tematizando o racismo de forma direta como componente curricular e não somente como tema dito transversal traz uma reflexão sobre a relação de uma educação libertadora numa perspectiva mais de intervenção para construção de uma sociedade antirracista com ações de transformação e trazer isso para a formação de futuros docentes é fortalecer o pensamento de que essa educação deve estar inserida numa estratégia global de ação política de enfrentamento e resistência a barbárie do racismo estrutural.

Me posiciono como mulher preta de cor parda com atuação no Movimento de Mulheres Socialistas- MAS, em Belém/PA, onde a carga do racismo para o feminino nos chicote-a neste contexto Amazônico. Sendo mãe de meninos pretos, não poderia em minha trajetória de mãe reproduzir uma lógica sexista e racista aos meus meninos e sim despertá-los para a questão de mudança de pensamentos e atitudes. Assim não distanciando minha vivência, pessoal, docente e de minha militância, tendo a clareza de como ato político, educar precisa libertar, venho vivenciando tais desmascaramentos e com a experiência em ministrar essa disciplina tão necessária, pretendo continuar buscando essas transformações.

Início como mencionado anteriormente a atuação de ministrar a disciplina de ERER com uma das turmas da UAB/Pedagogia/Paragominas em

2021, e somente nas lotações de 2024 e 2025 com turmas em Igarapé-açu e São Miguel do Guamá retorno a ministrar a mesma.

Neste período Pandêmico as aulas online foram as estratégias utilizadas para atender nossos estudantes e meu plano de curso foi elaborado, além dos módulos contendo os Marcos Legais pertinentes as legislações brasileiras e para a educação, formação de professores, novas metodologias de ensino, houve espaço para relatos de experiências onde os estudantes pudessem conhecer algumas vivências pedagógicas e psicopedagógicas exitosas de políticas afirmativas e formação de subjetividades no enfrentamento ao racismo e ações antirracista.

Nesta experiência com a turma de Paragominas foi apresentada a experiência do Conselho Regional de Psicologia, 10^a regional, onde há o GT que discute os efeitos do racismo para a subjetividade negra. As ações desenvolvidas por tal conselho se desenvolve mobilizando psicólogos/as negros/as para tal discussão e despertar para os seus atendimentos. Os efeitos do racismo atingem de toda ordem a subjetividade humana e tais reflexos foram evidenciados nesta oportunidade e no decorrer da disciplina. Com a turma em situações de aprendizagem foram elencadas as temáticas, raça x racismo, preconceito racial e discriminação racial como referências básicas para os demais módulos, pois considerando Almeida (2020) é importante fazer essas diferenciações de outras categorias sociais vinculadas com as questões raciais,

Abrir tais discussões na disciplina para essas desconstruções e/ou diferenciações conceituais a partir de ambientes de diálogos, autoavaliações vão evidenciando o quanto ela traz repercussões internas em nós docente e em nossos estudantes.

Adiante tenho a vivência com a turma do Campus XI em São Miguel do Guamá, já em 2024, no turno da tarde, onde foi possível e sempre necessário rever meu Plano da disciplina e ampliar para o campo da pesquisa investigativa a repercussão nas escolas do município com relação aos marcos legais na educação referente as leis nº 10.639/2003 e a lei 11.645/2008, como professores e alunos estavam recebendo tais inclusões curriculares no seu cotidiano. Ir para as escolas com a pesquisa de campo nos trouxe um conhecimento muito benéfico e significativo, pois não só ouvimos, mas podemos vivenciar

tal cotidiano e suas contradições. Estava previsto a visitação na comunidade quilombola de Santa Rita de Barreira, porém por questões estruturais não foi possível esta atividade, infelizmente.

O que foi possível diagnosticar no breve período de pesquisa, traz a fala de professores/as de desconhecimento de tais leis, porém que fazem intervenções quando “percebem” situações de racismo em sala de aula, e a atuação de um único professor de História que faz projetos voltados para tal temática, porém alusivas ao dia da Consciência Negra. Na escuta aos alunos/as observamos as contradições, onde nos seus relatos vivenciam situações de racismo na escola e a falta de intervenção dos professores/as em tais situações, causando sofrimento e desânimo aos alunos/as.

Como proposta de culminância da disciplina e intervenção aos resultados da pesquisa a turma elaborou projetos de intervenção para as escolas que trouxeram propostas de:

1. Escuta qualificada para alunos/as que se identificavam em situações de racismo.
2. Formação continuada para professores/as e técnicos/as sobre a legislação, sobre os efeitos do racismo, sobre metodologias antirracistas.
3. Exposição de trabalhos dos alunos/as trazendo a arte negra e indígena para a escola.
4. Visitação nas comunidades tradicionais do município para conhecer seu cotidiano produtor de cultura.

A experiência vivenciada em São Miguel no Campus XI, mostrou o quanto a escola e universidade precisam constantemente de diálogos e intervenções que aprimorem ações antirracista e não só momentos pontuais de reflexão.

Ainda em 2024 tenho a valorosa experiência no Campus X de Igarapé-açu, no turno da manhã, onde com a discussão inicial sobre raça pergunto aos alunos em nossa primeira roda de conversa: Qual sua cor? Qual o conceito de raça para você? Tenho ações de reconhecimento das minhas origens, ancestralidades? E com acolhimento e entendimento de como diz Munanga (2000, p 2):

Percebe-se como o conceito de raças “puras” foi transportado da Botânica e da Zoologia para legitimar as relações de dominação e de sujeição entre classes sociais (Nobreza e Plebe), sem que houvesse diferenças morfo-biológicas notáveis entre os indivíduos pertencentes a ambas as classes.

Tal conceito das ciências naturais de classificação de espécies, aparece ratificada na fala de nossas alunas/os com o conceito de raça apresentado como uma questão biológica, fenotipicamente visível orientando sua raça. Pela aparência se definem como preto/a, branco/a, pardo/a, indígena. Esta discussão inicial é desconstruída pelas sabias leituras em sala de Kabenguele Munanga em sua obra intitulada *Superando o Racismo na Escola*, onde a turma vai atentando para a questão de que raça não é um conceito fixo, que sim, é um conceito relacional e histórico construído político e economicamente pelas sociedades contemporâneas para legitimar sua dominação (colonialismo) e as desigualdades sociais (capitalismo).

Com essa compreensão trilhando o caminho da disciplina seguimos para os marcos legais, a importância das culturas africanas e indígenas em um maravilhoso seminário que mereceu ser apresentado para as demais turmas e não somente em sala de aula, tamanha a qualidade dos trabalhos apresentados e por acharmos que a universidade também precisa trazer isso para todas as licenciaturas e não somente na Pedagogia. O seminário foi de tanta valia que se transformou em exposição no espaço de convivência do campus e por reivindicação da turma se tornar material fixo em sua sala (alguns materiais) e no hall de convivência.

Esta turma fez a pesquisa de campo nas escolas do município e como o resultado foi inquietante para os/as alunos/as a culminância da disciplina foi diretamente nas escolas com as atividades abaixo:

1. 2 grupos realizaram regências com a temática “*Minha cor não pega*” para uma turma da Educação e uma turma do Fundamental I.
2. 2 grupos realizaram regência com temática “*Meu cabelo não é ruim*” para 2 turmas da Educação Infantil 3 a 4 anos, com contação de histórias.
3. 1 grupo fez uma roda de conversa com professores e técnicos de uma escola do nível fundamental I, abordando a Lei nº 10.639/2003.

Ainda em Igarapé-açu 2024, ministro a disciplina ERER no turno da noite e os resultados iniciais sobre o conceito de raça e conhecimento de suas origens não se diferencia do que vem sendo demonstrado nas turmas anteriores.

res e me faz refletir quanto a grande responsabilidade que precisamos ter enquanto docentes com a visão ingênua do senso-comum de nossos/as alunos/as e nossa necessidade de constante formação com esta temática que repito, não pode ser transversal e sim central.

Neste contexto da disciplina encontramos a dificuldade dos/as alunos/as fazerem a pesquisa de campo nas escolas da educação infantil e fundamental I, pois são trabalhadores/as e fomos investigar a modalidade da Educação de Jovens, Adultos/as e Idosos/as- EJAI, nas escolas do município. O resultado não podia ser mais emocionante. Tendo na realidade da EJAI número pequeno de turmas, número pequeno de alunos/as nestas turmas e professores/as com muita dedicação e outros nem tanto, mas todos/as com as dificuldades estruturais em suas escolas acarretando também muita evasão e abandono escolar.

Assim foram estes sábios senhores e senhoras da EJAI que nos trouxeram relatos da mais profunda grandeza e da clareza de como o racismo é vivo nas relações de gênero, classe social, como foi difícil mais para as mulheres negras, pobres destas salas de aula continuar seus estudos, devido a gravidez, falta de emprego, descrédito e apoio de seus maridos quando decidem voltar a estudar. Os relatos de senhores agricultores que para ficarem em suas terras precisaram arrendar uma parte dela para empresas e se tornaram trabalhadores do campo explorados e impossibilitados de saírem para estudar por proibição dos patrões o extremo cansaço. Tais relatos reafirmaram que o racismo se estrutura nas relações de poder, submissão e subjugação do outro que é preto/a, pobre.

O relatório de pesquisa desta turma trouxe lágrimas nas apresentações e muito empenho dos alunos em trazer o mais fiel possível os preciosos relatos dos/as caríssimos/as estudantes. Porém para a culminância desta disciplina a turma decidiu fazer uma Amostra cultural com os seguintes temas:

1. Racismo Ambiental,
2. Racismo Religioso,
3. Celebridades africanas e indígenas,
4. O racismo sutil por trás das palavras,
5. As Leis contra o Racismo na educação.
6. Racismo recreativo

A partir de uma avaliação interna da turma e muito madura eles/as percebem que na universidade acontece muitas situações de racismo e que esta seria uma forma de todas as turmas vivenciarem e discutirem o tema. Aqui também por apelo dos alunos alguns materiais se tornaram permanentes nos espaços da universidade, tais com os corredores, a biblioteca e o espaço de convivência.

Me repenso e me transformo a cada turma, me vejo nas alunas e suas dificuldades, me incomodo com cada crueldade vista do crime de racismo vivido pelos/as estudantes nas escolas em que foram feitas as pesquisas, onde a fala de uma das professoras ecoa, sonorizando a discriminação “ aqui na minha sala não tem racismo, só tem crianças brancas e eu não preciso me preocupar com isso”, reafirma em mim que se não empenharmos nossos melhores esforços para que não sejamos somente discursos e sim prática com ações antirracista nossa educação não servirá, não contribuirá para mudança nas relações entre nós e nossos alunos, entre nós e nós mesmos. Bel Hooks (2013, p. 85/86) reafirma, “quando nossa experiência vivida da teorização está fundamentalmente ligada a processos de autorrecuperarão, de libertação coletiva, não existe brecha entre prática e teoria”. Não existe esforço, aula e alunos/as que não nos ajudem a aprender e nos libertar.

Foto 5



Fonte: acervo da autora 2025

A vivencia na turma de Licenciatura em Educação Quilombola em Salvaterra/ Marajó no Parfor/Equidade com a disciplina de Didática alegra almas e corações com imersão no quilombo de São Benedito da Ponta contando com o total empenho da turma em levar para este território tradicional práticas antirracista para uma turma multisseriada, onde a escola quilombola se organizou para receber os alunos da UEPA e estes levaram aulas elaboradas com referência de valorização da cultura desta comunidade tradicional, a interdisciplinaridade e recursos pedagógicos dinâmicos e criativos.

Foto 6



Fonte: acervo da autora 2025

Foto 7



Fonte: acervo da autora 2025

Foto 8



Fonte: acervo da autora 2025

Ministrar a disciplina de Didática para o Parfor/Equidade traz a intencionalidade devê-la na sua multidimensionalidade que se estabelece nas dimensões político-social, cultural e humana e não em um método, em uma técnica. Tal perspectiva vai ao encontro de uma Didática menos instrumental e sim a partir da realidade do sujeito sempre buscando fazer a relação com a interdisciplinaridade, assim como com a inclusão e interculturalidade, sendo um processo de ensino-aprendizagem situado no e com as realidades e seus contextos. Segunda Candaú (2020) o que dá identidade para a didática seria então a reflexão acerca dos processos de ensino-aprendizagem nas suas complexas pluralidades na busca de uma intervenção significativa dos atores envolvidos e a relação com o território em que estão situados.

Considero que a Universidade do Estado do Pará- UEPA dá um salto grande de resistência e consciência de que o racismo se combate com ações concretas quando da implementação das cotas Étnico-raciais, quando implanta o curso *Licenciatura em Educação Escolar quilombola*, materializando assim a atuação do Parfor Equidade nesta ação. Busca-se uma educação que transgrida a burocrática visão da transferência de conhecimento e seja a constante alegria de recomeçarmos sempre que necessário pela alegria de aprender e resistir.

São as diferenças que colorem tal cotidiano e não a padronização. Dentro de um contexto amazônico a relação de ensino-aprendizagem dialogando com cotidiano insular, das águas, matas, campos e florestas ondulam nesse cruzamento de diferentes, diversos saberes insurgentes, apontam para uma aprendizagem significativa, contextualizada e libertadora e não para uma didática instrumental e neutra. Navegar por nossos rios com canoas de saberes inundará nossas salas de aula com águas que banham olhos de ver corpos de agir e mentes de sonhar.

Assim sigo nas águas da docente com o entusiasmo a cada ano em conhecer nos olhos e vivências de meus alunos/as do Ensino superior o processo de construção de conhecimento, o chão da escola, desde meus alunos do Centro Comunitário, na alfabetização até aqui é o meu lugar de navegar no aprendizado e pesquisa, o lugar onde fazer o anúncio e a denúncia da luta por uma educação pública de qualidade, inclusiva e antirracista é uma grande missão, o lugar onde busco sempre a criticidade, o diálogo e a amorosidade como ferramentas fundamentais para uma relação de ensino e aprendizagens significativa para mim e para os discentes. Quando o saber vem das águas das águas, campos e florestas a educação não pode ser depósito fechado em si, lacrado de conhecimento, quando a educação vem das águas, campos e florestas o conhecimento é barco que flutua, é vento que traz a poeira dos campos e enche-nos de saber.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. *Racismo Estrutural*. São Paulo, Editora Jandaíra, 2020.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia*. 15. Ed. São Paulo, Paz e Terra, 2000.

HOOKS, B. *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. Tradução de Marcelo Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

MUNANGA, K. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05/11/03

FIOS QUE BORDAM VIDAS

Maria de Fátima Pinheiro Carrera

Reminiscências ou lembranças que moldam quem somos são construtoras, metafóricas, desse grande quebra-cabeças ao qual chamamos vida. Vida formada por memórias que esculpem, lapidam, bordam, desgastam e até mesmo moldam quem somos.

As reminiscências são como brisas suaves que tocam nossa alma nos momentos mais inesperados. Às vezes, basta um aroma, uma música ou até mesmo o calor do sol no fim da tarde para que sejamos transportados para tempos que, apesar de distantes, permanecem vivos em nossa memória.

As reminiscências não são apenas memórias; são protagonistas de nossa história. Elas nos ensinam, inspiram e, muitas vezes, nos consolam. O passado, com suas lições e alegrias, ajuda a construir a nossa identidade, moldando a forma como percebemos o presente e sonhamos com o futuro.

É curioso perceber como certos detalhes do cotidiano, muitas vezes ignorados na correria dos dias, ganham significado especial quando revisitados em nossas lembranças. Pequenos gestos, palavras ditas sem intenção e encontros casuais acabam por se transformar em pilares emocionais que sustentam nossa trajetória. Essas recordações nos auxiliam a compreender não apenas quem fomos, mas também quem desejamos ser.

Relembrar não é viver novamente, mas é permitir-se sentir gratidão por tudo que fomos, por quem esteve ao nosso lado e por cada experiência que nos trouxe até aqui. Que saibamos honrar nossas reminiscências, guardando-as com carinho e deixando que iluminem nossos caminhos, mesmo nos dias mais nublados.

Nasci em 04 de julho, numa casa humilde, de barro, coberta de palha, material natural que utiliza as folhas das palmeiras, era comum e mais barata,

sendo uma escolha funcional e acessível, piso feito de terra, conhecido como chão batido, um único compartimento, onde cada canto guardava histórias de luta, sonhos e esperanças.

Meu nascimento foi um acontecimento, chorava muito, e minha mãe não produzia leite materno o suficiente para me alimentar, foi quando minha avó, quem fez o parto, não se considerava parteira, mas praticava uma tradição antiga e importante, assistia as mulheres durante o nascimento, um papel fundamental especialmente nos interiores do estado do Pará, era descendente de povos originários. Quando veio para Belém, morava em bairro pobre e periférico, onde os cuidados médicos eram limitados.

Esse ofício, transmitido de forma familiar e comunitária, envolvia um profundo conhecimento e saberes ancestrais sobre a gestação, parto e pós-parto. Então, vovó teve a ideia de fazer um mingau de farinha de mandioca, bem fino e coado várias vezes em uma fralda de pano, colocou na mamadeira e me alimentou. Essa história contada com muito orgulho por vovó traz memórias do passado e evocavam um sentimento de nostalgia, conectando o presente com experiências e lições de vida que moldaram quem são. Elas serviram para fortalecer os laços familiares, transmitir tradições, valores e a identidade da família, além de oferecerem sabedoria e orientação para o futuro dos netos e netas. O mingau terapêutico foi um santo remédio! Dormi a noite inteira.

O drama de minha mãe em não produzir leite materno, ocasionou muito estresse na família, minha avó sabiamente arrumou duas mães de leite, mulheres negras que amamentavam seus filhos e compartilhavam esse ato que celebra o amor, o cuidado e a conexão afetiva, me remete ao contexto da escravidão no Brasil, onde escravas negras amamentavam os filhos de senhores brancos. Era impressionante a sabedoria dela, da importância do leite materno, além de vida, demonstrando vínculo recheado de intimidade e afeto.

Vovó, praticava o benzimento, que são rituais para curar ou proteger as pessoas através de orações e benzeções, também era conhecida na comunidade como erveira, utilizava o conhecimento de plantas medicinais e chás para tratar doenças e outros males. Lembro com muita nitidez, as mãezinhas levando seus bebês para serem benzidos, pois se encontravam com diarreias ou mal olhado ou quebranto.

Como era gostoso usufruir das rezas, das ervas e dos banhos de cheiros, foram momentos prazerosos, de amor e pertencimento, estreitando os laços familiares e a importância da figura dela como um porto seguro, mesmo que os meios fossem limitados. Lamento que ninguém da família herdou esses saberes, manter viva uma tradição que combina religiosidade e conhecimento da natureza, preservando a identidade cultural.

Minha mãe, negra, Pernambucana, perdeu os pais aos 8 anos de idade, não possuía as habilidades de leitura e escrita, vivia em situação de pobreza, veio para Belém e trabalhava em casa de família. Sentia na pele o peso de ser mulher preta em uma sociedade preconceituosa e desigual. Era marcada por uma combinação de sofrimento, invisibilidade e exclusão. Os seus conhecimentos e experiências de vida eram desvalorizadas, os que as privava de reconhecimento e de espaços de participação e oportunidades. Trabalhava muito na casa dos patrões, sem direitos e escolhas, enfrentava a exploração e a precarização do trabalho, perpetuando um ciclo de desvalorização herdado da escravidão, agravado por racismo estrutural e desigualdade social.

As experiências vividas por ela foram difíceis, cruéis e injustas, sem que houvesse recompensa ou sorte, mas, sim um caminho cheio de desafios e adversidades. Apesar das dificuldades e sofrimentos que enfrentou ao longo da vida, mantinha uma esperança e fé em que o futuro traria tempos mais fáceis e positivos, evidenciando resiliência e otimismo diante da diversidade. Recordo, de quando éramos cinco crianças e fazíamos algumas travessuras, ela ficava irritada e batia em todos, apanhávamos em série, do maior para o menor. Esse tipo de violência era reflexo extremos para criar sua família, especialmente em relação a segurança alimentar, acesso a moradia digna, saneamento básico e educação. Ela tinha consciência que a falta de um local adequado para morar, sem banheiro digno e em más condições, geravam riscos à saúde e à dignidade da família.

Tomávamos banho diariamente, tinha um poço artesanal, comunitário no quintal do vizinho, porém as dificuldades com a higiene pessoal, especialmente ao partilhar uma única toalha para todos e escovas de dentes, nos causavam vários problemas de saúde, como infecções vaginais, coceiras, gripes, pediculoses e infecções na cavidade oral. Um fato marcante que aconteceu

comigo, foi uma crise de dor abdominal, inchaço e vômitos, minha mãe me deu um anti-helmíntico e quase fui parar na emergência, após evacuações, eliminei muitos vermes. A presença de vermes, a falta de saneamento básico e a má higiene pessoal caracterizam a extrema pobreza, pois essas condições estão diretamente relacionadas à disseminação de doenças parasitárias, especialmente em populações vulneráveis sem acesso a condições adequadas de saúde e infraestrutura.

Vária vezes, minha mãe dormia na fila das escolas públicas para conseguir uma vaga para mim e minhas irmãs estudarem, as matrículas nas escolas estaduais, principalmente em escolas com alta demanda, exigiam que os pais acampassem em filas, muitas vezes durante a madrugada ou vários dias, para garantir uma vaga. Isso acontecia devido à necessidade de os pais comparecerem pessoalmente à escola, gerando situações em que as filas dobravam quarteirões, e as pessoas precisavam levar colchonetes, cadeiras e sombrinhas para protegerem-se do frio e da chuva. Sempre conseguia, chegava feliz, apesar do cansaço, tinha a certeza de que a educação era fundamental para acesso a empregos, melhor remuneração e oportunidades, sempre ressaltava: formar, trabalhar e ajudar seus pais.

Meu pai era peixeiro, uma profissão que exige trabalho duro, levantando de madrugada para buscar os peixes no Ver-o-Peso, enfrentava as condições climáticas variadas, com estações de chuvas abundantes e frequentes e outras mais seca da nossa região Amazônica. Lidava com muito gelo para manter a qualidade do peixe, armazenamento e conservação. Frequentemente sofria acidente de trabalho com cortes nas mãos ocasionadas por facas amoladas, facões, cutelos e terçados, instrumentos fundamentais para as atividades cotidiana e perfurações por espículas e dentes de peixe.

Além do desgaste físico de ficar muito tempo em pé, do levantamento e transporte de caixas pesadas de peixe, causando-lhes dores nas costas e articulações e do local de trabalho ser extremamente insalubre, ele a considerava gratificante não pela remuneração, mas, pelo contato direto com as pessoas e a troca de conhecimento, os fregueses tinham muito respeito por ele, o que motivava a gostar da profissão.

Lembro que meu pai reclamava muito do salário, recebia pela venda do peixe diariamente. No entanto, trabalhava para os atravessadores, que compravam os peixes diretamente dos pescadores e os revendiam para os peixeiros. Daí, o peixeiro tinha que pagar o transporte, o ajudante, o gelo e os insumos. A figura do atravessador se refere a quem explora a necessidade de crédito, impondo taxas de juros exorbitantes ou condições desfavoráveis para fornecer recursos. Nesse contexto, vivia endividado, ficava nas mãos dessas pessoas, que se beneficiavam das dificuldades dele em honrar suas dívidas, perpetuando a situação de vulnerabilidade.

Meu pai era semianalfabeto, acreditava no seu potencial de conhecimentos básicos através de leituras, principalmente de jornais, mesmo na ausência de algumas etapas de escolaridade, afirmava que o estudo era determinante para o sucesso na vida. Tinha uma fé ou crença que tudo ia melhorar. Dizia sempre: Minhas filhas, vocês todas vão entrar na universidade, vão ser alguém na vida. Se depender de mim e da sua mãe, vamos trabalhar até todas se formarem. Vejo nessa expressão, uma afirmação motivacional, pois o estudo é fundamental para o desenvolvimento pessoal, aquisição de conhecimentos, crescimento profissional, prepara para os desafios da vida, permitindo que as pessoas enfrentem o mundo de forma crítica, reflexiva e assertiva.

Numa certa etapa da vida, ele cursou o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), um programa do governo brasileiro, com o objetivo de erradicar o analfabetismo em adultos através da alfabetização funcional. Mas, não foi o suficiente para mudar de profissão, não acrescentando mudanças na sua vida, embora se sentisse orgulhoso de ter estudado. Gostaria de ter outras oportunidades, de uma vida mais plena e gratificante, mesmo diante das adversidades.

Era um fiel jogador do jogo do bicho, jogava todos os dias. Um dia ganhava outro dia perdia, interpretava os sonhos e associava com os bichos. Esse jogo trazia uma sensação de prazer para ele, que buscava repetir mais de uma vez durante o dia, levando a um ciclo compulsivo e descontrolado, essa prática afetava a renda da família. Entendo, que ele tinha o desejo e sonhava em proporcionar a família uma vida mais confortável, casa própria, lazer, componente essencial para uma boa qualidade de vida. Além, da realização pessoal e financeira.

Meu irmão mais velho nasceu com síndrome de Down. Era negro, não possuía nenhuma deformidade física, e sim, dificuldade na fala e desenvolvimento cognitivo mais lento, ou seja, lidar com ele me trouxe desafios e aprendizagens porque necessitava de mais atenção e dedicação. Eu tinha um papel importante na inclusão familiar, ajudando a criar uma rede de apoio entre as irmãs para o cuidado dele e proporcionar interação social. Por outro lado, a convivência com a diversidade contribuiu com ensinamentos valiosos, influenciando a forma de compreender o mundo dele e valorizá-la.

A mistura de emoções em relação a aceitação, preconceito e sentimento de aversão à deficiência foi pra mim muito confusa. Não tinha espaço para expressar minhas queixas e dificuldades, e ficava sobrecarregada com responsabilidades a mim atribuída. A diferença de idade entre nós era de dois anos, não tinha como priorizar o apoio à autonomia e o desenvolvimento dele. Muitas vezes não tinha paciência com ele, eu queria brincar com as minhas colegas, mas não podia em função de ficar cuidando dele, como banho, higienização e alimentação.

Quando mamãe estava em casa, deixava ele ir para a rua jogar bola com outras crianças, sofria violência, os meninos batiam nele, quebravam as vidraças das janelas dos vizinhos com a bola e jogavam a culpa nele. Era extremamente difícil lidar com essa situação. Eu não aguentava, chorava e ia pra cima dessas pessoas, brigava fisicamente com elas. Uma vez, papai e mamãe foram trabalhar e o deixavam amarrado na perna da mesa, essa atitude desencadeou uma revolta nele, ficando extremamente violento com as irmãs.

Meu irmão, enfrentou um preconceito severo, chamavam de mongol, retardado, doido, incapaz. O preconceito era alimentado pela falta de conhecimento da anomalia genética, resultando em exclusão social, a não aceitação e a ausência de direitos, com educação e à participação na sociedade, resultava em vida invisível e “desempoderada”.

Com o tempo, vivenciei a beleza de ter um irmão com síndrome de Down, reside na alegria, amor, sensibilidade e na capacidade de ensinar valores como respeito, amizade e superação, transformando a vida da família e promovendo a inclusão. Meu irmão tinha uma forma única de ver o mundo.

Ao longo do tempo, já com 9 anos, fui crescendo e comecei a entender as dificuldades da vida. Queria muito ajudar meus pais, mas como? Meu pai colocou uma venda de carvão para ajudar na renda familiar, quando retorna-va do mercado, e eu da escola, no período da tarde, vendíamos carvão. Me di-vertia, ao mesmo tempo aprendia matemática, fazendo as contas do dinheiro que recebia, tinha que passar o troco.

Dormia em rede, me proporcionava balanço suave que ajudava a re-laxar e promovia um sono mais reparador, sonhava sempre voando. Nesses anos, minha mãe, já tinha os 5 filhos, e cada um tinha sua rede para dormir, inclusive o casal. A iluminação à noite em casa era com lamparinas e candie-ros que dependiam da queima do querosene, através de um pavio para gerar “luz própria”. O sanitário, que eu chamava de retrete ou privada era fora de casa, de barro, coberto de palhas e buraco no chão. Não tenho lembranças se tínhamos banheiro, lembro de um jirau construído de madeira, usado para lavar louças e roupas. Mas, havia uma tina confeccionada de madeira, usada para tomar banho. Usávamos a água do poço do vizinho para atender as nos-sas necessidades.

As dificuldades estavam sempre presentes, o café, o almoço e o jan-tar não eram garantidos todos os dias, as vezes tomava café com farinha ou mingau de massa que minha avó trazia do interior. Também contribuía para a refeição, “o leite peidão”, expressão usada popularmente às bolhas de gás produzidos pelo leite em pó e trigo para quibe, doados pelo posto de saúde. Eu não entendia por que não gostava de quibe, um dia conversando com minha mãe, ela revelou que para mim e os meus irmãos não passar fome, preparava mingau, sopa e bolinhos utilizando o trigo para quibe, quase que diariamente.

Meu pai, em algumas tardes da semana, ia para o matadouro, local onde recebiam bovinos e suíños para o abate. Minha mãe, nos servia como janta: leite, pão, farinha e bolachas, não era o suficiente para cinco crianças, íamos dormir. Quando papai chegava à noite com as vísceras de boi, não importava a hora, ela preparava um cozido da “marica”, para não dormirmos com fome, nos chamavam para o jantar. Era visível a alegria dos meus pais em prover o sustento da família.

Tínhamos uns vizinhos que eram do município de Cametá, conhecidos como a família “javu” apelido em função do vocabulário e sotaque próprio da linguagem Cametaense. Acordávamos todos os dias com o cheiro do mapará assado, peixe de cheiro e sabor forte, e o murmúrio de conversas cheias de esperança eram a trilha sonora da minha mãe e da vizinha. O poder aquisitivo deles eram melhores do que o nosso, inclusive a casa que morávamos era de propriedade deles, papai pagava aluguel.

Família bastante numerosa, muitos filhos, à noite, céu estrelado, lua cheia, sons de vagalumes, as vizinhanças se reuniam para compartilhar e ouvir histórias, hábito cultural, promovendo a imaginação, a criatividade e fortalecimentos de laços afetivos, sociais e comunitários. Como era gostoso ouvir as narrativas que exploravam o sobrenatural, muitas das vezes, não conseguia dormir de tanto medo.

A cada dificuldade, meus pais, demonstravam o valor do trabalho e a educação, mas a fé em um futuro melhor, essa era um argumento que ninguém tirava. Lembro-me que eu gostava de cantar, meus pais diziam que eu ia ser cantora, talvez afirmando um futuro seguro em meio às incertezas que pairavam sobre nós.

O lar como habitação sempre esteve relacionado às condições financeiras de qualquer família de classe popular, no sonho da aquisição da casa própria. Uma questão atemporal. A aquisição de nossa casa própria somente aconteceu quando fomos convidados por uma tia de meu pai, a morar com ela em uma casa de dois cômodos, terreno alagado, sem nenhuma infraestrutura, encontrava-se viúva e doente, transformou nossas vidas em um inferno, era preconceituosa, não gostava de gente preta, sofremos horrores com sua convivência.

Após muitos anos, ela resolveu ir morar com sua prima e vendeu a casa a meu pai. Com muitas dificuldades, minha mãe foi trabalhar em casa de família, ampliamos a casa, estilo palafita, para quatro compartimentos com um banheiro anexo, ou seja, a casa construída era elevada sobre estacas de madeira, permitindo que ela ficasse protegidas da umidade e das enchentes, uma vez que as baixadas – periferias de Belém, eram (e são) locais permanentemente alagados, pois encontram-se nas áreas mais baixas da cidade, próximos a anti-

gos igarapés, chamados canais, cujo o acesso e movimentação das pessoas era feito através de ponte de madeira das casa até as ruas de terra firme.

Residências de palafitas com pontes de madeira que deixaram marcas física e psicológica, pois as pontes eram o único espaço físico para realização e desenvolvimento de brincadeiras, ao mesmo tempo que proporcionavam lazer, também traziam perigos, devidos as quedas frequentes que sofriámos pelas precariedades das pontes. No inverno amazônico, quando as chuvas ficavam mais intensas, eram frequentes as enchentes e alagamentos em nossa casa, fazendo com que ficássemos alertas e mobilizássemos parentes e vizinhos para elevar os móveis e eletrodomésticos para não termos perdas materiais.

As enchentes nos deixavam em situações de vulnerabilidade econômica, social e de saúde. As cheias nos privavam de água para o consumo, pois cobriam o poço que abastecia nossa casa, ficávamos sem água para beber, tomar banho, lavar roupa, higienizar os alimentos e outras atividades domésticas. Igualmente, nos levava ao contato direto com a água de esgoto não tratado. As inundações nos impediam de fazer uso do banheiro que ficava do lado de fora, utilizando penicos para nossas necessidades, até a água escoar. Contávamos com a solidariedade dos parentes e amigos, pois os vizinhos passavam pelas mesmas condições.

Recordo, que uma noite, chovia bastante e fomos dormir, era muito gostoso ouvir o zumbido contínuo e rítmico da chuva no telhado, coberto de telha de amianto (brasilit), proporcionava uma sensação relaxante, simplesmente por ser um som natural. De madrugada, despertei com um barulho, e desci da rede com os pés diretamente na água, acordei o papai e corremos para acudir os irmãos.

Não obstante, o projeto de saneamento proposto pela Prefeitura de Belém para resolver (ou piorar) os problemas das enchentes nas baixadas, nesse período, foi de aterrarr o perímetro onde morávamos com lixo e resíduos sólidos, com o objetivo de garantir segurança e estabilidade do solo. No entanto, houve um aumento de proliferação de ratos e insetos atraídos pelos detritos, além de ter que conviver com mau cheiro que o lixo doméstico e o chorume exalavam diuturnamente na comunidade.

Os traumas de vivências marcantes, afetam a vida de uma pessoa ao longo do tempo, pode manifestar-se através de sintomas e gatilhos emocionais em situações futuras, e influenciar comportamentos e crenças de forma profunda no indivíduo. Hoje ao dormir, quando há chuva na madrugada, me causam estresse e ansiedades desencadeadas pelas enchentes, me causando problemas de sono e pesadelos, me refletem medo, indicando que áreas da minha vida precisam de atenção e processamento.

As vivências desagradáveis sofrida por mim, não me tornaram uma pessoa insensível, mas, consciente politicamente em reconhecer que o direito a casa própria com saneamento básico vai além de uma habitação, e sim, uma moradia com dignidade. A obstinação de meus pais em acreditar nos estudos, superar as adversidades da pobreza, e o cenário de extrema vulnerabilidade que estávamos passando, soavam como um mantra: “Meus filhos vão estudar, vão se formar. Não importa o que queiram ser, mas, vão se formar.”

Quando entrei na universidade, foi uma alegria imensa para eles, apesar da falta de recurso financeiro para pagar cursinho, minha mãe teve que trabalhar como doméstica para custear os meus estudos e de minhas irmãs. Houve um momento que eu descascava latões de camarões regionais para comprar os livros exigidos pela faculdade. Era um empreendimento rentável, mas o cansaço predominava, triplicidade de tarefas, como, cuidar da casa, do irmão e dos estudos. Cada conquista nos fortalecia e me fazia ver que as chances e oportunidades se desvelavam a partir dos conhecimentos adquiridos e da fé no inimaginável de quem morava na baixada. A “casa da baixada”, à casa própria, foi e será esse misto de conhecimentos aprendidos dos nossos pais com os conhecimentos apreendidos na vida e na academia.

Aos 12 anos, início da adolescência, marcada por transformações físicas, hormonais e psicológicas, menarca, aparecimento das mamas, pelos pubianos, espinhas no rosto, uma explosão de emoções, choro fácil, irritações frequentes, meus pais não me entendiam e me classificavam como desobediente. Para o meu pai, a situação ficou mais delicada, gerando conflitos constantes no contexto familiar devido o meu comportamento e a busca por identidade.

Não obstante, os conflitos da família, na escola, uma das professoras e algumas colegas começaram a me tratar com diferenças, zombavam das mi-

nhas roupas, do tipo dos meus cabelos ondulados e bastante volumosos, me apelidavam de Gal Costa, questionavam por que nunca levava merenda para a escola. Me recordo que quando tinha aniversário de algum professor, se eu não levasse nada para partilhar, não participava da festa, me pediam para sair da sala ou então, ficava na sala de aula, era a última a comer um pedaço de bolo, ficava de cabeça baixa, observando todos comerem.

Inaceitável a postura dessa professora. Penso, que foi a primeira violência aliados aos preconceitos sofridos em sala de aula. Para combater essa situação, resolvi contar para minha mãe, com todo o sacrifício passou a fazer bolo e eu levava a cada evento. Mas, não mudou muito esse cenário. O preconceito era para além da cor, o desprezo dirigido a mim, também se dava pela condição socioeconômica enraizadas nas atitudes de hostilidades, exclusão e na criação de barreiras físicas e sociais, que dificultam a permanência de pessoas em situação de vulnerabilidade. É interessante que nunca era chamada para participar de algum evento fora da escola, mesmo tendo notas boas e estudiosa. Na época não podia reclamar de nada, ainda ficava de castigo, política públicas, direitos, empatia, dignidade humana, o que é isso?

Meus 15 anos, em plena adolescência, socialmente, surgindo os primeiros interesses românticos e as paqueras, com a formação de relações mais profundos com amigos e a experimentação de diferentes grupos sociais. Os estudos superimportantes para acompanhar estas mudanças, me ajudaram a compreender o desenvolvimento nesta fase de transição e os desafios que surgiram.

Meu pai começou a demonstrar uma postura muito rígida, severa e violenta em relação a minha pessoa, muitas proibições, pasmem, até o fato de pintar as unhas não era permitido, associava com as prostitutas. Um certo dia, sair para visitar uma colega e vim de unhas pintadas, apanhei uma surra de cinturão e me fez tirar os esmaltes imediatamente. Uma vez, passei a noite com dor de dente, no outro dia, ele me levou ao dentista e pediu para arrancar todos os meus dentes, o dentista, com muito dó de mim, disse que não precisava.

Ele não valorizava as minhas dificuldades, criava em mim um sentimento de inferioridade, que se manifestava através da baixa autoestima, insegurança

e dificuldade em me posicionar na vida. Um dia, tinha me arrumado para participar de uma festinha na casa de uma amiga, quando ele me viu vestida com um macacão estampado, fez o seguinte comentário: “estás parecida um palhaço” na frente de outras colegas e familiar. Foi tão forte, chorei muito, e uma amiga veio me confortar dizendo que seu pai também agia assim.

Como foi difícil atravessar esse período, me comparava com outras pessoas, todo mundo era inteligente, menos eu, nunca estava à altura. O comportamento tóxico dele, me causaram profundas feridas, tinha vergonha de falar em público, não conseguia expressar meus sentimentos, a insegurança impedia o meu desenvolvimento de autonomia e da capacidade de tomar decisões. Essa falta de valorização e de assertividade e a dificuldade em dizer “não” me colocaram em relações de desigualdade. A falta de afeto, me fazia sentir que não era boa o suficiente.

Outro fato interessante era que minha mãe não podia reagir em meu favor, as vezes ele demonstrava violência verbal contra ela, que também se encontrava em situação de vulnerabilidade, pela dependência econômica, e da baixa escolaridade, era presente o machismo cultural na figura dele, perpetuando a desigualdade de gênero, agravada por fatores como trabalhador do mercado informal, escassez de recursos e racismo, criando um ciclo de violência difícil de romper.

Ainda na adolescência, iniciava minha vida social, gostava de festas, lembro dos bailes no clube Estrelinha, no final de tarde de domingo, no bairro da Pedreira, era um espaço popular de lazer e diversão voltados para a comunidade, frequentados por pessoas diversificadas, representou um período em minha vida e se tornou um marco afetivo e significativo. Meu pai e amigos, tinham preconceito em relação ao clube da periferia, associavam à criminalidade, marginalização, estigmas negativos, o que impedia a minha ida ao clube com o seu consentimento. Era necessário contar uma mentira, que eu ia estudar na casa de uma amiga, com hora marcada para voltar.

Gostava também da tertúlia pop no clube do Paysandu, final de tarde de domingo, na verdade era um gênero musical associado a bandas que tocavam pop rock. Para ser liberada a participar contava com ajuda não empática de uma irmã, cuja função era me vigiar. Se eu fizesse algo de errado na concepção

deles durante a semana, o castigo vinha como prêmio, minha irmã se beneficiava desse condicionamento, o que me levava ao distanciamento emocional e a dificuldade em expressar sentimentos de forma saudável com ela. Para lidar com essa situação, buscava apoio com uma amiga vizinha onde compartilhávamos nossos anseios, sonhos e objetivos de vida, criando uma influência positiva, nossa convivência era de forma respeitosa.

Namorava o vizinho, em segredo, um pouco mais velho que eu, era um relacionamento amoroso, uma aventura desafiadora. Meu primeiro namorado, primeiro beijo, tudo escondido da família. A relação ficava muito delicada no ambiente da vizinhança, diante dos conflitos, atritos ou discussão gerando um clima desagradável e insustentável, especialmente se ocorria separação. As vezes nos encontrávamos no cinema ou em algum lugar que ele marcava. Nunca saímos a noite. Mas, o motivo do namoro secreto se dava pelo medo do meu pai, ele também tinha medo de assumir compromisso, pois éramos só estudantes, mas o relacionamento romântico em segredo pode gerar sérias consequências emocionais para ambas as partes envolvidas.

Os estudos para mim transformaram o meu percurso ao funcionar como projeto de vida, um roteiro para alcançar objetivos e uma ferramenta de mudança. Nessa perspectiva vejo o estudo não apenas como acúmulo de conhecimento, mas também como possibilidades em desenvolver vida pessoal, social e profissional, proporcionando mais controle, segurança e qualidade de vida. Estudar em escola pública nas baixadas da Pedreira, foi um contexto complexo, onde desafios como a violência, desvalorização profissional e infraestrutura precária são comuns, mas a comunidade escolar pode ser uma fonte de resistência e esperança através da integração entre os estudantes, famílias e territórios. Recordo com muita saudade da Escola Estadual Donatila Lopes, da merenda e o recreio escolar, além de integrar os alunos promovia um ambiente de convivência e aprendizado compartilhado.

A merenda escolar era muitas vezes escassa, mas fundamental para a frequência e nutrição dos alunos, oferecendo desde suco e bolachas até sopa que era elaborada com doações de alimentos, cada aluno trazia um ingrediente, visto que o consumo compartilhado promovia conexão entre todos os membros da comunidade. Nessa época estudava no turno intermediário,

carinhosamente conhecido como turno da fome, um período de aula de menor duração que ocorria no meio-dia. Apesar da merenda ser simples e menos nutritiva, foi muito significativa, como substituição de uma refeição. No recreio, as atividades eram mais focadas em disciplinar os corpos para serem saudáveis e obedientes, com brincadeiras coletivas como cemitério, conhecido também como queimadas, bandeirinhas, esconde-esconde.

Recordo-me de um concurso que a diretora promoveu na escola sobre independência do Brasil, tinha que fazer uma pesquisa escrita e eu tirei o primeiro lugar, confesso, que fiquei muito feliz pelo reconhecimento, especialmente pelas professoras. Meu pai, me obrigava a estudar matemática, sabia toda a tabuada. Um dia promoveu uma sabatina com minhas primas do mesmo nível, valendo palmatória, um instrumento de madeira, usado para aplicação de castigos físicos, batendo na palma da mão de alguém, altamente cruel. Ele acreditava que o sofrimento físico era necessário para ensinar lições importantes, como a memorização de tabuadas ou o respeito às regras.

No ensino do segundo grau, as minhas reminiscências, se ancoraram no do Grupo de Folclore Prof. Adelermo Matos, como era gostoso participar das danças folclóricas, nas segundas-feiras, início da noite. Ah, lembro-me da sensação de sentimentos, desejos, alegrias, prazer intenso, liberdade e gratidão, permitia expressar meus sentimentos através das emoções, me sentia viva. Era um momento de conexão profunda comigo mesma. Essa experiência não foi apenas um momento passageiro, mas sim, que deixou uma marca profunda e importante na minha trajetória pessoal.

Xote Bragantino
(Adelermo Matos)

*Eu queria o teu amor moreninha,
Com teu jeito tão bonito de dançar
Eu queria que tu fosses só minha
E viver pra te amar
Requebra bem moreninha
Juntinho vamos dançar
Requebra e dança esse xote do Pará*

*Vem cantar com alegria moreninha
Vem brincar e vem rumar com o mar
Vem sorrir com amor, moreninha
Requebra bem moreninha
Juntinho vamos dançar
Requebra e dança esse xote do Pará
Sapateia direitinho morena
E requebra, se remexe, meu bem
Bate o pé no terreiro sem pena
Pra mostrar que me quer bem
Requebra bem moreninha
Juntinho vamos dançar
Requebra e dança esse xote do Pará*

Outro fato, importante vivenciado no Colégio Augusto Meira, foi a convivência com colegas que militavam nos movimentos estudantis, mobilizavam os estudantes a participarem de discussões inerentes do colégio, principalmente com a direção, promoviam debate crítico e articulavam os estudantes em pautas sociais, econômicas e políticas. Esses acontecimentos me impulsionaram para o entendimento das desigualdades sociais, e das políticas partidárias.

Lembro-me das tardes preguiçosas de nossos retornos para casa após um dia exaustivo de aulas teóricas na Escola de Enfermagem “Magalhães Barata”, em que na companhia de hoje grandes amigos ainda posso sentir o cheiro dos sorvetes e quitutes que comprávamos e dividíamos no trajeto de nossos retornos. O som de risos se misturava ao barulho do trânsito que àquela época não era tão intenso como nos dias atuais e o entalhe desenhado de uma paisagem urbana que não possuímos mais na metrópole belenense. Os detalhes daquele tempo me escapam, mas as sensações permanecem: a tranquilidade, a segurança e o carinho que preenchiam cada espaço daquela caminhada.

As ruas de paralelepípedo, os amigos e as brincadeiras que pareciam não ter fim remetem a uma simplicidade que, hoje, parece quase distante. No entanto, é exatamente essa simplicidade que resgata em mim uma saudade

serena, como se o passado me fizesse um leve carinho no coração toda vez que decido recordar.

Essas experiências não apenas enriqueceram minha formação profissional, mas também fortaleceram laços de amizade que perduram até hoje. Cada risada compartilhada nos corredores, cada desafio superado em grupo e cada conquista celebrada em conjunto contribuíram para criar memórias inesquecíveis. Carrego comigo a certeza de que esses momentos foram fundamentais para moldar minha trajetória, inspirando-me a seguir adiante com gratidão e esperança.

Entre tantas reminiscências que acalento, uma em especial se destaca: as lembranças do Projeto Pixinguinha em Belém do Pará. Recordo com carinho das noites em que a cidade se transformava em cenário para encontros culturais, repletos de música brasileira, poesia e diálogo entre artistas e público. O ambiente pulsava com a energia criativa e uma atmosfera de pertencimento, onde cada apresentação era motivo de celebração e descoberta. Foi por meio desse projeto que pude vivenciar a riqueza da nossa cultura, fortalecendo ainda mais minha identidade e o amor pelas raízes paraenses.

Nesse contexto de vivências culturais, não posso deixar de mencionar os memoráveis encontros com amigos da Escola de Enfermagem lá no Teatro da Paz, durante os anos 80. A tradição de trazer grandes nomes da música brasileira para o palco desse ícone arquitetônico de Belém transformava cada apresentação em uma verdadeira celebração artística. O ambiente era tomado por uma atmosfera de encantamento, onde o público se misturava aos músicos, compartilhando emoções e descobertas a cada noite.

Esses eventos foram fundamentais para consolidar a importância do Teatro da Paz como ponto de referência cultural na cidade, marcando uma geração com experiências inesquecíveis. Os shows promovidos pelo Projeto Pixinguinha reuniam diferentes estilos musicais, promovendo o diálogo entre tradição e inovação, e contribuindo para a valorização da produção artística paraense e nacional.

Houve espetáculos memoráveis dentre os quais destaco os de: Beto Guedes e o Clube da Esquina, Zizi Possi, Zezé Mota, Simone, Boca Livre, entre outros. Cada apresentação trazia consigo uma energia singular, propor-

cionando encontros marcantes entre artistas consagrados e um público ávido por novas experiências musicais. Essas noites ficaram gravadas na memória como verdadeiras celebrações da arte brasileira, reafirmando a relevância cultural do Teatro da Paz e do Projeto Pixinguinha para a cidade de Belém.

Essas lembranças não apenas enriquecem o nosso repertório pessoal, mas também nos conectam a uma rede de significados compartilhados por toda uma geração. Ao rememorar esses momentos, percebo como a cultura e a arte foram fundamentais para fortalecer os laços de amizade, estimular o senso de comunidade e ampliar horizontes durante a juventude. Cada vivência se transforma em inspiração para seguir cultivando a valorização da memória coletiva e o respeito pelas tradições que nos formam.

“A vida é uns deveres que nós trouxemos para fazer em casa” (O tempo, Mário Quintana) essa visão madura e sábia do poeta sobre a passagem do tempo, a memória, a existência, reflete o amadurecimento pessoal é fundamental para alcançar conquistas, desenvolve resiliência, autoconhecimento e a capacidade de lidar com desafios, permitindo que tomemos decisões mais seguras e assumamos responsabilidades que impulsionam o crescimento e a evolução.

Ao aprender com os erros e frustrações, e ao desenvolver estabilidade emocional, torna-se mais fácil enfrentar adversidade e focar nas soluções, transformando-as em oportunidades de aprendizado e avanços. As barreiras que nos atravessaram, foi fundamental para desenvolver força e resiliência, adquirindo uma mentalidade positiva, autoconhecimento para identificar e superar limites. Enfrentar obstáculos com persistência, fé e busca de soluções permitiu o crescimento e a realização dos objetivos de vida.

A imagem do meu pai orando, me remete a uma lembrança pessoal e afetuosa. A ligação com a fé e a espiritualidade reforçam os ensinamentos e a devoção que ele transmitia. Como era perseverante! Cumpria votos, expressando um momento de devoção e gratidão. Sua inspiração nos encorajava para agir e arriscar, nos motivando a mudanças e enfrentamento de situações difíceis. É interessante como essa prática espiritual se mantinha enraizada em nós. Nunca saímos de casa sem tomar bênção, e nos momentos de dificuldades, incertezas, desânimo, e desafios buscávamos auxílio e nos conectávamos pela fé.

A sensação agradável e gratificante após tantos desafios enfrentados simboliza o valor intrínseco da dedicação e do esforço, que tornam a vitória ainda mais doce. Graduação, especialização, mestrado e doutorado são frutos dessa conquista, que me motivam a continuar buscando um futuro mais próspero e cheio de realizações. A realização profissional é um sentimento de satisfação e contentamento com a carreira, alinhada entre o trabalho, valores pessoais e aspirações. Implica também no autoconhecimento, desenvolvimento de habilidades, superação e desafios.

Meu engajamento com os movimentos sociais e partidário se deu pela vivência pessoal e comunitária, onde a pobreza, as injustiças e desigualdades sociais eram presentes em nossas vidas, despertada na igreja pela teologia da libertação, movimento teológico focada na libertação dos oprimidos e na promoção da justiça social, como também na universidade, através da disciplina saúde pública que nos proporcionava a refletir criticamente sobre as políticas públicas em saúde no Brasil.

Nesse contexto fui impulsionada a me filiar no partido dos trabalhadores, visando interesse em discutir projetos que beneficiassem a população, e garantir as escolhas de representantes que lutassem pelos anseios da população e dos movimentos sociais. Essa escolha, direcionou a minha profissão e a relação ao bem-estar da sociedade, especialmente de grupos vulneráveis.

A partir desses interesses foram surgindo outras frentes de lutas coletivas, uma delas, a criação de um cursinho popular alternativo, para as pessoas que não tinham condições de pagar um curso preparatório para o vestibular. Nós, da associação da igreja, sensíveis à causa, cedemos os espaços físicos para a organização do cursinho que funcionava no período noturno. Como também, participei da grade docentes, voluntariamente. Esse projeto repercutiu positivamente na UFPA, que através de sua parceria, nos concedia as provas dos vestibulares realizadas anteriormente para os alunos exercitarem.

Outrossim, como resultado dessa ação coletiva, houve várias aprovações e inserções de novos professores, pedagogos e colaboradores. Essa era a visão da teologia que ainda acredito, que proporciona ações concretas e contribua para a melhoria das condições de vida das pessoas.

Ressalto que minha participação docente no cursinho popular alternativo me proporcionou grandes alegrias ao ver as aprovações dos alunos, celebradas anualmente pela igreja. Além, desta ser um atestado de comprovação de experiência em sala de aula, apresentado no concurso de professora efetiva na Escola de Enfermagem Magalhães Barata.

O que resultou dessa caminhada? Os percalços narrados converteram-se em frutos. Hoje vejo como a vida é generosa comigo. Construí uma Linda família. “Ai que saudade d’ocê”, conheci meu companheiro e parceiro de caminhada, altamente engajado nas questões político-sociais, comungamos dos mesmos gostos, sabores e cores. Partilhamos uma relação baseada em respeito mútuo, confiança, comunicação aberta e apoio. Não se trata de alguém perfeito, mas sim de uma pessoa com quem se pode construir uma parceria saudável, enfrentar desafios e criar memórias positivas.

Temos um casal de filhos, quando precisava viajar a serviço, ele assumia as crianças com a ajuda da minha mãe. Lembro de várias situações enfrentadas por ele. A vida surpreende, muda os caminhos, nos desafia a todo instante. Os momentos agradáveis com a família, quase não estava presente, não acompanhei muito o desenvolvimento de minha filha, expressada nitidamente pelas suas reações como distanciamento, afeto, até mesmo o amor de mãe, compensava minha ausência com presentes. Percebi, o quanto ela era apegada ao pai. A dinâmica de uma relação é construída pelas pessoas que a compõem, não por regras sociais externas. O tempo, sarou essa ferida, hoje somos felizes.

Resgato a memória de um episódio interessante, acontecido, quando fui ministrar aula de enfermagem, uma semana, em Paragominas, deixando um bebê de 9 meses, meu segundo filho, que se alimentava de leito materno, meu coração chorou lágrimas de rio. A minha dor e tristeza transbordavam num lamento que escorria sem parar. Como foi doloroso e traumático, as lágrimas de meu filho pareciam um mar infundável a noite toda. Mas, o pai, em sua sabedoria, sensibilidade e amor transformou essa dor em alegria. Difícil foi resgatar a confiança do meu filho quando retornava à família.

Cabe destacar que meu esposo, pedagogo, talentoso com as artes, tinha mais flexibilidade no trabalho em cuidar das crianças. É difícil você contar com um parceiro amigo, que enxerga numa relação o crescimento do

outro. Sua dedicação nos aproximava muito mais. Não deixava a minha rotina de trabalho ser mais forte, que a beleza do convívio familiar e do nosso relacionamento.

Me estimulou a expressar meus sentimentos e pensamentos sem rodeios, e também de ouvir ativamente as pessoas, sem julgamentos. Esse relacionamento de afeto e cumplicidade, perdura até hoje. Já choramos muito, a lição sabemos de cor, só nos resta aprender. Mesmo assim, não me custa inventar uma nova canção que venha trazer sol de primavera. Viva Beto Guedes!

A sabedoria de aceitar o aprendizado nos fracassos, o valor do desenvolvimento pessoal contínuo e o equilíbrio entre a vida profissional e o bem-estar individual foram determinantes para as trajetórias de sucesso e a concretização dos sonhos e desejos de meus pais. A trajetória envolve fé em si mesma e nas próprias capacidades, buscando o autoconhecimento para alinhar os projetos de vida com autenticidade e a construção de uma vida plena e realizada.

Nessa mesma linha de pensamento, minhas irmãs também foram agraciadas com as realizações dos sonhos, cursando universidade, onde as oportunidades e o desenvolvimento pessoal eram celebrados por nós, por menor que seja. Celebrávamos e continuamos celebrando, reconhecendo o esforço e a dedicação, a motivação de manter o foco em um futuro promissor. Essas conquistas fortaleceram a autoestima, alívio e a ansiedade e cria um ambiente de apoio, incentivando a persistência diante dos obstáculos da vida.

Às manas, só gratidão. Mantemos um forte laço de amizade e compromisso de solidariedade a atitude de apoiar e ajudar umas às outras em momentos de necessidade ou para promover o bem comum. Quando nos encontramos, geralmente na celebração do Natal, ou aniversário da nossa mãe, sentamos juntas e criamos um espaço de diálogo e conexão, onde compartilhamos as histórias que moldaram nossas vidas. Mamãe, hoje com 93 anos, lúcida, demonstra força e superação, enfrentando a vida com sabedoria e vitalidade, mesmo após ter lidado com grandes desafios, continua a inspirar pela sua resiliência e fé.

Os resultados positivos, as conquistas, os avanços, ganhos obtidos e investidos em uma determinada situação de melhorias foram evidentes na família, vieram com as escolhas e conhecimento de uma alimentação saudável

e saneamento básico adequado, obtenção de eletrodomésticos, ajustes na casa ainda de madeira, reformada com outro retrofit (linguagem de meu filho, engenheiro civil), investimento na educação, saúde e desenvolvimento do irmão com síndrome de Down e planos de saúde.

A mudança de casa em outro local também foi um acontecimento memorável. A aquisição da casa própria de alvenaria, é amplamente considerada a realização de um sonho, a conquista de independência, segurança e estabilidade, além de ser um marco na construção de memórias familiares e inspiração para um futuro sólido, sem traumas. Representou um símbolo de trabalho árduo e de um projeto de vida concretizado, trazendo sentimento indescritível de orgulho e realização para toda a família.

Sabe, aquelas desavenças que eu tinha com meu pai, despareceram, ele me respeitava, me dava conselhos principalmente nas escolhas com namorados, dizia que eu era namoradeira, festeira e isso o deixava preocupado. Participou ativamente de todas as etapas da minha vida acadêmica e conquistas de trabalhos. O nascimento dos netos e netas considerados um marco emocionante na vida deles, sendo vivido como uma bênção, um momento de gratidão e reflexão sobre a vida. Lembro-me que algumas vezes, deixava a minha filha, aos cuidados deles, quando a babá não ia trabalhar, quanta alegria, cantavam embalando-a na rede, quando a faziam dormir. Esse apoio e a presença deles serviram para o fortalecimento dos laços familiares, essencial para o desenvolvimento emocional da criança. Eterna gratidão.

As reminiscências sobre a infância e adolescência pobre na baixada, traz-me sentimentos ou experiências relacionadas à privação econômica e a violência social na desvalorização e inferioridade sentidas, por quem foi privada de um legado material, ou na continuidade de um ciclo de instabilidade e violência gerado pela pobreza extrema. Além de revelar vulnerabilidades passadas, mas também ser uma ferramenta para superá-las, ao permitir que se compreendam os próprios riscos e se construa um senso de identidade.

Celebrar é reconhecer conquistas pessoais e coletivas no passado, comemorar pequenas vitórias diárias como forma de motivação e bem-estar, refletindo sobre o que já foi alcançado impulsionando o presente e o futuro. Ah, como é bom recordar, nos conectam com quem fomos, mas

também nos ajudam a valorizar o presente e a moldar nossas expectativas, nossos projetos de vida.

Bordar a vida, fios de conexão e das experiências que moldam a nossa existência. Cada ponto representa uma escolha, uma lembrança ou um sentimento, dando forma ao invisível e transformando um processo manual num registro de identidade pessoal. Os momentos e experiências são únicos, criam uma história e refletem as intenções e emoções do indivíduo que bordou essa vivência. O processo lento e cuidadoso do bordado espelha a paciência necessária para manter na fé e a esperança, especialmente quando os resultados não são imediatos.

O bordado pode ser direcionado a alguém que precisa de encorajamento para continuar transmitindo a mensagem de que, com fé, esperança e trabalho, é possível superar obstáculos. É uma forma de materializar a crença de que, através do esforço, sonhos podem se tornar realidade, assim como um bordado toma forma sob as habilidades das mãos.

“Agora eu pergunto a você no mundo, se é mais inteligente: o livro ou sabedoria” – Gentileza – Mariza Monte, Carlos Brown e Arnaldo Antunes”.

MEMÓRIAS DE UMA PROFESSORA PRETA

Terezinha Sirley Ribeiro Sousa

Compartilho parte da minha trajetória como mulher preta no meio acadêmico — uma história de luta, silêncios, espera, indignação, mas também de resistência, aprendizado e de reconhecimento. Trago esta narrativa porque acredito que minha experiência seja parte de um coletivo de mulheres negras que vivem na pele os efeitos estruturais do racismo, mas que também rompem silêncios e reivindicam voz.

As mulheres pretas têm sido protagonistas de uma longa história de resistência e luta por direitos e igualdade. Desde a época da escravidão até os dias atuais, elas têm enfrentado desafios imensos e têm sido agentes de mudança em suas comunidades. Durante a escravidão, as mulheres pretas foram submetidas a condições brutais de trabalho e violência. No entanto, muitas delas encontraram maneiras de resistir e lutar contra o sistema. Uma das mais famosas foi Harriet Tubman, que escapou da escravidão e se tornou uma líder do Underground Railroad, ajudando centenas de escravos a escapar para a liberdade.

No século XX, as mulheres pretas começaram a se organizar em movimentos feministas e de direitos civis. Uma das figuras mais importantes desse movimento foi Rosa Parks, que se recusou a ceder seu assento em um ônibus segregado em Montgomery, Alabama, em 1955. Esse ato de resistência ajudou a desencadear o boicote aos ônibus de Montgomery, um marco importante na luta pelos direitos civis.

Hoje em dia, as mulheres pretas continuam a ser líderes em diversas áreas, desde a política até a arte e a educação. Um exemplo disso é Marielle Franco, vereadora do Rio de Janeiro assassinada em 2018, que lutou pelos direitos das mulheres e das comunidades marginalizadas. Sua memória continua a inspirar muitas pessoas.

Minha vida como a comprehendo tem início quando me reconheço preta e não parda devido algumas características marcantes que possuo, como o cabelo crespo que meu pai penteava e fazia “cachinhos” com auxílio de um pente e brilhantina, que segundo meus pais puxei de minha avó paterna. Eu nasci no sol raso que se esparrama sobre o rio Urucuri em Peixe-Boi/Pa. Peixe-Boi, um município encantador do estado do Pará, é conhecido por sua beleza natural e rica cultura, tendo sido apontado como o melhor clima do Brasil. É também o berço de muitas histórias inspiradoras, como a dos meus parentes também nascidos lá.

O berço do meu mundo foi uma casa pequena, de barro, chão batido com telhas conhecidas como cavaco que rangiam quando a chuva apertava, e janelas sem vidros, só com ripas que deixavam o vento atravessar os sonhos. Minha pele parda — mistura de sol, de terra molhada, de ancestrais que cantavam e rezavam — sempre foi corpo visível de pertença a algo grande demais para ser dito num só nome.

Eu nasci em Peixe-Boi, no Pará, numa manhã quente de setembro, quando o céu parecia arder e as cigarras faziam festa nas árvores. Fui a sexta de onze irmãos, filha de dona Nilde costureira, ofício aprendido com um alfaiate em Bragança, e seu Tupy, militar convocado para a segunda guerra mundial. Homem de poucas palavras, temente a Deus, gênio forte, honesto e mãos calejadas de esperança. Apesar de pouca escolaridade era leitor de jornais. Não viajou para a Itália devido ter contraído catapora. Ficando então sediado na cidade do Rio de Janeiro, mas volta ao Pará na condição de ex – pracinha pelo exército. Cresci entre o cheiro da farinha no forno de barro, as histórias contadas à luz do candeeiro e os banhos no igarapé, onde aprendi a nadar antes mesmo de saber escrever meu próprio nome.

Minha pele preta, e o cabelo encaracolado, desde cedo, me ensinou a ler o mundo de um jeito diferente. Na escola, diziam que eu era “espertinha demais”, mas não era elogio — era alerta. Quando tirava notas altas, ouvi mais de uma vez que devia “estar colando”. A inteligência, para alguns, não combinava com uma menina negra da zona rural. Mas minha mãe me dizia: “Estuda, minha filha. O saber ninguém te tira. Vai ser doutora, sim, e vai fazer diferente.”

Desde menina, soube que prestar atenção nas palavras, nos livros, nas aulas era a forma que eu tinha de construir minha dignidade. E mesmo sendo

a sexta de onze filhos, estudava com professora particular no turno da tarde para não ter dificuldade na aprendizagem no grupo escolar, como era chamada a escola pública daquela época. Meus pais sempre valorizaram a educação como meio de ascensão social e fizeram o possível para que eu e meus irmãos estudássemos. “Meus pais sempre me disseram que a educação era a chave para o sucesso, e eu acreditei nisso”.

Minha infância foi feita de pés descalços, de escola de uma sala só, onde a professora lia para gente história de outros lugares, e nos pedia que desenhássemos, com lápis gasto e apontado com uma faca, o que imaginávamos: eu desenhava livros gigantes, salas com telhas de vidro, bonecas de borracha que sabiam ler, vozes que viajavam além do rio. Era nesse momento, entre uma aula de soletrar e uma tarefa de recortar jornal velho para fazer colagem, que comecei a sonhar: “eu quero ensinar, eu posso ensinar, eu quero escrever”.

A escola, sim: era preciso caminhar, às vezes descalça, atravessar mato, lama, estrada de piçarra, para chegar na sala de aula. Havia professores que chegavam cansados, com a pele marcada de sol, mas com olhos que desejavam ver em nós algo além da paisagem. Alguns dias, a voz de uma colega ressoava: “você fala bonito pra quem veio daqui”, como se minha fala pudesse traí-las, como se fosse um instrumento estranho. Eu, menina parda, aprendia a sorrir, a baixar os olhos, mas por dentro me punha o automóvel de palavras: “um dia vão entender”, repetia para mim mesma.

Depois de muito esforço entre escola pública, cursinho de baixa renda, algumas noites sem dormir, mas já trabalhando como professora primária em escola pública com alunos surdos, consegui ser aprovada no vestibular para o curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará. Em seguida a pós-graduação latu sensu na Universidade do Centro Oeste do Paraná.

Quando decidi fazer o mestrado, sabia que partir para o Rio de Janeiro seria atravessar muitas águas, não apenas aquelas do Atlântico que se vêm da orla, mas rios de expectativa, solidão, admiração e confronto. Eu vinha de Peixe-Boi/Pará, de um mundo em que o rio molda dias, mas o asfalto e o concreto eram quase uma lenda contada por quem viaja ou por quem já abandonou a margem.

Cheguei ao Rio no entardecer, no aeroporto, olhando pela janela do avião vi luzes cintilantes, os prédios que se insinuavam como canções de vitória. O ar

era mais seco, menos cheiro de terra molhada, havia sirenes, buzinas, gente que andava rápido, que falava rápido e alto, num pulso inquieto. Bebi um pouco de água na praça de alimentação do aeroporto, senti o gosto metálico da cidade grande e pensei: aqui começa algo que vai me rasgar e me remontar.

O programa de mestrado era em educação, com linhas de pesquisas que parecia nascer em mim, costurado naquilo que vivi: pobreza, cor, rio, exclusão. Os professores, uns olhos cheios de livros, de vozes que exigiam precisão, rigor teórico, citações, produção acadêmica, me assustaram no início. Alguns olhares curiosos: de onde venho, cabelo, sotaque, jeito de contar as coisas, de narrar, de puxar analogias com o rio, com a água, quando muitos falavam muito mais “urbânicos”.

No início fiquei dividindo quarto na casa da minha tia, que já residia por lá há muitos anos quando foi com a família de Belém tentar a sorte na cidade grande como diziam os mais velhos. Depois então precisei mudar e conheci outras estudantes que vinham de diferentes partes do Brasil, carregando bagagens nas mochilas pesadas, cansadas de viagem, saudades no olhar, cada uma trazendo algo de sua terra. Acordava cedo, muitas manhãs sem tomar café porque o tempo não permitia fazer o café e beber, era uma correria que não estava acostumada na minha Belém, e até o dinheiro apertava, pois tinha que pegar mais de uma condução para chegar à universidade, levantava com o corpo pesado de sono, mas com desejo de estar naquela sala de aula, abrir os textos, discutir e escrever. E a cada dia mais confiante que mesmo que meu sotaque fosse diferente pouco me importava, agora era dizer o que os professores gostavam de ouvir. E essa troca de conhecimentos era salutar.

O estudo exigia teoria crítica, estatísticas, filosofia da educação, sociologia, história das políticas públicas. Eu lia autores negros, feministas, decoloniais, aqueles cujas vozes eu tinha sentido ali, na margem do rio, mas cujas palavras nunca tinha visto impressas em tantos volumes. E lia também textos mais “oficiais”, mais acadêmicos, que cobravam precisão, citações corretas, domínio de linguagem técnica, de rigor metodológico. Era como aprender uma nova música, outra afinação, misturar o canto ancestral da água com as partituras exatas da academia.

Como pesquisa de mestrado escolhi investigar um assunto da minha realidade que naquele momento era relacionado a história da educação especial do Pará, afinal eu tinha obtido liberação da secretaria de educação do Pará para aperfeiçoamento profissional, em outro estado, mas fui informada que não havia orientador disponível e que eu deveria trocar de tema. Enveredei por outras temáticas, mas que sempre esbarrava na falta de orientador. Resolvi então me lançar na formação de recursos humanos e deu certo. Tive momentos de crise, o frio de uma biblioteca que parecia gelar também as certezas, a dificuldade de manter contato com a família, a saudade latejante de pai, mãe e irmãos, do cheiro do peixe assado, do açaí, dos almoços de domingo, das estrelas que se acendem sem luz artificial, a sensação de ser “estranha” na sala de aula quando falava e usava exemplos da minha realidade, e ouvia conversas ou olhares de curiosidade ou de dúvidas, como se as minhas referências fossem exóticas demais ou poucas para serem “científicas”.

Mas também tive vitórias. A primeira apresentação de artigo em um seminário do programa, mãos trêmulas segurando o microfone, olhos de outros estudantes que se sensibilizaram quando falava de água, lama, de cheiros, da memória; receber elogios da orientadora por conseguir unir teoria e prática de forma viva, ver meu nome publicado, finalmente sentir que minha voz acadêmica podia ressoar, não erguendo muro entre os mundos, mas construindo pontes.

E houve ainda o reconhecimento pessoal ao caminhar pela orla de Copacabana num domingo, pensar que eu filha da margem do rio, que fui dormir cedo vendo lampiões de petróleo, agora podia andar por ruas calçadas, frequentar bibliotecas enormes, discutir com pesquisadores de universidade, e ao mesmo tempo manter meu corpo tatuado pelas memórias da infância, minha pele marcada de sol, meu sotaque, meus modos de rezar, de contar histórias à beira d’água.

Terminei o mestrado com a defesa numa sala cheia, alguma tensão, lábios secos, voz embargada ao lembrar dos dias e das noites em que pensei em desistir, principalmente depois da descoberta da doença de minha mãe que veio para tratamento em São Paulo onde o meu irmão era médico e os recursos eram melhores, das vezes que chorei por sentir falta de casa. Quando a banca aprovou, senti um alívio que foi vento, foi água correndo rio abaixo,

é como se tivesse plantado uma árvore cujas raízes estavam mergulhadas na lama, mas cujas folhas alcançavam o céu.

Saí do Rio com um diploma de Mestre, sim, mas também com o mapa do que quero fazer, do que devo fazer. Com o compromisso de que nenhuma criança se sinta invisível num currículo que ignore rios, florestas, ancestralidades. Com a vontade de ensinar como ensinaram meus avós, não com cartilha, mas com história, com memória, com possibilidade. Fiz tudo que se esperava de quem quer se tornar professora universitária.

Depois do mestrado, voltei ao Pará trazendo comigo, além do diploma, uma urgência: quero fazer com que o ensino no meu estado se curve menos à invisibilidade, ao esquecimento. Fui chamada pela Universidade do estado do Pará como professora substituta, título que parecia frágil, provisório, mas para mim era porta aberta, era chão firme para erguer passos adiante. Minha rotina de substituta era intensa: ministrar aulas em várias disciplinas no Centro de Ciências Sociais e Educação, atender estudantes, preparar planos de aula, fazer correções, tudo com uma carga de trabalho que, para muitos, parecia suficiente para uma professora efetiva. Mas me faltava a estabilidade do concurso público, me faltava a certeza de estar, realmente, pertencendo.

No exercício do cargo de professora substituta, conheci os corredores da universidade, biblioteca com cheiro de pó e expectativa, salas repletas de cadeiras riscadas, estudantes ansiosos, professores veteranos que me observavam com respeito e curiosidade. Eu falava de diversidade, de pessoa com deficiência, de comunidades ribeirinha, e via nos olhos alguns ensejos de mudança. Mas naquele momento eu tinha que ministrar várias disciplinas sem poder me dedicar aquela que deveria ser objeto de pesquisa. A pesquisa era uma carta na manga, e assim fui me dedicando à docência que até o momento é meu encanto. Na sala de aula eu me encontro, me defino e faço sempre o melhor.

Quando saiu o edital do concurso público para professora universitária em minha área, vi uma luz, ali estava a chance de segurança, de estabilidade, de reconhecimento. Me preparei. Estudei leis, didática, fiz simulados, busquei mentoria com colegas que já haviam passado por concursos. A cada avanço, pensava nos meus ancestrais pretos, naquelas que não tiveram voz, nos que me disseram que “não daria”.

Primeiro Concurso: a decepção

No primeiro edital que me inscrevi, fui aprovada na prova escrita, ficando em posição que não me garantia a chamada, porque era apenas uma vaga. Na prova didática fiquei fora das vagas. Reprovada. Achei estranho pois meu currículo era robusto, minhas publicações estavam dentro do exigido, mas no resultado final, fui preterida. Fiquei muito mal, senti vergonha, ódio, tristeza, uma mistura que parecia pesar no peito. Os professores da banca eram professores que eu conhecia e que também me conheciam. Mas que naquele momento eram os avaliadores. Recurso, cabia. Reunimos as três professoras que tinham ficado de fora, reprovadas, e constituímos advogado, só que esse advogado não correspondeu as nossas expectativas e perdemos a causa.

Conversei com colegas, com juristas, com outras professoras negras e não negras. Algumas me disseram que “às vezes, há uma escolha que vai além do mérito técnico, que inclui visibilidade, redes de poder, proximidade institucional”. Fiquei pensando, será que minha cor, minha origem, meu nome simples, minha falta de quem me guiasse nas andanças acadêmicas, foram fatores invisíveis que pesaram contra? Não me dei por vencida, continuei na docência, mas com a vontade de tornar-me efetiva nessa universidade que eu afirmo sem medo de errar, é a melhor do Norte porque é nela que eu trabalho.

Entre o primeiro e o segundo concurso

Reforcei minhas publicações, melhorei a articulação de redes acadêmicas, busquei mentorias, intensifiquei participação em eventos, extensão, ajustei meu projeto de ensino/pesquisa. Também trabalhei na autoconfiança, na capacidade de expor minhas ideias, de exigir direitos, de me posicionar.

Segunda tentativa: quase lá

Em meio a tudo isso veio o edital: “Concurso Público para provimento do cargo de professor efetivo do Magistério Superior da UEPA...” Era a chance.

Decidi que faria outra tentativa, até porque eu estava na condição de professora substituta e não deveria deixar de tentar novamente. Quando o edital saiu me inscrevi com fé. Revisei tudo com mais cuidado ainda. Refinei meus projetos de ensino e pesquisa, fiz novo curso de preparação para banca

com os colegas de outra universidade pública, pedi cartas de recomendação que talvez antes eu tivesse negligenciado.

Estudei a prova escrita, a prova de títulos, revisei artigos publicados no mestrado, refiz planos de aula, praticava a fala clara, as citações corretas. Enviei todos os documentos, revisados mil vezes, o currículo que guardava cada participação acadêmica, cada trabalho de extensão, cada conselho pedagógico que participei. Dormia tarde, acordava cedo, lia leis universitárias, editais, regras, para entender exatamente o que a banca esperava. O dia da prova escrita chegou. O corpo tremia. Escrevi com firmeza, lembrando das águas do rio, do cantar das redes, mas também dos teóricos importantes, dos conceitos que me sustentavam.

Depois, a prova didático-prática, apresentar uma aula simulada, planejar, ensinar como quem entra numa sala dizendo: sou isto, eu vim de lá, mas pertenço aqui". Alguns colegas confrontavam: "você vai usar exemplo de comunidade ribeirinha? Perguntavam com olhos vagos. Eu dizia sim. Porque parte de mim precisava estar ali. Fiz tudo que eu podia. Alguns disseram que meu desempenho foi excelente.

Mas.... estar em segundo lugar significava que a vaga foi para outro, embora eu estivesse tecnicamente qualificada em alguns pontos, mas o que mudou de fato foi que apesar de estar em segundo lugar esse chamado marcou para mim uma virada, o reconhecimento não ficou apenas no resultado impresso, ficou efetivo, institucional. A sensação foi dupla, registro de vitória, porque dessa vez fui reconhecida que sim, que posso, mas também de frustração profunda, pois parecia que não bastava ser a melhor, bastava ter outra "identidade institucional" para ser escolhida.

Após isso, concluí o Doutorado em educação, consolidei minha produção acadêmica, e hoje sou professora adjunta na universidade do estado do Pará.

Buscar meus direitos: Ministério Público Estadual

Não aceitei o silêncio. Busquei orientações de advogado especializado em concursos, grupo de apoio à igualdade racial, assessoria jurídica universitária. Analisei se havia indícios de irregularidades no edital, no processo seletivo, nos critérios de desempate. Percebi que os critérios de desempate não estavam claramente divulgados, ou estavam vagos, ou favoreceram quem já tinha "carta de apresentação" institucional.

Então, protocolei representação junto ao Ministério Público Estadual, denunciando discriminação estrutural, violação do princípio da isonomia, transparéncia violada. Pedi que se investigasse favorecimento indireto, e que verificasse se o edital ou a banca usaram critérios obscuros que mantinham privilégios.

Quando o resultado saiu via Ministério Público refleti sobre a minha atitude de ir em busca de justiça e reconhecimento, pois o fato de ter sido chamada mesmo estando em segundo lugar traz uma complexidade, alegria por ver meu mérito reconhecido, mas também percepção de quão tênue pode ser esse reconhecimento, às vezes depende de articulações invisíveis. E que o silêncio não é só ausência de voz; é ausência de chamada de convocações, de visibilidade; é o peso de saber que se venceu tecnicamente, mas que nem sempre isso é suficiente para que o sistema responda.

Professora efetiva. Um misto de alegria, alívio, e um senso poderoso de responsabilidade. Agora não estava mais substituindo alguém, eu era parte do corpo docente regular, tinha direitos, tinha deveres, podia reivindicar, participar de comissões, supervisionar alunos, envolver-me em projetos maiores. Minha voz ecoava em sala de aula, no colegiado, tinha peso, tinha chance de mudar práticas, incluir perspectivas que antes pareciam exóticas, a cultura do rio, a oralidade, os saberes das comunidades ribeirinhas, a voz das pessoas com deficiência.

Pertencimento acadêmico exige mais do que publicação ou desempenho: exige que instituições vejam, aprendam a escutar, a mudar práticas, a tornar o que era invisível visível.

Minha trajetória dialoga com muitos relatos de mulheres pretas que foram aprovadas, mas não chamadas, que lutaram para ser vistas, para ocupar vaga, para serem professoras efetivas, associadas, adjuntas. Vejo nas experiências compartilhadas a repetição de silêncios: critérios pouco visíveis, redação de editais genéricos, inserção de requisitos que favorecem quem já está “inserido”. Também vejo potência: nos espaços coletivos, nas redes de mulheres negras, nas ações judiciais, nas políticas de ação afirmativa, que rompem os silêncios.

Mesmo com a efetivação após os três anos do estágio probatório, algo dentro de mim dizia que era preciso continuar, não por status, mas por profundidade, precisava mergulhar mais fundo nas teorias da educação, nas políticas comparadas, nas práticas que se leem nos textos, mas que vivem distantes da

minha margem, longe dos rios, das comunidades que me moldaram. Foi então que surgiu a oportunidade de cursar doutorado em educação numa universidade portuguesa, distante geograficamente, sim, mas próxima no sentido do diálogo, de aspiração de ver minha experiência reconhecida e expandida.

Impactos, emoções e aprendizagem

Foram noites de angústia. Se me achei inferior? Não. Mas senti a opressão, o peso dos olhares diferentes, as perguntas capciosas dos professores da banca com desconfiança e dúvidas. Fui chamada para ministrar disciplinas em uma universidade privada pelo período de seis meses em substituição a uma professora, e ao término desse período tive o convite para ficar ministrando essas mesmas disciplinas, mas por incompatibilidade de horários não foi possível. Percebi que os espaços institucionais formais continuavam guardados quase como castelos com portões invisíveis.

Mas não posso esquecer que também senti força. Senti que minha voz, minha história, importam. Me aproximei de outras mulheres pretas da academia. Aprendi que denunciar exige coragem, paciência, estratégia. Que requer documentação, registro, provas, e mesmo assim, nem sempre haverá justiça.

Hoje, mesmo sem ter sido convocada para aquela primeira vaga, mesmo depois de tanto esforço, continuo professora universitária com uma forte convicção de que há necessidade de mudanças estruturais. De transparência nos concursos. De políticas afirmativas fortes que não sejam apenas simbólicas. De incluir a cor, a raça, a origem de modo que não sejam “diferenciais de mérito” invisíveis, mas explícitos na garantia de igualdade.

Hoje, sou doutora. Me chamam de professora, pesquisadora, referência. Mas, antes de tudo, sou filha de Peixe-Boi. A cidade do meu avô Doca Silva dono da fazenda Urucuri, onde meu pai e eu nascemos. Quando volto lá, sinto que minha caminhada é feita de muitas pegadas — minhas e de todas as que sonharam através de mim. Dou aula com o pé fincado na terra vermelha e a cabeça nos saberes ancestrais que carrego no peito. Porque ser doutora não apagou minha origem — iluminou.

E é isso que ensino: que nossas histórias não cabem nos livros, mas podem escrevê-los. Que nossas memórias são resistência. E que, sim, uma menina preta

do interior do Pará pode chegar aonde quiser — sem esquecer de onde veio. A resistência de estar — e permanecer — na universidade como professora preta

Estar dentro da universidade como professora preta já é, por si só, um ato de resistência. Ocupo um espaço que historicamente me foi negado — e que, mesmo hoje, ainda tenta me empurrar para as margens. O meu corpo, a minha voz, a minha existência ali dentro incomoda. E não é apenas pela presença, mas pela consciência que carrego de quem sou, de onde vim, e por quem luto.

Diariamente, sou atravessada por olhares que questionam minha competência antes mesmo que eu diga uma palavra. Em reuniões, já fui silenciada de formas sutis — e outras nem tanto. Às vezes, a violência vem travestida de formalidade acadêmica: sugestões de “aperfeiçoamento”, questionamentos sobre meu “tom de fala”, ou aquela clássica expressão: “você é muito intensa”.

Mas sigo. Sigo porque minha presença não é só minha. Eu sou o sonho realizado de muitas que vieram antes de mim — mulheres pretas que abriram caminhos com os poucos recursos que tinham, mas com muita dignidade. E sou, também, a referência possível para tantas estudantes negras e negros que me veem e se reconhecem.

Lecionar, para mim, não é apenas transmitir conteúdo. É criar brechas no concreto da universidade para que outras histórias possam florescer. É tensionar estruturas. É oferecer escuta, acolhimento, e também exigir respeito.

Resistir é, às vezes, levantar da cama mesmo cansada. É preparar aula sabendo que talvez o que eu diga seja questionado não pelo seu conteúdo, mas por quem sou. É não deixar que me silenciem, ainda que tentem. É, principalmente, não deixar que silenciem os meus.

Entre o afeto e o cansaço

Há dias em que o afeto me salva. São olhares de estudantes que, no meio da aula, brilham como quem finalmente se vê no conteúdo, ou nos exemplos, ou — mais profundamente — em mim. Uma aluna uma vez me disse: “É a primeira vez que eu tenho aula com uma professora preta. Eu me senti segura.” Guardei essas palavras como quem guarda abrigo em noite de tempestade.

Porque o cansaço, às vezes, parece maior que tudo. Cansaço de ter que se provar duas vezes mais. Cansaço das microagressões, da solidão em reu-

niões, da ausência de pares com quem dividir a dor e a estratégia. De ser constantemente lida como exceção, nunca como parte do todo.

É um cansaço político, existencial e também físico. Não é só sobre dar conta do tripé ensino, pesquisa e extensão — é dar conta de existir num ambiente que muitas vezes nos nega humanidade. Onde esperam de nós sempre uma postura “técnica”, “neutra”, como se fosse possível neutralidade para quem carrega no corpo e na história a marca da exclusão.

Mas eu continuo. Continuo porque também construímos redes. Pequenas alianças feitas de trocas sinceras, de encontros entre nós. Há força na coletividade, mesmo quando ela parece frágil. Há força no olhar de cumplicidade, na mensagem que chega fora do horário dizendo: “Obrigada, professora. Me senti menos sozinha.”

A sala de aula como território de disputa

A sala de aula é meu território de disputa. Ali, luto por mais do que o direito de ensinar — luto pelo direito de ensinar a partir da minha vivência, da minha voz, da minha forma de ver o mundo. Não abro mão da escuta, do diálogo, da pedagogia que pensa a experiência. Recuso a lógica da autoridade autoritária, mas também me recuso a ser apagada.

Já ouvi que “misturo militância com docência”, como se fosse possível separar minha existência preta da forma como vejo o conhecimento. Como se o próprio currículo não fosse um projeto político. Como se o silêncio sobre raça, gênero e classe não fosse também uma escolha — e uma escolha violenta.

Resistir é seguir dizendo o que precisa ser dito. É manter acesa a chama do pensamento crítico. É, inclusive, ensinar sobre o racismo estrutural sem que minha aula seja tomada como “mimimi” ou “ideologia”. É lidar com o desconforto alheio, e ao mesmo tempo, proteger o meu próprio bem-estar.

Carrego os que vieram antes

Nada do que sou é só sobre mim

Carrego nas minhas palavras, nos meus silêncios e nas minhas escolhas a presença viva de muitas outras mulheres pretas que não puderam estar onde hoje estou. Minha avó, que nunca aprendeu a ler, entre uma faxina e outra.

Minha mãe, que estudou até onde o corpo aguentou, mas que sempre me dizia: “Estuda, minha filha. Ninguém tira isso de você.” E tantas outras que eu nem conheci, mas que deixaram seus passos marcados no chão da história.

A ancestralidade não é apenas memória — é força vital. É ela que me sustenta quando tudo ao redor parece desabar. É ela que me lembra que eu não sou erro, nem exceção. Sou continuidade. Sou resposta a um processo de luta coletiva por dignidade, educação e futuro.

Quando entro em sala de aula, não entro sozinha. Entro com as vozes de quem foi silenciado. Com as perguntas que não puderam ser feitas. Com os saberes que sempre foram considerados “menos”. E é por isso que ensino como ensino — com corpo inteiro, com emoção, com responsabilidade e com desejo de transformação.

Ser referência é também responsabilidade

Com o tempo, fui percebendo que minha presença na universidade não só incomodava algumas estruturas, mas também acendia luzes em outros corpos — especialmente nos corpos de estudantes negros, indígenas, periféricos, LGBTQIA+.

Já ouvi, mais de uma vez, frases como:

“A senhora é a primeira professora preta que eu tive.”

“Quando vejo você, me sinto mais capaz”

“Saber que você tá aqui me dá esperança de que eu também posso.”

Essas falas mexem comigo de forma profunda. Não por vaidade, mas por consciência. Porque sei o que é atravessar corredores onde ninguém se parece com você. Sei o que é questionar o próprio valor o tempo todo. Sei o que é querer sumir porque o ambiente parece sempre pronto para te expulsar.

Por isso, não ensino apenas conteúdo. Ensino também a não baixar a cabeça. Ensino que ocupar esses espaços é um direito nosso. E ensino, principalmente, que a universidade pode — e deve — ser transformada pela nossa presença. Não estamos aqui para nos adaptar. Estamos aqui para reconfigurar o que nos foi negado.

Eu erro, eu me cango, eu duvido de mim. Mas não deixo de estar. Porque estar aqui já é um gesto político. E porque sei que minha trajetória abre caminhos para que outros e outras também possam trilhar a sua.

O que me sustenta

Há uma solidão peculiar em ser professora preta na universidade. Uma solidão que nem sempre é visível. Não é só estar sozinha em um departamento, ou ser a única em bancas, comissões e eventos. É a solidão de carregar perguntas que outros não fazem. De perceber violências que para outros são “normais”. De ter que cuidar dos seus e, ao mesmo tempo, se cuidar para não adoecer.

Mas essa solidão nunca é completa. Porque a cada passo meu, sei que tem gente observando, se inspirando, se sentindo autorizada a sonhar mais alto. Essa consciência me sustenta. Saber que sou parte de um elo, de uma corrente que vem de longe e segue adiante, me impede de desistir.

É bonito quando uma aluna me procura para dizer que agora pensa em fazer mestrado porque se vê capaz. Quando um estudante periférico se sente seguro para falar em aula. Quando alguém me escreve meses depois dizendo: “Suas aulas mudaram minha forma de pensar o mundo.”

Esse é o verdadeiro retorno: saber que estou contribuindo para a construção de pessoas inteiras, conscientes, corajosas. Gente que vai seguir transformando os espaços, como eu fui chamada a transformar.

Ensinar é plantar para o futuro

Não acredito em neutralidade. Acredito em responsabilidade.

A universidade me ensinou muitas coisas, mas foi a ancestralidade que me ensinou a estar com dignidade. É ela que me lembra que estou aqui não para representar ninguém, mas para fazer parte de um movimento maior de afirmação e transformação.

Minhas aulas são feitas com afeto, rigor e consciência. Tento criar espaço para que os saberes da periferia, da quebrada, dos terreiros, das comunidades indígenas e quilombolas também sejam reconhecidos como válidos, como legítimos. Não como “curiosidades”, mas como epistemologias que resistem e insistem, apesar de tudo.

Ensinando, eu planto. E confio que esse plantio, ainda que silencioso, germina. Nem tudo eu verei florescer — e tá tudo bem. Porque eu mesma sou fruto de sementes que outras plantaram sem ver os resultados.

No fim das contas, resistir aqui dentro não é sobre ser forte o tempo todo. É sobre lembrar por que vim, por quem vim, e para onde quero que a educação caminhe.

Antes de ser professora, fui filha da margem.

Antes de ocupar a sala como docente, precisei atravessar muitos corredores como quem caminha na contramão — sentindo que aquele lugar não foi feito para mim, mas sabendo, desde cedo, que eu tinha o direito de estar.

Cresci ouvindo que educação era a única chance. E cresci vendo, ao mesmo tempo, como a educação era distante para quem vinha de onde eu vinha. Escola pública sucateada, professoras cansadas, cadernos reaproveitados, dias em que se aprendia mais observando a vida do que dentro da sala. Mas ali, naquele caos, eu sonhava.

Não sei exatamente quando decidi que ia seguir estudando, mas sei que desde cedo algo em mim dizia: “Você vai mais longe.”

E não era um ir mais longe sozinha. Era com a voz da minha mãe, que apesar de todos os pesares, nunca deixou de acreditar. Era com os exemplos de outras mulheres pretas que vi resistirem em silêncio, sobrevivendo onde ninguém esperava que sobrevivessem. Era com um desejo profundo de mudar o destino — não só o meu, mas o de outros como eu.

A universidade como primeiro confronto

Chegar à universidade foi um baque. Um baque de realidade, de desigualdade, de percepção brutal do abismo social e racial do país. Eu entrei com orgulho, mas também com medo. Porque as cadeiras eram frias, os olhares eram calculados, e as perguntas vinham sempre com um subtexto: “Você tem certeza que é daqui?”

Passei os primeiros períodos em silêncio. Me retraía para não chamar atenção. Tentava falar “bonito”, esconder o sotaque, mudar o cabelo. Fiz de tudo para caber. Até entender que, mesmo fazendo de tudo, nunca seria vista como parte natural daquele ambiente.

Foi aí que decidi: se é para não caber, então vou ocupar do meu jeito.

Fui encontrando apoio em textos que falavam de mim — mesmo quando não diziam meu nome. Lendo bell hooks, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Abdiás, Fanon, comecei a me reconhecer. Descobri que o incômodo que eu sentia tinha nome. Que meu corpo era político. Que minha presença era ato. E que conhecimento também podia vir da rua, da quebrada, da oralidade, da resistência.

Superar sem romantizar

Não gosto da romantização da superação. Porque ela esconde as cicatrizes. E eu tenho muitas.

Teve o dia em que chorei sozinha no banheiro da universidade porque um professor questionou minha capacidade com deboche. Teve a vez em que fui ignorada num grupo de pesquisa porque “não dominava a linguagem acadêmica”. Teve o estágio onde ouvi que “pessoas como eu têm mais dificuldade com leitura crítica”. Foram muitas violências. Algumas gritadas, outras sussurradas com falsos sorrisos.

Mas também teve força. Teve apoio de outras mulheres pretas que cruzaram meu caminho e me estenderam a mão. Teve amizade, afeto, descoberta coletiva. Teve a força ancestral que sempre me empurrou pra frente. Teve coragem de continuar mesmo quando o corpo só pedia descanso.

E teve o momento em que percebi: eu também posso ser professora. Eu também posso ser referência. Eu também posso abrir caminho.

Da invisibilidade à presença que incomoda

Me tornar professora universitária não foi apenas uma conquista profissional. Foi uma travessia. Um processo cheio de contradições, onde a mesma estrutura que tentou me excluir como aluna agora me olhava com desconfiança enquanto docente.

Passei anos sentindo que precisava provar meu valor. Como estudante preta, periférica, mais uma da família a pisar numa universidade pública, eu carregava mais do que meu próprio corpo: carregava os sonhos de uma geração. Mas quando atravessei para o “outro lado” da sala, esse peso não diminuiu — apenas mudou de lugar.

Os corredores mudaram de cor, mas não de lógica. A mesa das decisões era quase sempre branca, masculina, sisuda. As conversas nos bastidores continuavam atravessadas por códigos que, muitas vezes, me excluíam. E mesmo com currículo, título e produção, parecia que eu precisava reafirmar o tempo todo que era competente, que tinha direito de estar ali — que sabia.

Percebi, com o tempo, que minha presença causava ruído. Não porque eu fosse agressiva. Mas porque minha existência já era, por si só, uma quebra de expectativa. A professora preta, que fala de epistemologias negras, que cita autoras invisibilizadas, que olha nos olhos dos estudantes periféricos e diz: “Você não está sozinho.”

Essa professora incomoda. Porque ela não só ensina — ela questiona a estrutura que silencia.

Ser o que eu não tive

Durante toda minha formação, faltaram referências como eu. Faltou olhar para a frente e me ver ali, naquele lugar de reconhecimento, de autoridade, de saber.

E hoje, quando estou diante da turma, sei que ocupo exatamente esse espaço — o de ser o que eu não tive.

É por isso que eu faço questão de me apresentar inteira. Não escondo minhas origens. Não disfarço meu jeito de falar. Não separo o que vivi do que ensino. Porque não quero que minhas alunas e alunos tenham que esperar tantos anos para se sentirem autorizados a ocupar.

Falo de teoria, claro. Mas também falo de vivência. Trago o texto, mas também a experiência. E, principalmente, construo um espaço onde os saberes populares, orais, não acadêmicos, têm o mesmo valor. Onde a favela entra na discussão não como “objeto de estudo”, mas como produtora de conhecimento.

E é nesse espaço que os estudantes marginalizados se reerguem. Que eles começam a perceber que o problema nunca foi a inteligência — foi a falta de acesso, de escuta, de reconhecimento. Vejo, no brilho dos olhos, o que representa para eles ter alguém como eu ali. Uma mulher preta, professora, afirmando que sim, é possível. Mesmo com todas as dores. Mesmo quando o mundo diz que não.

A formação política que me salvou

Se resistir na universidade foi o que me manteve viva, foi a formação política que me deu direção. Não falo apenas da militância institucional — mas da consciência de que minha trajetória é coletiva. Que eu não estaria aqui se outras não tivessem aberto caminhos com sangue, suor e dignidade.

Comecei a entender que minha docência não poderia ser neutra. E que me omitir diante das injustiças era trair a menina que fui, e os estudantes que sou chamada a formar.

Por isso, fui buscando espaços de articulação, redes de afeto, coletivos. Porque sozinha eu até sobrevivo — mas junto com outras e outros, eu existo com sentido.

Hoje, minha prática docente é também um compromisso político: com a memória dos que vieram antes, com a justiça para os que estão aqui, e com o sonho dos que ainda virão.

Ser professora preta na universidade não se resume apenas às horas dentro da sala de aula. Minha luta e minha resistência também se estendem para além dos muros da instituição — onde a realidade das comunidades periféricas e negras pulsa com força e urgência.

A universidade, muitas vezes, pode parecer um mundo à parte, desconectado da vida real das periferias, dos quilombos, das favelas e dos territórios indígenas. Mas para mim, essa separação nunca fez sentido. Meu compromisso é levar a universidade para esses espaços, e trazer esses espaços para a universidade.

Ao longo da minha trajetória, fui me envolvendo com projetos de extensão, coletivos de luta antirracista e feminista, e ações comunitárias que reforçam o sentido da minha existência como educadora. Nessas frentes, encontrei forças e alianças que me ajudaram a resistir, a renovar minha esperança e a ampliar meu impacto. Integro o grupo de estudo e pesquisa Amazônia Antirracista – GEAMAR, que é liderado por uma potência chamada Creusa Santos, dentro da Universidade do Estado do Pará.

Além da sala de aula: militância, comunidade e transformação

Os projetos de extensão e coletivos dos quais faço parte não são apenas atividades extras no meu currículo — são espaços vivos de resistência e construção. Em cada encontro, em cada roda de conversa, sinto o poder do coletivo pulsando forte, nos lembrando que nossa luta é maior do que qualquer obstáculo institucional. É nesses momentos que percebo como a universidade pode — e deve — ser um espaço de diálogo entre saberes diversos. Um espaço onde o conhecimento tradicional acadêmico dialoga com os saberes populares, sem que nenhum seja menos legítimo. Essa troca é vital para criar pontes que combatem a invisibilidade e a exclusão.

Por outro lado, a militância também é feita de resistência diária. Resistir ao cansaço que insiste em chegar depois de longas jornadas; resistir às críticas daqueles que ainda enxergam a luta por igualdade como “exagero” ou “divisão”. Resistir, sobretudo, ao racismo estrutural que insiste em atravessar todas as minhas esferas — acadêmica, pessoal e comunitária.

Mas é nessa resistência que encontro a força para seguir. Porque cada passo dado junto à comunidade reafirma o sentido do meu trabalho. Porque cada jovem que se vê representado na universidade, porque cada mulher preta que encontra no coletivo um espaço para se reconhecer poderosa, porque cada voz que deixa de ser silenciada — todos esses são sinais vivos de que a luta vale a pena.

Militar e ensinar são faces da mesma moeda para mim. São maneiras diferentes de dizer que não aceito a naturalização da desigualdade. Que acredito, com toda a minha força, que outro mundo é possível — um mundo onde a educação seja realmente libertadora e inclusiva. Militar não é um ato separado do que faço em sala de aula — é a extensão do meu compromisso com a vida, com a dignidade e com a justiça. Cada vez que levanto a voz contra as desigualdades, cada vez que construo pontes entre universidade e comunidade, estou reafirmando que meu lugar é aqui — lutando, ensinando e aprendendo junto.

Essa caminhada não é fácil, nem linear. Tem dias de cansaço, dúvidas e confrontos. Mas também tem a certeza poderosa de que resistir é existir. E existir plenamente, na universidade e fora dela, é um ato de amor e rebeldia.

É com essa força que sigo, porque sei que minha luta atravessa gerações — e que cada gesto de resistência que faço é uma semente para o futuro.

A ancestralidade é o fio invisível que me liga a tudo aquilo que sou — não apenas a minha história individual, mas a história de um povo inteiro que resistiu para que eu pudesse estar aqui hoje. Ela está nas histórias que ouvi na infância, nas rezas, nos cantos e nos saberes transmitidos pelas mulheres da minha família. Está nas marcas do meu corpo, na cor da minha pele, no jeito de falar, no orgulho silencioso que carrego em cada gesto.

Mais do que passado, a ancestralidade é presença viva. É força que me sustenta quando tudo ao redor parece querer apagar quem somos. É um convite para reconhecer que dentro de mim habitam muitas vozes — muitas vidas — que nunca desistiram, mesmo diante da violência e do esquecimento.

Ser professora preta, militante, educadora, é também carregar essa ancestralidade como uma asa que me impulsiona a voar — a romper os limites impostos e a abrir espaço para que outros voem junto. É transformar memória em potência, dor em aprendizado, silêncio em palavra.

Sem essa conexão profunda com minhas raízes, minha caminhada seria mais dura, mais solitária. Mas com ela, tenho certeza de que cada passo que dou reverbera na história daqueles que vieram antes e cria caminhos para os que ainda virão.

A ancestralidade se manifesta em muitos gestos que às vezes passam despercebidos, mas que carregam um significado imenso. É no ato de preparar um café com cuidado, lembrando das conversas ao redor da mesa com minhas avós; é na música que escuto, nos tambores que ressoam como um chamado para lembrar de onde venho; é no ritual do cuidado com o corpo, que honra cada cicatriz e cada curva como marcas de resistência.

Essas práticas são uma forma de reafirmar minha existência em um mundo que muitas vezes tenta me invisibilizar. São como pequenas revoluções diárias que me conectam a uma rede de sabedorias ancestrais, que atravessaram o tempo e resistiram a tentativas de apagamento.

Na minha atuação como professora, levo essa ancestralidade para dentro da sala de aula. Não apenas como conteúdo, mas como uma pre-

sença que inspira, que desafia o senso comum e que convida estudantes a reconhecerem seus próprios laços com suas histórias e culturas. É um convite para que cada um possa encontrar força em suas raízes para construir seus próprios voos.

Mais que uma herança, a ancestralidade é um pacto de compromisso. Um pacto que me lembra que minha luta não é só por mim, mas por toda uma linhagem que se recusou a desaparecer. É essa consciência que me dá asas para continuar, mesmo quando o caminho é árduo.

Desafios e conquistas: o que aprendi na jornada

Minha caminhada até aqui foi marcada por muitos desafios — alguns visíveis, outros silenciosos, mas todos poderosos o suficiente para moldar quem sou hoje.

Enfrentar o racismo institucional, as microagressões diárias, a sensação de ser sempre a “exceção” em ambientes que não foram pensados para pessoas como eu, exigiu resiliência e coragem que muitas vezes eu nem sabia que tinha.

Houve momentos em que pensei em desistir, em diminuir a voz, em aceitar um lugar menor para evitar o desgaste. Mas foi nesses momentos que aprendi que desistir seria trair não apenas a mim, mas a todas as que vieram antes e a tantas que ainda virão.

Ao mesmo tempo, celebrei conquistas que vão muito além de títulos e cargos. Conquistei a confiança de estudantes que se sentiam invisíveis, criei redes de apoio que hoje são espaços de acolhimento e crescimento, e vi o impacto transformador que uma presença como a minha pode ter dentro da universidade.

Essas vitórias, embora silenciosas para muitos, são gigantes para mim — porque significam que o caminho que escolhi é não só possível, mas necessário. Cada desafio me ensinou a importância da coletividade, da empatia e da luta constante por um espaço mais justo. Cada conquista renovou minha esperança e me fez entender que minha voz é uma ferramenta poderosa de mudança.

Lembro de uma ocasião em que apresentei uma pesquisa sobre epistemologias negras em um congresso acadêmico. Apesar da qualidade do trabalho, algumas falas nas rodas de conversa posteriores deixaram claro o desconforto

de alguns colegas diante daquilo que questionava os padrões tradicionais da academia. Foi um momento duro — senti a resistência velada, o esforço para minimizar o que eu trazia. Mas, ao invés de me calar, usei essa experiência para fortalecer minha convicção: a universidade precisa ser um espaço plural, onde diferentes vozes e saberes possam coexistir e se enriquecer mutuamente.

Também houve situações em que precisei ser a voz dos que não estavam na sala. Em conselhos acadêmicos e reuniões administrativas, muitas vezes fui a única representante da população preta ou periférica. Nesses espaços, aprendi que a resistência também é estratégica: é saber usar o conhecimento e a sensibilidade para negociar, para abrir caminhos, para garantir que políticas de inclusão sejam mais que palavras vazias.

Essas batalhas silenciosas exigem paciência, firmeza e, acima de tudo, solidariedade com aqueles que caminham comigo.

Mas talvez o maior aprendizado tenha sido perceber que resistir sozinha é impossível. Foi no coletivo — em grupos de apoio, em redes de mulheres negras, em encontros com estudantes — que encontrei forças renovadas para seguir. A troca, o acolhimento e o engajamento coletivo são o que realmente transformam e sustentam a luta.

Episódio marcante: resistência e acolhimento em sala de aula

Em uma das minhas primeiras turmas como professora, percebi que muitos estudantes pretos e periféricos chegavam com um sentimento silencioso de dúvida — sobre suas capacidades, sobre o lugar que poderiam ocupar na universidade. Era como se carregassem um peso invisível que os impedisse de se reconhecerem como pertencentes.

Num determinado dia, decidi abrir a aula de um jeito diferente: contei um pouco da minha história, das dificuldades que enfrentei, das vezes que pensei em desistir, e da importância da resistência coletiva.

Foi um momento transformador. Vi olhares se iluminarem, vi estudantes começarem a se permitir acreditar. E, aos poucos, aquela turma virou um espaço de troca, apoio e crescimento mútuo.

Claro que não faltaram desafios — preconceitos implícitos, dúvidas internas, estrutura ainda excludente. Mas o que ficou marcado foi o poder do

acolhimento e da representatividade. Aquela experiência me ensinou que a sala de aula pode ser um território de empoderamento — e que minha presença, minha voz, pode fazer a diferença para quem ainda busca seu lugar no mundo. Cada desafio que enfrentei e cada conquista que celebrei foram partes essenciais dessa caminhada que é, antes de tudo, um processo de transformação — pessoal e coletiva. Aprendi que resistir não significa apenas suportar as adversidades, mas enfrentá-las com coragem, consciência e a certeza de que minha voz importa. Que representar não é só ocupar um espaço, mas abrir caminhos para que outros possam também ocupar.

A universidade, a militância e a comunidade são territórios de luta contínua, onde, apesar das dificuldades, escolho estar presente, porque sei que meu trabalho pode transformar vidas — a minha e a de muitos outros. E é com essa força que sigo, pronta para os próximos passos, consciente de que cada pequena vitória é um tijolo na construção de um futuro mais justo e plural. Depois de toda essa caminhada — marcada por resistência, conquistas e aprendizados — olho para o futuro com um misto de esperança e responsabilidade.

Sei que ainda há muito a ser feito, muitas barreiras a serem derrubadas e inúmeras vozes a serem ouvidas. Mas também sei que, com cada passo dado, estou contribuindo para construir um caminho mais justo e plural para quem virá depois de mim.

Sonho com uma universidade verdadeiramente inclusiva, onde as diferenças sejam celebradas e onde estudantes pretos, indígenas, periféricos e marginalizados tenham acesso, permanência e sucesso garantidos. Sonho com espaços de ensino e pesquisa que dialoguem com as realidades de todas as comunidades, valorizando seus saberes e histórias. Mais do que isso, sonho com uma educação que emancipe — que não apenas transmita conhecimento, mas que fortaleça a identidade, a autoestima e a capacidade crítica de cada pessoa. Uma educação que seja ferramenta de libertação e transformação social. Sei que esses sonhos exigem luta, mas também criatividade, diálogo e muita coragem. Por isso, meus planos envolvem ampliar meu engajamento coletivo, fortalecer redes de apoio, criar projetos que unam a universidade à comunidade, e formar novas gerações de educadores comprometidos com a justiça social.

O futuro que quero construir é feito de pequenas ações diárias, de encontros verdadeiros e de um compromisso inabalável com a equidade. Porque, mais do que nunca, acredito que transformar o mundo começa dentro da sala de aula — mas não termina ali.

Minha militância começou em um campo que não me representa diretamente — a causa da pessoa com deficiência — mas que sempre me tocou profundamente. Aprendi que a solidariedade e a luta por direitos não precisam estar limitadas à experiência pessoal, mas sim guiadas pelo compromisso ético de ampliar justiça e inclusão.

Esse engajamento me ensinou a importância de ouvir, aprender e lutar ao lado de quem enfrenta barreiras concretas e estruturais, e a valorizar a potência das diferenças em toda sua diversidade.

Com o tempo, esse olhar solidário se entrelaçou com a causa étnico-racial, que hoje me encanta e mobiliza ainda mais. A luta contra o racismo estrutural, o fortalecimento da identidade negra e a valorização da ancestralidade são agora partes indissociáveis do meu compromisso.

Essa convergência de causas fortalece minha perspectiva de que a transformação social é plural, interseccional e que a justiça só será plena quando todos os grupos marginalizados forem ouvidos, respeitados e empoderados. Sonho, assim, em continuar essa caminhada de mãos dadas com essas diferentes lutas, ampliando diálogos, construindo pontes e fortalecendo redes que possam potencializar mudanças reais na universidade e na sociedade.

A compreensão da interseccionalidade — essa ideia de que as diferentes formas de opressão e exclusão se cruzam e se potencializam — tem sido fundamental para meu crescimento como militante e educadora. Militar na causa da deficiência sem ser deficiente me ensinou que a empatia e a solidariedade são forças transformadoras. Que reconhecer as barreiras que o outro enfrenta e se posicionar ao seu lado é uma forma poderosa de resistência.

Ao me aproximar da causa étnico-racial, percebi que essas lutas não são isoladas, mas interligadas. Que o racismo estrutural, o capacitismo, o sexism e outras formas de discriminação se entrelaçam, criando realidades complexas para muitas pessoas. Essa consciência me impul-

siona a atuar de maneira mais inclusiva, buscando construir ambientes acadêmicos e sociais onde a diversidade seja celebrada e as desigualdades enfrentadas de forma integrada.

Vejo na universidade um espaço estratégico para promover essa interseccionalidade — para formar profissionais que entendam a complexidade das opressões e que estejam preparados para atuar na transformação da realidade. Meus planos incluem, portanto, fortalecer ações e projetos que dialoguem com essa perspectiva, promovendo debates, pesquisas e práticas educativas que reconheçam a pluralidade de identidades e experiências.

Quero contribuir para que a luta por direitos não seja fragmentada, mas que caminhe unida, entendendo que a justiça social só se alcança quando todas as vozes marginalizadas forem ouvidas e respeitadas. Penso em criar espaços de diálogo dentro da universidade — grupos de estudo, seminários, oficinas — que sejam verdadeiros laboratórios de resistência e reflexão, onde estudantes, professores e comunidades possam compartilhar experiências e construir saberes coletivos.

Também sonho com parcerias mais fortes entre a universidade e movimentos sociais, especialmente aqueles que atuam nas periferias, nas comunidades negras e entre pessoas com deficiência. Essas conexões são fundamentais para que o conhecimento acadêmico não se distancie da realidade e possa se transformar em ferramentas concretas de transformação social.

Na minha atuação cotidiana, quero seguir sendo uma referência que acolhe, que escuta e que inspira. Uma educadora que não apenas transmite conteúdo, mas que também abre espaço para que outras vozes negras, periféricas e marginalizadas se fortaleçam e se reconheçam.

E, acima de tudo, quero contribuir para que a universidade seja um ambiente onde a diversidade seja celebrada, onde o respeito e a inclusão sejam práticas reais — não apenas discursos vazios.

Sei que essa construção não será rápida nem fácil, mas tenho a certeza de que é urgente e necessária. Por isso, sigo caminhando com a força das minhas raízes, a esperança nos meus sonhos e a certeza de que a transformação é possível quando nos unimos em luta.

Acredito profundamente que a educação é uma das principais armas contra as desigualdades que permeiam nossa sociedade. Mais do que transmitir informações, a educação deve libertar, empoderar e despertar consciências.

Na minha visão, educar é ajudar cada pessoa a reconhecer sua própria história, sua cultura, sua força — e a entender o mundo para poder transformá-lo. É criar espaços onde o saber não seja hierarquizado, mas plural, onde diferentes formas de conhecimento se dialoguem e se fortaleçam mutuamente.

Como professora e militante, busco fomentar essa educação crítica e inclusiva, que questiona o status quo e promove a justiça social. Quero contribuir para formar estudantes que não apenas absorvam conteúdos, mas que também desenvolvam empatia, senso crítico e compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Vejo a universidade como um espaço estratégico para essa transformação, mas sei que ela precisa se reinventar para cumprir esse papel. É necessário desconstruir velhos paradigmas, valorizar as diversidades e garantir que todas as vozes — especialmente as marginalizadas — sejam escutadas e respeitadas.

Essa é a educação que sonho para o futuro: uma educação que liberta, que acolhe, que transforma. E é essa educação que me motiva a continuar minha luta, dia após dia, com esperança e determinação.

Sonhar é, para mim, um ato político — é plantar sementes de mudança mesmo diante das dificuldades. Construir um futuro mais justo e plural exige coragem para questionar, resistência para enfrentar os obstáculos e, sobretudo, a certeza de que a transformação é possível.

A educação tem um papel central nessa caminhada. É ela que abre portas, que revela potencialidades, que conecta saberes e fortalece identidades. É na sala de aula, nas rodas de conversa, nos projetos comunitários que se constrói o mundo que desejamos ver.

Sigo nessa jornada com o coração aberto, consciente dos desafios, mas movida pela esperança e pelo compromisso com aqueles que caminham conigo e com as gerações que ainda virão.

Porque a luta é coletiva, porque a mudança é necessária, e porque, acima de tudo, acredito no poder da educação para libertar, transformar e unir.

Entre o pessoal e o político: minha identidade em transformação

Minha identidade nunca foi algo fixo ou simples — ela é resultado de um processo constante de descobertas, lutas e transformações. Ser mulher preta, professora universitária e militante é carregar múltiplas camadas que dialogam, se tensionam e se fortalecem a cada dia.

Desde cedo, percebi que o que acontece no campo pessoal reverbera no político, e vice-versa. As experiências de vida — sejam elas de acolhimento, de dor, de resistência — moldaram minha forma de entender o mundo e meu lugar nele.

Reconhecer a mim mesma enquanto mulher preta foi, antes de tudo, um ato de coragem e amor próprio. Um caminho para desconstruir os padrões que tentavam me definir a partir do olhar do outro, e construir uma narrativa própria, afirmativa e potente.

Por muito tempo, carreguei dentro de mim uma sensação de inadequação — como se estivesse sempre tentando me encaixar em lugares que não haviam sido feitos para mim.

Na escola, nas rodas de conversa, nos espaços acadêmicos, o que eu era parecia sempre destoar: minha pele, meu cabelo, minha origem, minha forma de pensar. Não era só o racismo externo que doía — era também o silêncio interno que me fazia acreditar, muitas vezes, que eu precisava ser “menos” para caber.

Foi só com o tempo, e com o encontro com outras mulheres pretas, que comecei a reconstruir minha própria imagem. O contato com autoras negras, com movimentos sociais, com espaços de afeto e escuta, me devolveu aquilo que a estrutura tentava negar: o direito de existir com plenitude, com dignidade e com orgulho de quem sou.

Lembro da primeira vez que li “Eu não sou livre enquanto outra mulher for prisioneira” — de Audre Lorde. Aquela frase me atravessou. Era como se ela nomeasse algo que eu já sentia há muito tempo: que o meu processo de libertação estava diretamente ligado à libertação das outras mulheres, especialmente das mulheres pretas e marginalizadas.

Ali, entendi que minha dor não era individual. Era política. E que, por isso mesmo, a minha cura também seria coletiva.

Foi a partir daí que minha identidade passou a ser não só resistência, mas também afirmação. Me afirmo não como resposta ao que esperam de mim, mas como expressão de tudo que carrego: minha ancestralidade, minhas escolhas, meus afetos, minhas lutas.

Hoje, cada vez mais, entendo que ser quem sou — sem pedir licença — é um gesto político poderoso.

Minha presença, minha voz, meu corpo, minha história: tudo isso é parte de uma trajetória coletiva que me atravessa e me impulsiona.

E é nesse processo contínuo de reconhecimento e reconstrução que sigo me formando. Porque ser mulher preta nesse país não é um ponto de chegada — é um movimento.

Foi em espaços coletivos, especialmente entre mulheres pretas, que aprendi a me ver com mais ternura. A reconhecer minhas potências sem romantizar minhas dores. Em cada roda de conversa, em cada partilha de vivência, percebi que minhas experiências não eram isoladas. Que havia outras mulheres carregando as mesmas feridas, mas também os mesmos desejos de cura, de liberdade e de reinvenção.

Foi assim que comecei a transformar solidão em comunidade. E hoje, não abro mão de criar e fortalecer esses espaços de troca — onde ser preta não é sinônimo de resistência solitária, mas de construção coletiva.

Também houve momentos em que ser quem sou me custou caro. Já fui silenciada em reuniões, invisibilizada em projetos, questionada em minha competência por não seguir o “padrão” esperado. E em muitos desses episódios, percebi como o racismo, o machismo e o elitismo operam de forma sutil, disfarçada de formalidade ou neutralidade. Mas aprendi a nomear essas violências. A confrontá-las com argumentos, com presença e, principalmente, com firmeza. Cada uma dessas situações contribuiu para que eu me reinventasse não como reação ao que me negaram, mas como afirmação do que eu escolho ser constante. É resistência, mas também é reinvenção.

A espiritualidade como eixo de sustentação

Minha espiritualidade não é uma parte a parte de mim — ela atravessa tudo o que sou e tudo o que faço. Não está restrita a rituais ou a templos, mas

vive nos detalhes do cotidiano, nos silêncios cheios de sentido, nos encontros que não são por acaso.

Foi através da espiritualidade que aprendi a silenciar o ruído externo e ouvir aquilo que vem de dentro. E foi ouvindo essa voz interna — ancestral, intuitiva, firme — que tomei decisões difíceis, mas necessárias.

Ela me ensinou que há caminhos que só a alma entende, e que algumas escolhas não precisam de justificativa racional: precisam apenas de verdade.

Minha conexão com o sagrado é também ancestral. Está nas mulheres da minha família que benziam com ramos de arruda, que oravam baixinho diante da dor, que acreditavam na força dos ciclos da natureza.

Está nas práticas que herdei e nas que escolhi, nas guias que uso, nos banhos que preparam, nos altares que monto com tudo o que me dá chão: terra, fogo, ervas, palavras.

A espiritualidade me ensinou que não estou só. Que sou parte de uma rede que me antecede e me protege. Que tenho caminhos abertos por quem veio antes e tenho responsabilidade com quem virá depois.

É ela que me lembra, nos dias difíceis, que meu corpo não é apenas resistência — é templo. Que minha palavra não é só denúncia — é reza. Que minha presença em determinados espaços é mais que política — é espiritual.

Essa força silenciosa e profunda me guia. E me lembra, sempre, que minha caminhada é sustentada por algo maior. Que enquanto luto no plano concreto, também sou movida por forças invisíveis, mas absolutamente reais. Minha identidade segue em construção — firme, mas nunca fechada. É feita de descobertas, rupturas, reencontros. É forjada na luta, no afeto, no silêncio, no estudo e na fé.

Sou mulher preta, professora, militante, filha da ancestralidade e da espiritualidade que me guia. Tudo isso pulsa em mim ao mesmo tempo. Não como uma contradição, mas como uma completude. Aprendi que ser inteira nesse mundo é, por si só, um ato de coragem. Que viver com consciência é resistir às tentativas constantes de apagamento. E que honrar quem eu sou — em todas as minhas dimensões — é também uma forma de abrir caminhos para que outras pessoas possam se reconhecer e se reinventar.

No entrelaçamento entre o pessoal e o político, encontrei sentido. Na ancestralidade, encontrei raiz. Na espiritualidade, encontrei direção. E na educação, sigo encontrando propósito. Não tenho todas as respostas — e não quero ter. Mas carrego comigo a certeza de que, enquanto eu existir com verdade, minha caminhada seguirá sendo instrumento de transformação.

Falar de afeto é, pra mim, falar de sobrevivência. É falar das mãos que me seguraram quando tudo em volta desabava. É lembrar dos abraços que não curaram a dor, mas impediram que ela me afogasse. É reconhecer que, num mundo que nos empurra o tempo todo para a dureza, o amor é um território de resistência. Aprendi cedo que o amor, para mulheres pretas, quase sempre nos é negado — ou cobrado com peso, sacrifício e silêncio.

Fomos ensinadas a sermos fortes o tempo inteiro. A dar conta. A segurar o mundo. Mas eu escolhi, com o tempo, resistir a essa lógica. Escolhi me permitir sentir, acolher, cuidar — e ser cuidada. Escolhi entender o amor como lugar de potência e liberdade, e não como prisão ou cobrança.

O amor que me sustenta vem de diferentes fontes. Vem da minha família — das mulheres que me criaram com afeto firme, que me ensinaram a amar com presença e com gesto. Vem das amizades que cultivo com carinho, onde posso ser inteira, sem precisar provar nada. Onde há espaço para o riso, para o cansaço, para o silêncio. Vem também do amor por mim mesma — um amor construído com paciência, depois de anos me negando carinho e descanso. Um amor que me convida, todos os dias, a me olhar com mais gentileza.

Minha escrevivência não termina aí. Ela continua em cada aluno que ensino, oriento, em cada denúncia que protocolei, em cada rede de apoio que construí, em cada abraço que recebo de colegas que entenderam que comigo, suas lutas também se refletem.

ESCREVIVÊCIAS DE UMA MEMÓRIA QUE NÃO SE APAGA: ECOAR DE VIDA E POÉTICA DE UMA DOCENTE PRETA NA AMAZÔNIA PARAENSE

Milene Vasconcelos Leal Costa

Minha história se inicia no dia 05 de outubro de 1992, nascida em Belém do Pará, filha de Regina Lúcia Vasconcelos Abdon e Benedito Garcia Leal, desde criança moradora do bairro da Terra-Firme e para falar desse lugar que me atravessa profundamente, a seguir, gostaria de tecer essa memória por meio de Joyce Raphaelly Modesto da Costa, uma poetiza do bairro que representa por meio de sua arte a história de quem vive no bairro.

EU SOU DE LÁ

Vou te contar uma história,
Talvez você só conheça o avesso,
Só o que foi televisionado
Pela grande mídia.
Um bairro tão estereotipado,
Como sempre de forma negativa.

Essa é história de uma periferia,
Com um solo tão marcado
Por vezes batizado
De vermelho carmim.

Pelas esquinas
Corpos foram tombados,
Corpos negros!
Negra carne,

A mais barata do mercado.
Eu vi, foram homens,
Todos estavam encapuzados!

Mas calma! Espera!
Não quero falar só sobre as mazelas,
Disso a grande mídia já se encarrega.
Quero falar de um povo de alma Livre,
Tão plural e colorida.
De identidade Afro, indígena e ribeirinha.
Onde o Tucunduba, dessa terra é o guardião,
Banha as fronteiras
E com os braços esparramados,
Atravessa-lhe o coração.

Quero falar de um lugar
Onde respira-se cultura,
E o grande palco é a rua,
Os holofotes são: o sol, as estrelas e lua.
Quero falar de um lugar
Onde o jovem é protagonista,
E pela câmera de um celular
Sua história é reescrita.
Quero falar de um lugar
Onde a poesia é representativa,
Onde a dança acalanta e embala a alma,
E a música aguça todos os sentidos,
E na ponta do grafite,
Reside a alma de quem resiste.

Ah! Eu sou de lá,
Desse lugar onde a Terra é farta
E o povo é Firme.
É, eu sou cria da Terra Firme!

HISTÓRIA E MEMÓRIAS DA INFÂNCIA ATÉ A VIDA ADULTA

A infância marcada pela vulnerabilidade financeira, minha mãe empregada em casa e família, meu pai, trabalhador assalariado, com muita luta conseguia manter o básico para não nos deixar faltar nada.

A vida escolar construída primeiramente na escola de educação Infantil “Janelinha do saber”, posteriormente na Escola Estadual de Ensino Fundamental e médio Brigadeiro Fontenelle, onde cursei do 1º ao 9º ano e com o ingresso ao Ensino Médio a escola só ofertava essa etapa no período noturno, nesse período o bairro da Terra-Firme passava por uma profunda onda de violência, o tráfico de drogas era grande, o ensino noturno era palco de grandes brigas de gangues na entrada ou na saída da escola, meus pais acharam melhor me trocar de escola, começo assim minha chegada na Escola de Ensino Médio Visconde de Souza Franco.

O ensino médio foi acontecendo com tanta rapidez, desde o primeiro ano comecei a realizar o processo de seleção que chamávamos de PRISE, naquele tempo não se tinha, o Exame Nacional do Ensino Médio-ENEM, podíamos fazer 3 provas, até o 3º ano e somar as notas, minhas escolhas foram para os cursos de Biologia, zootecnia e pedagogia.

Lembro-me do dia que passei no vestibular, fui para a escola, um dia normal que seria um dos momentos mais felizes da minha vida, meu pai na época estava trabalhando de pedreiro na casa de um tio, minha mãe estava trabalhando em casa de família, ao sair para a escola guardo na memória o sorriso, abraço sempre afetuoso e frase motivadora do meu pai: “filha, se sair o resultado e você passar, vai lá na obra me buscar, eu sei que você vai, sua aprovação é certa”. Sempre me perguntei de onde meu pai tirava tanto otimismo, nossa vida não era um mar de rosas, mas o carinho e motivação que ele me dava sempre foram fortaleza para uma adolescente que estava a passos curtos prestes a entrar na vida adulta.

O resultado começava a sair na rádio, lembro-me de chegar na casa que minha mãe trabalhava, lá liguei o aparelho, a famosa marchinha do cantor Pinduca, embalava a leitura de nome por nome que os radialistas

iam narrando, até que chegava a hora do anúncio: “Curso de Pedagogia, vespertino, todas as vagas preenchidas.

Posso dizer com sinceridade que ouvir meu nome no rádio foi uma das maiores experiências da minha vida, minha mãe e eu nos abraçamos e choramos, cheguei muito perto de desmaiar de emoção, partimos quase que imediatamente para buscar meu pai, lembro ao dobrar a esquina da casa onde estava trabalhando, lá estava ele, com os olhos em nossa direção, olhos de quem realmente já nos esperava, todo sujo de cimento e sem camisa, começou a pular com os braços para cima, nunca esquecerei aquela cena, meu pai sempre será meu super herói, acreditava em mim como nunca ninguém acreditou, plantou a semente da esperança em dias melhores, na realidade sempre soubemos que na qualidade de preta, pobre e periférica, o estudo seria uma possível saída para uma vida melhor.

Deus e meus guias espirituais escrevem certo por linhas tortas, passar no curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, foi a melhor coisa que poderia ter me acontecido na vida, encontrei meu lugar no mundo, foi na Universidade do Estado do Pará que comecei a realmente me reconhecer como mulher preta, tenho tanto para falar desse lugar.

A tão sonhada chegada ao ensino superior me abriu acesso a um universo novo, muitos conhecimentos foram se apresentando para mim e tantos outros fui buscando. Como não lembrar de minhas professoras pretas, que me ajudaram a construir sentimento de pertencimento, amorosidade e afeto por suas imagens e seus ensinamentos. Cada uma permanece viva em mim, cada uma deixou um pedaço de si, levou um pedaço de mim, percebi na caminhada que nesse local ainda éramos poucas, mas precisávamos lutar para que mais de nós tivesse acesso, porém até hoje infelizmente ainda me pergunto: Quantas de nós permanece do lado de fora?

Espero que nossas vozes ecoem tão alto que o suspiro desesperado de nossos ancestrais nos dêm forças para acreditar que juntas somos mais fortes, que podemos lutar por um mundo mais equânime e sem desigualdades.

No período que ingressava no curso de pedagogia não tinha condições financeiras para cursa, apesar de estar numa universidade pública, tinha que pagar condução diariamente, almoço, merenda e bater as cópias dos textos,

o que me impulsionou a buscar minha primeira atividade de renda, fui garçonne da graduação até o primeiro ano do mestrado, o que me fez conhecer mais ainda o mundo excludente e opressor que nasci.

Na vida de garçonne escutei muitas vezes as famosas frases: “você sabe com quem está falando? Sabe quem sou eu? Lembro do dia que fui extremamente desrespeitada pelo simples fato de tomar um copo de refrigerante, onde garçom não podia tomar nada antes de começar o evento segundo a dona da festa, trago marcas na alma de tantas frases ofensivas que me desrespeitavam como mulher preta, o cotidiano se tornou um eterno chora, enxugar as lágrimas e continuar, resistir não era opção, sempre foi uma necessidade.

Importante destacar que o processo de iniciação no ensino superior me trouxe grandes oportunidades, uma delas foi fazer parte do Núcleo de Educação Popular Paulo Freire- NEP da Universidade do Estado do Pará-UEPA, grupo de ensino, pesquisa e extensão que me incentivou a conhecer os princípios teóricos e metodológicos de Freire, como, amorosidade, humanização, politicidade, dialogismo, inclusão social e educacional, emancipação entre outros.

No NEP, comecei a trabalhar como educadora popular no Hospital de Clínicas Gaspar Viana, voltado para alfabetização freireana com acompanhantes de crianças hospitalizadas, oriundas dos interiores do estado do Pará que vinham para a capital paraense em busca de atendimento médico, fator que não era disponibilizado em seus locais de origem.

Ao longo dos anos fui chamada para construir práticas de educação popular com jovens, adultos e idosos na Santa Casa de Misericórdia, algum tempo depois fui para a Escola de ensino fundamental João Rafael, local onde o NEP recebeu o convite para desenvolver suas práticas com pessoas que não tiveram acesso ao espaço escolar ou tinham passado por processo de evasão escolar, esse lugar me deu a oportunidade de construir meu trabalho de conclusão de curso- TCC intitulado: “As vozes dos sujeitos da educação de jovens e adultos sobre sua trajetória escolar”.

No meio dessa caminhada viver o momento da formatura foi muito importante, recordo-me da alegria de minha família, sou a única que consegui acessar a universidade pública.

No final da graduação consegui entrar no mestrado, na UEPA, lá tive a honra de escrever minha dissertação com base na pesquisa que desenvolvia como educadora no Lar da Providência, um espaço de acolhimento a pessoa idosa, o trabalho se intitulou: “Trajetória educativa escolar Memória de idosos”.

Ao término do mestrado comecei a trabalhar como docente na UEPA, momento de muita alegria e felicidade, foi a realização de um sonho, poder contribuir com a universidade que me formou, fui docente da Universidade Federal do Pará, professora da Faculdade UNINASSAU e no ano de 2023 me tornei professora efetiva da Secretaria Municipal de Educação -SEMEC Belém, meus trabalhos também contribuíram muito na realização de meus sonhos e fortaleceram minha história de luta e superação.

A vida foi seguindo seu fluxo e cada vez me impulsionando a assumir meu lugar como mulher preta, lutar contra as desigualdades, sentir beleza em cada detalhe da minha trajetória, por isso a seguir farei uma exposição de fotografias e momentos importantes que embalaram minha trajetória.

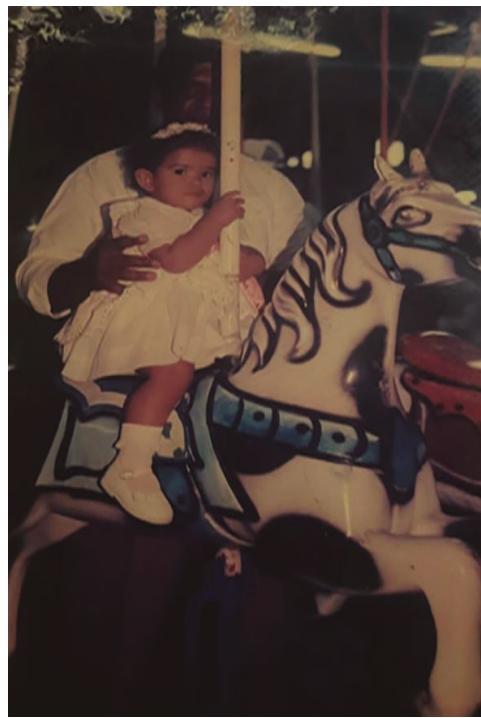
FOTOVIVÊCIAS

Fig. 01: Foto de infância



Fonte: Vasconcelos, 2000

Fig. 02: Foto no Ita Parque no período do Círio de Nazaré



Fonte: Vasconcelos, 1992

Fig. 03: Foto do dia da formatura do ABC



Fonte: Vasconcelos, 1995

Fig. 04: Foto do dia da formatura em Pedagogia



Fonte: Feitosa, 2014

Fig. 05: Foto com a bandeira do time de coração



Fonte: Feitosa, 2025

Fig. 06: Foto ministrando palestra com o tema antirracismo



Fonte: Lima, 2025

Fig. 07: Foto de participação nos 40 anos do Curso de Pedagogia da UEPA



Fonte: Lima, 2025

Fig. 08: Foto de participação evento antirracista Centro acadêmico de Pedagogia



Fonte: Silva, 2024

ESCRITA SENSÍVEL, POÉTICA E LIBERTADORA

Ao ingressar no doutorado minha trajetória continuou sendo atravessada pela produção de textos pessoas, sentir pensante poético, cada uma me gerava um sentimento, um significado, comecei a escrever mais, é bem verdade que desde a infância amava escrever, poemas, poesias, textos que talvez não tivesse muito sentido para os outros, mas para mim fazia parte do meu ser.

A escrita era sempre escondida, embalada ao medo de ser julgada, ou de não atender as demandas da norma culta, observo, que muitas de nós, mulheres pretas, ficamos presas a julgamentos, às vezes sentia uma sensação de incapacidade ou me achava menor, frente a outras pesquisadoras e poetizas que conheci o peso do medo de ser julgada sempre assolou meus dias.

No mestrado ainda tentei apresentar minha poesia em um trabalho acadêmico, recordo-me que a docente da disciplina mandou que fizesse a retirada, que ali não era lugar para aquele texto, fiquei me perguntando: se a pós-graduação não deveria ser um espaço mais acolhedor, humanizado e de respeito e inclusão as diversas manifestações científicas e culturais?

Quando entrei no doutorado tive a impressão de que o lugar não era mais o mesmo que me tirou a liberdade de expressar meu sentir pensante, comecei a me sentir livre para escrever cada sentimento que me atravessou ao longo do curso, cada aula, teto lido, atividade realizada despertava uma série de palavras que precisavam ser expressas por meio de minhas palavras.

A seguir apresento aos que tiverem a oportunidade de ler essas minhas humildes e sinceras palavras um pouco do meu exercício de sentir e expressar, espero que as palavras toquem suas almas na mesma intensidade que saíram de mim, os textos representam um momento muito especial, uma preta, pobre e da periferia, alcançar o Doutorado em educação seria algo muito longe do que uma cultura e reprodução colonial havia pensado para meu futuro, tive a ousadia de resistir. Abaixo o leitor encontrará os textos que escrevi em cada estudo que fiz do doutorado e algumas das obras atravessaram o meu ser.

SENTIR-PENSANTE-SENSÍVEL 01

“Meninas negras das classes trabalhadoras tinham três opções de carreiras: Casar, trabalhar como empregada ou ser professora.”

Ser menina negra é nascer marcada pelo suor de nossos ancestrais

Ser menina negra é crescer com nossos medos, padecer com preconceitos e resistir por necessidade

Ser menina negra é ter uma juventude no meio da periferia, do gueto, das favelas que a vida nos colocou e isso não é só sobre moradia

Ser menina negra é chegar a vida adulta tendo que se reafirmar e correr mais que os outros para garantir a sobrevivência

Ser menina negra é ter o corpo subjugado, taxado pela beleza que por anos foi tida como a oficial

SENTIR-PENSANTE-SENSÍVEL 02

Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade

Em bell hooks aprendemos que:

“A escola era o lugar onde eu podia me reinventar através das idéias”

“A escola era o lugar do prazer e do perigo”

“O conhecimento passou a se resumir a pura informação”

A escola é o lugar do sentir e por que ainda me negam o existir?

A escola é o lugar do riso solto, mas ainda me prendem nos papéis

A escola é o lugar da libertação, mas por vezes me negaram a dar as mãos

A escola passou por bell e lhe reinventou mesmo com tantos dissabores
A escola atravessou seu ser e o “perigo do saber lhe deu o poder” Com
quantas escolas sonhamos?

Como as sonhamos?

Se a utopia depende da luta para se tornar realidade concreta e preciso
ousar em esperançar como Freire nos ensinou.

SENTIR-PENSANTE-SENSÍVEL 03

Aprendemos em Lélia Gonzales que:

“Em termos históricos sabemos que o regime escravagista onde a plantation e as atividades mineradoras se desenvolveram”

Sangraram meus ancestrais com a violência da ilusão do poder
Corpos negros que foram aprisionados, mas nunca desapropriados de si

Ousamos em resistir

O sonho da liberdade gritou tão alto que nossos atabaques continuaram ecoando em nossas almas

Escracovardes, mutilaram nossos corpos, mas não acabaram com
nossa resistência

Pelos nossos ancestrais e por nós, hoje fazemos ciência, somos especialistas, mestres e doutores, que contradição o preto antes subjugado,
hoje ajuda a mudar o rumo da nação

Sarava caboclo Salve nossos guias

Que na magia contribuíram com nossa ousadia!

SENTIR-PENSANTE-SENSÍVEL 04

Aprendemos em Lélia Gonzales que:

“O mito da democracia racial é...”

Quero ver falar de democracia

Quando gritaram lá vai a neguinha do cabelo duro Quando o suor de
minha pele se misturou com o sangue de minha alma

Quando a cor de minha pele passou a vida falando mais alto que meu
coração

Ninguém estava disposto a ouvir o sentir de uma preta
A periferia ainda chora o sangue derramado dos seus jovens pretos, a
história se repete...

Voinha falou mais uma vez: “Minha filha foram tantos, estavam enca-
puzados e arriaram mais um”

Como acreditar no mito da democracia racial, se meu corpo parece
que não é meu?

Porque o jornal noticia mais uma vez que um de nós morreu

SENTIR-PENSANTE-SENSÍVEL 05

Em Orlando Fals Borda aprendemos que:

“O conhecimento ancestral e tradicional é essencial para a compreensão e a transformação social”

Dialogar entre diferentes saberes

O saber ancestral é o que vem das matas O saber ancestral é o que
vem dos rios

O saber ancestral é o que vem do sentir-fazer O saber ancestral é o
conhecimento do mundo O mundo gira na gira de Exum

O mundo nessa gira caminha nas águas de Iemanjá No passo firme de
Oxóssi caçador Estaremos de pé com nossos ritos

Chamaremos nossos caboclos

E a transformação social ocorrerá desde a resistência de nossa ancestralidade

SENTIR-PENSANTE-SENSÍVEL 06

Em PIERRE BOURDIEU aprendemos que

“O futuro de classe é determinado pela relação entre o patrimônio (considerado em volume e composição) e os sistemas dos instrumentos de reprodução”

O futuro da classe está no respeito dos povos das Amazôncias O futuro
da classe está na valorização da educação do campo

O futuro da classe está na resistência

O futuro da classe está na luta de mulheres pretas

O futuro da classe está na valorização e respeito dos Quilombos das
Amazôncias

O futuro da classe não está no ter e sim no ser mais propagado por
Paulo Freire

O futuro está na luta de classe

O futuro está na valorização daqueles que dão a vida para construir
uma “nação outra”

*Viva aos povos originários que resistem nas mazelas que os donos do
ouro lhes deixam de sobra.*

SENTIR-PENSANTE-SENSÍVEL 07

Em Luciana Ballestrina aprendemos que:

“A colonialidade do poder está relacionada diretamente na esfera econômica e política e não findaram com a destruição do colonialismo”

Como ser decolonial?

Qual exercício me resta se o sistema me leva ao consumismo exacerbado?

Se a colonialidade do poder ainda me subalterniza, com o resistir?

Como sentir nosso tambor se nossos terreiros ainda estão sendo destruídos?

Como falar de decolonialidade se vi meu irmão ser morto e engolido pelo tráfico de drogas, em uma sociedade que precisamos ter para ser?

São tantos os por quês

São tantas inquietações e enquanto vou pensando o relógio vai me engolindo na gira do mundo, na gira do sistema e quem haverá de me valer?

SENTIR-PENSANTE-SENSÍVEL 08

Em Maldonato Torres aprendemos que

“Uma das vantagens do projeto acadêmico-político da decolonialidade reside na sua capacidade de apresentar e sistematizar o que está em jogo”

Maldonato me chamou para assumir meu papel

Hoje, preta “sabida” a sociedade considera, mas como vou falar que ainda vale o “só sei que nada sei”?

Hoje meu local não é o da cozinha, é o da ciência mas quero um mundo melhor para minhas manas escolherem seus lugares

Quero romper com a política negacionista

Quero viver com meus sorrisos mais sinceros porque tenho boas novas para anunciar

Anúncios embasados em saberes e ciência

Anúncios embasados em amorosidade, humanização e prolificidade

Escurecer o sistema porque como diz aquela canção “me deram a chave que abre essa prisão”.

SENTIR-PENSANTE-SENSÍVEL 09

Aprendemos em Gramsci que

“Todo grupo social “essencial”, contudo emergindo na história a partir da estrutura econômica anterior”

Crescemos acreditando que o acúmulo de bens materiais gera felicidade

O que gera felicidade é saber que faço parte de um grupo social que
não é mais subalternizado

Que a vida caminha para a estruturação de uma sociedade mais justa

Como pensar em justiça social se ainda preciso garantir o mínimo
para minha existência e a dos meus pares?

É necessário pensar em reforma social

Em reestruturação do sistema e por que não pensar em outro sistema?

CONSIDERAÇÕES DA CAMINHADA QUE CONTINUA SENDO CAMINHADA

Escrever essas linhas retrata uma caminhada importante na luta contra o racismo, falar minha palavra, narrar alguns momentos de minha história é libertador, observar o processo de sangrar pelos poros para me firmar como mulher e pesquisadora é uma luta coletiva.

Gostaria nessas palavras dizer minha gratidão aos meus pais, Regina e Benedito, meus familiares que sempre me ajudaram de alguma forma, financeiramente, psicologicamente, com palavras, ações ou exemplos, minha gratidão se estende a Universidade do Estado do Pará, ao NEP e os amigos que me deram suporte para alcançar sonhos grandes e reconhecer meu lugar no mundo.

Ao longo de minha trajetória enfrentei muitos casos de injúria racial, desde já infância, não comprehendia bem do que se tratava, mas sentia, a dor que ao longo dos anos se transformou em revolta, lutar para **ser mais** no mundo que me que preparava para **ser menos**, resistir foi uma necessidade, uma das mais belas e dolorosas que decisão que resolvi tomar.

Por fim gostaria de deixar minha palavra para aquelas meninas, mulheres pretas que precisarão ser fortes para seguir a caminhada, deixar que nosso sonho de liberação real se torne concreto, é uma luta diária mas necessária, enquanto estiver uma mulher sendo humilhada, oprimida, marginalizada, vítima de qualquer forma de opressão, precisaremos nos levantar e continuar a jornada por bem viver e reparação.

LEITURA DE MUNDO E DA PALAVRA: AFLUENTES DA MEMÓRIA RIO

Neilce do Socorro Coelho dos Santos

A terceira, dos sete filhos do casamento de Manoel e Nazaré, nasceu com a pele mais “morena”, e muitas vezes ouvia comparações feitas por certas pessoas as quais diziam: é a mais moreninha, mas bonitinha”. Isso me incomodou? Principalmente, na infância, apesar de não entender muito bem. Por volta da pré-adolescência, minha cabeça ocupou-se muito mais com as marcas de uma forte queimadura que sofri nas pernas, o que me fez ter complexo com meu corpo durante muito tempo. Foi uma experiência muito dolorosa o fato em si, e o processo de aceitação. Sempre penso que aquela dor me tornou forte para a vida toda. Aquela menina que nasceu no bairro da Marambaia, em Belém do Pará, mal sabia que a sua vida estaria umbilicalmente ligada ao magistério, ao ato de educar, práticas de minha vida profissional norteadoras dessas memórias. Um percurso de estudos, lutas e sonhos; um grande rio temporal do qual um braço de sua memória estará em curso nestas linhas apresentadas a você, leitor(a).

Figura 1 - Mercado O Brilhante.



Fonte: Valda Corrêa.

A carreira de docente foi, e continua sendo, um dos desafios mais inspiradores de minha existência. Às vezes, me pego pensando em qual época resolvi ser professora. Lembro de ter assistido, em minha adolescência, uma entrevista com a cantora Alcione; ela falou que havia exercido a profissão de professora. Eu era gordinha e me identificava com essa artista. Além disso, já havia em mim o gosto pelo samba. Admirava a sua voz intensa e sua performance corporal no palco. Como se fosse hoje, escuto sua voz cantando: "Ao povo que vibra na força do som brasileiro/ Não é só o surdo nem só o pandeiro/ Tem uma família tocando legal". Essa lembrança se soma à outra, provavelmente, a que mais situo como um divisor de águas na decisão de estudar para seguir a carreira do Magistério.

Era uma tarde quente, daquelas tão comuns em Belém do Pará, eu estava com mais ou menos quatorze anos. Vi aquela menina com sua mãe. Usava umas roupas sujas, como também estava seu corpinho franzino. Deveria ter uns sete anos de idade. Pediam comida e água. Coçava a cabeça. Ambas eram negras. Eu morava com minha família na periferia. Meu pai sempre foi um homem trabalhador. Não vivíamos no luxo, porém boa comida, moradia e educação não nos faltavam. Depois de alimentar a mãe e a criança, perguntei se a criança estudava. A mãe respondeu que não. Indaguei também se a mãe tinha estudos, ela respondeu que "fez até a quarta série primária". Aquilo ficou na minha cabeça. Com a permissão da genitora, dei um banho na criança, peguei uma roupa limpa de uma das minhas irmãs mais novas, e vesti naquela menina com rostinho assustado com a vida. Foram embora. Deixaram em mim o sonho de estudar, ser professora, e contribuir com a situação econômica de minha família; dividir com meus alunos o sonho de também terem a profissão de seus sonhos.

Fiquei a pensar em como poderia haver tanta pobreza. Por que tantas pessoas passavam fome? Uns tinham muito dinheiro, outros nada ou quase nada. A mãe sem estudos, a filha criança fora da escola. Questionamentos, provavelmente, vindos a minha cabeça, porque sempre meus pais nos incentivaram a estudar. Fiz a primeira série primária aos seis anos de idade. Minha mãe se preocupava com a nossa presença na escola, nosso uniforme, sapatos cujos pares iam passando dos mais velhos para os mais novos;

andávamos limpos e arrumados. Mesmo com uma renda familiar baixa. Então, a educação era valorizada no meu convívio familiar. Meu pai cursou somente o primário, assim como a minha mãe. A minha avó materna não sabia ler a grafia das palavras, nem escrever. Eu pensei: vou ser professora. Quero ensinar as pessoas a dominarem a língua que falam. Vou crescer na vida através dos meus estudos. Fui estudar no Instituto de Educação do Pará (IEP). De lá para cá, o rio que corre em minhas veias é o da docência, paixão em que mergulho há mais de trinta anos.

Preciso acordar minha memória, voltar novamente ao tempo da minha adolescência, início da juventude. A memória é um fio desafiador; uma preciosidade de nossa existência que nos torna sujeitos dos cursos de água por onde navegamos. As percepções sobre minhas práticas docentes emergem, fazendo do tempo um senhor sábio, levando-me a encontrar afetos, imagens, palavras os quais são ressignificados, com os quais muito aprendo cotidianamente. Não há como não recorrer a Henri Bergson ao afirmar que “à medida que as imagens, uma vez percebidas, se fixam e se alinham nessa memória, os movimentos que as continuam modificam o organismo, criam no corpo disposições novas para agir”. Minhas reminiscências me levam ao ano de mil novecentos e oitenta e três, quando comecei meu primeiro estágio em uma escola. Mesmo estagiária trabalhava com ensino aprendizagem das crianças; a turma era do Maternal, crianças com três anos de idade, pertencentes à classe média.

Quero neste momento dessa tessitura falar de um aluno que conquistou o coração da futura professora. Ele era muito levado, impaciente, não sossegava. Saía de sua cadeira para conversar com os colegas, criar desavenças. Mesmo com pouca experiência com práticas de sala de aula, vi no comportamento daquele aluno um desafio a ser superado. Ele não obedecia à professora da turma. E, fui cada vez mais me aproximando dele, brincando, contando histórias. Fácil não foi ganhar sua atenção e confiança. Porém, ele ficou mais próximo de mim, e passou a me ouvir e obedecer. Essas e outras experiências desse estágio são marcos introdutórios de minhas práticas em sala de aula, pois mesmo não sendo a professora efetiva, carrego comigo até hoje lições do processo de ensino-aprendizagem nos quais fui intermediadora.

A partir daí um rio foi percorrido, para que aqui me tornasse a profissional em que me constituí (e me constituo). Assim, os movimentos de interação com os alunos e alunas; as metodologias aplicadas, bem como o contexto político-social em curso, exigem dos professores e das professoras uma autoavaliação constante. Neste sentido, precisamos ampliar nossa leitura de mundo; romper com preconceitos os quais acompanham nossa existência, muitos como produtos de uma sociedade que constrói padrões hierarquizantes, fazendo-nos, não raras vezes, excluir discentes da dinâmica de aprendizagens. Encontro consonância para essas reflexões e as de Maria do Rosário Magnani: “A leitura a que se propõe ao professor não é só (mas também) de ordem externa (condições salariais, físicas, etc.). É necessário romper consigo mesmo e com sua história.”

Daquela adolescente sonhadora com um desejo fervoroso de mudar o mundo através da educação, emergiu a estudante do Curso de Letras, da Universidade Federal do Pará. Aqui é preciso respirar fundo, para que a emoção não comprometa a ação de digitar essas lembranças. Controlar esse estado de alma acordado pelo tecer dessa volta ao tempo é difícil. Ouvir meu nome no rádio, a pronúncia atropelada do locutor, naquela manhã de sábado, foi um dos momentos mais emocionantes da minha vida. O olhar de felicidade de meu pai e da minha mãe; a alegria dos meus irmãos e irmãs são imagens que descortinam em mim as cores alegres da gratidão.

Eu havia concluído o curso de Magistério, no Instituto de Educação do Pará, no último mês do ano, e no primeiro mês do ano seguinte fora aprovada no vestibular da UFPA. Isso para aquela jovem cheia de complexos, “até que é bonita” (frases que ouvi quando me comparavam com minhas irmãs de pele mais clara), que estudava à tarde, e nos dois anos anteriores a essa aprovação, pela manhã estagiava, tentou fazer um cursinho à noite, mas ficou estafada, então resolveu estudar em casa, com as orientações de sua irmã mais velha, a qual era universitária no curso de História dessa universidade; foi um desaguador de autoconfiança imensurável. Provei para mim mesma que era capaz de alcançar meus objetivos através de dedicação, responsabilidade e amor pelo que eu fazia. Este último – amar o que se faz - é a mola propulsora de nossa existência, o que nos emociona de fato, pois como diz Edgar Morin, “o amor faz parte da poesia da vida”.

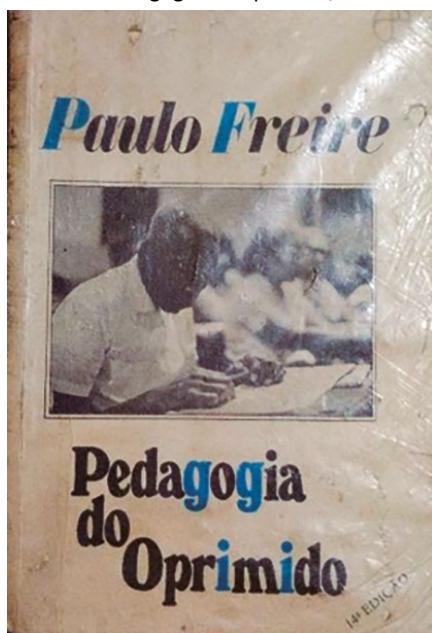
Neste ponto do leito desse rio que é a minha vida, preciso aportar para expressar minha gratidão a todos meus familiares que nunca soltaram a minha mão, e acreditaram em minha capacidade de me tornar uma profissional competente, assim como uma pessoa de bom caráter. Destaco a figura de meu pai, um homem trabalhador honesto, senhor dos seus sonhos, perseverante, e acima de tudo um homem solidário. Trabalhava exaustivamente de domingo a domingo para nos nutrir de uma vida saudável. Mesmo com poucos estudos, um leitor, principalmente de jornal. A imagem de vê-lo aos domingos à tarde lendo jornal me acompanha até os dias de hoje. Sempre estará comigo. Minha mãe se dedicou a cuidar das filhas e filhos, sempre se preocupando com seus estudos, matriculando-os, providenciando o material escolar, tirando sempre da cama bem cedo aqueles que estudavam no turno da manhã. Isso acontecia comigo nas primeiras séries do ensino primário, nível de ensino hoje chamado de ensino fundamental menor. Uma outra pessoa a quem sou muito grata por fazer dos seus braços remos, para que eu navegassem pelas águas, nem sempre calmas, e entrasse na universidade é a minha irmã mais velha. Incentivou-me com palavras e atitudes. Como já estava na universidade onde cursava História, ela me deu aulas de disciplinas das quais tinha muita dificuldade, como matemática, física e química; bem como me forneceu material didático do pré-vestibular. Esses estímulos e afetos foram muito importantes, fazendo com que não desistisse do meu sonho de ser universitária do curso de Letras.

Ao escrever essas memórias, quando solto a âncora do barco no contexto acadêmico, destaco algumas leituras que muito deixaram rastros na trilha de minhas práticas docentes. Paralelo a isso, destacar o meu gosto pelo ato de ler, o que foi se construindo lá atrás, ao ver meu pai ler jornal – o que já foi dito nessa escrita; soma-se a isso conviver com minha mãe e vê-la constantemente lendo fotonovelas, e minha irmã mais velha degustando de leituras várias, de autores como Machado de Assis, Jorge Amado e Karl Marx. Retomando à vida universitária, entre as muitas obras que nortearam minha práxis docente, carrego comigo a leitura de “Pedagogia do Oprimido”, de Paulo Freire, realizada na disciplina História da Educação, cursada no primeiro ano de curso. Até hoje tenho o livro comprado nessa época. Essa obra imbricou em mim o pensamento crítico de não ser uma mera “depositadora”

de conteúdos aos meus alunos, a chamada “educação bancária” freireana. Inspirou-me a olhar nos olhos deles, saber sobre suas necessidades, seus dons, suas experiências de vida. A leitura e os estudos sobre esse livro me fizeram compreender melhor o protagonismo dos nossos discentes no processo de ensino-aprendizagem. Eu era uma jovem recém-chegada na universidade, e absorvi essas ideologias freireanas com entusiasmo; entendi que a leitura de mundo antecede a leitura da palavra, conforme afirmou esse autor.

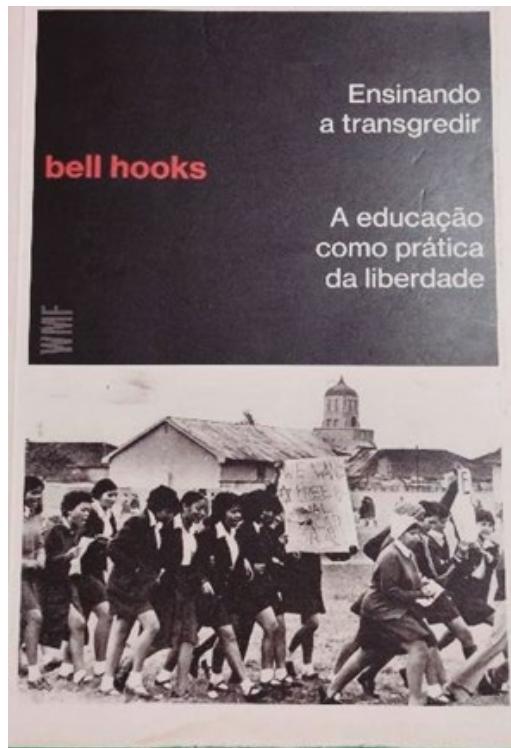
Abrindo parênteses temporais, eis que muitos anos depois, a minha inquietude leitora e docente, me levou a conhecer Bell Hooks, leitora de Paulo Freire. Em diálogo com intelectual, Bell Hooks nos apresenta a concepção de *pedagogia engajada* cujo sentido denota a existência de professores críticos dos currículos trabalhados em sala. Assim, é necessário transgredir normas, enfrentar os riscos, a fim de que a educação seja de escolhas tanto para os professores, quanto para os alunos; que seja uma prática de liberdade. Essa autora afirma que os professores *engajados* são “os indivíduos mais dispostos a correr os riscos acarretados pela pedagogia engajada e a fazer de sua prática de ensino um foco de resistência”.

Figura 2 – Livro Pedagogia do Oprimido, de Paulo Freire.



Fonte: Neilce Santos.

Figura 3 - Livro Ensinando a transgredir, de Bell Hooks.



Fonte: Neilce Santos.

O currículo do curso de Letras é diverso e cada vez mais eu me apaixonava pela literatura; na verdade, desde a adolescência gostava de ler autores como Jorge Amado – sua obra *Capitães de Areia* é uma das referências da leitora principiante que eu era na adolescência; Gonçalves Dias, seus versos “Amor é vida; é ter constantemente /Alma, sentidos, coração – abertos” são inesquecíveis. Assim, esse gosto pela arte poética foi aprimorado pelo contato com autores e autoras da nossa literatura e de outros países, bem como da chamada literatura paraense, forma comum da literatura feita na Amazônia paraense ser nomeada na década de oitenta do século passado.

E, é nesta década, na disciplina curricular Literatura Paraense, ministrada pela professora Elanir Gomes da Silva (professora Lana) a qual havia lançado há pouco tempo o livro “O Africanismo em Batuque de Bruno de Menezes” que tive o primeiro contato com a poesia de Bruno de Menezes.

Devo esclarecer que, naquela disciplina, não foi feita nenhuma pesquisa profunda sobre a poética desse autor, porém fui totalmente envolvida por seus poemas, entre os quais os que compõem o poema homônimo dessa obra. Cito duas estrofes a seguir:

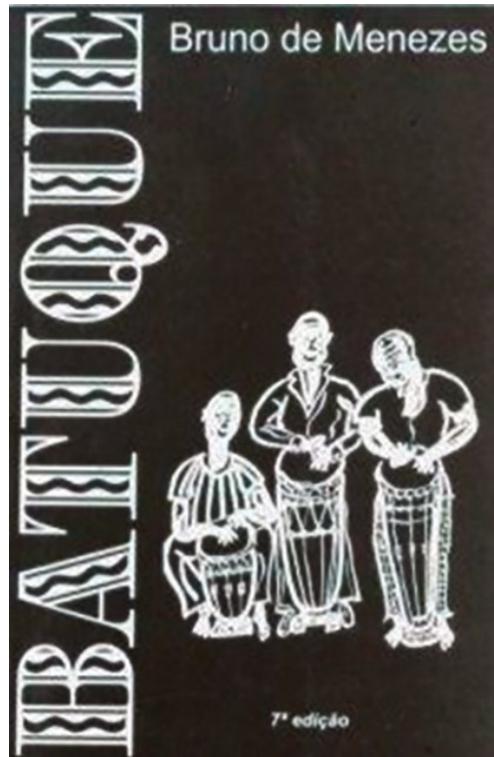
RUFA o batuque na cadência alucinante
— do jongo do samba na onda que banza.

Desnalgamentos bamboleios sapateios, cirandeios,
cabindas cantando lundus das cubatas.

Patchouli cipó-catinga príprioca,
baunilha pau-rosa orisa jasmin.

Gaforinhas riscadas abertas ao meio,
crioulas mulatas gente pixaim...

Figura 4 – Livro Batuque, de Bruno de Menezes.



Fonte: Neilce Santos.

Aquela estudante do curso de Letras foi tomada pela emoção rítmica da poesia de um dos precursores do Modernismo no Brasil. Me vi representada, enquanto jovem negra que era, naqueles versos. Conseguia visualizar a roda de samba - cultura de resistência das populações negras, durante um certo tempo criminalizada. Durante a performance dessa leitura, meu corpo bamboleava, girava frenético mesmo parado com os olhos fixados na escrita. Do poema exalava o cheiro das ervas de nossa região amazônica; me via no Ver-O-Peso, cartão postal de Belém, apresentado por meu pai em uma das muitas idas ao centro comercial. Nunca mais a obra de Bruno de Menezes saiu de minha vida. Não demorou muito para fazer parte de minhas aulas; um certo tempo depois, objeto de pesquisa em parceria com orientandas de Trabalho de Conclusão de Curso.

Concluir a graduação do curso de Letras foi uma travessia difícil, pois eu trabalhava e estudava, uma vez que precisava contribuir com as despesas de casa. Foi durante esse período que me tornei mãe, ainda muito jovem, porém recebi apoio incondicional de minha família; minha mãe segurou na mão do meu filho, para que eu pudesse estudar e trabalhar. A maternidade me fez conhecer o grande amor de minha (re)existência, pois tive que ressignificar conceitos, sonhos, modos de vida; fez com que minha leitura de mundo aportasse e seguisse viagem continuamente, guiada pela bússola afetuosa da relação mãe e filho. E, por ser uma mulher que traz na veia o sangue da luta ancestral pela sobrevivência, não me acomodei, nem com relação às práticas docentes, nem com a aquisição de conhecimentos. Quando meu filho estava com mais ou menos dez anos, voltei para a sala de aula; cursei, sequencialmente, duas especializações e mestrado. Ao longo da jornada profissional constantemente busquei (e busco) me aperfeiçoar. Sou uma eterna estudante.

A partir do exposto, posso dizer que o percurso das águas de minha trajetória existencial passou por calmarias e turbulências, onde a presença ativa de minha família, as relações de amizade, somadas à disposição em vencer obstáculos, principalmente, emocionais e financeiros foram fundamentais, constituindo-me sujeito e profissional que sou. Entre imersões e emersões fui construindo uma leitura de mundo e da palavra que me fez (e faz) esperançar, verbo de ação que significa, na concepção de Paulo Freire,

não apenas esperar, mas agir para transformar a realidade, unindo-se a outros sujeitos, e não desistindo diante das dificuldades, em uma luta constante por uma sociedade melhor. Destaco a educação como um leme na construção desse mundo com menos desigualdade social almejado por nós. E, projetos de educação antirracista são componentes orgânicos dos rios que atravessei até chegar aqui. Sobre isso compartilharei com vocês algumas experiências e reflexões nas linhas seguintes.

ESCREVIVÊNCIAS DE SALA DE AULA: REMOS QUE ME FAZEM NAVEGAR PELA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

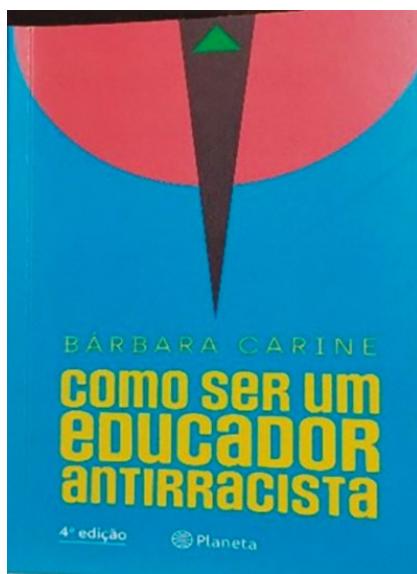
Categoria criada pela escritora Conceição Evaristo, “escrevivência” significa e permite a reescrita da própria história brasileira a partir das vozes de pessoas negras, fazendo emergir críticas contundentes contra a sociedade racializada, como a que está subjacente nesta frase dita por ela: “A nossa escrevivência não é para adormecer os da casa grande e, sim, para acordá-los de seus sonos injustos”. “Empresto” esse termo para dar continuidade às memórias aqui transcritas, fazendo um recorte de práticas de educação antirracista, projetos desenvolvidos há mais de vinte anos, compromisso em aplicar a Lei 10.639/03, a qual inclui no currículo escolar a história e a cultura da África; em 2008, foi alterada pela Lei 11.645, incluindo a obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígena.

Desde muito jovem desenvolvi um pensamento crítico sobre a sociedade que hierarquiza corpos e mentes, levando em conta a cor da pele das pessoas. E, aquela cena urbana vivenciada na minha adolescência – a criança e a mãe negra pedindo comida na porta de casa – ficou em meu subconsciente e fortaleceu meu posicionamento crítico sobre a sociedade racista em que vivemos desde o sequestro dos sujeitos negros pelo colonizador português. Esse triste retrato memorialístico deve ter me influenciado a me tornar uma educadora antirracista. Muitas são as dificuldades enfrentadas, como falta de recursos financeiros para a aplicação de projetos, e desvalorização da temática por parte dos profissionais da educação. Porém, o compromisso com a luta por uma sociedade antirracista me faz seguir adiante.

As instituições de educação formal, como escolas e universidades, devem se comprometer em promover políticas educacionais que formem cida-

dãos críticos e conscientes de seus direitos e deveres. E, neste contexto identificamos a educação antirracista como um motor propulsor na constituição de uma sociedade com equidade racial e respeito às diversidades étnico-raciais. O racismo, além de estrutural, conforme assinala Sílvio Almeida, na obra *O que é racismo estrutural*, é sistêmico, interferindo nas relações sociais, modificando-se a depender da situação. Bárbara Carine, uma intelectual negra comprometida com estratégias de enfrentamento ao racismo, no livro “Como ser um educador antirracista”, pontua que “racismo é um problema social criado pelo ocidente com o intuito de diferenciar, hierarquizar e dominar pessoas”, e comprehende “como práticas antirracistas aquelas voltadas para a denúncia do racismo no sentido maior de sua reversão/destruição”. Esses diálogos com esses autores são necessários, uma vez que eles desconstroem os discursos hegemônicos que colocam os sujeitos brancos em condições de privilégios no mundo ocidental.

Figura 5 – Livro Como ser um educador antirracista, de Bárbara Carine.



Fonte: Neilce Santos.

Em se tratando de escolas públicas, não é difícil identificar que a maioria dos estudantes é formada por alunas e alunos negros e periféricos. Nas universidades, essa realidade também é observada em cursos menos concorridos, como certas licenciaturas, principalmente, após a implementação da Lei de

Cotas (Lei nº 12.711/2012, atualizada em 2023) e na Lei nº 14.723/2023, que determinam a reserva de 50% das vagas em instituições federais para estudantes que cursaram todo o ensino médio em escolas públicas. E, certas universidades estaduais, como a Universidade do Estado do Pará (UEPA), políticas de cotas de forma própria. Essa instituição reserva vagas para estudantes de escolas públicas, pretos, pardos e indígenas (PPI), quilombolas e pessoas com deficiência.

Figura 6 – Campus I, CCSE, UEPA.



Fonte: www.uepa.br

Guardo comigo muitas experiências enquanto professora da UEPA. A primeira vez que ministrei aula nessa universidade, ocorreu em 2002, quando fui convidada para ministrar disciplina pelo Departamento de Letras Português em seu programa de interiorização, no município de Conceição do Araguaia. De lá para cá, muitos anos se passaram, e em vários portos temporais atuei como professora nessa instituição. E, durante anos, inseri aos desenhos curriculares projetos de educação antirracista, alguns não necessariamente com essa terminologia, porém dialoguei com os conteúdos das disciplinas com temáticas, textos, autores e autoras, atividades os quais colocavam em pauta a sociedade racializada em que vivemos.

De 2016 a 2018 (primeiro semestre), ministrei aulas como professora substituta na UEPA, Campus Belém. Lotada em disciplinas do Departamento de Língua e Literatura (DLLT), atuei em disciplinas específicas do curso de

Letras Português, bem como em disciplinas do campo dos estudos da linguagem de outros departamentos. Durante esse período, desenvolvi um projeto de letramento acadêmico em que discutia com os alunos gêneros acadêmicos em consonância com o letramento racial. Um dos textos sobre o qual debatemos tinha como objeto de estudo o racismo institucional no contexto das políticas afirmativas. Em uma determinada turma, quando fizemos uma roda de conversa para opinarmos sobre o texto, alguns relatos de episódios de rassismos sofridos por alunas e alunos desaguaram.

Figura 7 – Palestra sobre racismo institucional.



Fonte: Neilce Santos.

Um dos alunos, um jovem negro de vinte anos ficou por alguns momentos com a voz embargada ao contar sobre um episódio de racismo que sofrera. Estava caminhando em uma avenida da capital paraense com alguns amigos, todos de pele clara. Foram abordados por policiais, e somente ele teve a mochila revistada. Em um determinado momento do relato, quando falou

que este era apenas um exemplo, das muitas abordagens que sofrera, calou-se e teve os olhos cheios de lágrimas. Frantz Fanon, intelectual, psiquiatra e filósofo político natural das Antilhas francesas, na obra *Pele Negra, Máscaras Brancas*, entre as várias ideias abordadas, trata sobre as consequências psicossociais que o racismo pode operar sobre as pessoas negras, como estresse crônico, vulnerabilidade emocional, ansiedade.

É muito impactante ouvir relatos como o exposto; exige afeto, empatia e acolhimento. É preciso conhecer o cenário da violência contra as pessoas negras, a fim de criar estratégias educacionais que possibilitem o empoderamento de alunas e alunos que sejam vítimas do crime de racismo. Infelizmente, essa é a realidade de grande parte das pessoas negras. O *Atlas da Violência*, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em pesquisa realizada sobre a violência no Brasil em 2024, divulgou que em 2023, houve 9,9 mil homicídios de pessoas não negras, equivalendo a uma taxa de 10,6 para cada 100 mil habitantes. Entre os pretos e pardos, foram 35.213 homicídios, representando taxa de 28,9 registros para cada grupo de 100 mil habitantes. Isso demonstra as desigualdades e o racismo estrutural que têm atingido a população negra brasileira, traduzidos na violência letal.

Estes dados que afetam as populações negras não podem ser ignorados pelas instituições de ensino, logo é preciso que organizações, como grupos de pesquisas, se fortaleçam e priorizem o combate ao racismo estrutural. Isso encontrei no Grupo de Pesquisa Saberes e Práticas Educativas de Populações Quilombolas (EDUQ), pertencente a UEPA, coordenado pela Prof.^a Dra. Ana D'Arc Azevedo. Apresenta-se como um de projeto de extensão o qual se propõe a discutir as relações raciais no Brasil, dando ênfase à Amazônia. Estou como membro desse grupo de pesquisa desde 2018; fazer parte desse grupo muito me enriquece como pessoa e profissional. Sistematizamos leituras e encontros formativos continuamente, e publicamos livros. Tenho artigos em duas obras: “*Negritude em tempos de cólera* (2019)”, e “*Aquilombando saberes: práticas de educação antirracista na Amazônia*” (2025).

Figura 8 – Folder EDUQ.



Fonte: Neilce Santos.

Um dos tempos mais difíceis que atravessamos, como todos sabem, foi durante a pandemia. Tivemos que nos reinventar devido ao isolamento. Meu coração batia em disparada cada vez que ouvia a sirene das ambulâncias passarem pela rua. Mais de setecentas vidas foram perdidas, podendo esse número ser menor, se na época o Brasil tivesse um presidente comprometido com a saúde pública, e priorizasse a compra da vacina contra a covid -19, o que não aconteceu. Nos perguntávamos o que fazer diante daquele cenário desesperador? Isolados em casa, longe das salas de aula, uma nova forma de compartilharmos nossos afetos e conhecimentos se deu através das *lives*.

Assim, coordenei os *Ciclos de Diálogos sobre Educação Antirracista*, encontros remotos mensais do EDUQ em que discutíamos temáticas do campo da educação para as relações étnico-racial; por exemplo aplicabilidade da Lei 10.63903 nas escolas brasileiras, educação quilombola e educação no quilombo, literatura afro-brasileira, entre outras. No início dos encontros, tudo era tão estranho diante da tela; não estar presente frente a frente com os participantes dava uma sensação de que algo faltava, um certo vazio. Porém, esses sentimentos foram substituídos gradativamente pela satisfação de aglutinarmos vozes contra o racismo, as desigualdades sociais e as violências sofridas

por populações historicamente marginalizadas pelo processo de colonialidade. Dessa forma, mesmo através das telas, foi uma experiência enriquecedora dialogar com pessoas de nosso convívio pessoal e/ou profissional; ou que não conhecíamos pessoalmente e estavam participando porque souberam através das redes sociais desses encontros. É certo que essas *lives* encharcaram meu ser de afetos e conhecimentos, e fazem parte de minha memória afetiva.

Figura 9 – Card EDUQ.



Fonte: Neilce Santos

Uma outra experiência de educação antirracista que não posso deixar de compartilhar com vocês, leitoras e leitores, é a vivenciada na comunidade quilombola África, uma oficina de letramento literário, intitulada *Que mundo carrego em minha cabeça? Empoderamento de crianças através do letramento literário na comunidade quilombola África* (PA). Essa atividade foi contemplada por um edital da Pró Reitoria de Extensão da Universidade do Estado do Pará (UEPA) em 2023, e operacionalizada pelo EDUQ. O público era formado por crianças e pré-adolescentes dessa comunidade; e mediamos a leitura da obra infantil afro-brasileira *O mundo no black power de Tayó*, de

Kiusam Oliveira. Nessa narrativa, o imaginário infantil é representado de forma poética cuja protagonista é uma menina negra, com muita autoestima; identificada com princesas “que vivem a carregar sobre seus penteados suas coroas reais”.

Éramos três professores do EDUQ nesta atividade. Saímos cedo de Belém rumo ao quilombo. Fomos de microônibus. As expectativas eram enormes, mas nada comparado ao que lá se realizou junto às crianças. Um dos nossos objetivos era ampliarmos o horizonte de expectativas das crianças participantes, estimularmos sua autoestima, bem como seu empoderamento identitário através de uma contra narrativa eurocêntrica. Elas estavam eufóricas e muito participativas. Cada olhinho brilhando na hora da contação de história, enchia meu coração de alegria. Desenvolvemos atividades lúdicas com elas que incluía, entre outras, dizerem o que carregavam em suas cabeças. Entre as respostas, muitas palavras positivas: “amor”, “carinho”, “Sabedoria”, “fé”, “alegria”, “inteligência”, “bondade”, “aprendizado”, “felicidade”.

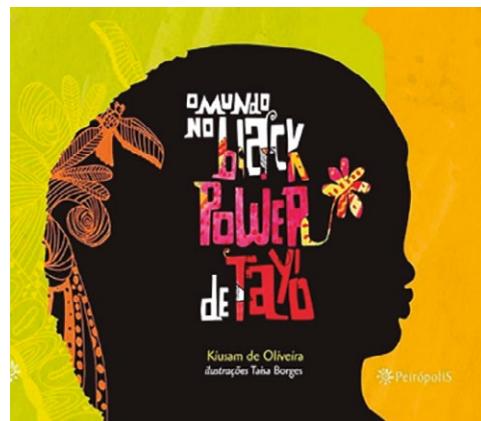
Isso demonstra o quanto a imaginação infantil hospeda bons sentimentos, devendo ser estimulada e protegida. Fiquei muito satisfeita por coordenar essa mediação de leitura, principalmente, por apresentar às crianças o universo maravilhoso da literatura infantil; possibilitar com que conhecessem a protagonista da história, Tayó, que com sua irreverência conquista sua autoestima, ama seu cabelo cacheado e sente orgulho de sua identidade negra. Além disso, contribuir com o processo de empoderamento das crianças da comunidade quilombola África foi alimentar de boas ideias os peixinhos que purificaram as águas correntes de minha existência. De uma certa maneira, fiz o caminho de volta, para o início do percurso de minhas práticas escolares, quando estagiei em uma sala de aula na educação infantil.

Figura 10 – Oficina de letramento literário.



Fonte: Neilce Santos.

Figura 11 – Livro O mundo no black power de Tayó.



Fonte: Neilce Santos.

Ao tecer estas memórias, às vezes meu pensamento divaga por muitos portos; outras, movimentam minha imaginação, e vem um vento suave trazer lembranças que me banham com ervas cheirosas, como as que eu usava na casa da minha avó, em Santa Rosa da Vigia. Seu cheiro ficava em mim, revigorando minha alma, corpo e mente. Neste clima de maceração, quero contar-lhes sobre uma das minhas experiências na educação antirracista no ensino superior, quando fui professora substituta na Universidade Federal

do Pará, Campus Belém, aprovada no concurso para a cadeira de Literatura. Isso há dois anos. Entre as disciplinas disponibilizadas para eu lecionar, havia a Atividade Complementar, para a qual se poderia propor uma disciplina específica a qual não constava no desenho curricular do curso de Letras – Língua Portuguesa. Elaborei, então um plano de ensino para a disciplina Literatura Afro-Brasileira. Foi um exercício de ensino e aprendizagem muito gratificante e desafiador; dialogar com alunas e alunos sobre epistemologias negras cingia nossas aulas de criticidade, bem como de um olhar mais humanizado para as populações negras, tendo como objeto de estudo a arte literárias. Por outro lado, aplicar categorias do campo dos estudos da negritude exigia uma dedicação maior, pois são pesquisas que não se encontra em muitos espaços acadêmicos, nem no mercado editorial.

Uma das leituras colocadas em estudo foi o poema “É preciso não morrer”, da obra *Lugar de se morrer é também poema*, da escritora e historiadora Roberta Tavares. Lemos em voz alta o poema, analisamos suas ideias, dialogamos com Lélia Gonzalez (amefrikanidade), Sueli Carneiro (epistemocídio), com Achille Mbembe (necropolítica). Entretanto, é necessário enfatizar que não negligenciamos a tessitura poética do texto, degustamos de sua linguagem, seus recursos os quais tornam o texto literário um transgressor da língua e de padrões sociais, este último dependendo da linha critica do autor/autora. E o *feed back* dos alunos foi muito positivo, demonstrando interesse e expressando seu pensamento crítico. Para finalizar a disciplina, fizemos uma roda de conversa com a autora. Foi um grande encontro. Transcrevo aqui emocionada uns versos do poema “É preciso não morrer”:

É preciso não morrer.

Porque é preciso tecer os dias que virão
como uma tecelã de sangue e pele preta

É preciso tecer o amor novamente

Porque vida e amor tudo eles
querem apartar de nós e sabemos
bem: estarmos vivas e insistir no amor
é contrariar as estatísticas em que eles
querem nos jogar

Figura 12 – Livro Lugar de se morrer é também poema.



Fonte: Neilce Santos.

Por último, minha memória chega ao cais de minhas escrevivências na educação básica, atuando no ensino público e no privado, somando-se, ao longo do tempo a minha trajetória no ensino superior, confluindo para exercícios docentes que descontroem o papel do professor como sujeito superior em sala de aula. Assim, negando práticas de sala de aula como a do professor Policarpo, personagem do *Conto de Escola*, de Machado de Assis, tão longe no tempo cronológico, mas ainda presente em muitas instituições de ensino na atualidade.

É preciso olhar para trás, para a década de noventa do século passado e ver a professora Neilce ser aprovada no concurso público para professora efetiva no magistério da educação estadual. Um sonho realizado devido a muito esforço, pois eu trabalhava muito, com pouco tempo para estudar, mas me empenhei, estudei, consegui a aprovação. Sonhava ser uma professora concursada. Foram muitos os projetos desenvolvidos na perspectiva da educação libertadora. E, conto a você, caro(a) leitor uma prática de educação antirracista desenvolvida no Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEEJA). Nessa instituição tive a oportunidade de

conhecer e trabalhar no ensino personalizado, em que a aula é dada de forma individual. Como o próprio nome diz é na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), logo é um público com características bem peculiares, pois muitos pararam de estudar pelos mais diversos motivos, e precisam ser motivados, para que não desistam de estudar novamente. Nessa escola, comecei a desenvolver o projeto “Curta Linguagens”, em 2010, fundamentando minha prática docente nos estudos sobre Letramento. Magda Soares assinala que “Letrar é mais que alfabetizar, é ensinar a ler e escrever dentro de um contexto em que a escrita e a leitura tenham sentido e façam parte da vida do aluno”.

Em 2023, ministrei para os alunos do CEEJA a oficina “Literatura de resistência em Luiz Gama e Maria Firmina dos Reis”. Fizemos um percurso pela história da literatura afro-brasileira desde o século XIX, e além desses autores, dialogamos sobre as produções literárias de Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo, entre outras. A partir do poema “Quem sou eu?”, de Luiz Gama, os participantes realizaram uma produção verbal com esse mesmo título. Aceitar-se negro/negra em uma sociedade racista como o Brasil, não raras vezes é uma atitude tranquila, pois requer que se enfrente as mais diversas formas de preconceito. Os jovens a adultos negros os quais faziam parte da oficina, falaram sobre isso, expressaram suas críticas e temores das discriminações, porém demonstraram orgulho de sua identidade étnica, principalmente, após conhecerem um pouco sobre a literatura desses autores e sua história de luta pela sobrevivência.

Figura 13 - Oficina Literatura e resistência.



Fonte: Neilce Santos.

Conceição Evaristo no poema “Vozes-Mulheres” nos fala sobre mulheres de várias gerações pertencentes à mesma família, fazendo vir à tona seus cotidianos e sentimentos, em que o sujeito poético sequencia uma série de ações – opressões sofridas pelas mulheres negras, e a sua consequente resistência - situadas, predominantemente, no tempo pretérito, mas sem se desconectar dos tempos presente e futuro. A memória é o rio que interliga esses tempos existenciais. Assim, vejo a escrita dessas memórias no lugar de fala em que me situo, o de mulher negra, afroamazônidas. Um movimento fluvial, dando sentidos à metáfora memória rio.

A memória possibilita a relação do corpo no tempo presente com o passado e, ao mesmo tempo, atualiza as representações construídas no/pelo imaginário. Assim, pela memória o pretérito é ressignificado, como as águas correntes de um rio. O tempo não para, e nos provoca a refletirmos sobre nossas práticas nos vários contextos em que nos situamos, seja no presente ou no passado, a fim do que pensamos existir no futuro.

Dessa forma, a escrita dessa viagem ao tempo sobre as águas, por vezes barrentas, outras limpas, me fizeram visitar infância, adolescência, idade adulta, afetos, conflitos, decisões, entre os tantos campos semânticos por onde naveguei. Pude aportar em frente àquela menina que vivia cheia de complexos com seu corpo e cor da pele, e visualizar como tudo isso superado. Cheguei perto dos olhos do meu do meu pai novamente, hoje morando em outro plano, vi o quanto ele acreditava em mim. Isso foi transcendental. Cheguei a ouvir minha mãe me acordando para ir à escola, cumprir com minhas obrigações, quando a preguiça batia, ela dizia: estuda pra não depender de homem. Hoje ela está ao meu lado e é uma grande inspiração. Fiz uma viagem de encontro aos docentes que, ao longo desta jornada de estudos, muito contribuíram, para que me tornasse a pessoa e profissional que sou.

Navegar por estas memórias, me fez ouvir o locutor chamar meu nome no rádio, estudar na UFPA, gestar um filho, voltar a estudar, me qualificar na especialização e mestrado, e nas tantas outras formações que participei, é de uma energia positiva sem igual. Assim como revisitar minha carreira docente, desde o estágio remunerado, passando pela aprovação no concurso da SEDUC, pelas escolas públicas e privadas onde trabalhei; me hospedar novamente no hotel em Conceição do Araguaia e ministrar pela primeira vez uma

disciplina na UEPA; as muitas turmas para as quais dei aula nessa instituição; voltar para as salas de aula da UFPA como professora substituta, foram motivadores. E, me ver como uma educadora antirracista me fortaleceu.

Assim, as reminiscências daqueles olhinhos fundos da criança com sua mãe, pedindo alimento atualizam em mim a luta contra as desigualdades sociais. A lembrança das vozes de mulheres negras, compartilhando suas dores e lutas no enfrentamento ao racismo, sem sombra de dúvidas me tornaram mais forte com esta escrita de memórias, individual e também coletivas. Isso tudo desaguou em mim a esperança em uma sociedade com justiça social, equidade racial e educação de qualidade para todas e todos, ampliando nossa leitura de mundo e fazendo da palavra, mesmo aquela dita em silêncio, um direito inegociável, e ecoada pelo tempo, um rio movente, como nos diz o poema:

Vozes-mulheres

A voz de minha bisavó
ecou criancá
nos porões do navio.
Ecou lamentos
de uma infânciá perdida.

A voz de minha avó
ecou obediênciá
aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe
ecou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.

A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e fome.

A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.

O ontem — o hoje — o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
o eco da vida-liberdade.

(Conceição Evaristo, In *Poemas de recordação e outros movimentos*).

ENTRE RAÍZES E ASAS: A JORNADA DE UMA PROFESSORA NEGRA PELA EDUCAÇÃO EM DIFERENTES CONTEXTOS

Rosilene Ferreira Gonçalves Silva

Entre Águas e Sonhos: Começos de Uma Travessia

Nasci no interior de São Domingos do Capim, uma pequena cidade do Pará, banhada por um rio generoso e cercada por paisagens que ainda hoje vivem em mim. Quando fecho os olhos, consigo sentir o cheiro da mata molhada depois da chuva, ouvir o murmúrio do rio que parecia sussurrar histórias ao vento e quase provar a doçura da fruta recém-colhida no quintal. Sou filha de uma mulher forte, de mãos calejadas e coração imenso, que carregou sozinha o peso e a coragem de sustentar a família. Sou também fruto dessa terra viva, uma terra de cheiros, sabores e sons que formaram quem sou. Foi nesse chão de simplicidade, entre o verde das matas e o barro das estradas, que criei raízes profundas, raízes que me lembram, a cada passo, de onde vim e quem me tornei.

Contar minhas memórias é um gesto de gratidão e, ao mesmo tempo, de resistência. Gratidão pela menina que fui, aquela que, mesmo cercada por tantas privações, nunca deixou de sonhar. E resistência porque escrever sobre minha vida é também afirmar que histórias como a minha, de uma mulher negra, amazônica, filha de trabalhadores pobres, que começou a trabalhar aos 11 anos, merecem ser lembradas, registradas e compartilhadas. Cada palavra é um fio que costura o invisível, que dá voz ao que tantas vezes foi silenciado.

Ao escrever, busco deixar um rastro de palavras que ilumine o caminho de outras meninas e meninos que, como eu, nasceram longe dos grandes centros, mas carregam dentro de si uma força silenciosa, a força da esperança. A vontade de transformar realidades, de sonhar com um mundo mais justo,

mais humano, mais igualitário. Sempre acreditei que a memória é um fio invisível que nos liga ao que fomos e ao que ainda somos. Não se trata apenas de nostalgia, mas de reconhecimento. Cada dor, cada luta, cada conquista ajudou a moldar a mulher que hoje sou: professora universitária, pesquisadora, pedagoga hospitalar, pioneira nas ações de pedagogia hospitalar na Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará (FSCMPA) e na Universidade do Estado do Pará (UEPA).

Mas antes de chegar até aqui, houve muitos caminhos de terra batida. Houve noites mal dormidas, cadernos molhados pelo suor do trabalho precoce, lágrimas escondidas e silêncios longos. Houve também alegrias simples, pequenas vitórias que reacendiam em mim a certeza de que era possível seguir. Cada passo foi um aprendizado, cada tropeço, uma semente de persistência.

Escrevo porque acredito que minha trajetória dialoga com tantas outras trajetórias. Sou parte de uma coletividade de mulheres negras que, mesmo enfrentando as mais duras barreiras, seguem em movimento, reinventando o mundo com coragem. Trago comigo a força e a ternura de minha mãe, Lucia Leal, mulher de luta, que lavava roupas e vendia comida nas ruas para nos alimentar, e de tantas outras mulheres que encontrei pelo caminho, mulheres que, como ela, se reinventavam todos os dias, sem perder a dignidade nem a esperança.

Este relato não é apenas a minha biografia. É também um testemunho de um tempo, de um lugar e de um modo de viver. É uma tentativa de entrelaçar as raízes que me firmam às asas que me ensinaram a voar. Ao compartilhar essas memórias, quero mostrar que a educação foi a grande travessia da minha vida - a ponte que me fez sonhar com um mundo diferente daquele que eu conhecia. Um mundo mais humano, menos feio e mais justo, como tão bem nos inspira Stela Graciani.

E é assim, entre raízes e asas, que convido você a caminhar comigo por esta estrada de lembranças - uma estrada que nasce às margens de um rio amazônico e se estende até as salas de aula de uma universidade. Uma estrada feita de dor e de beleza, de quedas e de conquistas, de silêncio e de voz. Uma estrada que, como eu, ainda continua.

Entre o Rio e a Cidade: Memórias de uma Infância Amazônica

Minha infância no interior de São Domingos do Capim foi tecida com a delicadeza das pequenas alegrias: o gosto da liberdade nos quintais abertos, o riso que se espalhava pelos dias quentes e o calor dos finais de tarde em que a família se reunia, compartilhando histórias e sonhos. Ainda vejo, com a nitidez da memória, o pôr do sol refletido nas águas do igarapé, sereno e majestoso, embalando meus sonhos de menina. Esses cenários de paz e encantamento permanecem vivos em mim; guardo-os como tesouros no coração, lembranças que ainda moldam meu olhar sobre o mundo.

Minha história começa com um amor improvável. Minha mãe, Maria Lúcia Ferreira Leal, tinha apenas 15 anos quando se apaixonou por Maurício Gonçalves Carvalho, um homem branco de 26 anos, descendente de portugueses e herdeiro de terras na localidade do Tauari. Ela, mulher negra, ribeirinha, com os pés firmes no chão da floresta e do rio. Ele, filho de fazendeiros, moldado pelas tradições e pelos privilégios de sua origem. Como o casamento não teve a bênção da família, decidiram fugir, e foi em São Domingos do Capim, na estrada PA 127, que construíram uma nova vida. Dessa união nasceram cinco filhos: Odair, eu - Rosilene, Rosiane, Odenice (Gonçalves) e, por último, Odilson.

Nossa casa era um pedaço de paraíso: cercada por árvores frutíferas, igarapés e plantações que coloriam o quintal e enchiam o ar de perfumes. Meu pai, conhecido na região como “o barão”, mantinha um pequeno comércio e cultivava frutas como, banana, melancia, abacaxi, melão, que abasteciam a comunidade. Minha mãe, incansável, dividia-se entre os cuidados da casa e o trabalho na roça. Sua força era silenciosa, mas firme; sustentava nossa rotina com o mesmo amor com que cuidava da terra.

Minha infância foi de pés descalços na terra quente, de banhos de igarapé e de mãos pequenas ajudando no cultivo das frutas. Uma única fotografia de infância sustenta as imagens que povoam estas memórias: meus irmãos e eu sentados em um banquinho à beira da floresta. Estou a segunda da esquerda para a direita, com a cabecinha baixa, timidez que me acompanharia por boa parte da minha trajetória. Ao meu lado, Rosiane, a primeira da foto, que hoje se tornou Professora Doutora em Antropologia, e meus irmãos Odair e Odenice, que construíram suas famílias e as mantêm com orgulho e dedicação.

Foto 1 – Foto de infância com os irmãos.



Fonte: Acervo da autora, 1977

Essa imagem, tão simples e singela, guarda mais do que rostos, guarda nossas raízes, a força da união, os primeiros passos da coragem e do cuidado que aprenderíamos a carregar para a vida. Olhar para ela é revisitá-lo início da minha própria travessia, a menina tímida que se curvava sobre o banco à beira da floresta já trazia, sem saber, a semente de quem se tornaria educadora, mulher negra amazônica, pronta para transformar a timidez em atenção, empatia e paixão pela educação.

As lembranças mais doces da minha infância vêm das férias na casa da minha avó, Maria Catarina, e da minha bisavó, Francisca Ferreira. Uma casa simples à beira do igarapé, coberta de palha, cercada de barro, com chão de terra batida. O fogão a lenha sempre fumegava, e a água precisava ser carregada no pote direto do igarapé. Era ali, entre o cheiro da madeira úmida e o calor do fogo, que aprendi os primeiros significados da vida. Minha avó criava galinhas, costurava com habilidade e era conhecida em toda a região como a costureira do lugar, com ela aprendi a costurar, a transformar retalhos de tecido em roupas, mas também a transformar esforço em delicadeza.

Havia ainda a “casa de retiro”, onde se fazia farinha, tapioca e beiju, espaços de trabalho e cuidado que mantinham viva a tradição da nossa família. A casa não tinha energia elétrica; dormíamos nas redes, embaladas pelo

balanço suave e pela luz das lamparinas que iluminavam o ambiente, criando sombras dançantes nas paredes de barro. Cada gesto cotidiano carregava um aprendizado, a paciência na preparação dos alimentos, a atenção ao cuidado com os animais, a precisão no corte e costura, a arte de viver em harmonia com a natureza e o tempo.

Minha bisavó era a matriarca que sustentava a nossa história. Mulher negra, de sabedoria antiga e força admirável, permanece viva na minha memória: carregando cestos de mandioca, colhendo mangas maduras, quebrando castanhas-do-pará com mãos firmes e olhar sereno. Cada gesto seu era uma lição silenciosa de coragem, resistência e amor. Mais que provedora, era guardiã da memória, guardiã de nós, das nossas origens e das histórias que atravessavam gerações.

Eu as observava trabalhar e aprendia, mesmo sem perceber, que a vida exige esforço, mas que cada pequena tarefa pode carregar sentido e dignidade. O modo como organizavam a casa, cuidavam das galinhas, preparavam a comida e nos reuniam à volta do fogo revelava uma força que parecia infinita. Com elas aprendi que resistir é um ato de amor, amor por nós, pelo chão que pisávamos, pela tradição que carregávamos.

Com meus irmãos, vivi uma infância de invenção e liberdade. Corriámos na chuva, nos escondíamos entre as árvores, inventávamos brincadeiras que faziam ecoar gargalhadas pelo campo. Não havia energia elétrica, mas isso nunca nos fez falta. A escuridão era palco para nossos jogos de esconde-esconde, para as histórias que se misturavam ao som dos grilos. Foi nesse cenário de simplicidade e encantamento que aprendi, sem perceber, minhas primeiras lições de solidariedade, pertencimento e resistência.

Mas a infância não dura para sempre. E a minha se partiu quando eu tinha apenas onze anos. Lembro-me com dor do dia em que meus pais se separaram. Meu pai deixou minha mãe por uma mulher mais nova e branca. Minha mãe, mulher negra, com apenas a quarta série do Ensino Fundamental e cinco filhos pequenos, precisou recomeçar a vida sozinha em Belém.

A partida de São Domingos do Capim foi uma ferida aberta que demorou a cicatrizar. Ficaram para trás as plantas que eu cuidava com carinho, os dois cachorros, Vence Tudo e Tubarão, meus companheiros inseparáveis,

a beira do poço onde eu gostava de ler, as árvores de manga, limão, banana e jaca que ficavam nos jardins de minha casa e o igarapé onde me banhava. Olhei pela janela do ônibus e vi minha infância ficando para trás, dissolven- do-se na poeira da estrada. O coração apertado, o medo do desconhecido. Eu não sabia o que me aguardava na cidade grande, um mundo completamente novo e, de certa forma, assustador.

Mesmo com a dor, levei comigo a fé. Minha família sempre cultivou os princípios cristãos, e foi essa fé que me manteve de pé quando o chão parecia ruir. Eu sabia, no fundo, que apesar de todas as lutas, não estava sozinha.

Em Belém, no início, ainda havia esperança. Acreditávamos que meu pai voltaria, mas ele nunca apareceu. A cidade me parecia imensa, quase hos- til, especialmente para uma menina negra, pobre, vinda do interior. Fomos morar no bairro do Guamá, na periferia, em uma casa de madeira, sem portas nos compartimentos da casa, apenas divisórias. Não havia mais o campo, nem os igarapés, nem o cheiro doce da terra molhada. A paisagem da minha vida havia mudado completamente.

Minha mãe trabalhava sem descanso para nos sustentar. E foi ao vê-la lutar, dia após dia, que nasceu em mim o desejo profundo de mudar nossa história. Desde cedo comprehendi que o estudo seria meu caminho de libe- rtação. Não tínhamos roupas novas, nem cadernos adequados, mas tínhamos vontade. Eu fazia salgados, enquanto meus irmãos, ainda crianças, saíam pelas ruas vendendo coxinhas e quitutes. Era assim que ajudávamos, com o que podíamos.

O estudo tornou-se minha esperança e minha resistência. Dediquei-me com afinco, determinada a ser a melhor aluna. E consegui. Minhas notas se destacavam, e fui reconhecida como a melhor estudante da escola pública do Guamá. Mas junto à conquista vinha um peso silencioso: a timidez e a vergo- nha. Vergonha de ser pobre, de vir do interior, de não ter uma família “como as outras”.

Foi também em Belém que conheci o peso do preconceito. Muitas vezes, era chamada de “caboquinha do interior” e me encolhia diante dos olhares que zombavam do meu jeito. Ser negra, vinda da roça, tornava meu caminho ainda mais árduo. Naquele tempo, eu não comprehendia o porquê da rejeição.

Hoje entendo: foi ali que nasceu a minha força, o germe da resistência que me acompanha até hoje.

Recordo com emoção o esforço incansável de minha mãe durante os meus anos do Ensino Médio. Estudei na Escola Estadual Paes de Carvalho, tradicional em Belém. Sem dinheiro para o ônibus, minha mãe vendia suas próprias passagens para garantir a meia passagem para mim e para minha irmã Rosiane. Ela mesma ia a pé, percorrendo dois quilômetros todos os dias até o trabalho. Além de empregada doméstica, lavava roupas para fora, fazia bolos para vender, agarrava qualquer oportunidade de renda, tudo para que seus filhos pudessem estudar e sonhar com um futuro melhor.

A mudança do interior para a cidade, o luto pela infância perdida, a saudade da casa de São Domingos e o exemplo de força de minha mãe, tudo isso, junto à fé que nunca me abandonou, formaram em mim uma força silenciosa, mas inabalável. Aprendi que a adversidade pode se tornar impulso, que a educação é uma arma poderosa, e que a coragem de uma mulher pode moldar o destino de toda uma família.

Essas experiências me moldaram profundamente. Foram o alicerce da mulher que me tornei: determinada, resistente, consciente de minhas origens e capaz de transformar desafios em oportunidades. A cidade, que antes me parecia hostil, tornou-se o palco da minha maior aprendizagem: a certeza de que o conhecimento, quando guiado pela coragem e pela dedicação, pode mudar vidas.

Minha infância foi, ao mesmo tempo, rio e pedra, água que corre livre, mas também correnteza que exige força para atravessar. Foi feita de amor, coragem e raízes profundas, sementes que germinaram em mim a convicção de que resistir é, também, um ato de esperança.

Entre Livros e Lutas: A Educação como Caminho de Libertação

Desde muito cedo, comprehendi que a educação seria minha chave de transformação. Ainda menina, no interior de São Domingos do Capim, eu já sonhava em ser professora. Lembro-me com nitidez da sala de aula multisseriada localizada na PA 127, pequena e simples, onde a professora, com sua doçura e paciência, se desdobrava para ensinar crianças de idades e séries

diferentes. A professora Benedita, que só tinha a quarta série do Ensino Fundamental, nos conduzia com uma paciência maternal pelas primeiras letras.

A escola era mais que um espaço de ensino, era lugar de afeto, de convivência e de solidariedade. Eu observava a professora com encantamento, havia algo de sagrado naquele gesto de ensinar. Foi ali, entre carteiras gastas, cadernos amarelados e o som suave do lápis riscando o papel, que encontrei meu primeiro espelho. Na figura daquela mulher, descobri o sentido do que eu queria ser: alguém capaz de transformar o mundo pela palavra e pelo afeto.

Os anos de Ensino Médio, cursados na tradicional Escola Paes de Carvalho, em Belém, trouxeram outros aprendizados, mais duros, mas igualmente formadores. Ser uma adolescente negra e pobre em uma instituição tradicional significava caminhar por um terreno onde os olhares pesavam, as palavras feriam e os silêncios excluíam. Mas, mesmo ferida pelo preconceito, aprendi a erguer a cabeça. Cada barreira me fazia mais firme na convicção de que o estudo era o caminho possível, o meu grito silencioso de existência.

Com o tempo, fui percebendo que as marcas da exclusão e da discriminação não estavam apenas nas ruas, mas também dentro da escola, o espaço que deveria acolher e libertar. A escola era, ao mesmo tempo, promessa e contradição: lugar de sonho e de ferida. Foi ali que comprehendi, pela primeira vez, que a educação só cumpre seu papel transformador quando é também inclusiva, justa e consciente das diferenças.

Entre as muitas memórias que carrego, há uma que ainda me comove: a hora do recreio. Lembro-me das vezes em que dizia não estar com fome apenas para esconder o fato de que não tinha dinheiro para comprar o lanche. A vergonha queimava por dentro, mas eu me acostumei a disfarçar. Hoje percebo que aquele gesto não era só meu, representava o cotidiano de tantas crianças e adolescentes que, como eu, enfrentavam a escassez com dignidade silenciosa.

No último ano do Ensino Médio, quando eu me sentia mais próxima do sonho, a vida me surpreendeu com uma dura prova: fui diagnosticada com tuberculose e precisei interromper os estudos antes de concluir o ano letivo. Era como se uma ventania tivesse apagado, de repente, a chama da esperança. Sem condições financeiras para pagar um cursinho, minha mãe não podia

me oferecer mais do que sua fé e seu incentivo para confiar no que eu já havia aprendido na escola pública.

Mesmo frágil, decidi enfrentar o vestibular. Lembro-me de estar sentada na velha cadeira de nossa casa de madeira, tentando esconder o cansaço, a dor e o medo. Por dentro, no entanto, ardia uma vontade imensa de vencer. E então, contra todas as estatísticas, o impossível aconteceu: meu nome apareceu na lista dos aprovados em Pedagogia da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Aquela conquista não era apenas minha. Era da minha mãe, que tantas vezes vendeu a própria passagem de ônibus para que eu pudesse estudar. Era da minha avó, que me ensinou a resistir com dignidade. Era de todas as mulheres negras da minha linhagem, que nunca tiveram sequer a chance de sonhar com uma universidade.

Ingressar na UFPA foi mais que um passo acadêmico, foi um ato de resistência. Descobri que a universidade não era apenas um espaço de aprendizado, mas de autodescoberta. Ali compreendi que meu destino não se restringia a ter uma profissão. Eu queria ser professora universitária, queria ocupar aquele espaço que tantas vezes nos fora negado, queria transformar vidas assim como a minha estava sendo transformada.

Durante o dia, eu trabalhava para ajudar no sustento da família; à noite, estudava. O estudo noturno não era uma escolha, era uma necessidade. Mulher negra, pobre e periférica, eu sabia que meu tempo precisava ser dobrado para caber dentro dos meus sonhos. De manhã, ensinava em uma escola comunitária; à tarde, dava aulas de reforço escolar; à noite, voltava a ser aluna. O ensino era a minha ferramenta de sobrevivência — e também de esperança.

A universidade, generosa e desafiadora, me deu muito mais do que conhecimento. Descobri ali o tripé que sustentaria toda a minha trajetória acadêmica: o ensino, a pesquisa e a extensão. A UFPA me acolheu e me ofereceu a oportunidade de ser mais. Nela tornei-me pesquisadora e extensionista, e compreendi que produzir conhecimento é também um ato de compromisso social.

Em 1995, cheguei ao Projeto Riacho Doce, um projeto de extensão universitária vinculado ao Centro de Educação, que desenvolvia uma proposta de Educação pelo Esporte para crianças e adolescentes em situação de vulne-

rabilidade social. Comecei como bolsista, e foi ali que aprendi que educar é, antes de tudo, aprender junto. Cada olhar curioso, cada sorriso das crianças das comunidades do Riacho Doce e do Pantanal, me ensinava que a educação tem o poder de reconstruir destinos. Nesse espaço, encontrei as bases práticas tanto da docência quanto da gestão educacional, e fui moldando, pouco a pouco, minha identidade docente.

Com o passar dos anos, comprehendi o que Maurice Tardif (2005) tão bem expressa: a identidade do professor é tecida pelos saberes e experiências que acumulamos ao longo da vida. Minha jornada foi se construindo e reconstruindo no cotidiano da prática docente. E foi na universidade que percebi o quanto essa instituição pode ser um espaço de transformação sólida, capaz de formar sujeitos conscientes e comprometidos com a sociedade.

Em 1997, novas portas se abriram: tornei-me monitora de Didática, ao lado da professora Celi da Costa Silva Bahia, do Centro de Educação da UFPA. Entre cadernos, debates e reflexões pedagógicas, comprehendi que meu sonho era ainda maior: queria estar no ensino superior, formar professores, intervir no tecido social, reconstruir sentidos. Ensinar, eu aprendi, é também transformar o possível.

A monitoria me mostrou o valor do diálogo entre docentes e discentes, o prazer de ver o saber nascer do encontro. E foi também como discente de Pedagogia que participei de um projeto de pesquisa com professores do curso de Ciências Sociais, completando assim a tríade que daria corpo à minha formação: ensino, pesquisa e extensão.

Três professores foram luzes nesse percurso:

- Professora Socorro Coelho, do curso de Pedagogia, que enxergou em mim potencialidades quando eu ainda me escondia atrás da timidez. Foi ela quem me mostrou que a educação não apenas transmite conhecimento, mas transforma realidades.
- Professor Cristian Costa, do curso de Educação Física e coordenador do Projeto Riacho Doce, que me ofereceu minha primeira oportunidade de trabalho, ensinando-me sobre gestão, compromisso social e valorização profissional.

- Professor Samuel Sá, do curso de Ciências Sociais, mais que orientador, foi a presença paterna que eu não tive. Com ele aprendi que a pesquisa deve servir à vida, devolver à sociedade o que dela recebemos. Acompanhou-me até a defesa do meu mestrado, como coorientador, sempre com a generosidade de quem acredita.

Essas presenças me ajudaram a acreditar que eu podia ir além das fronteiras que me foram impostas.

Ao concluir o curso de Pedagogia, fui convidada a ser Coordenadora Pedagógica do Projeto Riacho Doce. A menina de São Domingos do Capim começava, enfim, a ganhar asas. Por meio de um contrato com a Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP), pude ocupar um cargo tradicionalmente reservado aos professores da universidade. Mais tarde, essa experiência me levou a atuar como consultora do Instituto Ayrton Senna (IAS), formando educadores em vários estados do Brasil. Eu, filha de uma mulher que lavava roupas para fora, agora ajudava a formar alunos e professores universitários.

Essas vivências foram moldando, pouco a pouco, a profissional que me tornei. Aos 26 anos, ingressei como professora universitária na Universidade Federal do Pará, em 1999. Aquele foi o início de um novo ciclo, um espaço em que a educação superior deixava de ser apenas um sonho pessoal e se tornava a minha casa de aprendizado e também o território onde eu poderia retribuir tudo aquilo que um dia recebi, compartilhando conhecimento, inspirando e formando outros educadores.

Entre Salas e Sonhos: O Nascimento da Professora Universitária

Tornei-me professora universitária um ano depois de formada. Ainda me lembro do sentimento de incredulidade e encantamento que me acompanhava. Havia concluído o Curso de Pedagogia na Universidade Federal do Pará e cursava a Especialização em Educação Ambiental no Núcleo de Meio Ambiente da mesma instituição. Era o ano de 1999, e comigo carregava um sonho que me parecia maior do que eu: o de atuar na Educação Superior.

Naquele tempo, eu era tão jovem que a ideia de ocupar um cargo de tamanha responsabilidade e importância parecia quase impossível. Ainda

assim, decidi tentar. Fiz o concurso para professora substituta de Didática da Universidade Federal do Pará e, para minha surpresa e orgulho, fui aprovada em primeiro lugar para o campus de Belém. Essa conquista veio como um peso e uma dádiva. Senti sobre mim a responsabilidade imensa de contribuir para a formação de professores de diferentes licenciaturas, dentro de uma universidade que representava, para tantos, o coração pulsante do saber na Amazônia.

Lembro-me dos olhares atentos e, às vezes, desconfiados dos professores da Universidade. Era natural: uma professora tão nova, recém-formada, agora diante da tarefa de ensinar didática. Mas o que poderia parecer fragilidade tornou-se combustível. Quando assumi meu lugar como professora universitária na UFPA, comprehendi que não se tratava apenas de ocupar uma sala de aula. Era muito mais do que isso. Era entrar em um território de responsabilidades e possibilidades, onde eu poderia multiplicar oportunidades, partilhar conhecimentos e contribuir para a formação de outros educadores.

De 1999 a 2002, vivi intensamente a UFPA. Lecionei Didática, Prática de Ensino e Fundamentos da Avaliação Educacional para os cursos de Pedagogia, Letras, História, Geografia e Enfermagem. Jovem e recém-formada, mergulhei de corpo e alma nos estudos, nas leituras e nas pesquisas que me ajudavam a sustentar o ofício que eu escolhi com amor. A cada aula, amadurecia um pouco mais, descobria a força transformadora da educação como prática social de coragem e construção coletiva.

Com o tempo, percebi que ensinar não bastava. Era preciso criar espaços de estudo e pesquisa que aproximasse teoria e prática, saberes e afetos, universidade e comunidade. Nos desafios diários da profissão, nascia uma professora comprometida não apenas com o ensino, mas com o sonho de uma educação mais humana, igualitária e socialmente transformadora.

Trazia comigo as bases que a própria UFPA havia me dado: o tripé ensino, pesquisa e extensão que sustentou minha formação e me fez acreditar na indissociabilidade entre aprender, investigar e servir. Quando meu contrato com a universidade terminou, segui meu caminho docente em universidades privadas, onde pude continuar atuando e aprendendo.

Ao mesmo tempo, meu coração permanecia voltado à extensão universitária. De 1999 a 2005, assumi a coordenação pedagógica do *Projeto Riacho Doce*, vinculado ao Departamento de Educação Física do Centro de Educação da UFPA. Esse projeto, que havia contribuído tanto para minha formação acadêmica, agora se tornava essencial na minha atuação profissional. As experiências como coordenadora pedagógica me deram bases sólidas para a gestão educacional e, mais do que isso, um olhar humano e atento aos educandos em situação de vulnerabilidade social. Ali compreendi, com ainda mais profundidade, que educar é um ato de empatia e compromisso, não apenas com o conhecimento, mas com a dignidade e a esperança de cada pessoa.

A partir do ano de 2000, também tive a oportunidade de coordenar pedagogicamente o Projeto de Extensão *Orgulho Amazônica do Pará*, cuja missão era resgatar a cultura regional por meio de atividades lúdico-pedagógicas com crianças e adolescentes. Foi mais uma etapa em que aprendi que a extensão universitária é, na verdade, uma ponte viva entre o saber acadêmico e as realidades sociais que nos rodeiam.

Minha trajetória, porém, não se limitou ao espaço da UFPA. Lecionei também em outras universidades, como a Universidade Vale do Acaraú (UVA/IDEPA) e a Universidade da Amazônia (UNAMA). Em cada sala de aula, encontrei desafios diferentes. Ensinar nesses espaços era ser ponte entre mundos, acolhendo histórias diversas e ajudando a desenhar caminhos para novos educadores.

Em 2011, vivi outro marco: assumi como professora efetiva na Universidade do Estado do Pará (UEPA), na cadeira de Estágio Supervisionado para o curso de Pedagogia. Contribuir para a formação de educadores do meu Estado é uma das maiores honras da minha vida, e também um grande desafio.

Assumi disciplinas como *Estágio Supervisionado em Instituições Não Escolares e Ambientes Populares*, *Estágio em Gestão Educacional*, *Educação em Instituições Não Escolares e Ambientes Populares*, *Didática* e, mais recentemente, *Educação para as Relações Étnico-Raciais*. Em cada semestre, novas histórias se cruzavam com a minha. Cada turma era um reencontro com a própria esperança.

Nos primeiros anos na UEPA, junto com colegas professoras que haviam ingressado no mesmo concurso, percebemos a necessidade de criar um grupo de estudos e pesquisa que conectasse teoria, prática e movimento na educação realizada em espaços não escolares. Assim nasceu o *Grupo de Estudos e Pesquisa em Pedagogia Social e Empresarial (GEPESE)*, que mais tarde se transformaria no *Grupo de Estudos e Pesquisas Pedagogia em Movimento (GEPPEM)*, hoje uma referência nos estudos sobre pedagogia em diferentes contextos.

O GEPPEM se tornou um espaço de partilha, questionamento e construção coletiva. Ali promovemos encontros, oficinas, debates e pesquisas que aproximavam a universidade da vida real da educação no Pará. A cada projeto, reafirmamos que a pedagogia não é um saber estático, ela se move, pulsa e se refaz todos os dias na prática e na vida das pessoas.

Na UEPA, minha atuação ganhou novas dimensões ao assumir o papel de Conselheira do Curso de Pedagogia, uma experiência que ampliou meu olhar sobre a formação docente e me conectou diretamente às decisões que moldam a trajetória dos futuros educadores. Contribuir para políticas acadêmicas e dialogar com colegas e estudantes não foi apenas uma responsabilidade institucional, foi um convite diário a refletir sobre a pedagogia que queremos construir, inclusiva, ética e sensível às demandas sociais.

Sinto uma gratidão especial por ter sido nomeada pelo Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE) como representante da UEPA nas questões relacionadas à Pedagogia Hospitalar, uma área à qual dedico profunda admiração, carinho e compromisso. Este reconhecimento representou a possibilidade de levar adiante o cuidado, a humanização e a valorização da educação em espaços onde a vida se mostra mais frágil, mais urgente.

Ao longo dos anos, tive a alegria de orientar trabalhos de conclusão de curso que foram premiados como os melhores TCCs, e de coordenar um projeto de extensão em Pedagogia Hospitalar, reconhecido como experiência exitosa na área. Cada conquista ou certificado, nunca foi apenas meu: era de toda uma equipe, de cada estudante que confiou em meu olhar e me permitiu caminhar junto. Cada conversa, cada orientação, cada incentivo a não desistir foi também um gesto de resistência, uma afirmação silenciosa de que a educação tem o poder de libertar, de emancipar e de transformar vidas.

As publicações de livros e artigos surgiram como uma extensão natural dessa caminhada. Escrever tornou-se uma forma de eternizar práticas, consolidar metodologias, refletir sobre processos e compartilhar o conhecimento produzido no Pará com outras universidades, outros educadores, outras pessoas que, assim como eu, acreditam na educação como ferramenta de mudança. Cada texto publicado era também uma forma de levar nossa realidade amazônica para além de fronteiras físicas e acadêmicas, como semente de inspiração.

Foto 2 – Lançamento do Livro Pedagogia em Diferentes Contextos.



Fonte: Acervo da autora, 2017.

Hoje, ao revisitar toda essa trajetória, percebo que cada conquista, cada obstáculo superado, cada projeto idealizado, não apenas construiu minha carreira, mas também abriu caminhos para um legado coletivo. Formar pedagogos é, de fato, semear esperança, cada aluno que se forma é uma semente lançada no solo fértil da educação amazônica, pronta para florescer e multiplicar impactos.

Ser professora universitária me ensinou que ensinar é também aprender - aprender com os alunos, com os colegas, com as realidades que se apresentam e com os próprios limites que desafiam nosso crescimento. Aprendi que o conhecimento é uma força transformadora capaz de romper ciclos de desigualdade, abrir caminhos antes inimagináveis e dar forma a futuros possíveis.

Foto 3 - O exercício da docência na Universidade do Estado do Pará.



Fonte – Acervo da autora, 2025.

Quando penso no GEPPEM, nos TCCs premiados, nos livros e artigos publicados e na formação de tantos pedagogos pelo estado do Pará, sinto um misto profundo de orgulho e responsabilidade. Orgulho pelo que construímos juntos, pela força coletiva que moveu cada ação; responsabilidade de seguir mantendo viva a chama da qualidade, da inclusão e da inovação.

Cada passo que dou neste caminho traz comigo o exemplo da minha mãe, Lúcia Leal, que trabalhou de dia, estudou à noite e, ao mesmo tempo, incentivava seus filhos a nunca desistirem da educação. Sua força e dedicação me ensinaram que o estudo é também um gesto de resistência, e que liderar com compromisso exige amor e perseverança. Nesse exercício de cuidado e compromisso, percebo que cada decisão tomada, cada orientação oferecida, ressoa com minha própria história: a menina que sonhava em estudar na capital do Pará, a jovem que enfrentou dificuldades para entrar na universidade, a professora universitária que aprendeu a transformar desafios em oportunidades. Formar pedagogos é, para mim, mais que transmitir conhecimento; é plantar sementes de consciência crítica, cidadania e transformação social. Cada passo nesse caminho reforça a certeza de que a educação não apenas muda vidas, ela abre asas, expande horizontes e perpetua sonhos.

Minha atuação como professora universitária é, acima de tudo, uma celebração da pedagogia em movimento, um testemunho de que a educação transforma vidas. Cada gesto, cada orientação, cada projeto é uma se-

mente de mudança, um ato de esperança, um fio de humanidade. E é nessa caminhada que sigo, com a mesma fé que me trouxe até aqui: acreditar na educação como caminho de libertação, justiça e transformação, e confiar que cada vida tocada, cada horizonte ampliado, é prova viva de que vale a pena persistir.

Entre Leitos e Lápis: A Pedagogia Hospitalar e a Educação Que Cura

Era o ano de 2004 quando recebi a notícia que mudaria minha vida: havia sido aprovada como pedagoga no concurso público da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará. Iniciei minhas atividades em 19 de novembro daquele ano, e naquele instante percebi que trazia comigo não apenas um título, mas uma missão. Eu era a primeira pedagoga concursada a integrar o corpo profissional do Hospital — uma única vaga disputada por mais de mil pedagogos. A conquista era imensa, mas o peso simbólico, ainda maior. Estava prestes a abrir caminho em um terreno pouco explorado: o da Pedagogia Hospitalar.

No início, enfrentei olhares desconfiados e perguntas silenciosas: “O que uma pedagoga pode fazer em um hospital?” Muitos não compreendiam como a educação poderia dialogar com a saúde. Eu também me questionava: como poderia a pedagogia contribuir de forma efetiva com aquele espaço tão singular, permeado por dores, curas e esperanças?

Lembro-me vividamente da minha chegada à Santa Casa e da primeira conversa com a gestora de pessoas do Hospital, a professora Tereza Cruz, uma mulher de sabedoria e generosidade ímpares, que se tornou uma referência para mim na área de Gente e Gestão. Ela me perguntou como eu poderia contribuir com a área de Gestão de Pessoas do Hospital. Respirei fundo e, lembrando das experiências que trazia da universidade e dos projetos de extensão que havia coordenado, propus em um gesto simples e decisivo: “Deixe-me conhecer o hospital por duas semanas. Ao final desse período, farei uma proposta de atuação.”

Durante aquelas duas semanas, caminhei pelos corredores, visitei as unidades de internação, observei o ritmo intenso da vida hospitalar. Cada setor, cada conversa com profissionais, revelava algo novo. Aos poucos, com-

preendi que a educação era essencial ali, não apenas como formação técnica, mas como prática de humanização, de escuta e de sentido.

Encerrado o período de observação, eu já tinha certeza: havia muito a fazer, e o maior desafio seria justamente por onde começar. Elaborei, então, uma série de projetos voltados à formação dos trabalhadores da saúde. Assim nasceram iniciativas que, mais tarde, se tornariam programas institucionais: o *Programa de Educação Permanente em Saúde*, o *Programa de Educação Permanente em Enfermagem*, o *Programa de Formação Multiprofissional*, o *Programa de Desenvolvimento de Lideranças*, o *Programa de Desenvolvimento Gerencial* e o *Programa Viva Aprendendo*.

O impacto dessas propostas foi tão expressivo que, em 2006, fui convidada a assumir a Gerência de Desenvolvimento de Pessoas da Santa Casa. A responsabilidade era imensa: coordenar a formação de mais de 2.500 servidores públicos do hospital. Como pedagoga e professora, olhava para aquele universo com os olhos da educação, vendo, nas pessoas, não apenas profissionais, mas sujeitos em constante processo de aprendizagem e transformação.

Vi a educação florescer dentro do hospital, ampliando horizontes e fortalecendo vínculos. Nesse período, percebi a importância de aprofundar meus conhecimentos na área e cursei o MBA em Gestão de Pessoas, compreendendo com mais clareza os processos de agregar, aplicar, recompensar, desenvolver, manter e monitorar pessoas.

Cheguei ao hospital carregando uma esperança silenciosa: a de fazer diferença. Foi na Política de Educação Permanente em Saúde do SUS que encontrei o solo fértil onde minhas intenções criaram raízes. Passei a enxergar o hospital como um espaço vivo de trocas, onde aprender e ensinar se confundem. A formação dos trabalhadores da saúde precisava ir além da técnica, deveria estimular a reflexão crítica, a escuta sensível, o diálogo verdadeiro.

Trabalhar com Educação Permanente tornou-se, para mim, um gesto de amor e resistência. Porque acreditar na formação como instrumento de mudança é acreditar nas pessoas, em suas histórias, em suas possibilidades. No SUS, encontrei esse lugar de luta e afeto, onde cada avanço em direção à humanização era uma vitória coletiva.

Mas o hospital também me reservava outros desafios. Durante minhas visitas iniciais, conheci a Pediatria, especialmente a Enfermaria Santa Ludo-vina, onde estavam internadas crianças com diferentes patologias. Aquelas crianças, afastadas de casa e imersas em longos tratamentos, tocaram fundo em mim. Lembro que, por dias, perdi o apetite e o sono, sentia a dor delas e de suas famílias como se fosse minha. Foi nesse turbilhão de emoções que nasceu o desejo de fazer algo para transformar aquela realidade.

Em 2005, elaborei o Programa de Atendimento Pedagógico Educacional, voltado às crianças internadas na Pediatria. O programa incluía acolhimento às famílias, atividades pedagógicas, lúdicas e educativas com as crianças, palestras, eventos comemorativos e incentivo à pesquisa acadêmica sobre a pedagogia hospitalar.

A gestão do hospital acreditou na proposta e apoiou sua implementação. Conquistamos bolsas para estudantes de Pedagogia e parceria com uma ótica, que doou material didático-pedagógico. Assim, nasceu oficialmente, em 2005, o primeiro programa pedagógico-educacional da Santa Casa, com o objetivo de oferecer atividades lúdicas e pedagógicas às crianças hospitalizadas, fortalecendo as ações de humanização e apoiando as famílias no processo de hospitalização.

Com isso, tivemos as primeiras ações pedagógicas voltadas às crianças internadas e o ingresso das três primeiras estagiárias de Pedagogia no hospital. Cada brinquedo, cada desenho, cada história contada à beira do leito, era uma forma de devolver àquelas crianças um pouco da infância que a doença havia interrompido.

Em 2006, uma nova conquista: participamos de um edital nacional e conseguimos financiamento para construir a primeira Brinquedoteca Hospitalar da Santa Casa. O projeto foi impulsionado pela recente Lei nº 11.104/2005, que tornava obrigatória a instalação de brinquedotecas em unidades de saúde com atendimento pediátrico. O espaço, inaugurado com alegria e emoção, garantiu o direito ao brincar, ampliou o número de pedagogos na instituição e consolidou o papel da educação dentro do hospital.

Foto 4 – Inauguração da Brinquedoteca Hospitalar da Santa Casa.



Fonte: Acervo da autora, 2006.

Em 2008, sentimos a necessidade de ampliar o atendimento pedagógico por meio da escolarização formal. Coincidencialmente, nesse mesmo ano, fui aprovada como professora da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), lotada na Coordenação de Educação Especial (COEES). Essa nova função me permitiu articular um convênio de cooperação técnica entre a SEDUC e a Santa Casa, com o objetivo de implantar a Classe Hospitalar, garantindo às crianças e adolescentes em tratamento clínico ou cirúrgico o direito à continuidade de seus estudos e à inclusão escolar.

Foi ali que me fortaleceu a convicção de fazer a diferença na vida de crianças hospitalizadas por meio da educação. O contato diário com elas e suas famílias, o desafio de ensinar em meio à dor e à incerteza, transformou profundamente minha visão de mundo e de profissão.

Lembro-me das alunas vítimas de escalpelamento, meninas amazônicas cujas vidas foram marcadas pelo acidente brutal com motores de barco. Seus olhares, cheios de dor e coragem, me ensinavam diariamente sobre superação. Com elas aprendi que ensinar, naquele contexto, era muito mais que transmitir conteúdos, era devolver o sentido da vida, a confiança, a autoestima. A palavra, dita com afeto, tornava-se um livro aberto. Aos poucos, o hospital inteiro começou a perceber que educar é também cuidar.

Foto 5 – Sala de Aula da Classe Hospitalar na Santa Casa.



Fonte: Acervo da autora, 2009.

Lembro com ternura da primeira criança que acompanhei. Estava abatida, sem energia. Um dia levei um livro infantil colorido e comecei a ler. Seus olhos voltaram a brilhar. Entre medicações e exames, aquele instante devolveu-lhe um pedaço de esperança. Ali compreendi que a pedagogia hospitalar não é sobre ensinar conteúdos, é sobre afirmar a vida, sobre dizer às crianças: “Você continua sendo você, com direito a sonhar.”

Estabelecemos vínculos que iam muito além da relação docente e discente, eram laços de humanidade, de escuta, de cumplicidade silenciosa diante da fragilidade e da força que coexistem no ambiente hospitalar.

As experiências que desenvolvi na Santa Casa, conduzindo projetos de pedagogia hospitalar, não permaneceram isoladas; elas se entrelaçaram de maneira profunda com minha atuação docente na UEPA. Cada atividade no hospital, o contato com crianças, famílias, profissionais de saúde e as práticas educativas inovadoras, trouxe aprendizados que enriqueceram minhas aulas e minha compreensão sobre a formação docente. Essa articulação entre os espaços me permitiu perceber que o hospital não era apenas um local de cuidados clínicos, mas também um terreno fértil para a reflexão pedagógica, onde teoria e prática se encontravam de maneira viva. Foi a partir dessa integração que nasceu a oportunidade de estruturar o Estágio Supervisionado em Pedagogia Hospitalar, criando uma ponte concreta entre a universidade e

o ambiente hospitalar, fortalecendo a formação de futuros pedagogos e ampliando o alcance transformador da educação.

Em 2011, já como professora da Universidade do Estado do Pará (UEPA), dei início ao Estágio Supervisionado em Instituições Não Escolares, tendo como cenário de prática a Pedagogia Hospitalar na Santa Casa. Foi um momento de grande significado, pois pude levar os estudantes de pedagogia a experienciar de perto a realidade educativa em ambientes de saúde, refletindo sobre os desafios, as oportunidades e a potência transformadora da educação nesse contexto singular. O hospital tornou-se, também, um território de formação e aprendizado, onde ensinar e cuidar se entrelaçavam, e onde a educação e a saúde se uniam em um propósito maior: humanizar vidas, fortalecer a esperança e demonstrar que, mesmo em meio à fragilidade, o conhecimento e o afeto podem abrir caminhos de dignidade e transformação.

Do Estágio Supervisionado, nasceu em 2013 o Projeto de Extensão em Pedagogia Hospitalar, idealizado e criado por mim, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão da UEPA, em parceria com a Santa Casa. Esse projeto se tornou uma ponte viva entre a universidade e o hospital, permitindo que nossos estudantes levassem, com sensibilidade e dedicação, ações lúdico-pedagógicas às crianças internadas ou em atendimento ambulatorial. Cada atividade realizada não apenas estimulava o aprendizado, mas também fortalecia o compromisso social e humano da universidade, mostrando que a educação pode ser gesto de cuidado, acolhimento e transformação na vida de quem mais precisa.

Foto 6 – Projeto de Extensão em Pedagogia Hospitalar.



Fonte: Acervo da autora, 2015.

Com o tempo, o atendimento educacional consolidou-se na Santa Casa. O estágio supervisionado e a extensão universitária contribuíram para a formação de novas gerações de profissionais sensíveis à realidade da pedagogia hospitalar. Cada ação era um elo entre universidade e hospital, entre teoria e prática, entre ciência e humanidade. Assim, a pedagogia hospitalar no Pará deixava de ser uma experiência isolada para se tornar um campo reconhecido de atuação e pesquisa.

Foto 7 – Estágio Supervisionado em Pedagogia Hospitalar.



Fonte: Acervo da autora, 2025.

Paralelamente, senti a necessidade de registrar e compartilhar essas vivências. Vieram os livros, os artigos, as palestras. Escrever tornou-se uma forma de resistência, de dar visibilidade a práticas muitas vezes invisibilizadas, de afirmar que a educação é um direito inalienável, mesmo nos espaços da dor.

Minha trajetória na Santa Casa se desdobrou em múltiplas frentes, cada uma trazendo desafios, aprendizados e possibilidades de transformação. Em 2012, tive a honra de contribuir e me tornar professora do Mestrado Profissional em Gestão e Saúde na Amazônia (PPGGSA) da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará (FSCMPA). Ao mesmo tempo, participei ativamente do Comitê de Ética em Pesquisa e do Comitê de Humanização do Hospital, espaços em que pude reafirmar, com cada decisão e discussão, a importância de um olhar ético, sensível e humanizado no cuidado à vida.

Ao olhar para trás, sinto orgulho do que ajudamos a construir. A pedagogia hospitalar floresceu na Santa Casa. Ali, dentro do hospital, aprendi que educar é um ato de esperança. Cada gesto, cada palavra, cada sorriso pode reacender a luz mesmo nos momentos mais sombrios, oferecendo acolhimento e humanidade a quem mais precisa.

Ser a primeira pedagoga concursada da Santa Casa de Misericórdia do Pará não é apenas um título em minha trajetória: é uma herança coletiva, um testemunho de que a educação tem lugar em todos os espaços. E é por isso que sigo acreditando: onde houver uma criança, haverá sempre espaço para o conhecimento, para a palavra, e, sobretudo, para a esperança.

Raízes que Sustentam, Asas que Levam

Ao olhar para trás e revisitar minha própria história, percebo uma estrada tecida de muitas pedras, mas também de flores que resistiram ao tempo, desabrochando mesmo nos terrenos mais áridos. Vejo a menina de São Domingos do Capim, correndo pelos quintais de terra batida, ajudando a mãe em tarefas simples e sonhando com cadernos novos e um futuro diferente. Vejo a adolescente que, ainda tão jovem, precisou trocar brinquedos pelo trabalho, amadurecendo antes da hora. E vejo a mulher que, a cada dificuldade, escolheu seguir em frente, carregando consigo a fé e a convicção de que a educação seria sua principal aliada.

Minha trajetória jamais foi solitária. Trago comigo a força da minha mãe, exemplo maior de coragem e persistência, e o legado de professores e professoras que acreditaram em mim mesmo quando tudo parecia conspirar contra. Carrego, também, as vozes de tantas mulheres negras amazônicas que, como eu, tiveram de lutar duas vezes: pela sobrevivência e pelo reconhecimento. Cada conquista minha é também conquista delas, cada vitória uma semente de esperança para quem vem depois.

Minha história encontrou, ainda, a história de Elias, meu esposo, e de nossos filhos, Rebeca e Matheus. Eles, a cada dia, dão mais significado às lutas e desafios que enfrento, tornando cada conquista mais plena e cada passo mais firme. É com eles que compartilho alegrias, aprendizados e sonhos, e é também por eles que continuo plantando sementes, com a certeza de que o amor e a educação caminham juntos, transformando vidas.

Hoje, como professora universitária e pedagoga hospitalar, sinto que minha trajetória se tornou um espaço de semeadura. Cada estudante que se forma, cada projeto que coordeno, cada artigo que público são sementes lançadas com cuidado, esperança e convicção, sementes que, tenho certeza, encontrarão terra fértil para florescer. A linha de pesquisa do GEPPEM, Educação e Práticas Pedagógicas em Saúde, que tenho a honra de coordenar, revela um espaço coletivo de reflexão e criação, comprometido com a educação de nossas crianças, adolescentes e jovens hospitalizados.

O trabalho que realizamos na Santa Casa, no âmbito da pedagogia hospitalar, deixou uma marca profunda: afirmar que crianças hospitalizadas têm direito à educação não é apenas um gesto educativo, mas um princípio que deve caminhar lado a lado com o direito à saúde. Garantir que o saber acompanhe o cuidado com a vida é um ato de humanidade, justiça e dignidade, que ecoa na vida de cada criança, de cada família e de cada profissional que ali se dedica. Educar em meio à doença é reafirmar a esperança, é fazer da pedagogia um abraço, uma ponte entre o tratamento e o futuro, entre o cuidado imediato e o direito de aprender, crescer e sonhar.

Registrar estas memórias me fez compreender que não há vitória sem luta, mas também não há luta sem esperança. Cada obstáculo enfrentado se converteu em aprendizado. Cada lágrima derramada se transformou em combustível para seguir. Cada pequena conquista tornou-se farol, iluminando não apenas meu caminho, mas também o de tantas outras pessoas.

O legado que desejo deixar vai além das minhas conquistas pessoais. Quero que minha história inspire meninas negras que sonham em estudar, jovens do interior que acreditam ser impossível chegar à universidade, mães que carregam sozinhas o peso da família, pedagogas e pedagogos que buscam transformar vidas pelo conhecimento. Que minhas memórias digam, em alto e bom som: é possível.

Ser mulher negra, amazônica e professora universitária é, por si só, um ato político. É afirmar que existo, que pertenço, que tenho voz e lugar. É honrar minha ancestralidade e abrir portas para as que virão depois de mim. Minha caminhada ainda não terminou, mas já posso dizer que valeu cada passo, cada queda, cada recomeço. Se minhas raízes estão no interior do Pará, mi-

nhas asas se abriram pelo mundo da educação. E se hoje voo, é porque nunca deixei de acreditar que o conhecimento transforma, cura e liberta.

Assim, encerro esta narrativa não como um ponto final, mas como uma vírgula. Minha história continua a ser escrita todos os dias, nas salas de aula, nos corredores dos hospitais, nos textos que público e nas vidas que ajudo a transformar. Que cada página desta trajetória seja um convite para que outros, ao olharem para si mesmos, encontrem forças para escrever suas próprias histórias, cultivando suas raízes e abrindo asas para voar.

Sobre os organizadores (as) e autoras...

Ilma Pastana Ferreira é Enfermeira, graduada pela Escola de Enfermagem Magalhães Barata da Fundação Educacional do Estado do Pará (1989), especialista em Enfermagem do Trabalho (1990), especialista em Administração Hospitalar à distância pelo Ministério da Saúde (2003) e especialista em Processos Educacionais pelo Instituto de Ensino e Pesquisa Sírio Libanês (2013). Cursou Mestrado (2004), Doutorado (2011) em Enfermagem pela Escola de Enfermagem Anna Nery / Universidade Federal do Rio de Janeiro e Estágio Pós-Doutoral (2019) em Enfermagem pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Enfermeira aposentada do Hospital Universitário João de Barros Barreto da Universidade Federal do Pará. É Professora Adjunta I da Universidade do Estado do Pará, atuando nas disciplinas, Seminário de Pesquisa 1 e Enfermagem Cirúrgica. É Professora-orientadora do Programa de Pós-graduação Mestrado e Doutorado Profissional em Ensino na Saúde na Amazônia (PPGES) e do Programa de Pós-graduação em Enfermagem (PPGENF), Mestrado e Doutorado da Universidade do Estado do Pará. Tem experiência em ensino, assistência e pesquisa com ênfase em Enfermagem cirúrgica, de processamento de materiais médico-hospitalares, de infecção relacionada a assistência à saúde, de sistematização da assistência de Enfermagem, principalmente, no Processo de Enfermagem e gestão do serviço de saúde e Enfermagem. Ocupou o cargo de Diretora do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade do Estado do Pará, gestão 2008-2016. Vice-presidente da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) Nacional (2016 - 2019). Coordenou a Comissão Regional de Residência Multiprofissional em Saúde e em Área Profissional da Saúde (COREMU) da Universidade do Estado do Pará, gestão 2019/2022. Preside a ABEn, seção Pará, gestão 2020-2025. Vice-reitora da Universidade do Estado do Pará, gestão 2021-2025.

Maria de Fátima Pinheiro Carrera possui graduação em Enfermagem e Obstetrícia pela Fundação Educacional do Estado do Pará - FEP (1985); doutorado em Enfermagem pela Escola de Enfermagem Ana Nery da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (2011), mestrado em Doenças Tropicais pela Universidade Federal do Pará - Núcleo de Medicina Tropical da Amazônia (2004); especialista em Enfermagem do Trabalho pela Universidade do Estado do Pará - UEPA e Gestão da Atenção à Saúde pela Fundação Dom Cabral em parceria com o Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa. Professora Adjunto IV da Universidade do Estado do Pará; atua nas disciplinas Gestão e Gerenciamento nos Serviços de Saúde em Enfermagem, além de

coordenar o eixo deste componente curricular. Exerceu a função de diretora da Atenção à Saúde no município de Santa Bárbara do Pará entre os anos de 2021 a 2023 e Coordenadora da Atenção Básica à Saúde no município de Be-nevides nos anos de 2017 a 2020. Colaboradora do Programa de Pós-graduação em Ensino em Saúde na Amazônia (PPGES). Preceptora da residência multiprofissional da UEPA. Coordenadora do Eixo Gestão e Gerenciamento dos Serviços de Saúde e de Enfermagem. Coordenadora do Curso Técnico em Enfermagem/ FormaPará/Uepa. Atuou como coordenadora do Centro de Saúde Escola do Marco/UEPA no período de 2012 a 2016. Possui experiência em Gestão da Atenção Básica, IST/ Aids, Doenças Tropicais, UTI, populações tradicionais (quilombolas, ribeirinhos etc.). Atualmente é membro efetivo do Conselho Superior Universitário da UEPA. Coordena o Pet Saúde Equidade pela Universidade do Estado do Pará no período de 2024 a 2026.

Marco Antônio da Costa Camelo possui graduação em Letras pela Universidade Federal do Pará (1992), graduação em Enfermagem e Obstetrícia pela Fundação Educacional do Estado do Pará (1986), graduação em Letras Francês pela Universidade Federal do Pará (1991), mestrado em Ciências da Educação - Docência Universitária pela UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ e Instituto Pedagógico Latino Americano e Caribenho - IPLAC (2000), doutorado em Educação Brasileira Infantojuvenil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2010). Atualmente é concursado da UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ, professor catedrático da Faculdade Integrada Brasil Amazônia, membro efetivo da Secretaria de Estado de Saúde Pública, professor adjunto IV da Universidade do Estado do Pará, revisor, membro e parecerista da editora da Universidade do Estado do Pará - EDUEPA e Coordenador do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de Língua Portuguesa e suas Respectivas Literaturas - PPGELL. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em: Literatura Portuguesa, Concepções Literárias Universais e Literatura Infantojuvenil, atuando principalmente nos seguintes temas: literatura, ensino/aprendizagem, educação e cultura. Coordenou o Curso de Mestrado Profissional em Ensino de Língua Portuguesa e suas Respectivas Literaturas - PPGELL - CCSE - UEPA. Atualmente coordena o Curso de Licenciatura Plena em Letras - Modalidade Forma Pará. Concluído Estágio Pós-doutoral em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGED do Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE) da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Pós-doutorado em Educação PPGED/CCSE/UEPA.

Jane Monteiro Neves possui Graduação em Enfermagem pela Escola de Enfermagem Magalhães Barata (1978) e Mestrado em Enfermagem pela Universidade Federal do Pará (1995). Atualmente é Assistente IV da Universidade do Estado do Pará. Possui experiência na área de Enfermagem, com ênfase em Políticas Públicas de Saúde. Atuando principalmente nos seguintes temas: Saúde coletiva, Ensino da enfermagem em Políticas Públicas de Saúde, Planificação de Atenção à Saúde.

Alcione Santos de Souza é Bacharel e Licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Doutora em Geografia programa de pós-graduação em Geografia e Pós-doutorado pelo Programa de profissional em Geografia pela UFRN. Doutora em Agrossistemas na Amazônia e Mestre em Agronomia pela UFRA. Docente da Universidade do Estado do Pará (UEPA) em Igarapé-Acu- Pará. Membro do Comité Científico Interno-PROGRAD/ UEPA. Desenvolve e orienta trabalhos na área de Geografia Humana, Agraria, Cartografia, Geoprocessamento e Educação. Líder do Grupo de Pesquisa GEOCARTA.

Cláudia do Socorro Carvalho Miranda é Afro-indígena com Pós-Doutorado e Doutorado em Biologia Parasitária na Amazônia. Mestrado em Ciências Florestais pela Universidade Federal Rural da Amazônia (2010). Mestrado em Ciências da Educação pela Universidade de Évora (2013). Especialização em Educação Ambiental e Manejo de Recursos naturais pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (2002). Especialização em Saúde Pública pelo Instituto Federal do Pará (2019). Graduação em Bacharelado em Biomedicina pela Universidade Federal do Pará (1991) e em Licenciatura Plena/Bacharelado em Biologia pela Universidade Federal do Pará (1992). Atualmente é Professora dos Cursos de Graduação na área da Saúde e Pós-graduação em Saúde Coletiva da Universidade do Estado do Pará. Professora do Programa de Mestrado Acadêmico em Saúde Coletiva na Amazônia da Universidade Federal do Pará. Professora do Programa de Mestrado Profissional em Intelligência Territorial e Sustentabilidade do Centro Universitário do Estado do Pará CESUPA. Pesquisadora do Laboratório de Epidemiologia e Geoprocessamento da Amazônia - EPIGEO. Atua nas áreas de Epidemiologia, Parasitologia, Educação, Ciências Ambientais, Saúde Coletiva, Saúde Pública e Análise de Dados Espaciais em Saúde.

Creusa Barbosa dos Santos Trindade é escritora de Livros Didáticos e Para-didáticos sobre História e Valorização da Cultura Africana e Afro Brasileira. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa Amazônia Antirracista (GEAMAR/

UEPA). Professora Adjunta II da Universidade do Estado do Pará. Coordenadora do Curso de Licenciatura em Educação Escolar Quilombola -PARFOR EQUIDADE/CAPES/UEPA. Técnico em Educação da Secretaria de Estado de Educação do Pará. Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Saúde na Amazônia PPGGSA/FSCMPA. Pós doutoranda em Educação em Ciências e Matemática IEMCI/UFPA. Diretora da Fundação Astrojildo Pereira -CIDADANIA /23.Doutora em Educação em Ciências e Matemáticas UFMT/UFPA (2016) com ênfase em Étnociência Quilombola. Mestra em Gestão e Desenvolvimento Regional (UNITAU/SP) com ênfase em Saberes Culturais de Mulheres Quilombolas. Foi Coordenadora Estadual de Educação para a Promoção da Igualdade Racial - SEDUC/COPIR/PA de 2015 a 2018. Participa do Grupo de Pesquisa: Educação Quilombola: Saberes e Práticas Educativas de Populações Quilombolas EDUQ/UEPA. É ativista do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará. Participa do NEAB/UEPA/CCSE e do Núcleo de Pesquisa e Extensão: Educação Carcerária/UEPA. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (1994) e Supervisão Escolar pela Universidade Federal do Pará (1997). Possui vasta experiência na área de Educação, Currículo, Formação de Professores, Educação para as Relações Étnicorraciais e Quilombola, Mulheres Negras.

Márcia da Silva Carvalho possui Graduação em Pedagogia, pela Universidade de Santo Amaro, Especialista em Práticas de Alfabetização e Letramento pela Pontifícia Universidade Católica-Puc/Minas, mestra em Educação pela Universidade Federal do Pará, doutora em Educação pela Universidade do Estado do Pará. Tem experiência na área de saberes culturais amazônicos, Planejamento, formação de professores, com ênfase em CIÊNCIAS HUMANAS, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, pedagogia social, cultura e cotidiano. Integrante Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre Teorias, Epistemologias e Métodos da Educação - EPsTEM / UFPA. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa Pedagogia em movimento/GEPPEM/UEPA. Atua desde 2019 como docente da Universidade do Estado do Pará/UEPA, no Departamento de Educação Geral-DEDG, nas disciplinas de: Didática, Estágio Supervisionado, Educação para as Relações étnico Raciais, Educação em Instituições não escolares e ambientes populares, Metodologia do Trabalho Pedagógico com adultos e idosos, Orientação de TCC I e II. Atuou como docente no Plano Nacional de Formação de Professores - PARFOR de 2016 a 2022, assim como da Universidade Aberta do Brasil em 2019. Atuou como docente de 2019 a 2021 do curso de Pedagogia da Universidade Mauricio de Nassau.

Milene Vasconcelos Leal Costa é Pedagoga formada pela Universidade do Estado do Pará (UEPA-PA), possui Mestrado em Educação na Linha de Formação de Professores e Práticas Pedagógicas, discente do Doutorado em educação da UEPA, foi bolsista no programa institucional de bolsas de iniciação científica-PIBIC/CNPq/UEPA de 2013 até 2014, participou do programa de monitoria na função de monitora da disciplina de Fundamentos da educação de Jovens e Adultos de 2014 até 2015. Professora horista da Universidade do Estado do Pará em 2015, professora do ensino fundamental da Escola de Aplicação da UFPA de 2016 até 2018, tutora do ensino superior na Faculdade de Anhanguera de 2017 até 2018, professora substituta/contratada da Universidade do Estado do Pará de janeiro de 2018 até os dias atuais, docente substituta/ contratada da Universidade federal do Pará. Professora horista na pós-graduação do Instituto de ensino superior SINAPSES de 2019 até 2021, docente do Curso de pedagogia do Centro Universitário UNINASSAU Belém de fevereiro de 2018 até 2023, Coordenadora do Curso de Pós-Graduação em Educação Especial e Docência do Ensino Superior da UNINASSAU de 2018 até 2023, servidora efetiva da SEMEC Belém, coordenadora de projetos de pesquisa e extensão, tem experiência em gestão: Educação Popular, Educação de Jovens e Adultos e idosos, Docência do ensino superior, Ensino Fundamental, educação em espaços escolares e não escolares. Seu interesse de pesquisa é nas linhas: Educação de Jovens e Adultos e idosos, interculturalidade crítica, educação popular e Memória de idosos.

Neilce do Socorro Coelho dos Santos possui mestrado em Estudos Literários (UFPA - 2005); especialização em Ensino de Literatura (UEPA - 2000); graduação em Letras Língua Portuguesa e Literatura Luso Brasileira (UFPA - 1988). Pesquisadora do grupo de pesquisa EDUQ (Grupo Saberes e Práticas Educativas de Populações Quilombolas - UEPA). Pesquisadora do grupo de pesquisa GEPLEALP (Grupo de Estudo e Pesquisa Letramento no Ensino-Aprendizagem de Língua Portuguesa - UEPA). Atuou como professora do ensino médio no Sistema de Ensino Universo, e como professora da graduação e ensino médio técnico do Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia do Estado do Pará (IFPA), entre outros. No ensino superior trabalhou também no Plano Nacional de Formação de professores da Educação Básica (PARFOR), Universidade Aberta do Brasil (UAB), Universidade Vale do Acaraú (UVA), Universidade da Amazônia (UNAMA), Universidade do Estado do Pará (UEPA), e professora substituta da Universidade Federal do Pará (UFPA). Atualmente é professora efetiva da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em ensino de

Língua Portuguesa, Literaturas Brasileira, Portuguesa, Amazônica e Afro-brasileira; Produção Textual; Letramento e Formação de Professores; e Educação étnico-racial.

Rosilene Ferreira Gonçalves Silva possui graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (1998), Especialização em Educação Ambiental e Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. Especialização em Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde pela Universidade Federal do Pará. Cursa Doutoramento em Estudos da Criança, na Universidade do Minho, Portugal. É Professora Assistente do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Pará (UEPA), desde 2011 e Pedagoga da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará (FSCMP) desde 2004. É pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Pedagogia em Movimento (GEPPEM/UEPA). É membro colaborador do Centro de Investigação em Estudos da Criança - CIEC, Universidade do Minho, Portugal. Tem experiência na área de Educação Básica e Superior, atuando principalmente nos seguintes temas: Pedagogia Hospitalar, Educação Não Formal, Pedagogia Social, Formação de Professores, Educação e Saúde e Gestão do trabalho e da educação na saúde.

Terezinha Sirley Ribeiro Sousa concluiu o Doutorado em Educação e Mestrado em Educação. Especialização em Educação Especial. Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará. Desempenhou atividades profissionais pela Secretaria de Estado de Educação do Pará especificamente com Educação Especial na função de professora especializada na área da surdez e na área da deficiência intelectual. Atua em áreas da Educação Especial e Educação Inclusiva. Pesquisadora no Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação e Meio Ambiente - GRUPEMA/UEPA. Pesquisadora no Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Educação GEPPED /UEPA. Pesquisadora no Grupo de Estudos e Pesquisas Amazônia Antirracista GEAMAR/UEPA. Professora Adjunta da Universidade do Estado do Pará.

"A música é a língua materna de Deus. Foi isso que nem católicos nem protestantes entenderam. Que em África, os deuses dançam (ou cantam/tocam). E todos cometem o mesmo erro. Proibiram os tambores. Na verdade, se não nos deixassem tocar os batuques, nós, os pretos, faríamos do corpo um tambor, ou mais grave ainda, percutiríamos com os pés sobre a superfície da terra e assim abrir-se-iam brechas no mundo inteiro."

Trecho de “Sombras da Água” de Mia Couto, 2016.